



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**NO FIO DA NAVALHA: LENTES SOBRE A
DIFERENCIAÇÃO EM TRAJETÓRIAS JUVENIS EM
CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE**

LUCAS CAETANO PEREIRA DE OLIVEIRA

BELO HORIZONTE - MG

2025

**NO FIO DA NAVALHA: LENTES SOBRE A
DIFERENCIAÇÃO EM TRAJETÓRIAS JUVENIS EM
CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE**

LUCAS CAETANO PEREIRA DE OLIVEIRA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais,
sob a orientação do Prof. Bráulio Figueiredo Alves da
Silva.

BELO HORIZONTE - MG

2025

Para a juventude belo-horizontina, que tanto tem me ensinado.

“... Naquele Império, a arte da cartografia logrou tal perfeição que o mapa de uma única província ocupava toda uma cidade, e o mapa do Império, toda uma Província. Com o tempo, esses mapas desmedidos não satisfizeram mais e os colégios de cartógrafos levantaram um mapa do Império, que tinha o tamanho do Império e coincidia pontualmente com ele. Menos dedicadas ao estudo da cartografia, as gerações seguintes entenderam que esse dilatado mapa era inútil e não sem impiedade o entregaram às inclemências do sol e dos invernos. Nos desertos do oeste perduram despedaçadas ruínas do mapa, habitadas por animais e por mendigos; em todo o país não há outra relíquia das disciplinas geográficas.” Jorge Luís Borges

“Mire veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam e desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou [...] Viver é muito perigoso.” Guimarães Rosa

RESUMO

Esta tese analisa os processos de diferenciação nas trajetórias juvenis em contextos de vulnerabilidade social na cidade de Belo Horizonte. A partir das lentes da Ecologia Social e da Perspectiva do Curso de Vida, investiga como, em um mesmo território, alguns adolescentes ingressam no tráfico de drogas, enquanto outros constroem trajetórias alternativas. Utilizando métodos mistos e transitando entre níveis macro, meso e micro, articula a análise quantitativa de registros policiais (REDS) e do Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ) com análise qualitativa de narrativas-entrevistas de adolescentes institucionalizados e estudantes de escolas públicas. Os resultados quantitativos indicam que territórios com maiores taxas de apreensões de adolescentes por tráfico apresentam, sistematicamente, maiores índices de vulnerabilidade, taxas de homicídio de jovens, percentual de população jovem, menor renda média e maior proporção de adolescentes no mercado de trabalho. A regressão logística destaca a taxa de homicídios como principal preditor da concentração de adolescentes apreendidos por tráfico, mas é plausível que a causalidade assuma um sentido inverso ou mesmo circular. No plano qualitativo, as trajetórias se diferenciam pela interação entre vínculos familiares, redes comunitárias, experiências escolares e institucionais e repertórios morais, que moldam as percepções sobre risco, pertencimento e futuro. A tese demonstra que a adesão ou rejeição ao tráfico não resulta de escolhas isoladas, mas da articulação entre estruturas sociais, dinâmicas comunitárias e agência juvenil. Defende, por fim, a centralidade de políticas públicas transversais e intersetoriais, baseadas no desenvolvimento humano e na segurança cidadã, capazes de enfrentar os fatores de risco, fortalecer as redes de proteção e ampliar oportunidades para jovens em territórios vulnerabilizados.

Palavras-chave: trajetórias juvenis; ecologia humana; perspectiva do curso de vida; métodos mistos; vulnerabilidade social.

ABSTRACT

This work analyzes the processes of differentiation in youth trajectories within contexts of social vulnerability in the city of Belo Horizonte, Brazil. Through the lenses of Social Ecology and the Life Course Perspective, it investigates how, within the same territory, some adolescents become involved in drug trafficking, while others build alternative life paths. Employing a mixed-methods approach and moving across macro, meso, and micro levels, the research combines quantitative analysis of police records (REDS) and the Youth Vulnerability Index (IVJ) with qualitative analysis of narrative interviews with institutionalized adolescents and public school students. Quantitative results indicate that territories with higher rates of adolescent apprehensions for drug trafficking systematically present higher levels of social vulnerability, youth homicide rates, proportions of young population, lower average household income, and a higher proportion of adolescents in the labor market. Logistic regression highlights the homicide rate as the main predictor of the concentration of adolescents apprehended for drug trafficking, but it is plausible that causality may take an inverse or even circular direction. On the qualitative level, the trajectories diverge according to the interaction of family ties, community networks, school and institutional experiences, and moral repertoires, which shape adolescents' perceptions of risk, belonging, and future. The findings demonstrate that involvement in or resistance to drug trafficking is not the result of isolated individual choices but emerges from the articulation between social structures, community dynamics, and youth agency. The study advocates for the centrality of cross-cutting and cross-sectoral public policies, grounded in human development and citizen security, as key strategies to address risk factors, strengthen protection networks, and expand life opportunities for young people living in vulnerable territories.

Keywords: youth trajectories; social ecology; life course perspective; mixed methods; social vulnerability.

AGRADECIMENTOS

Ninguém faz nada sozinho. Isso é especialmente verdade em trabalhos, que como este, se prolongam durante anos e envolvem uma série de atividades que em muito excedem a capacidade de quem é atribuída a autoria. É necessário dizer que este trabalho envolveu a colaboração de inúmeras pessoas e que me sinto verdadeiramente privilegiado por contar com tanto apoio em minha jornada até aqui.

Em primeiro lugar, é incontornável agradecer à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que desde a graduação tem sido uma extensão da minha casa e onde eu tive oportunidades ímpares de me desenvolver como ser humano e profissional. A universidade pública, gratuita e de qualidade é um bem de todos e para que mais pessoas possam desfrutar das mesmas oportunidades que tive ao longo da minha formação, devemos defendê-la de forma intransigente.

Este trabalho também não seria possível sem o fomento de instituições como a Fundação de Apoio da UFMG (Fundep), a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) das quais fui bolsista durante quase todo meu percurso acadêmico e também da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte que apoiou e financiou a pesquisa que deu origem à presente tese.

Este trabalho e minha trajetória profissional, como um todo, foi extremamente beneficiada pelos conhecimentos que adquiri enquanto pesquisador do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (Crisp). Agradeço primeiramente ao meu orientador, Bráulio Figueiredo Alves da Silva, que desde a graduação tem apostado no meu trabalho, e de forma paciente me direcionou para os melhores caminhos da pesquisa, me ajudando a desviar de becos sem saída e estradas pantanosas. Também contribuíram de forma preciosa, os professores e pesquisadores do Crisp: Andrea Maria Silveira, Frederico Marinho, Ludmila Ribeiro, Valéria Oliveira, Isabela Alves de Araujo, Ariane Gontijo, Isadora Costa, Rodrigo Fernandes.

Agradeço de forma especial aos colegas Bernardo Praxedes e Dejesus de Souza, pelas incontáveis noites de boemia onde podemos discutir nossos projetos de doutorado,

e à Amanda Lagreca e Arthur Arantes, pela ajuda na elaboração de uma estratégia para analisar os dados qualitativos. Também foi fundamental o apoio de Carlos Rodrigues na organização dos dados quantitativos, de Ricardo Tavares na construção dos modelos de regressão logística binária, e de Henrique Diniz, na transcrição das entrevistas. A vocês, minha eterna gratidão.

É igualmente necessário expressar minha gratidão aos membros da banca de qualificação, Prof. Claudio Beato, Profa. Andrea Maris Campos Guerra, Profa. Camila Meireles e Prof. Claudio Santiago. Suas sugestões contribuíram muito para a melhoria dos argumentos, da organização do texto e das análises realizadas.

Também é imprescindível expressar meus agradecimentos a toda equipe da pesquisa “Trabalho Infantil e Tráfico de Drogas: Entre a Criminalização e Proteção de Jovens em Belo Horizonte”: Di Nery Javkin, Júlia Somberg Alves, Ana Maria Botelho, Lucas Fernandes Silva, a vocês, o meu muito obrigado. Agradeço, em especial, a minha amiga e parceira de pesquisa Christiane Matozinhos por ter topado mais essa jornada comigo e por todos os nossos diálogos que travamos na direção de compreender melhor esse tema e gerar uma contribuição ainda que mínima para as políticas públicas que têm como foco crianças e adolescentes. Agradeço à equipe da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, em especial às queridas amigas Márcia Cristina Alves e Nádia Pereira, e a todos os servidores que abriram muitas portas e possibilitaram com que esse projeto de pesquisa se tornasse realidade.

Gostaria de reconhecer o apoio que me foi dado pelas pessoas dos lugares onde trabalhei nesses últimos anos, que permitiram que eu conciliasse minhas atividades profissionais com meu doutorado. Deixo minha gratidão a toda a equipe da Jumppi Inteligência e Pesquisa, em especial a Matheus Lemos de Andrade que além do apoio, muito me ensinou em matéria de pesquisa. Também gostaria de agradecer a todo o apoio e aprendizado que venho tendo no Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial e Apoio Comunitário do Ministério Público de Minas Gerais (CAODH/MPMG). Assim, expresso meu muito obrigado aos queridos: Dr. Francisco Angelo Assis, Dra. Nádia Estela Ferreira Mateus; Flávia Cristina Anselmo, Bárbara Regina Magalhães, Lydiane Maria Azevedo, Giovana Aparecida Sabino, Livia Prado Xavier, Gabriele Aparecida Viveiros, Julia Silva Soares e Ester Ramos de Oliveira.

Minha eterna gratidão aos amigos Bruna Costa, Pedro Stauffer, Matheus Azevedo Garcia, Vinícius Mendes, Otávio Garcia, Charles Luiz, Magno Peluso, Gustavo Matos, Vinicius Almeida e todos os amigos da Percussão Circular, especialmente a Patrícia Tomé, Bernardo Vilhena, Luciana, Soraya, Dani Guedes. Os momentos que passamos juntos nos últimos anos me ajudaram a encontrar leveza em meio à dura rotina de trabalho e pesquisa.

Agradeço aos meus pais, Murai e Anamélia, meus irmãos, Naiana e Gustavo e meus sobrinhos Gabriel e Elisa, pelo imenso apoio e por compreenderem minhas ausências no período de elaboração deste trabalho. Por fim, meu agradecimento mais que especial para minha companheira de vida, Anne. Seu amor, seu apoio e sua compreensão durante todo o processo de construção deste trabalho foram mais que essenciais, sendo minhas palavras insuficientes para expressar minha gratidão. Além disso, agradeço também pela ajuda fundamental na elaboração dos mapas que ilustram esta tese, contribuição que enriqueceu de maneira decisiva o resultado final.

LISTA DE FIGURAS E MAPAS

Figura 1 – Modelo das Zonas Concêntricas	54
Figura 2 – Modelo teórico da participação em comportamento antissocial.....	87
Figura 3 – Trajetória de passagem pela Justiça criminal entre jovens que integraram o estudo dos Glueck, dos 7 aos 70 anos	89
Figura 4 – Exemplo de processo de codificação	100
Figura 5 – Correlograma	143
Imagem 1 – Mapa da Cidade de Minas Gerais – Atual Belo Horizonte	107
Mapa 1 – Territórios de Gestão Compartilhada (TGC) definidos pelo Decreto Municipal Nº 14.724/2001	116
Mapa 2 – Distribuição da quantidade de adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico de drogas por TGC	134
Mapa 3 – Distribuição das variáveis que compõem o IVJ por TGC	137
Mapa 4 – Distribuição do Índice de Vulnerabilidade Juvenil por territórios de Belo Horizonte	140
Mapa 5 – Mapa do Território L4	166
Mapa 6 – Bairro Alto Vera Cruz	169
Mapa 7 – Bairro Taquaril	171
Mapa 8 – Bairro Conjunto Taquaril	172
Mapa 9 – Bairro Granja de Freitas	175

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição das ocorrências de tráfico de drogas envolvendo adolescentes por ano – Belo Horizonte, 2014 – 2023.....	119
Gráfico 2 – Distribuição dos adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico de drogas por ano – Belo Horizonte, 2014 – 2023.....	120
Gráfico 3 – Evolução do número de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado – Brasil, 1996-2023	121
Gráfico 4 – Número de adolescentes atendidos no CIABH – Belo Horizonte, 2015-2023	122
Gráfico 5 – Distribuição percentual das ocorrências por dia da semana – Belo Horizonte, 2014-2023.....	127
Gráfico 6 – Distribuição percentual das ocorrências por período do dia – Belo Horizonte, 2014-2023.....	128
Gráfico 7 – Distribuição percentual dos adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico por sexo – Belo Horizonte, 2014-2023	129
Gráfico 8 – Distribuição percentual dos adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico por raça/cor – Belo Horizonte, 2014-2023 (N = 15.790).....	130
Gráfico 9 – Distribuição percentual dos adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico por idade – Belo Horizonte, 2014-2023	131
Gráfico 10 – Distribuição dos adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico por TGC – Belo Horizonte, 2014-2023	132
Gráfico 11 – Histograma da quantidade de adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico de drogas por TGC.....	133
Gráfico 12 – Resultados do Índice de Vulnerabilidade Juvenil por TGC – Belo Horizonte	139
Gráfico 13 – Distribuição da quantidade de adolescentes envolvidos com tráfico, segundo a mediana dos componentes do IVJ	151

Gráfico 14 – Distribuição da quantidade de adolescentes envolvidos com tráfico, segundo a mediana do IVJ	152
Gráfico 15 – Indicadores de Ajuste dos Modelos de Regressão Logística Binária.....	157
Gráfico 16 – <i>Odds Ratios</i> das Variáveis nos Modelos de Regressão Logística Binária	158

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População de Belo Horizonte e variação percentual, 1890-2022	109
Tabela 2 – Estatísticas descritivas das variáveis.....	141
Tabela 3 – Cruzamento entre variáveis explicativas dicotomizadas e a quantidade de adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico (acima/abaixo da mediana), com teste de significância (qui-quadrado)	155
Tabela 4 – Valores de Significância das Variáveis por Modelos de Regressão Logística Binária	157
Tabela 5 – Comparação dos Tipos Ideais de Trajetórias Juvenis em Contextos de Vulnerabilidade	270
Tabela 5 – Comparação dos Tipos Ideais de Trajetórias Juvenis em Contextos de Vulnerabilidade (Continuação).....	272
Tabela 6 – Resumo dos Achados da pesquisa	279

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
ORGANIZAÇÃO DA TESE	26
1 CONSTRUÇÃO DA PROBLEMÁTICA: JUVENTUDES E VIOLÊNCIA URBANA.....	30
2 AJUSTANDO AS LENTES: DIFERENTES ESCALAS	44
2.1 Ecologia Humana, Desorganização e Eficácia Coletiva	50
2.1.1 Desorganização Social e Eficácia Coletiva	55
2.1.2 Críticas.....	60
2.2 Da Perspectiva do Curso de Vida: a Criminologia Desenvolvimental e do Curso de Vida	64
2.2.1 Desenhos de pesquisa, seus limites e potencialidades.....	75
2.2.2 A Criminologia Desenvolvimental e do Curso de Vida	83
3 DESENHO DE PESQUISA E METODOLOGIA ANALÍTICA.....	93
3.1 Existe correlação entre a vulnerabilidade e o fenômeno do tráfico de drogas? 93	
3.2 Como se desenvolvem e se diferenciam trajetórias juvenis em contextos vulneráveis? 95	
4 A MACROLENTE	105
4.1 Atos infracionais análogos ao tráfico de drogas registrados no Reds	117

4.2	Índice de Vulnerabilidade Juvenil	135
4.3	Análise dos Dados Quantitativos.....	141
5	A MESOLENTE	162
5.1	Alto Vera Cruz	167
5.2	Taquaril.....	170
5.3	Granja de Freitas.....	173
6	A MICROLENTE	176
6.2	Os meninos participantes.....	177
6.2.1	Diego: Fragilização do controle social e socialização infracional precoce	178
6.2.2	Ricardo: Tráfico como busca de pertencimento e <i>status</i>	192
6.2.3	Otávio: Tráfico como estratégia de sustento	206
6.2.4	Luciano: Vulnerabilidade entre as ruas e as instituições.....	218
6.1	Os meninos não participantes	229
6.1.1	Roberto: Familiares e Pares como fatores protetivos	229
6.1.2	Daniel e o Mundo do trabalho infantil.....	236
6.1.3	Gilberto: Instituições e Empoderamento	245
6.1.4	Carlos: No fio da navalha	257
7	INTEGRAÇÃO DOS RESULTADOS	267
7.1	Convergências	274
7.2	Divergências	275

7.3	Complementaridades	277
7.4	Limitações	281
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	283
	REFERÊNCIAS	289
	ANEXO A – Roteiro de escuta e condução dos grupos e entrevistas narrativas...304	
	Eixo 1: Trabalho	304
	Eixo 2: Trabalho e Família	304
	Eixo 3: Território e Cidade.....	304
	Eixo 4: Trabalho, Corpo e Virilidade	305
	Eixo 5: Trabalho, Juventude e Raça	305
	Eixo 6: Trabalho e Escola.....	306
	Eixo 7: Tráfico e Trabalho.....	306
	EIXO 8: Perspectivas de Futuro	307
	ANEXO B – Roteiro de entrevista com gestores e lideranças	308
	ANEXO C – Imagens utilizadas como disparadoras das conversações psicanalíticas.....	309

INTRODUÇÃO

Antes mesmo de qualquer interesse metodológico ou científico, o que existe concretamente em um projeto de pesquisa é a intenção do pesquisador. Isto se dá porque toda construção teórica e metodológica traz consigo as marcas de quem a elaborou, sua forma de pensar, suas escolhas, suas questões e interesses, de modo que, objetividade e subjetividade estão diretamente relacionadas.

Partindo dessas ideias e seus desdobramentos, é necessário pontuar que este trabalho é escrito por um sociólogo cuja própria juventude foi marcada pelo estudo das temáticas da juventude e da violência urbana. Durante minha graduação fui inserido como bolsista do Centro de Estudo de Criminalidade e Segurança Pública (Crisp/UFMG), onde pude pesquisar diversas temáticas associadas à criminalidade urbana, à violência e ao sistema de justiça juvenil. Assim, em meu trabalho final de graduação explorei como a violência ao redor de escolas na Região Metropolitana de Belo Horizonte afeta a dinâmica da violência nestas mesmas escolas.

Posteriormente, fui agraciado com uma bolsa de apoio técnico da pesquisa *Trajatória de Vida de Adolescentes e Jovens Envolvidos em Crimes de Roubo e Políticas de Prevenção* (Crisp/UFMG, 2016), o que possibilitou que durante meu mestrado, enquanto bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (Capes), eu pudesse conduzir um estudo explorando a perspectiva do curso de vida através da análise de 373 documentos oficiais do sistema de justiça juvenil – os Planos Individuais de Atendimento (PIAs)¹ – em uma abordagem de métodos mistos com o objetivo de compreender os elementos que poderiam estar associados com o desenvolvimento de trajetórias infracionais crônicas ou ocasionais. Neste trabalho, constatei em consonância

¹ O Plano Individual de Atendimento (PIA), é um documento obrigatório no contexto do cumprimento das medidas socioeducativas. Instituído através da Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), Lei Nº 12.594/2012. Essa lei estabelece que o PIA deve ser obrigatoriamente elaborado para todos os adolescentes que passam pelo Sistema de Justiça Juvenil a partir do atendimento técnico realizado nas instituições responsáveis pela execução das medidas socioeducativas. Esse instrumento tem o objetivo de orientar a realização de um diagnóstico interdisciplinar a partir de um estudo de caso que esmiúça as trajetórias infracional, familiar, escolar, laboral e médica dos adolescentes para orientar o cumprimento das medidas. O PIA também é uma espécie de contrato entre os técnicos do socioeducativo, o adolescente e seus familiares, uma vez que estabelece algumas metas e objetivos a serem cumpridos durante a execução da medida. Trata-se, portanto, de um documento que é parte dos processos levados a cabo por uma burocracia racional-legal e que se embasa em informações de cunho biográfico.

com outros estudos, que a qualidade dos vínculos familiares, a defasagem escolar e a precocidade do contato com o sistema de justiça juvenil eram fatores relevantes na diferenciação de trajetórias infracionais (Oliveira, 2020).

Nesta mesma época, pude integrar o grupo de pesquisa Curso de vida e Trajetórias Delinquenciais, do Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares (Ieat/UFMG) composto por pesquisadores do Crisp e do Núcleo Psicanálise e Laço Social no Contemporâneo (Psilacs/UFMG). Neste ambiente intelectualmente instigante, pude colaborar em uma série de publicações e refletir sobre temáticas importantes para o presente trabalho, durante a execução da pesquisa *Curso de Vida e Trajetória Delinquencial: um estudo exploratório dos eventos e narrativas de jovens em situação de vulnerabilidade* (2017-2019).

No artigo intitulado *Teoria Crítica e Transdisciplinaridade: uma aposta no projeto emancipatório* (Moreira et al., 2019), buscamos refletir sobre como a abordagem de fenômenos complexos, como adolescência e criminalidade, demanda uma prática transdisciplinar. Essa prática propõe a busca pela construção de uma ciência colaborativa, plurivocal e reflexiva, que dialogue com o devir histórico, implicada com a prática e a inovação, assumindo o compromisso de promover o conhecimento e a cidadania de forma inclusiva e transformadora.

O artigo *Trajetórias e Narrativas de Adolescentes Envolvidos com a Criminalidade: os objetos e suas formas de aproximação em transdisciplinaridade* (Lima et al., 2019) busca mapear conceitos relacionados à adolescência, violência e criminalidade, articulando a noção de narrativa, oriunda da psicanálise, com a noção de trajetória, derivada da sociologia do curso de vida. Neste texto, entendemos a adolescência como uma construção social contemporânea vinculada à puberdade, que marca a transição entre a infância e a maturidade física. Com o prolongamento do processo de escolarização e o aumento da expectativa de vida – especialmente nos países do norte global – essa fase de transição para a vida adulta é retardada, gerando indefinições sobre o papel social dos jovens. A violência é definida por ser complexa e multifacetada, já que não abrange apenas atos agressivos, mas também as emoções, características das situações e a distribuição de poder nos contextos mais amplos. Dessa maneira, argumentamos que o fenômeno da violência deva ser estudado em relação ao outro e às fronteiras da linguagem, revelando sua articulação com questões que envolvem

a construção social do crime, processos de criminalização e das práticas de alteridade que atravessam a sociabilidade juvenil e influenciam a sociedade de modo amplo. Para explorar essa intersecção entre os conceitos, neste artigo defendemos que as noções de trajetórias e narrativas seriam instrumentos eficazes. Neste registro entendemos trajetórias como percurso ao longo da vida ou a uma carreira que varia em direção, intensidade e proporção, abarcando dimensões interdependentes como trabalho, escolaridade e envolvimento com o crime. Esse conceito permite mapear, de forma cronológica, eventos significativos nos cursos de vida dos jovens, destacando os fatores estruturais e individuais que influenciam essas trajetórias. Já a narrativa é definida como instância interpretativa que privilegia uma abertura (inter)subjéctiva, amparada na experiência da linguagem. Ela concede ao respondente a possibilidade de se posicionar como sujeito do discurso, por meio da lembrança e do relato a posteriori. A narrativa ilumina pontos focais de sentido para o sujeito, que funcionam como condicionantes de suas ações e são fundamentais para compreender os nexos entre o social e o individual.

Após essa incursão inicial, no artigo *Curso de vida, adolescentes e criminalidade: uma leitura através do PIA* (Oliveira *et al.*, 2019), eu e meus colegas buscamos explorar em profundidade dados de ordem qualitativa para reconstituir o curso e as trajetórias de vida de 17 adolescentes que cumpriam medidas socioeducativas em meio fechado, por tráfico de drogas, por meio dos PIAs. Esse estudo exploratório permitiu identificar eventos recorrentes nas trajetórias e compreender minimamente as chaves de leitura dos técnicos do socioeducativo para tecer suas narrativas sobre os adolescentes atendidos.

As 17 histórias de vida analisadas, de modo geral e por motivos diversos, são marcadas pela fragilidade dos vínculos familiares, principalmente com os pais, gerando situações de apatia e negligência nessa esfera. Também mostra que a forma como a escola lida com problemas como o bullying, a indisciplina, a dificuldade de aprendizagem e outras questões típicas da juventude acaba muitas vezes culminando na exclusão desses adolescentes do espaço escolar. Assim, o cenário de fragilidade dos vínculos familiares possibilita a evasão escolar, evento que aparece como um ponto de virada associado ao início precoce do uso de drogas e da trajetória infracional desses jovens. Essa é a trajetória que se desprende frente a uma narrativa construída pela burocracia da justiça juvenil para demonstrar a evolução (ou não) do adolescente na medida socioeducativa e os esforços realizados para tanto.

A pesquisa *Curso de Vida e Trajetória Delinquencial* possibilitou que a pesquisa documental, com os 373 PIAs, se transformasse em pesquisa de campo. Neste trabalho, pude percorrer diversas regiões de Belo Horizonte em busca de alguns dos 109 endereços visitados pela equipe de pesquisadores. As trajetórias dos adolescentes que antes eram páginas de documentos da burocracia ganharam importantes traços contextuais, que por sua vez suscitaram uma série de reflexões sobre o processo de deslocamento da escala da fonte documental para a escala do território.

A busca pelos endereços evidenciou uma baixa correspondência entre a cidade oficial, representada por seus mapas e objetos topográficos, e a cidade real, descrita no artigo *Mapas, metodologia e a pesquisa trajetória e narrativa* (Oliveira *et al.*, 2020a). Essa cidade real, em constante expansão pelos territórios, reflete dinâmicas entre o legal, informal e o ilegal que ampliam diferentes formas de segregação. Os mapas, como alegoria da perspectiva do Estado e da política territorial, oferecem uma visão parcial, contrastando com a experiência do pesquisador que adentra territórios em transformação. Nesses espaços, emergem das narrativas questões relacionadas à migração, à violência praticada por grupos criminosos ou pela polícia, e aos sentimentos de pertencimento. Nesse sentido, o trânsito entre diferentes escalas é capaz de revelar a complexidade das interações entre o espaço oficial e o vivido, destacando as tensões e desafios presentes nas encruzilhadas em que se situavam as pessoas com as quais tive a oportunidade de dialogar.

O artigo *Entre a suspeição e a empatia: desafios e limites da pesquisa sobre o curso de vida de adolescentes autores de atos infracionais* aborda os desafios enfrentados durante o trabalho de campo, especialmente ao lidar com questões suscitadas pela abordagem realizada pelos pesquisadores (Oliveira; Cardoso; Silva, 2020). O caráter invasivo dessa abordagem, aliado a outras questões situacionais, evidenciou em alguns momentos a distância social entre os pesquisadores e os sujeitos da pesquisa, muitas vezes pertencentes a contextos de vulnerabilidade. Um exemplo marcante é o relato de Eliane, a mãe de um dos adolescentes que estávamos buscando. No momento da entrevista, seu filho já era maior de idade e se encontrava preso, mesmo destino de um outro filho de Eliane. Ela tinha uma outra filha de 20 anos que era casada e tinha dois filhos, e mais uma filha de apenas 3 anos. Ela pediu para contar sua história – o que não tinha sido previsto inicialmente – e relatou que teve uma infância muito difícil que envolveu momentos de

situação de rua, mas que apesar de tudo nunca havia “se prostituído ou entrado no tráfico de drogas”. Fez a vida trabalhando com reciclagem e no instante do nosso encontro, estava sem trabalhar por problemas de saúde. Eliane vivia naquele momento uma situação crítica – que envolvia entre outras coisas não ter condições de visitar os filhos na prisão e os suprir com itens básicos de higiene – de forma que em sua narrativa, em tom de desabafo, reavaliou seu curso de vida e questionou os caminhos traçados pelos filhos, numa sala repleta de retratos de sua família. Este artigo sugere, assim, a necessidade de uma posição de constante reflexividade sobre as situações de pesquisa, o papel do pesquisador e sobre as relações existentes entre ele e os sujeitos de pesquisa, refletindo assim sobre os desafios de deslocar uma atitude inicial de suspeição, frequentemente gerada pela metodologia de abordagem adotada neste projeto, para o estabelecimento de empatia.

Apesar das 109 visitas domiciliares, o esforço de pesquisa resultou em apenas 13 entrevistas. Muitos jovens haviam se mudado de endereço, alguns recusaram em função da desconfiança com que receberam a proposta de participação na pesquisa ou mesmo por não querer relembrar fatos traumáticos de suas vidas. Além disso, em um levantamento realizado em 2019, a equipe de pesquisa verificou que dos 373 adolescentes da base dos PIAs, 16 haviam sido assassinados e 69 estavam presos no sistema adulto, revelando a exposição deste público aos fenômenos da desigualdade estrutural e da violência².

Entre os 13 jovens que toparam falar conosco, estava H. O artigo *Mas aqui... minha vida é essa mesmo: o caso H e a permanência na criminalidade* (Oliveira et al., 2020b) é dedicado a analisar sua trajetória e narrativa. À época do encontro com os pesquisadores, H tinha 22 anos. Em seu PIA, datado de 2015, estão registradas três passagens pelo sistema socioeducativo: aos 15, 16 e 17 anos, sendo a última uma medida em meio aberto por porte de drogas. Naquele período, sua mãe, que era auxiliar de serviços gerais, recebia um salário mínimo de R\$ 788,00 (valor de 2014) e um benefício adicional de R\$ 190,00. A entrevista com H foi realizada em uma “biqueira”, à vista de todos, enquanto ele trabalhava. A rua onde ocorria o encontro estava fechada por uma geladeira, instalada ali para dificultar o deslocamento de viaturas da polícia. H relatou

² O trabalho de Freitas (2023) atualizou a base de dados anteriormente utilizada, indicando que, dos 373 adolescentes pesquisados, 147 haviam ingressado no sistema prisional adulto e 32 haviam falecido até 6 de janeiro de 2023.

que seu pai abandonou sua mãe ao saber da gravidez, quando ela tinha apenas 19 anos, o que contribuiu para as dificuldades enfrentadas em sua infância. Ele abandonou a escola por volta dos 14 ou 15 anos ao mesmo tempo em que começou a se envolver com tráfico de drogas local, no qual os primos já estavam envolvidos. A medida socioeducativa que chegou a cumprir foi definida por ele como algo que não acrescentou nada em sua trajetória. Aos 18 anos, H tentou se afastar do tráfico após a morte de um amigo próximo. Contou que durante esse período, conseguiu um emprego como servente de pedreiro, mas acabou desistindo após vivenciar situações de subalternização que contrastavam com o respeito que recebia no ambiente da “biqueira”. Decidiu então retornar ao tráfico de drogas, onde encontrava maior reconhecimento e poder, sendo isso percebido pelos pesquisadores no momento da interação com H. Ele ressaltou a sedução que o dinheiro movimentado pelo tráfico exerce sobre os jovens da comunidade, que muitas vezes começam a realizar pequenos serviços para traficantes desde cedo, como era seu caso. Por outro lado, H relatou que apesar do *status* que goza em sua comunidade, vive preso em suas fronteiras e diz já ter sido vítima e ter medo de sofrer com a violência policial. Revelou que gostaria de abrir uma loja de roupas em sua própria comunidade, sem que seu empreendimento significasse um rompimento com sua trajetória no tráfico de drogas. Se H se afirmava como um persistente nesta trajetória, José cujo caso pude discutir juntamente com outros pesquisadores no artigo *Trajetórias Adolescentes e Infração: José entre a Morte e a Aposta* (Moreira *et al.*, 2022), se afirmava como um desistente.

Em 2014, quando seu PIA foi elaborado, José tinha 16 anos e cumpria medida de semiliberdade, após um histórico de diversas passagens pelo socioeducativo, a maioria delas por tráfico de drogas e uma medida protetiva para tratamento de toxicomania. Apesar de constar oficialmente como aluno do 6º ano, os técnicos apontavam que ele ainda estava em processo de alfabetização. Na época, José morava com a mãe, de 35 anos, que era diarista e analfabeta, e com a irmã, de 23 anos, que trabalhava como auxiliar de serviços gerais e havia cursado apenas até a 2ª série do Ensino Fundamental. Em 2018, aos 20 anos, José encontrou a equipe de pesquisa e relatou não estar mais envolvido com atos infracionais, após cumprir todas as medidas socioeducativas a que foi submetido. Começou sua história contando que aos 7 anos de idade foi testemunha do assassinato do irmão e que por conta desse episódio, teve que se mudar para outro bairro. Relatou que se envolveu no tráfico de drogas em razão da adrenalina, da ostentação e da sua

curiosidade, ao mesmo tempo em que sofria pressão para vingar a morte do irmão. Na sua visão, a medida socioeducativa, e em especial uma das oficinas oferecidas, “abriram sua mente”, o ajudando a refletir sobre suas escolhas e traçar novos caminhos. No entanto, apesar de construir uma narrativa otimista relacionada à desistência da trajetória infracional e à força que sua rede de apoio lhe dava, sua situação permanecia desafiante. Embora estivesse matriculado no programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), sua frequência era irregular. José estava desempregado, morava com a mãe, a irmã e sua namorada, que na época estava grávida.

No último artigo desta série de publicações, intitulado *Pensando os efeitos subjetivos das medidas socioeducativas*, busca-se analisar os efeitos subjetivos das medidas socioeducativas entre os adolescentes entrevistados, partindo do conceito posteridade (*a posteriori* “Nachträglichkeit”) de Freud (Rodrigues *et al.*, 2023). Tal conceito se refere ao processo através do qual experiências passadas ganham novos significados ao serem revisitadas em um momento futuro, à luz de novas circunstâncias ou perspectivas. Dessa forma, o passado não é visto como algo fixo ou imutável, mas sim como uma dimensão que é alvo de constante reinterpretação e ressignificação, à medida que o sujeito é exposto a novas experiências ou eventos. Por isso, memória e subjetividade não devem ser concebidos como registros lineares, mas como sistemas flexíveis e em constante transformação. Assim, através das narrativas buscamos identificar no discurso dos jovens as diferentes posturas frente às MSE, passados alguns anos de seu cumprimento. A postura de indiferença reflete a percepção de que as medidas socioeducativas não causaram impacto significativo na vida dos adolescentes. Essa postura frequentemente se associa à desconexão emocional com o processo e à ausência de vínculos ou identificação com os objetivos das intervenções. A postura crítica aponta para a percepção de falhas nas medidas, vistas como desconectadas da realidade e insuficientes para atender às necessidades dos jovens. Essa postura revela desconfiança no sistema e expõe contradições entre o discurso institucional de ressocialização e as condições práticas vivenciadas. A ressignificação ocorre quando as medidas são reinterpretadas como oportunidades de mudança e crescimento. Por meio de experiências significativas, os adolescentes conseguem atribuir novos sentidos às medidas, valorizando-as como catalisadoras de transformação pessoal.

O ingresso no doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFMG, no ano de 2021, permitiu com que eu pudesse redirecionar levemente meus interesses. Se até então eu vinha explorando temas como as representações dos operadores do sistema de justiça juvenil, medidas socioeducativas e as trajetórias e narrativas de adolescentes em conflito com a lei, neste momento eu me deparei com a seguinte indagação: O que poderia ser aprendido se ao invés de olhar somente para as trajetórias e narrativas de adolescentes “envolvidos” com a criminalidade, pudéssemos olhar esses jovens em comparação com outros jovens do mesmo contexto, mas que não estão “envolvidos”? A oportunidade de ir a fundo nesta questão me foi dada pela pesquisa *Trabalho Infantil no Tráfico de Drogas: Entre a Proteção e a Criminalização de Jovens em Belo Horizonte*, financiada pela Prefeitura de Belo Horizonte, através da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção e executada entre 2020 e 2024, através da reedição da parceria entre o Crisp e o Psilacs.

Essa pesquisa teve como objetivo compreender as diferentes facetas do trabalho infantil e sua interseção com o fenômeno da criminalidade urbana, especialmente com o tráfico de drogas. Para tanto foram analisados dados secundários do Sistema de Justiça Juvenil e realizada uma pesquisa de campo focada em três bairros da região Leste de Belo Horizonte. A fase de campo envolveu entrevistas com gestores e lideranças, e a realização de conversações psicanalíticas e entrevistas narrativas com adolescentes residentes no território denominado pela administração municipal de L4. Entre os principais achados dessa pesquisa, destaca-se que o trabalho infantil é um fenômeno presente na história familiar dos adolescentes entrevistados, sendo reproduzido no ciclo de vida de alguns deles. Aqueles que vivenciam esta experiência, geralmente iniciam aos 8 anos vendendo balas e gêneros alimentícios, em alguns casos preparados por integrantes da própria família, em bairros da vizinhança. Por volta dos 12 anos, com a aproximação da puberdade e as transformações que ela causa no corpo de meninos e meninas, a venda de balas e gêneros alimentícios deixa de ser rentável. Nesse cenário, esses adolescentes se tornam uma mão de obra interessante para o tráfico de drogas, já que sabem realizar transações comerciais e conhecem o “mundo das ruas”, ao mesmo tempo em que o tráfico de drogas se torna atrativo para eles, já que representa uma oferta possível de ganho de dinheiro, de ascensão social, de construção de masculinidade, de valor social dentro de um determinado grupo. A pesquisa pontua assim, a existência de um *gap* etário, já que,

se por um lado esses adolescentes passam a ser atrativos para o tráfico a partir dos 12 anos, por outro, as políticas de aprendizagem e iniciação profissional só podem incluir adolescentes a partir dos 14 anos. O aliciamento desses adolescentes pelo tráfico de drogas acaba por aprofundar ciclos de desvantagens ao qual estão submetidos, dificultando a permanência na escola, o engajamento em projetos de profissionalização e aumentando a exposição à violência (Crisp/Psilacs, 2024).

Desse modo, esta tese é um fruto da trajetória deste pesquisador e se pretende um estudo exploratório sobre a diferenciação das trajetórias de vida de adolescentes e jovens em um contexto de vulnerabilidade. Do ponto de vista macroestrutural, a associação espacial entre fatores como a pobreza, o acesso limitado, restrito e fragmentado às políticas públicas e a criminalidade urbana é comumente entendida como um fator que afeta as oportunidades que uma pessoa pode ter em seu curso de vida. No entanto, ainda que o contexto seja o mesmo para um grupo de indivíduos, ele é experienciado, e afeta o curso de vida de cada um deles, de modo diferente. Assim, explorando a sobreposição das lentes da Ecologia Humana e da Perspectiva do Curso de Vida, esta tese pretende contribuir com o campo, discutindo a participação ou não participação de jovens em trajetórias infracionais e criminais no tráfico de drogas.

ORGANIZAÇÃO DA TESE

Dessa maneira, no primeiro capítulo discutiremos a problemática que guia esta pesquisa: as juventudes e a violência urbana. As trajetórias de uma parcela relevante da juventude no Brasil são atravessadas pela desigualdade sócio estrutural e pela violência urbana, fatores que dificultam o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais e resultam em situações de desproteção, exclusão e marginalidade, como o desenvolvimento de trajetórias infracionais e/ou criminais (Kaztman, 2001). Isso faz com que em alguns contextos, a juventude, entendida como transição para a idade adulta, assumam um caráter dramático. Diante de fenômenos como o subemprego, o esgarçamento dos laços sociais, o encarceramento em massa, o tráfico de drogas se apresenta como uma alternativa de vida atrativa para alguns jovens e não para outros.

No segundo capítulo, defendemos que a sobreposição de lentes teóricas é um caminho para encarar a complexidade do fenômeno da criminalidade e gerar novos *insights* que contribuam para o avanço do campo. A primeira lente apresentada é a Ecologia Social e seus desdobramentos: a Teoria da Desorganização Social e da Eficácia Coletiva. Dessa maneira, buscamos descrever as contribuições dessa lente para a problemática da pesquisa e as críticas realizadas a ela. Em seguida, é apresentada a lente da perspectiva do curso de vida, sua gênese interdisciplinar, seus conceitos, princípios, tipos de desenho de pesquisa, além de outras questões sobre o uso, a validade e a análise de dados biográficos. Posteriormente, discutiremos a aplicação da perspectiva do curso de vida nos estudos sobre trajetórias infracionais ou criminais e algumas de suas lacunas.

O terceiro capítulo se dedica a descrever o percurso metodológico da presente pesquisa. Este estudo assume um caráter exploratório que propõe, além da sobreposição das lentes das teorias da Desorganização Social e Eficácia Coletiva com as da Perspectiva do Curso de Vida, a conjugação de métodos quantitativos e qualitativos de análise. Estes serão mobilizados em torno de duas perguntas iniciais:

- 1) Existe correlação espacial entre a vulnerabilidade e o fenômeno do tráfico de drogas?
- 2) Como se desenvolvem e se diferenciam trajetórias juvenis nestes contextos?

Para responder essas perguntas serão mobilizados dados de fontes como o Índice de Vulnerabilidade Juvenil de Belo Horizonte (IVJ), as estatísticas publicadas anualmente pelo Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional (CIA-BH), dados do Registro de Eventos de Defesa Social (Reds) sobre apreensões de adolescentes por tráfico de drogas e as narrativas-entrevistas com adolescentes de três escolas municipais de um território vulnerável e de adolescentes cumprindo medidas de restrição de liberdade por tráfico de drogas, realizadas no âmbito da pesquisa Trabalho Infantil no Tráfico de Drogas: entre a proteção e a criminalização de jovens em Belo Horizonte” (TITD) (Crisp/Psilacs, 2024).

A análise dos dados foi dividida em três capítulos. O capítulo intitulado “A Macrolente”, descreve o processo histórico de formação da cidade de Belo Horizonte e sua constituição como um espaço urbano permeado pela segregação e no qual a existência de políticas públicas municipais convive com diversas questões relativas ao acesso a direitos básicos. Em seguida, apresentamos os dados do Reds, sendo estes devidamente problematizados como fonte. A análise destes dados é feita à luz de outras estatísticas de âmbito municipal e federal, e em conjunto demonstram uma queda do número de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas. Descrevemos ainda, estatísticas relativas à dinâmica temporal das ocorrências de apreensão de adolescentes por tráfico de drogas em Belo Horizonte, bem como o perfil dos adolescentes apreendidos. Logo após apresentamos o Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ) utilizado pelas políticas públicas municipais de Belo Horizonte e sua distribuição espacial. A análise final dos dados quantitativos se dá com a junção dos dados do Reds com os do IVJ. Dessa maneira, apresentamos um teste de associação entre o total de adolescentes apreendidos por tráfico de drogas em cada Território de Gestão Compartilhada (TGC), o IVJ e as variáveis que o compõe. Em seguida, desenvolvemos essa análise a partir da modelagem das medianas e de um modelo de regressão logística binomial.

O capítulo “A Mesolente” aprofunda a descrição sobre a pesquisa de campo realizada no âmbito da pesquisa TITD e apresenta uma contextualização histórica e sociodemográfica dos bairros que põem o território L4 que segundo o IVJ é o mais vulnerável para juventude belorizontina. Ainda que vulneráveis, estes bairros possuem um longo histórico de mobilização comunitária, com a qual os moradores conseguiram

obter acesso a serviços públicos básicos como energia elétrica, água encanada, saúde, educação e especialmente moradia.

Tendo como cenário este contexto, o capítulo “A Microlente” explora narrativa-entrevistas realizadas com adolescentes do sexo masculino residentes em Belo Horizonte.

Uma parte dessas entrevistas foi realizada em escolas municipais do território L4 e outra em unidades de internação e semiliberdade. A comparação das trajetórias assumidas por esses adolescentes possibilitou a construção de uma tipologia. Esta permite compreender não só a vulnerabilidade como um fenômeno nuançado, como também a interação de fatores de risco e proteção na produção, ou não, de uma trajetória infracional.

Quatro são os tipos de trajetória de adolescentes “participantes” do tráfico. O primeiro tipo refere-se a trajetórias de ingresso precoce e persistente no tráfico de drogas, sustentadas por processos de aprendizagem social e fragilização dos mecanismos de controle social, sendo exemplificado pelo caso de Diego. O segundo tipo busca retratar o engajamento no tráfico de drogas como meio de pertencimento, reconhecimento e status, sendo ilustrado pela narrativa de Ricardo. Já o terceiro tipo se refere à trajetória infracional como uma forma de sustento diante da precariedade material vivenciada e não necessariamente embasada na incorporação dos valores do mundo do crime. Neste registro, apresentamos a história de Otávio, sua crítica ao mundo do crime e os diversos meios pelos quais buscou sustento financeiro. Por fim, o último tipo trata da participação em uma trajetória infracional como resultado da vivência de situações de extrema vulnerabilidade. Como exemplo deste tipo, exploramos o relato de Luciano sobre sua vivência nas ruas e o seu deslizamento entre instituições de abrigo e as medidas socioeducativas.

Os tipos de trajetórias assumidas pelos adolescentes “não envolvidos” no tráfico de drogas também são quatro. O primeiro coloca ênfase no fator protetivo das relações sociais mantidas pelos jovens, sendo a história de Roberto o caso ilustrativo. O segundo se relaciona com a moralidade do trabalho e o trabalho infantil como alternativa ao tráfico de drogas. Neste enquadramento, conheceremos a trajetória de Daniel que encontrou na venda de amendoins uma alternativa para obter uma renda e acessar itens de consumo. O terceiro tipo não participante diz respeito ao engajamento em atividades institucionais como forma de empoderamento em um ambiente adverso, sendo Gilberto o caso mais

elucidativo. O último tipo ideal³ associado aos meninos não participantes busca representar uma situação na qual os adolescentes se defrontam e refletem sobre a real possibilidade de se envolverem no tráfico de drogas. Este tipo encontra eco na história de Carlos, que conta sobre seu desânimo e falta de perspectiva para o futuro.

O sétimo capítulo é dedicado à integração dos dados quantitativos e qualitativos. Assim, os achados da pesquisa são apresentados, e as perguntas de pesquisa diretamente respondidas. Em seguida, discutimos as convergências, divergências e complementariedades observadas entre os dois métodos de pesquisa utilizados. Por fim, tecemos algumas reflexões sobre as limitações dos resultados e da pesquisa como um todo.

Finalmente, nas considerações finais buscamos refletir sobre a experiência da pesquisa e as implicações para as políticas públicas de prevenção à criminalidade e violência. Defendo assim, a necessidade de políticas públicas orientadas pela noção de desenvolvimento humano e pelo conceito de segurança cidadã. Destaca-se assim, a importância dos municípios como possíveis articuladores de políticas intersetoriais capazes de gestar ações que aumentem as chances na vida de crianças e adolescentes e previnam contra o caminho do crime. Neste sentido, enfatizamos a necessidade do estreitamento de vínculos entre a comunidade acadêmica, os gestores e profissionais das políticas públicas de prevenção com o objetivo de estabelecer uma agenda de pesquisa e intervenção desenvolvimental.

Através desse percurso, esta tese pretende contribuir para o conhecimento científico e para políticas públicas que busquem promover os direitos de crianças e adolescentes e se engajem ativamente na construção de uma sociedade menos desigual e mais justa.

³ O conceito de “tipo ideal”, desenvolvido por Max Weber (1991), refere-se a uma construção analítica que enfatiza certos traços de um fenômeno social, de modo a servir como referência comparativa para a análise empírica. Não corresponde a uma descrição fiel da realidade, mas a um modelo heurístico que permite compreender regularidades, contrastar casos concretos e identificar desvios em relação a um padrão teórico.

1 CONSTRUÇÃO DA PROBLEMÁTICA: JUVENTUDES E VIOLÊNCIA URBANA

É natural que a juventude seja uma importante pauta na agenda pública brasileira, já que segundo os dados do último censo, mais de 45 milhões de pessoas (22,3% da população) possuem entre 15 e 29 anos de idade (IBGE, 2023). Trata-se de uma população maior do que a de países como o Canadá, a Polônia e a Ucrânia.

Convencionalmente, a juventude é entendida como uma etapa de transição, na qual o indivíduo se afasta de comportamentos típicos da infância ao mesmo tempo que adquire características e competências que o capacita a assumir os deveres e papéis sociais do mundo adulto. No entanto, não devemos perder de vista que em um país diverso como o Brasil, essa transição se passa em variados contextos e assume múltiplas formas. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) (IBGE, 2021) 49,3% dos jovens brasileiros se definem como pardos, 10,6% como pretos e 39%, como brancos. Indígenas e amarelos representam 1,1% dos jovens. Além disso, 85,3% dos jovens brasileiros vivem nas cidades, enquanto 14,7% vivem no campo. Assim, autores como Dayrell (2007) e Groppo (2016) preferem o uso do termo “juventudes” como uma forma de abarcar a diversidade da juventude brasileira.

Independentemente do termo utilizado, é necessário reconhecer que essa fase de transição não é simplesmente uma etapa natural do desenvolvimento biológico dos seres humanos, mas uma fase do ciclo de vida resultante das transformações sociais que inauguraram a era moderna (Aries, 1981). A emergência dos Estados Nação e de outras instituições modernas como a escola, a fábrica e os hospitais, reorganizaram as noções, expectativas e normas existentes sobre o curso de vida até então existentes. Nas ditas sociedades pré-modernas ou tradicionais, assim que as crianças adquiriam alguma autonomia e capacidade física, elas eram incorporadas – em alguns casos de maneira ritual⁴ – às esferas do trabalho e à sociabilidade do contexto adulto (Aries, 1981). Já nas ditas sociedades modernas, especialmente a partir do estabelecimento de uma escolarização compulsória, foram edificadas novas normativas relacionadas às faixas

⁴ O Povo Sateré-Mawé possui um ritual no qual crianças e adolescentes, entre 8 e 12 anos, colocam as mãos em luvas de palha infestadas com formigas tocandira, que durante 10 minutos os ferream. Esse ritual simboliza a passagem para a vida adulta.

etárias ao hierarquizar crianças e jovens em séries segundo suas idades, competências e aptidões, além de definir as fases da infância e adolescência como um período de moratória social no qual devem ser postergadas experiências como o trabalho, o matrimônio e a parentalidade. Nesse contexto, a escola passou a ocupar lugar central na regulação dos tempos sociais da juventude, consolidando-se como a instituição responsável por organizar etapas, expectativas e trajetórias vinculadas à infância e à adolescência.

No Brasil, a educação é um direito constitucionalmente estabelecido, sendo o ensino básico obrigatório dos 4 aos 17 anos de idade. Este compreende o ensino infantil (para crianças até 5 anos de idade), o ensino fundamental (de 6 a 14 anos de idade) e o ensino médio (para alunos de 15 a 17 anos). Segundo dados da PNAD Contínua 2018, o atendimento escolar é quase universal nas faixas obrigatórias por lei. As estatísticas informam que 93,8% das crianças entre 4 e 5 anos, 98,1% das crianças e adolescentes de 6 a 14 anos, e 92,9% entre os jovens de 15 a 17 anos frequentam a escola (INEP, 2020). Esses dados sinalizam para a relevância da instituição escolar, que apesar de suas históricas dificuldades, se constituiu como um importante espaço de socialização que possibilita a formação das várias culturas e identidades juvenis (Dayrell, 2007).

Sobre as históricas dificuldades da educação brasileira, observa-se trajetórias educacionais irregulares e a presença marcante de fenômenos como o abandono e a evasão escolar. Para ficar em um único exemplo, 25% dos jovens não concluíram o ensino fundamental até os 16 anos, idade considerada acima do teoricamente ideal para esse nível de ensino (Soares, Alves; Fonseca, 2021). Isso significa que o espaço escolar não é a única dimensão relevante para se compreender a construção social da juventude brasileira, especialmente para a população preta, parda e de baixo nível socioeconômico.

Em nosso contexto, em que se misturam as permanentes desigualdades herdadas do passado colonial escravocrata e o processo de aceleração da urbanização que remonta à década de 1970, a juventude brasileira, em contraste com a experiência europeia, não pode ser universalmente caracterizada pela moratória em relação ao trabalho (Dayrell, 2007). Historicamente, a socialização através do trabalho é uma realidade entre os jovens das camadas populares, sendo que muitas vezes em desconformidade com a legislação

vigente⁵ (Cardoso, 2015). Na análise dos dados da PNAD Contínua realizada por Corseuil, Poloponsky e Franca (2020), no primeiro trimestre de 2019 a taxa de ocupação entre os jovens de 15 a 29 anos era de 48,6%, sendo que no período entre 2012-2018, em média 53% dos jovens de 15 a 29 anos entraram no mercado de trabalho por meio do emprego informal. Adicionalmente os empregos para esta faixa etária se concentram em postos com menores salários e/ou menores níveis de produtividade. Estes autores ainda apontam para o aumento da taxa de desemprego entre jovens no período entre 2015 e 2017, além do aumento do período em busca de alguma colocação no mercado de trabalho: a proporção de jovens desempregados que buscavam trabalho há pelo menos um ano, que era de 29,9% no primeiro trimestre de 2013, aumentou para 38,8% no primeiro trimestre de 2019. A este quadro que desafia a juventude, ainda se somam as rápidas transformações tecnológicas e seus efeitos sobre o mercado de trabalho e a qualidade dos empregos disponíveis.

Além do mundo da escola e do mercado de trabalho, a violência também se apresenta como um tópico de extrema relevância e triste aspecto quando se trata da juventude no Brasil, já que esta representa a principal causa de morte dos jovens no país. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, no ano de 2022 houve mais de 47 mil homicídios no Brasil, sendo que 76,9% das vítimas eram negras, 50,2% possuíam idades entre 12 e 29 anos e 91,4% eram do sexo masculino. Além disso, as estatísticas compiladas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública revelam que 76,5% desses homicídios foram cometidos com arma de fogo e que jovens de 15 a 19 anos são as principais vítimas de letalidade policial no país (FBSP, 2023).

Estes homicídios não ocorrem de forma homogênea no espaço urbano, mas estão concentrados nas regiões mais pobres e marcadas pela urbanização desordenada, segregação espacial e exclusão social (Sapori, 2020; Zilli, 2015; Rocha, 2017; Silva, 2012). Este é o cenário no qual se estrutura um tipo específico de mercado de drogas

⁵ Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o trabalho é proibido para pessoas com menos de 13 anos. Entre 14 e 16 anos, no entanto, admite-se o trabalho na condição de aprendiz. Já entre 16 e 17 anos, há permissão parcial, sendo avaliada a natureza da atividade, sendo proibitiva aquelas que configuram trabalho noturno, insalubre e perigoso. Apesar deste marco legal, o trabalho de adolescentes geralmente é visto como prejudicial para os jovens de classe média e alta, ao mesmo tempo em que é considerado como benéfico para indivíduos de classe baixa (Villar; Mourão, 2018).

ilícitas⁶, de forte base territorial e cuja transações são reguladas através do uso real ou potencial da violência interpessoal, o que demonstra a fluidez das fronteiras entre o legal, o informal e o ilegal, desafiando concepções rígidas sobre a ordem e a “desordem” social (Zilli, 2015; Telles, 2010; Hirata, 2010) e atravessando o curso de vida de jovens nestes contextos.

Ao se observar este quadro a partir desta perspectiva, é importante compreender o processo de formação do universo moral, normativo, cultural e simbólico que sustenta a reprodução da criminalidade urbana e a marginalização da juventude oriunda das classes populares em todo o mundo. Em sua pesquisa realizada no contexto das comunidades afro-americanas periféricas de Chicago e da Filadélfia, Elijah Anderson (2000) observou que esses ambientes, onde há disponibilidade de drogas e fácil acesso à armas de fogo, são propícios para que grupos minoritários dominem o espaço público e possam impor uma orientação normativa específica que o autor nomeia de “código das ruas”. Este código se refere a um rol de normas informais que regem as relações interpessoais, inclusive, o uso da violência.

Segundo Anderson (2000) a base do código das ruas é a noção de respeito, que se refere às formas de deferência que devem ser mantidas entre os sujeitos imersos nestes contextos. A noção de “respeito”, especialmente entre os jovens, seria vista como uma espécie de capital, que é difícil de se conseguir e fácil de se perder, de forma que os indivíduos devem se manter em constante vigilância e prontos para responder adequadamente quando desafiados. Assim, qualquer atitude em desalinho com as formas de conduta preconizadas pelo código das ruas pode ser lida como um tipo de desrespeito que pode gerar uma situação de violência. Essa situação é sustentada através de uma profunda descrença e um senso de alienação da sociedade mais ampla, suas instituições e valores hegemônicos, o que faz com que os indivíduos se sintam responsáveis por sua própria segurança. Nesse ambiente, mesmo os jovens oriundos de famílias que se guiam pelos valores e normas hegemônicas da classe média – para os quais o autor utiliza o termo “decente”, em oposição ao termo “rua” – devem ser hábeis para lidar com um

⁶ Autores como Grillo (2016) diferenciam o “tráfico de drogas da pista” do “tráfico de drogas do morro”. O primeiro é operado especialmente por jovens de classe média através de redes mobilizadas digitalmente, sem uma delimitação territorial e com forte discricção. Já o segundo tipo, a visibilidade dos pontos de venda é uma estratégia utilizada para facilitar a identificação destes para os consumidores. Neste contexto, a dimensão territorial ganha forte relevância, já que estes pontos de venda têm de ser defendidos de grupos rivais e da ação da polícia, gerando assim a demanda por armas de fogo e consequentemente o emprego da violência como forma de resolução de conflitos.

contexto orientando pelo código das ruas e por isso, são encorajados por suas famílias, ainda que relutantemente, a se familiarizar com este código.

É interessante sobrepor os achados de Elijah Anderson aos achados das pesquisas etnográficas realizadas nas periferias das grandes cidades brasileiras, nos últimos 20 anos. Estas contribuíram para demonstrar as fluidas fronteiras entre o legal, informal e o ilegal, relativizando o peso das concepções rígidas sobre a ordem e a “desordem” social (Zilli, 2015; Telles, 2010; Hirata, 2010).

Em sua etnografia, Feltran (2008) descreve a periferia urbana de São Paulo, no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, como sendo um espaço de relações sociais estruturadas através de esferas da vida social como o trabalho, a família, a religião, o associativismo, a migração para as cidades e a perspectiva de mobilidade social. Estas atuavam como formas de legitimação da ação política popular se confrontando com a presença da violência e do crime, tidos como mundos distantes da vida cotidiana das famílias. No entanto, segundo Feltran (2008) com as crises associadas à educação, ao emprego formal, à promessa de mobilidade social, aos movimentos sociais e partidos políticos, e especialmente com a explosão da população carcerária brasileira, os conjuntos de princípios, práticas, interdições e tipologias associadas às dinâmicas da violência e da criminalidade – ou como preferem autores como Feltran (2008), Lyra (2020) e Zilli (2015), “mundo do crime” – transbordam das prisões e se aproximam das dinâmicas familiares e comunitárias. Trata-se da expressão local e as repercussões do fenômeno global do avanço do neoliberalismo e da instrumentalização do sistema penal para administrar uma população considerada indesejada: “os marginais”, “os bandidos”, “os inempregáveis”, etc. (Wacquant, 2008).

Como aponta o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2022), o número de presos no país mais que triplicou em vinte anos, levando a uma situação reconhecida pelo Superior Tribunal Federal (STF) com um “estado inconstitucional de coisas”, no qual há violação massiva de direitos fundamentais das pessoas privadas de liberdade. As estatísticas contabilizaram em 2022, 833 mil pessoas privadas de liberdade, de modo que, o Brasil possui hoje a terceira maior população prisional do mundo, atrás dos Estados Unidos e da China. O FBSP (2022) aponta ainda que a população carcerária possui o seguinte perfil: 43,1% possuem entre 18 e 29 anos, 68,2% são negros e quase 28% estão presos por crimes previstos na Lei de Drogas (Lei 11.343/06). Já o Levantamento Anual

do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) aponta que em 2023 havia mais de 11 mil adolescentes cumprindo medidas socioeducativas de semiliberdade e internação⁷ no Brasil, sendo que 95,8% são do sexo masculino e cerca de 20% estão privados de liberdade por tráfico de drogas (Brasil, 2023).

A Lei de Drogas é apontada como uma das principais causas do encarceramento em massa existente no Brasil contemporâneo. Esta lei que não traz parâmetros objetivos para a distinção de usuários (não criminalizados) e traficantes (criminalizados), de forma que duas pessoas portando a mesma quantidade de drogas podem receber penas diferentes no Brasil. Um estudo realizado pelo Núcleo de Estudos Raciais do Insper (Duque; França; Santos, 2014), que envolveu a análise de 3,5 milhões de boletins de ocorrência de São Paulo, entre 2010 e 2020, aponta que pessoas negras têm maiores chances que pessoas brancas de serem classificadas como traficantes, mesmo quando a situação envolve a posse de pequenas quantidades de entorpecentes. Tamanha discricionariedade na aplicação desta lei, tem contribuído para que jovens negros e periféricos vivenciem a experiência da criminalização em suas biografias.

Neste aspecto, a entrada no “mundo do crime”, não seria um ponto de inflexão nas trajetórias dos jovens, nem mesmo o marco inicial de uma carreira criminal, mas a culminação de um longo processo que é marcado pela continuidade macro-histórica da não integração das periferias urbanas à cidade e pela onipresença do tráfico de drogas nos mais diversos mundos da vida dos quais participam os jovens moradores das periferias brasileiras (Lyra, 2020). Assim, este fenômeno precisa ser compreendido à luz da herança colonial e da estrutura social excludente que se perpetua no Brasil. O modelo de urbanização periférica no país está diretamente ligado ao passado escravocrata e à marginalização da população negra e pobre, que, mesmo após a abolição formal do regime escravocrata, continuou a ser relegada a espaços de precariedade e exclusão.

⁷ O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Nº 8.069/1990, estabelece que as medidas socioeducativas são aplicáveis a adolescentes que tenham entre 12 e 18 anos. Em casos excepcionais, o cumprimento da medida pode se estender até os 21 anos. As medidas socioeducativas previstas no ECA incluem a advertência, que é uma repreensão verbal realizada pela autoridade competente; a obrigação de reparar o dano, aplicada quando o ato infracional resulta em prejuízo material, obrigando o adolescente a reparar o dano; e a prestação de serviços à comunidade, que consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral por um período não excedente a seis meses. Outras medidas incluem a liberdade assistida, onde o adolescente é acompanhado por um orientador e deve cumprir determinadas condições impostas pela autoridade competente; a inserção em regime de semiliberdade, que permite atividades externas durante o dia, sendo necessário que o adolescente retorne à unidade no período noturno; e a internação em estabelecimento educacional, medida privativa de liberdade aplicada em casos mais graves, com duração máxima de três anos, sendo reavaliada a cada seis meses.

Além disso, a adesão ao “mundo do crime” é atravessada por dinâmicas de classe e gênero. As oportunidades desiguais no mercado de trabalho, historicamente estruturadas por critérios racializados, impõe barreiras adicionais aos jovens de periferia, sobretudo para pessoas negras. Para muitos homens jovens, o envolvimento no crime não é apenas uma estratégia de sobrevivência econômica, mas também de inserção em redes de sociabilidade e reconhecimento onde a masculinidade se constrói a partir da afirmação de poder e autonomia diante das adversidades associadas à fragilidade dos serviços públicos e à inserção precária no mercado formal de trabalho (Lyra, 2013; Zaluar, 2004). Dessa maneira, dadas as possibilidades cada vez mais remotas de se encontrar um bom trabalho lícito, a alternativa de obtenção de renda nos mercados informais e ilegais se apresenta de maneira mais clara aos jovens, já que estes dispensam as exigências de escolarização e de experiência anterior.

Autores como Martins (2020) afirmam que o comércio varejista de drogas está cada vez mais estruturado sobre a exploração do trabalho de crianças e adolescentes⁸. Isso se daria em função de uma série de motivos. Em primeiro lugar, está a ostensiva presença das “biqueiras”⁹, assim como de outras ilegalidades nas periferias urbanas brasileiras. Desse modo, os sujeitos envolvidos nestas atividades servem de referências para crianças e adolescentes nesses contextos, que buscam seguir os modelos adultos que tenham sentido com suas trajetórias. São essas referências que transmitem as normativas, técnicas e conhecimentos que permitem o desenvolvimento das atividades por meio da oralidade ou da observação participativa (Sutherland, 1940; Shaw, 2013). Além desse processo de aprendizagem, a adesão a esse tipo de prática também pode se dar por uma série de pressões e desafios para que os indivíduos se engajem nesse tipo de ato, sob pena de terem sua masculinidade, lealdade e coragem questionadas (Lyra, 2013; Zaluar, 2004). Ademais, é preciso apontar que o tráfico de drogas se apresenta como uma atrativa fonte

⁸ O trabalho infantil no tráfico de drogas é considerado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como uma das piores formas de trabalho infantil, já que envolve a exposição a violências diversas, jornadas noturnas e longas, contato com entorpecentes e outras situações deletérias à condição especial de desenvolvimento de crianças e adolescentes. A prioridade na erradicação destas que são definidas como piores formas de trabalho infantil está expressa na Convenção 182 da OIT, da qual o Brasil é signatário.

⁹ O termo *biqueira* é uma gíria utilizada em diversos contextos urbanos no Brasil para designar o ponto de venda de drogas ilícitas, geralmente localizado em áreas periféricas. Trata-se de um espaço marcado pela circulação cotidiana de usuários, vendedores e olheiros, funcionando como referência local tanto para o comércio quanto para as dinâmicas de sociabilidade que se estruturam em torno do tráfico.

de renda e prestígio social, alinhado à cultura juvenil contemporânea na qual a formação da identidade individual e coletiva é pautada nos valores do individualismo, da busca pelo prazer, do consumo e no culto à aparência e imagem, sendo esta proliferada e globalmente compartilhada através das mídias sociais (Malvasi, 2012).

Outro motivo para o emprego de crianças e adolescentes no tráfico de drogas se daria porque este seria um exército de mão de obra subutilizado que poderia ser empregado a um baixo custo. Martins (2020) também destaca a dinâmica do mercado de drogas como um fator importante. As mortes e prisões dos indivíduos envolvidos com esta atividade geram demanda pela substituição rápida dos trabalhadores neste mercado. Neste cenário, o tráfico de drogas se apresenta como uma empresa organizada e fixada em lugares específicos, que incorpora os jovens como assalariados (Lyra, 2013). Este surge como uma “opção” às privações inerentes do tecido social, que é capaz de oferecer não apenas uma fonte fixa de renda, como também um plano de carreira fundamentado numa ideia difusa de meritocracia para aqueles que sentem a necessidade e/ou obrigação de se tornarem independentes ainda em tenra idade.

Assim como qualquer empresa, o tráfico de drogas exige uma divisão de tarefas que são hierarquicamente dispostas em postos que vão desde olheiro ou entregador de marmitas até cargos de gerência. Segundo Lyra (2013):

Existem várias maneiras para o jovem ascender na boca, mas em todas elas o que determina seu crescimento é o grau de confiança que desperta em seus superiores. Chegar no horário, desempenhar bem sua função, não consumir o produto, ser corajoso, além de uma boa relação com os companheiros de trabalho são fatores que tornam um jovem confiável e apto a assumir um cargo tão logo a empresa cresça, um funcionário faleça ou acabe preso. [...] A oportunidade de crescer no trabalho, por meio de sua própria dedicação, propicia um reconhecimento social e uma satisfação individual que, no seu caso particular, dificilmente poderia ser encontrada em um emprego formal. (Lyra, 2013, p. 139).

Segundo Galdeano e Ronaldo (2018) o organograma e o plano de remuneração de uma “biqueira” localizada na periferia da região metropolitana de São Paulo pode ser descrito da seguinte forma. O “gerente” é o “recolhe” (recolhe o dinheiro de todas as bocas do mesmo dono) e faz o “fecha” da semana (contabilidade). Recebe R\$ 2.000,00 por semana e ganha um dia para trabalhar como vendedor. O “vendedor” ganha 10% ou 15% do valor vendido no dia. A porcentagem pode chegar a 20% do

valor total/dia, dependendo do movimento da “biqueira”. Há variações de porcentagens que são comissões recebidas pelas vendas realizadas e essas variações dependem das mercadorias vendidas. As “lojinhas” que vendem só cocaína pagam 10% de comissão; 11% e 12% se a “biqueira” vender cocaína e maconha; e de 15% a 20% em “biqueiras” que vendem de tudo. A cada doze horas de atividade a “biqueira” vende, em geral, de R\$ 8.000,00 a R\$ 15.000,00. O vendedor pode flexibilizar o seu trabalho e chamar um colega para trabalhar e vender com ele.

Na pesquisa *Trabalho Infantil e Tráfico de Drogas: Entre a proteção e a criminalização de jovens em Belo Horizonte* (Crisp/Psilacs, 2024) os adolescentes entrevistados relataram que a hierarquia pode variar dependendo da organização criminosa, da região geográfica e de outros fatores locais, mas basicamente se estrutura da seguinte maneira:

- 1. Chefes, patrão, paizão, moço:** São os responsáveis pela tomada de decisões estratégicas e pelo controle geral da organização criminosa. Eles determinam as operações, estabelecem políticas, gerenciam alianças com outros grupos e lidam com questões financeiras. Geralmente, esses líderes estão em um nível alto de anonimato e podem operar em locais distantes das áreas onde a droga é vendida.
- 2. Gerente Superior:** São responsáveis por adquirir grandes quantidades de drogas diretamente dos fornecedores e distribuí-las para os pontos de venda. Eles mantêm contato com os fornecedores, negociam os preços e a quantidade de drogas e organizam a logística de transporte.
- 3. Subgerentes ou chefes de área:** São responsáveis por supervisionar as operações em uma área geográfica específica, como uma cidade, bairro ou região. Eles coordenam as atividades de tráfico de drogas, supervisionam os pontos de venda de drogas, gerenciam os distribuidores e garantem o cumprimento das metas de vendas. Os gerentes ganham menos, por estarem expostos a um menor risco, mas têm maior responsabilidade. Segundo os relatos, recebem R\$ 1.500,00 por semana.
- 4. Vendedores de rua, pista, guerreiro ou aviãozinho:** São responsáveis por vender drogas diretamente aos usuários finais em pontos de venda de drogas nas

ruas, praças públicas ou em locais designados. Eles trabalham em estreita colaboração com os distribuidores de nível superior e muitas vezes são os mais visíveis na operação do tráfico de drogas. Na pista ganha-se mais, dado que o risco é maior. O maior risco é sempre a polícia apreender a sua carga, ou a violência policial. A carga perdida ou apreendida gera normalmente uma dívida com a boca, que dificulta a saída deste adolescente da atividade. Em geral, a remuneração está atrelada a um percentual do “kit” que os adolescentes recebem para comercializar, sendo este normalmente é composto por drogas como maconha, cocaína e crack. É comum no relato dos adolescentes institucionalizados ganhos que giravam entre R\$ 750,00 e R\$ 1.000,00 por turno trabalhado.

- 5. Vapor, olheiros ou atividade:** Cumprem a função de observar a movimentação de pessoas e veículos nas proximidades dos pontos de venda de drogas, com o objetivo de identificar a presença de policiais, autoridades ou pessoas suspeitas e informar imediatamente os traficantes para que possam tomar medidas para evitar ações policiais ou confrontos. Garantem a segurança dos locais de operação, prevenindo invasões de gangues rivais, roubos ou outras ameaças à segurança dos traficantes e do estoque de drogas. Mantêm contato constante com os traficantes por meio de dispositivos de comunicação, como telefones celulares ou rádios, para transmitir informações importantes em tempo real. Em geral recebem entre R\$ 100 e R\$ 200 por turno trabalhado.

Neste contexto, a rotina dos jovens nesse tipo de atividade possui um processo estruturado com uma jornada de trabalho a ser cumprida, atribuição de responsabilidades e tarefas (Martins, 2020), sendo poucos os elementos que permitem diferenciar a rotina dos adolescentes envolvidos com o tráfico da rotina de outros trabalhadores pobres (Lyra, 2020). É interessante notar que a própria nomenclatura e os jargões usados pelos trabalhadores do tráfico de drogas se assemelham às expressões usadas no mundo do trabalho formal: “firma”, “lojinha”, “gerente”, “bater ponto” e “tomar balão” são comumente usadas pelos indivíduos engajados nessas atividades. Neste registro, os adolescentes pesquisados por Costa e Barros (2019), compreendem o tráfico de drogas como trabalho e o traficante como um trabalhador, o que confere uma superioridade moral com relação aos indivíduos categorizados como “vagabundos”, isto é, indivíduos

que não são autônomos, independentes e aqueles não prestam auxílio à sua família e comunidade¹⁰. No entanto, as dimensões do risco e da violência são imiscuídas nas trajetórias juvenis em meio ao “mundo do crime”.

Enquanto atividade sem qualquer forma de mediação e regulação legal, as organizações engajadas no tráfico de drogas a depender do seu nível de estruturação (Zilli, 2015) recorrem à violência como meio para conquistar novos pontos de venda e para defender os antigos pontos da ação dos grupos rivais e da polícia. Contudo, estudos como o de Dias (2009) demonstram que essa lógica passou por transformações significativas nos últimos anos. O Primeiro Comando da Capital (PCC), por exemplo, consolidou-se como instância reguladora tanto no interior das prisões quanto em territórios periféricos, migrando de um modelo de demonstração violenta de poder para formas mais racionais de exercício da autoridade. A facção instituiu mecanismos de negociação e tribunais internos capazes de resolver disputas e impor sanções, sem que seja necessário desencadear confrontos ostensivos, evitando, assim, atrair a repressão estatal. Nessa dinâmica, a violência permanece como recurso possível e como ameaça de retaliação, mas já não como estratégia prioritária de expansão territorial, sendo cada vez mais substituída pela disciplina interna e pela negociação.

De toda maneira, o medo de ser delatado ou traído por moradores da comunidade e parceiros de atividade institui um ambiente de desconfiança que contribui para a banalização do uso da violência. Assim, muito mais que fruto das dinâmicas de confronto e vingança contra atores externos, a violência também é instrumentalizada internamente como forma de controle dos indivíduos, manutenção de uma “ordem” e como forma de disputa de recursos e posições na hierarquia.

Na visão de Bortolozzi (2014) este é um fator que contribui com a escalada da seriedade das trajetórias infracionais, do mesmo modo que dificulta a desistência dos sujeitos engajados no tráfico, uma vez que este fator, ao mesmo tempo em que cria

¹⁰ A comparação entre o traficante e o “vagabundo” pode ser compreendida à luz do que Souza (2009) denomina “fila da moral”, uma metáfora que expressa a hierarquia simbólica da sociedade brasileira. Segundo o autor, as camadas mais pobres estruturam suas narrativas não tanto em torno do que “ser”, mas do que não ser: “não ser ladrão”, “não ser vagabundo”, “não ser prostituta”. Essa lógica produz um esforço constante de distanciamento dos últimos lugares da fila – posições associadas à desonestidade, à improdutividade e à delinquência – e de afirmação da dignidade pelo trabalho, ainda que desqualificado. Nesse sentido, ao reivindicar para si a condição de “trabalhador” e diferenciar-se dos “vagabundos”, os jovens no tráfico se inserem em uma gramática moral mais ampla, que busca escapar do rebaixamento e legitimar um lugar minimamente respeitável na hierarquia social. Assim, a moralidade aparece como recurso simbólico de distinção e legitimação, ainda que em meio a trajetórias permeadas pelo risco e pela violência.

situações de risco, também oferece instrumentos de autoproteção. Assim, a violência também se constitui como uma esfera que caracteriza as dinâmicas de sociabilidade do “mundo do crime”, de modo que o engajamento em ações violentas se daria como forma de autodefesa, em função da exigência de se demonstrar lealdade ao grupo ao qual se faz parte e da percepção de que este grupo é o responsável pela defesa da comunidade contra inimigos externos (Zaluar, 2004; Costa; Barros, 2019; Lyra, 2013). Dessa maneira, o tráfico de drogas apresenta uma “forma-Estado” (Barbosa, 2006) capaz de influenciar a vida coletiva nos territórios onde se instala, uma vez que:

Submete trabalhadores e bandidos a um mesmo regime, ainda que com diferentes efeitos e repercussões, e se imiscui em cada poro, passo e pensamento daqueles que vivem nesses espaços segregados espacial e institucionalmente. Suas implicações influenciam ou determinam noções de justiça, honra, virtude e status; de mobilidade, território, identidade e lazer; cria uma estética própria; define limites e condições para o amor; transparece na religião; incute relações de admiração, amizade e antagonismo, entre outros inúmeros elementos cotidianos que vão se tornando imperceptíveis, naturalizados, e que se cristalizam como uma “ordem social autônoma”, com profundas implicações sobre a subjetividade daqueles que estão submetidos à sua influência”. (Lyra, 2020, p. 97).

Nesse registro, a tensão entre trabalhadores e “bandidos”, se atualiza sob a forma de relações complexas e ambíguas, que acabam por redefinir o que é socialmente legítimo (Bortolozzi, 2014; Lyra, 2020). Por um lado, há uma distinção inicialmente rígida que reconhece a figura do trabalhador através de categorias como “dinheiro suado”, dignidade e valorização pela família, possibilidade de trânsito pela cidade e uma perspectiva de futuro; enquanto os “bandidos” seriam aqueles que optaram pelo “dinheiro fácil” ou “dinheiro sujo” e que por conta dos conflitos inerentes à atividade que desempenham têm sua circulação restrita às comunidades onde vivem e estariam fadados à brevidade da finitude.

Por outro lado, essa distinção é dissolvida através dos laços de pertencimento que aproximam social e moralmente trabalhadores e “bandidos”. Esses laços estão fundamentados em uma identidade de vizinhança que se constroem no compartilhamento de experiências locais próprias daqueles que cresceram juntos e compartilham um mesmo espaço de vida cotidiana. Assim, há a ideia de que os moradores das periferias urbanas, sejam trabalhadores ou “bandidos”, possuem trajetórias de vida sofridas e por isso são obrigados a lançar mão de diversas estratégias

para sobreviver às adversidades (Hirata, 2010).

Outro elemento que dissolve esta distinção e cria laços de solidariedade entre trabalhadores e “bandidos” é a ação da polícia. Os agentes do Estado ao fazerem do crime não uma característica do ato, mas do indivíduo transgressor e do seu tipo social mais geral, possibilitam o processo de criminalização prévia de moradores de determinados territórios e sujeitos pertencentes a determinada classe, gênero, idade e raça, o que Misse (2008) nomeia de sujeição criminal. A generalização da suspeição, por parte dos agentes do Estado, tende a normalizar e mesmo legitimar a adesão a práticas ilegais, uma vez que tanto os indivíduos que se dedicam a essas práticas como os que não o fazem são tratados da mesma maneira pelas forças policiais.

Nesse sentido, resultados convergentes aparecem na literatura sobre socialização legal, indicando que a vivência em ambientes urbanos degradados e desiguais está associada à erosão progressiva da crença na justiça e na legitimidade das instituições. Komatsu e Kühn (2025) mostram que adolescentes expostos a contextos territoriais com maior violência, risco ambiental e baixa provisão de serviços tendem a apresentar trajetórias marcadas por baixa crença na justiça pessoal, mesmo quando controladas as percepções de justiça procedimental de pais, professores e policiais. Esses achados sugerem que, para além das interações institucionais diretas, o ambiente físico e urbano molda as expectativas sobre o funcionamento da justiça e os limites da proteção estatal.

Na visão de Zaluar e Ribeiro (2009), esse processo contribui para a formação de coesão e solidariedade mesmo em territórios violentos e com alta concentração de desvantagens, resultando num cenário em que apesar de existirem laços fortes, estes nem sempre se convertem em formas de controle social alinhadas com normativas universalistas (Zaluar; Ribeiro, 2009). Entretanto, autores como Silva (2012) têm mostrado que a coesão também se manifesta em áreas pobres e desorganizadas onde não necessariamente predomina o tráfico. Nessas comunidades, a proximidade cotidiana, os vínculos estabelecidos pela limitação de circulação e as redes de vizinhança favorecem laços de solidariedade. Todavia, essa coesão tende a assumir um caráter adaptativo, funcionando mais como estratégia de sobrevivência do que como eficácia coletiva. A sua conversão em controle social efetivo depende, entre outros fatores, da confiança nas instituições públicas, sobretudo na polícia, cuja presença ou ausência pode reforçar ou enfraquecer a disposição comunitária para intervir na regulação da vida local.

Diante desse panorama, é possível afirmar que as trajetórias de uma parcela relevante da juventude no Brasil são atravessadas pela desigualdade socioestrutural e pela violência urbana, fatores que dificultam o acesso às estruturas de oportunidades sociais, econômicas e culturais e que resultam em situações de desproteção, o que, por sua vez, destacam problemas associados à exclusão e à marginalidade, como o desenvolvimento de trajetórias infracionais e/ou criminais (Katzman, 2001). Isso faz com que, em alguns contextos, a juventude, entendida como transição para a idade adulta, assumam um caráter dramático. No entanto, ainda que um contexto seja o mesmo para um determinado grupo de pessoas, este não produz o mesmo efeito sobre as trajetórias de vida, nem é experienciado da mesma maneira por elas. Em outras palavras, nem todos os jovens oriundos de contextos vulneráveis abandonam a escola ou estão desempregados, assim como apenas uma parcela deles se insere na dinâmica do mercado ilegal de drogas. Desse modo, a seguinte pergunta se coloca: como se diferem as trajetórias juvenis nesses contextos? Se aprofundar nesta questão exige ajustar as lentes e focalizar em um contexto social específico. É sobre este ajuste de lentes que buscaremos tratar em seguida.

2 AJUSTANDO AS LENTES: DIFERENTES ESCALAS

Segundo John Urry (1999), o olhar é uma realização sociológica, uma vez que, olhar para um outro estabelece conexões entre indivíduos, o que proporciona a emergência da reciprocidade nas relações. Na visão deste autor, o olhar também possibilita a emergência de algumas formas de poder como a posse e a propriedade, já que possibilita que pessoas e objetos sejam controlados à distância, reunindo distanciamento e domínio. Para Urry (1999), alguns adventos modernos possibilitam a quebra dessa reciprocidade do olhar e a emergência de formas que permitem o maior controle sobre o mundo físico e material. Neste registro, a própria epistemologia moderna apresenta a ideia de um observador externo ao objeto que produz uma teoria imparcial; partindo mais de um olhar objetificador do que de uma troca de olhares, e mantendo um olhar analítico descontextualizado, atemporal e descorporalizado.

Castro-Gomez (2007) nomeia este olhar de “ponto zero” e o associa a um movimento de substituição do sujeito do conhecimento operado na modernidade. Quando Descartes postula o “penso, logo existo” o sujeito do conhecimento concebido anteriormente como divino, isto é, o próprio “deus”, é substituído pelo “eu”. Esse “eu”, assim como “deus” pode produzir um conhecimento que é verdadeiro e objetivo (nesta concepção, neutro) além do tempo e do espaço universal, sem estar condicionado a nenhuma particularidade.

Segundo Grosfoguel (2016), esse sujeito do conhecimento cartesiano se embasa em algumas premissas. A primeira é o dualismo ontológico, o qual postula que a mente é uma substância distinta do corpo. Assim, a mente não seria determinada e condicionada pelo corpo. Isso garante a pretensa universalidade do conhecimento, pois assim como “Deus”, a mente não estaria determinada por nenhuma particularidade. A segunda premissa é de ordem epistêmica. Para Descartes, o único modo do “eu” alcançar a certeza na produção do conhecimento é através do solipsismo. Neste, o sujeito pergunta e responde questões num monólogo interno até alcançar a certeza do conhecimento. Outra premissa é o reducionismo, ou seja, o estabelecimento da crença de que a realidade pode e deve ser dividida em partes isoladas e de que o conhecimento pode ser alcançado através da análise destas, ignorando as conexões existentes entre as diferentes partes. É nessa

premissa que se embasa a forma de organização das universidades que impera mundo afora, baseada na divisão em disciplinas, departamentos e programas. Embora essa especialização tenha trazido enorme desenvolvimento dos saberes na modernidade, também foi responsável por dificultar o trânsito e o diálogo entre os diferentes saberes e disciplinas (Castro-Gomez, 2007), mutilando o conhecimento (Morin, 2007).

Mas por que esta forma de pensamento se tornou hegemônica? Para Castro-Gomez (2007) e Grosfoguel (2016), isso se deu porque os europeus conquistaram o mundo, o que lhes deu a pretensão de possuírem qualidades divinas, conferindo-lhes um privilégio epistemológico sobre os povos conquistados. Nesta perspectiva, a experiência de um pequeno número de sociedades do Norte Global – isto é, Estados metropolitanos da Europa Ocidental e da América do Norte – se tornou um referencial normativo sobre a trajetória que as demais nações deveriam aspirar e seguir para alcançar uma modernização bem-sucedida. Assim, os saberes dos povos subalternizados durante o processo de colonização passaram a ser ignorados, reprimidos ou quando muito extensamente colecionados sobre o registro de credices cultivadas por sociedades “primitivas”, “tribais” ou “pré-modernas” em vias de desaparecimento. Portanto, é necessário considerar que as divisões globais do poder político, econômico, cultural e militar têm impactos sobre a produção do conhecimento (Carrington *et al.*, 2018).

Isso fica transparente quando observamos que a divisão internacional da produção do conhecimento científico, na qual os países do Norte Global figuram como elaboradores de teorias enquanto os ditos países do Sul Global – aqueles que foram alvo dos processos de colonização –, tem como missão a importação dessas teorias e sua aplicação aos problemas locais, sendo que seus achados geralmente ficam restritos ao ambiente local. Dessa forma, os fenômenos sociais no mundo periférico seriam investigados, do ponto de vista da realização – imperfeita – em teorias universais e em leis de desenvolvimento, formadas a partir da perspectiva do Norte Global. Não se leva em conta ou se ignora o fato de que a realização da modernidade no Sul é resultado dos processos de dominação levados a cabo pelo Norte: escravidão, genocídio das populações nativas, a violência de Estado na construção das nações, entre outros. Isso contribui com a visão de que o domínio global do Norte não é fruto da conquista do resto do mundo, mas de uma superioridade histórica. Para Grosfoguel (2016), Carrington *et al.* (2018) e Castro-Gomez

(2007), desconstruir isso passa por levar em conta eventos como os citados anteriormente na análise.

Da mesma forma, para ir além do dualismo ontológico, é preciso reconhecer que mente e corpo compartilham da mesma substância e por isso podem se influenciar. Deste modo, o conhecimento se produz a partir de um espaço particular do mundo e assim, não existe produção de conhecimento que não esteja situada. Para superar o solipsismo, é necessário reconhecer o “eu” como situado em relações sociais particulares, contextos históricos e sociais concretos de forma que não haveria uma produção de conhecimento monológica, deslocada de lugar e antissocial.

Finalmente, uma das saídas para o reducionismo pode ser encontrada no paradigma do pensamento complexo (Morin, 2007). Este considera que cada um de nós é um todo físico, biológico, psicológico, social e cultural integrado à complexa trama do universo. As partes que compõem um fenômeno são mutuamente dependentes, interagem entre si e se transformam, sendo por isso necessário conectar campos do conhecimento historicamente desconectados para dar conta da complexidade do real. Isso significa o compromisso com uma atitude transdisciplinar, que propõe a busca pela construção de uma ciência colaborativa, plurivocal e reflexiva, que dialogue com o devir histórico, implicada com a prática e a inovação, assumindo o compromisso de promover o conhecimento e a cidadania de forma inclusiva e transformadora.

Assim, o que se busca não é negar a ciência ocidental moderna, não se trata “de denunciar, mas reorientar; não se opor, mas modificar, não substituir, mas ampliar” (Carrington *et al.*, 2018, p. 1936). Para tanto, realizo uma aposta na sugestão de Urry (1999) para quem a superação deste quadro deve ser buscada através da mobilidade do olhar entre diferentes lentes, perspectivas e escalas.

Desde meados do século XX, pesquisadores interessados no fenômeno da criminalidade têm desenvolvido uma série de teorias e inúmeros estudos para entender por que as pessoas se envolvem em atos considerados desviantes ou transgressores. De acordo com Cerqueira e Lobão (2004, p. 236), teorias que buscam explicar qualquer comportamento social – especialmente ações criminosas ou desviantes – devem considerar pelo menos dois fatores: “a) a compreensão das motivações e do comportamento individual; e b) a epidemiologia associada, ou como tais comportamentos se distribuem e se deslocam espacial e temporalmente”. Esses fatores combinados em proporções e situações específicas poderiam explicar esse fenômeno.

Assim, a literatura criminológica pode ser vista como uma coleção de inúmeras lentes que geralmente oscilam entre abordagens atomistas e holistas, que nem sempre dialogam entre si. As abordagens atomistas, baseadas na biologia e na psicologia, geralmente sugerem que o crime é causado por características inatas ou desenvolvidas nos primeiros anos de vida dos indivíduos. Em contrapartida, as abordagens holistas ou sociológicas enfatizam a natureza plástica do comportamento humano, destacando aspectos determinantes do contexto em que os indivíduos vivem. Com base nas contribuições de Cerqueira e Lobão (2004), esses diversos modelos explicativos podem ser agrupados nas seguintes categorias:

- a) Teorias que explicam o crime em termos de patologias individuais, sejam elas biológicas, psicológicas ou psiquiátricas. Embora de forte conteúdo racista, essas teorias foram praticamente abandonadas após a Segunda Guerra Mundial, apesar de algumas tentativas contemporâneas de reabilitá-las (Cerqueira; Lobão, 2004).
- b) Teorias centradas no *homo economicus*, que veem o crime como uma atividade racional de maximização do lucro. Nessa perspectiva, a ação criminosa resulta de uma avaliação racional dos custos e benefícios, comparando os ganhos da atividade criminosa com os obtidos no mercado de trabalho legal, considerando também o peso da punição e o risco de aprisionamento (Cerqueira; Lobão, 2004).
- c) Teorias que consideram o crime como subproduto de um sistema social perverso ou deficiente. A sociedade prescreve metas culturais e meios legítimos para alcançá-las. Contudo, os meios institucionalizados para alcançar esses fins não estão igualmente disponíveis a todos, gerando comportamentos desviantes (Merton, 1966).
- d) Teorias que entendem o crime como consequência da perda de controle e da desorganização social na sociedade moderna. A teoria do controle sugere que quanto mais ligações um indivíduo tiver com sua família, vizinhos e sociedade em geral, maior será sua conformidade com o pacto social. Menos vínculos com instituições que promovem comportamentos conformistas e menor concordância com valores e normas vigentes aumentam as chances de se tornar criminoso (Cerqueira; Lobão, 2004).
- e) Correntes interacionistas que veem o crime e o desvio como resultados do processo interacional dinâmico (Becker, 2008). Estas buscam explicar o desenvolvimento de comportamentos desviantes através de conceitos como

carreira, aprendizagem, rotulagem, estigmatização e sujeição criminal. Estas correntes compartilham a ideia de que o “eu” se insere nas disposições que um sistema social estabelece para seus participantes. Assim, o desvio é estruturado através de um efeito de feedback, sendo simultaneamente causa e consequência de várias relações recíprocas desenvolvidas ao longo do tempo (Cerqueira; Lobão, 2004, p. 246).

Mesmo diante de tantas lentes, ainda existem lacunas no estudo da criminalidade. Farrington (2005) aponta que a maior parte das teorias clássicas da criminologia como a teoria da tensão, a desorganização social, a teoria da associação diferencial e a teoria do controle social são estáticas. Em outras palavras, essas lentes teóricas baseiam-se em pesquisas transversais, o que se converte em dificuldades para compreender as mudanças que ocorrem no comportamento individual ao longo do tempo. Outra crítica colocada é que algumas dessas abordagens operam em nível agregado (cidades ou bairros, por exemplo) e preocupam-se somente com as taxas de criminalidade, sem levar em conta que as flutuações nas taxas não refletem necessariamente mudanças no comportamento dos indivíduos. Assim, o fato de que muitos indivíduos podem cometer poucos crimes e alguns poucos podem cometer muitos crimes passa despercebido no nível agregado.

Além disso, é preciso reconhecer que o que se observa do ponto de vista geral também é verdadeiro no caso específico das teorias criminológicas (Carrington *et al.*, 2018). Essas foram elaboradas a partir das experiências e bases normativas das sociedades do Norte Global e exportadas para serem testadas nos países do Sul Global, sendo que nem sempre as pretensões universalistas destas teorias se confirmaram nos contextos particulares em que foram colocadas à prova. Desse modo, este trabalho pretende realizar um movimento epistemológico duplo. O primeiro diz respeito a uma atitude antropofágica diante das referências aqui utilizadas. Isso significa que autores e trabalhos de diferentes contextos foram não apenas mobilizados e apropriados, mas deglutidos criticamente e adaptados à luz da problemática aqui trabalhada, na busca por uma abordagem em sintonia com o problema de pesquisa. O segundo movimento consiste na justaposição das lentes teóricas que informam a sociologia do crime e do desvio, buscando integrar níveis estruturais, institucionais, interpessoais e individuais e explorar fatores de níveis diversos com seu contexto particular. No nível macro, aciona-se a tradição da Ecologia Humana, através das teorias da Desorganização Social e da Eficácia Coletiva, que concebem os territórios como sistemas compostos por múltiplas variáveis

estruturais, relacionais e institucionais. No entanto, para apreender plenamente os processos que se desenrolam nesse mosaico urbano, acionamos uma outra lente, de caráter micro e temporal, fornecida pela perspectiva do curso de vida. Essa integração apresenta ao menos duas vantagens. Primeiro, ambas as abordagens compartilham um pensamento sistêmico preocupado em articular diferentes dimensões para explicar fenômenos complexos. Segundo, ao considerar as trajetórias individuais ao longo do tempo, a perspectiva do curso de vida introduz uma sensibilidade às dinâmicas territoriais, temporais e biográficas que evitam as armadilhas das “falácias ecológicas” e das “ilusões biográficas”. A isso se somam outras potencialidades: a possibilidade de articular estrutura e agência, evidenciando como os indivíduos interpretam e respondem às condições impostas pelo território; a capacidade de explicar a transmissão intergeracional de desigualdades, conectando contextos comunitários a percursos familiares e juvenis; e a ênfase em como fatores estruturais incidem de modo diferenciado sobre a persistência ou a mudança nas trajetórias, permitindo compreender por que alguns jovens desenvolvem trajetórias de envolvimento no tráfico de drogas enquanto outros não, mesmo vivendo em contextos semelhantes. Ao integrar escalas espaciais e temporais, essa sobreposição também possibilita entender não apenas “onde”, mas “quando” e “como” os contextos importam, destacando o papel dos *turning points* e das redes locais. Por fim, ao conjugar essas lentes, abre-se espaço para pensar políticas públicas mais integradas, que aliem intervenções estruturais nos territórios a ações voltadas para momentos críticos do ciclo de vida, prevenindo rupturas e potencializando recursos comunitários.

Através dessa trilha, caminharemos para encarar a complexidade do fenômeno da criminalidade e gerar novos *insights* que contribuam para o avanço do campo. Tendo isto em mente, proponho uma primeira imagem: um satélite que, orbitando o planeta Terra, aponta sua câmera e coloca em foco uma cidade. De cima é possível ver um emaranhado de ruas e avenidas preenchidas por aglomerações de construções diversas. Com um pouco de *zoom*, é possível ver os diferentes tipos de telhados e tamanhos dessas construções. Em alguns lugares, é possível ver casas grandes, com piscinas azuis nos quintais e que ocupam todo um quarteirão. Em outros lugares, é possível ver que várias casas pequenas dividem o espaço de um único quarteirão. Do alto podemos ver que a cidade não é uma massa uniforme, mas sim um mosaico composto por partes que são heterogêneas e desiguais em vários aspectos. Alguns bairros são mais ricos, outros, mais pobres. Alguns bairros possuem escolas, postos de saúde e equipamentos da política de assistência social,

enquanto em outros essas instituições possuem uma presença limitada ou mesmo inexistente. Alguns bairros são tidos como seguros e como modelos da civilidade urbana, enquanto outros são rotulados como perigosos e vulneráveis, tornando-se pretensos símbolos da desordem social. Esta imagem feita por uma lente grande angular¹¹ é o nosso primeiro nível de interesse.

2.1 Ecologia Humana, Desorganização e Eficácia Coletiva

A cidade moderna é um fenômeno que surge através de uma série de transformações que levaram os contingentes populacionais que habitavam as zonas rurais a migrarem para as áreas urbanas. Esse processo, verificado em diferentes lugares do mundo, transformou o ambiente urbano em um cenário de aglomeração populacional, tendo como consequência o surgimento de uma série de questões sociais e de saúde pública: epidemias e miasmas, a poluição, habitações precárias e insalubres, o pauperismo, a marginalidade e a criminalidade urbana.

A emergência da população urbana e estes problemas decorrentes do processo de urbanização exigiu a mobilização de saberes para a compreensão e intervenção sobre estes fenômenos. Em um primeiro momento, os movimentos reformistas surgidos no século XIX, percebiam a população urbana como uma massa homogênea concentrada em espaços caracterizados pela presença de doenças e de desvios de vários tipos (prostituição, alcoolismo, crime). Esse tipo de pensamento pode ser verificado no chamado “Movimento da Temperança”, formado no contexto do processo de urbanização e industrialização estadunidense. Composto por setores conservadores e com fortes tendências religiosas, notadamente metodistas, esse movimento se engajou ativamente na empreitada moral que culminou, por exemplo, na proibição do álcool nos Estados Unidos em 1919 e lançou as bases da ideologia proibicionista. É neste momento em que as ditas classes populares passam a figurar como “classes perigosas”, representando um perigo contra a ordem estatal, sendo necessária a produção de dispositivos de controle como a repressão policial e os mecanismos de assistência para atuar sobre os indivíduos e suas famílias.

¹¹ Uma lente grande angular tem uma distância focal curta, o que significa que tem um ângulo de visão mais amplo do que o olho humano. Isso permite capturar mais da cena em uma única foto, sendo ideal para paisagens, arquitetura e fotografia de grupo. Essas lentes também tendem a exagerar a perspectiva, criando uma sensação de profundidade e distância entre os objetos na cena.

Em um segundo momento, os reformadores sociais dão lugar aos especialistas. Estes buscaram se afastar das perspectivas morais dos primeiros em direção a uma visão científica sobre as cidades modernas e suas populações. Neste contexto, o pensamento ecológico e seus conceitos fundamentais que já vinham sendo desenvolvidos em outras disciplinas como a biologia de Darwin, a antropogeografia de Ratzel e a Geografia Humana de La Blache, inspiraram os sociólogos de Chicago a formular a chamada Ecologia Humana¹² (Carvalho, 2005).

Trata-se de uma perspectiva que valoriza a dimensão do espaço, sendo ele compreendido como resultado de diferentes fenômenos como a competição, a cooperação, a adaptação e o isolamento entre indivíduos e grupos. Assim, o arcabouço conceitual da ecologia, originalmente voltado para a compreensão de fenômenos naturais passou a ser utilizado para compreensão das dinâmicas existentes entre a cultura e a sociedade e as complexas redes de interdependência que existem entre os seres humanos e o ambiente que os cerca, seja este urbano ou rural¹³.

Um marco no desenvolvimento da Ecologia Humana foi a publicação do livro *The City* em 1925, que reuniu uma coletânea de artigos de Robert Park, Ernest Burgess e Roderick McKenzie (1967). Neles os autores propõem que a cidade deve ser compreendida para além de sua estrutura física ou simplesmente como uma construção artificial. Ela deve ser vista como um produto da natureza humana, que assim como outras formas de organização social, é permeada por uma série de hábitos, costumes, sentimentos e atitudes que são transmitidos pela tradição que se forma em seu meio. Neste registro, a interação entre o sujeito e a cidade é entendida como dialética, uma vez que, os seres humanos criam as cidades em função das suas necessidades, mas as cidades recriam os seres humanos e essas mesmas necessidades. Dessa maneira, a diversidade dos

¹² Ver Carvalho (2005) para uma extensa revisão teórica sobre a emergência do pensamento ecológico em meio a diferentes disciplinas passando pela biologia, pela geografia, pela sociologia e pela psicologia.

¹³ Segundo Carvalho (2005) o uso de conceitos ecológicos também provocou descontentamento e críticas entre os contemporâneos de Park. A raiz dessa crítica, está no fato de que foram usados de forma imprecisa e para tecer generalizações incabíveis. Mesmo assumindo as diferenças entre comunidades humanas e demais comunidades animais e vegetais, muitos termos classicamente usados em análises biológicas são utilizados sem reservas pela Escola de Chicago. Termos como sucessão, que na Biologia refere-se ao deslocamento de uma espécie animal e vegetal por uma outra, no contexto do uso pelos sociólogos de Chicago é utilizado para se referir ao deslocamento de grupos étnicos, econômicos e culturais em função da pressão exercida por outros grupos. No entanto, Carvalho (2005) pontua que o termo ecologia, através do enfoque dado pela Escola de Chicago ganha um significado eminentemente sociológico: o de estudo de distribuição e de movimento de seres, grupos e instituições humanas no espaço físico-social.

indivíduos e grupos que habitam as cidades faz com que esta adquira uma organização que não é projetada. Por isso, a perspectiva da Ecologia Humana concebe a cidade como um verdadeiro laboratório, onde os fenômenos que nela emergem podem não apenas ser estudados em profundidade, mas também influenciados e transformados por meio de intervenções direcionadas.

Nos artigos de autoria de Park presentes nesta obra, o autor, influenciado pelo pensamento de Émile Durkheim, reflete sobre questões relativas ao ambiente social e as formas de controle social. Na sua visão, a primeira e mais íntima porção do ambiente social é o nosso próprio corpo. Depois dele, nossas roupas, ferramentas e outros objetos que de alguma maneira passam a integrar nossa personalidade, à medida que tomamos consciência da sua existência. Outra parcela desse ambiente íntimo ao qual um indivíduo responde é a sua família. Dessa forma, Park (1967) destaca que em condições mais simples de vida, a família domina o indivíduo, não sendo estes conectados de acordo com seus sentimentos pessoais, mas sim como membros de suas famílias. Neste contexto, os indivíduos não possuem *status* social independente de seu grupo, muito menos responsabilidades pessoais, exceto aquelas que possuem como membros de um grupo familiar.

Nos ambientes sociais em que a vizinhança ganha importância, o papel da família se transforma, de modo que, essa esfera, situada para além das relações primárias, passa a influenciar os indivíduos. No entanto, Park (1967) pontua que a existência da família e da vizinhança tem sua existência embasada no costume e na tradição, sendo seus laços um produto natural que surge de modo espontâneo e irrefletido das respostas dos indivíduos que vivem juntos em intimidade e mantêm relações face a face. Assim, o controle dos indivíduos e imposição das normas sociais é feito pela intuição e senso-comum.

Na medida em que se constituem unidades sociais mais amplas, como as comunidades urbanas, instituições como as igrejas, as escolas e os tribunais ganham relevância em termos do controle social. Partindo das suas formas de controle racionalizado e através da sua mediação, a comunidade é capaz de suplementar ou mesmo suplantar a família e a vizinhança como uma nova forma de disciplinar e controlar os indivíduos. Apesar disso, dado que no ambiente urbano as relações sociais são mais formais e menos íntimas, os indivíduos acabam por adquirir maior liberdade em relação

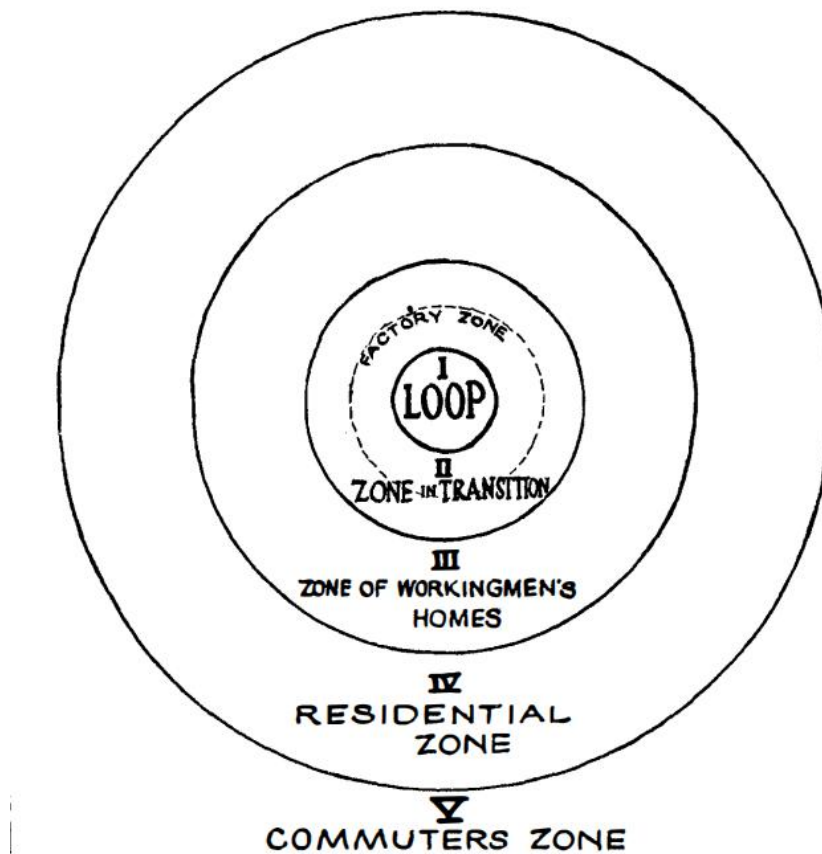
aos seus grupos. Na visão de Park (1967) isso acontece porque a cidade traz consigo a divisão do trabalho social e inovações nas formas de comunicação e transporte, o que possibilita que os indivíduos possam distribuir sua atenção e viver ao mesmo tempo em vários mundos diferentes. Isso funciona como um mecanismo de diferenciação individual, uma vez que, as disposições dos sujeitos podem ser livremente expressadas. Segundo Park (1967), é por isso que nas cidades, os artistas, os boêmios e os excêntricos encontram seu habitat natural e podem encontrar regiões morais, isto é, lugares onde podem encontrar seus semelhantes e se reunir segundo seus gostos e interesses, podendo extravasar seus sentimentos e emoções, ainda que estes sejam divergentes da moral mais ampla. Por isso, na visão dos pioneiros da Escola de Chicago, essa diversidade cultural e normativa pode promover processos de adaptação e inovação que renovam o espaço urbano.

Park e seus colegas (1967) também percebem a existência de dinâmicas de segregação e classificação das populações e as áreas em que essas habitam. Uma destas dinâmicas diz respeito ao fenômeno da formação, no contexto estadunidense, de guetos étnicos como os bairros negros e latinos, as *little italys* e as *chinatowns*, por exemplo. A marginalização dos indivíduos pertencentes a estes grupos frente à sociedade mais ampla favorece sua concentração espacial, de modo que a proximidade e o contato entre sujeitos semelhantes que coabitam uma mesma área tendem a gerar e reforçar a intimidade e os laços de solidariedade entre eles, fazendo com que o espaço em que habitam adquira tradições e costumes específicos. Neste contexto, as relações primárias mantêm sua força, apesar das dinâmicas de individuação e da emergência de controles formais. Assim, essas vizinhanças acabam por formar uma organização social e política próprias, além de formas de vida mais ou menos autônomas das outras ao seu redor, o que possibilita que a cidade possa ser um mosaico de pequenos mundos que se tocam, mas não se interpenetram.

Se a formação dos guetos étnicos é compreendida por Park e seus colegas como uma forma de organização social, a associação entre os fenômenos da migração, pobreza, heterogeneidade étnica e a mobilidade residencial podem contribuir para seu oposto, isto é, para a desorganização social. Em um artigo também publicado no livro *The City*, Ernest Burgess (1967), baseado na realidade de Chicago, propõe o modelo teórico dos círculos concêntricos para explicar a expansão das cidades. Neste, cada um dos círculos representa

uma zona caracterizada por um tipo de organização social distinta. Assim, o núcleo da cidade seria a zona comercial e industrial, funcionando como centro gravitacional que atrai trabalhadores das demais zonas. Em seguida, está a zona de transição, que além de indústrias também possui residências precárias ocupadas por indivíduos pobres, de variadas origens e recém-chegados à cidade e que por isso buscam aluguéis mais baratos e habitações próximas ao local em que trabalham. Finalmente, os círculos mais externos seriam o lar daqueles com melhor *status* socioeconômico e mais bem adaptados à vida urbana e que por isso teriam melhores condições de pagar aluguéis de moradias em melhor estado.

Figura 1 – Modelo das Zonas Concêntricas



Fonte: Retirado de Park *et al.*, 1967, p. 51.

A zona de transição se caracteriza pela degradação física de seus prédios e por concentrar uma série de problemas sociais como a pobreza, doenças, suicídios, criminalidade e delinquência juvenil. Deste modo, esses bairros da zona de transição testemunhariam uma forte mobilidade residencial, já que assim que conseguem se estabelecer minimamente, os indivíduos e suas famílias se mudam dessas áreas. Assim, apesar dessas mudanças na composição da população, os pioneiros da Ecologia Humana notaram que os problemas sociais tendiam a persistir nestas áreas ao longo dos anos.

2.1.1 Desorganização Social e Eficácia Coletiva

Em um trabalho seminal publicado em 1942, Shaw e McKay aprofundam a compreensão da persistência desses problemas, especialmente da delinquência juvenil. Ao analisarem registros oficiais sobre o perfil de adolescentes que cometiam atos infracionais, os autores perceberam um padrão recorrente: apesar de coletarem dados de três períodos distintos, entre 1900 e 1933, os casos continuavam concentrados nos mesmos locais: nas chamadas zonas de transição.

Para Shaw e McKay (1942), a presença nessas áreas de fatores estruturais como baixo nível socioeconômico, heterogeneidade racial e alta instabilidade residencial seriam indicadores de desorganização social. Isso ocorreria porque, com a chegada constante de novos habitantes de diferentes origens, valores e códigos normativos, a comunidade se tornaria incapaz de estabelecer consensos normativos sólidos, enfraquecendo o controle social sobre os moradores. Na visão dos autores, esse cenário de desorganização social – caracterizado por laços comunitários instáveis e pelo dissenso em torno de valores e normas – dificulta a mobilização coletiva para solucionar problemas comuns. Assim, o enfraquecimento dos controles sociais primários favorece o surgimento e a perpetuação de estruturas de oportunidades ilegais, sustentadas por estilos de vida desviantes, que são transmitidos geração após geração nas áreas socialmente desorganizadas.

A importância da Teoria da Desorganização Social de Shaw e McKay (1942) reside na demonstração empírica de que características macrosociológicas de uma vizinhança afetam o comportamento dos indivíduos, na medida em que estas têm impacto direto sobre os vínculos sociais estabelecidos e sua qualidade. Desse modo, esses autores rejeitaram explicações nas quais o crime e o desvio deveriam ser compreendidos a partir

dos indivíduos, enfatizando em seu lugar o papel desempenhado pelas características das comunidades em que estão inseridos. No entanto, dos anos 1950 até os anos 1980, a Teoria da Desorganização Social sofreu uma série de críticas – as quais abordaremos mais adiante – o que levou ao seu abandono como uma explicação viável para estudos empíricos.

Essa teoria só volta a receber atenção a partir dos anos 1980 através de uma série de trabalhos que buscavam compreender o papel do espaço urbano e das relações nele estabelecidas na redução do crime. Assim, é necessário considerar algumas questões que favoreceram esta retomada (Oliveira, 2016; Silva, 2012). Em primeiro lugar, é possível destacar a evolução da computação, especialmente dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG), e o avanço de técnicas estatísticas que permitiram o desenvolvimento de novas metodologias de pesquisa.

Em segundo lugar, observa-se uma renovação do interesse de diferentes áreas do conhecimento – como a saúde pública e os estudos ambientais – nas discussões sobre o papel da comunidade e suas características estruturais na determinação de fenômenos sociais diversos. Neste contexto, ganha relevo o conceito de vulnerabilidade social, que desloca o foco das análises de atributos individuais para os contextos sociais como determinantes centrais das suscetibilidades. Mais do que uma condição pessoal, a vulnerabilidade passa a ser compreendida como uma posição relacional dentro da estrutura social, marcada pela precarização do trabalho, fragmentação de vínculos sociais e acesso desigual a bens, serviços e oportunidades, na qual há um descompasso entre os recursos disponíveis a indivíduos e grupos e as oportunidades estruturais que permitem sua integração social (Scott *et al.*, 2018). Dessa forma, pode-se afirmar que a vulnerabilidade social funciona, em termos analíticos, como um *proxy* da desorganização social: ambos remetem a condições estruturais que limitam a capacidade de organização comunitária e reduzem a eficácia do controle social. Enquanto a tradição ecológica da Escola de Chicago enfatiza a pobreza, a heterogeneidade e a instabilidade residencial como variáveis-chave, os indicadores de vulnerabilidade permitem operacionalizar dimensões semelhantes, atualizando e ampliando a compreensão clássica das dinâmicas de fragmentação comunitária.

Em terceiro lugar, e detalhado mais adiante, está a popularização do conceito de capital social e sua contribuição no sentido de demonstrar o papel dos laços, das redes

sociais e das normas sobre várias dimensões da vida de indivíduos e comunidades. Neste contexto, destaca-se notadamente os trabalhos de Robert Sampson e seus colegas sobre a noção de Eficácia Coletiva, a partir de dados coletados por meio do *Project on Human Development in Chicago Neighborhoods* (PHDCN). Neste contexto, Sampson e Groves (1989), reconhecem méritos no trabalho de Shaw e Mckay, muito embora também identifiquem problemas com as definições apresentadas por eles. Em uma abordagem inovadora, esses autores se propuseram a medir não a desorganização social em si, mas, ao contrário, a capacidade de organização e mobilização de uma comunidade para manter a ordem e promover o bem-estar coletivo.

Enquanto a Teoria da Desorganização Social enfatiza a força dos laços sociais como mecanismo essencial para a internalização de valores conformistas e o fortalecimento do controle social – assumindo que a coesão social é um pré-requisito para a ação coletiva –, a Teoria da Eficácia Coletiva sugere uma perspectiva distinta. Para Sampson e seus colegas, mais importante que os laços sociais em si são as expectativas compartilhadas de que a comunidade pode ser mobilizada quando necessário (Oliveira, 2016). Assim, além da coesão, a confiança entre os membros da comunidade torna-se um fator essencial na disposição para exercer o controle social.

Em outras palavras, mesmo que em um determinado bairro, os moradores não possuam relações próximas ou interações frequentes, a Eficácia Coletiva pode se manifestar na expectativa de que, diante de certas circunstâncias, a comunidade responderá de forma coordenada e engajada. Assim, a Eficácia Coletiva não seria um atributo permanente da comunidade, mas sim um recurso acionado estrategicamente para alcançar objetivos específicos, como garantir a segurança, acessar serviços públicos ou melhorar a qualidade de vida local. Como observa Salgado (2023), essa capacidade de mobilização permite que a comunidade estabeleça pontes com instituições e atores externos, como órgãos governamentais responsáveis por serviços essenciais, incluindo saúde, educação, lazer e justiça.

Nos estudos de Sampson e seus colaboradores (Sampson; Groves, 1989; Sampson; Raudenbush; Earls, 1997), a confiança e a coesão social são mensuradas por meio de questões como: “as pessoas neste bairro são unidas”, “as pessoas neste bairro são confiáveis”, “as pessoas possuem os mesmos valores e interesses” e “as pessoas estão dispostas a ajudar seus vizinhos”. Já o controle social é avaliado por meio de perguntas

que investigam a possibilidade de os vizinhos tomarem atitudes caso presenciem situações como “jovens faltando à aula e conversando na rua”, “jovens pichando construções locais”, “brigas em frente à sua casa” ou “cortes no orçamento de equipamentos públicos locais”. Essas métricas permitiram evidenciar empiricamente a relação entre eficácia coletiva e a capacidade de uma comunidade manter a ordem e minimizar a criminalidade.

Evidências empíricas provenientes destes estudos reforçam a importância da Eficácia Coletiva na redução da criminalidade. Um dos estudos mais influentes sobre o tema é *Neighborhoods and violent crime: a multilevel study of collective efficacy*, publicado por Sampson, Raudenbush e Earls (1997) na revista *Science*. Neste trabalho, os autores analisaram 343 bairros de Chicago, com base em uma amostra de 8.782 residentes, e constataram que comunidades com altos níveis de eficácia coletiva apresentavam taxas significativamente menores de crimes violentos, independentemente de fatores como pobreza, composição racial e instabilidade residencial. Os resultados demonstraram que a confiança mútua e a capacidade de ação conjunta dos moradores são fatores cruciais na manutenção da ordem social e na prevenção da violência. Especificamente, um aumento de 2 desvios-padrão na eficácia coletiva foi associado à redução de 39,7% na taxa de homicídios nos bairros analisados, a redução de 30% na probabilidade de vitimização violenta para os moradores e a redução de 45% na violência percebida, mesmo após controle de variáveis socioeconômicas. Além disso, o estudo demonstrou que a eficácia coletiva atua como um fator mediador entre a pobreza e a criminalidade: bairros marcados por altos níveis de desvantagem socioeconômica apresentaram menos crimes violentos quando possuíam forte eficácia coletiva. Esse efeito foi mais significativo do que fatores estruturais isolados, como nível de renda ou densidade populacional. Por fim, os autores constataram que a Eficácia Coletiva explicou mais de 75% da variação nos níveis de violência entre os bairros, reforçando sua importância como um mecanismo essencial para a segurança urbana.

Sampson aprofunda essa discussão em seu livro *Great American City: Chicago and the enduring neighborhood effect* (2012), no qual explora de forma sistemática a importância dos efeitos de vizinhança na modelagem do comportamento individual e dos resultados sociais. Utilizando uma ampla base de dados coletados ao longo de quase duas décadas por meio do PHDCN, o autor analisa como a estrutura social da cidade influencia

diversos fenômenos, incluindo criminalidade, saúde pública, mobilidade econômica e desigualdades raciais. O estudo é baseado em *surveys* longitudinais com mais de 3.800 famílias, três ondas de pesquisas comunitárias envolvendo mais de 8.000 residentes, entrevistas com 2.800 líderes comunitários, além de registros criminais, dados censitários, gravações georreferenciadas de mais de 23 mil ruas e um experimento social que analisou a reação a mais de 3.000 cartas perdidas.

Um dos principais achados do livro é que os bairros possuem uma influência duradoura e estruturante sobre os indivíduos, contrariando a ideia de que as escolhas pessoais são feitas de maneira isolada. Sampson (2012) argumenta que fatores como segregação espacial, desigualdade econômica e Eficácia Coletiva moldam de forma contínua as oportunidades e restrições enfrentadas pelos moradores. Assim, o autor demonstra que bairros com altos níveis de eficácia coletiva – isto é, onde há coesão social, confiança mútua e capacidade de ação conjunta – apresentam menores taxas de criminalidade e maior acesso a bens e serviços públicos. Esse efeito se mantém mesmo após controle de fatores estruturais, como pobreza e composição racial. Além disso, Sampson evidencia que a eficácia coletiva atua como um mecanismo protetor contra os impactos negativos da desvantagem socioeconômica, favorecendo não apenas a segurança, mas também o bem-estar geral da comunidade.

De acordo com Oliveira (2016), a abordagem da Eficácia Coletiva, diferentemente da Teoria da Desorganização Social, abre espaço para processos de transformação e mudança social, ao reconhecer que intervenções podem ser promovidas pelo engajamento comunitário. Dessa forma, fortalecer vínculos entre os moradores – e, sobretudo, entre a comunidade e o poder público – pode aumentar o controle social e facilitar o acesso a bens coletivos. Nesse contexto, a coesão social pode favorecer a mobilização comunitária, mas não é uma condição necessária para sua ocorrência. Isso se deve ao fato de que indivíduos e grupos podem recorrer a laços fracos – aquelas conexões interpessoais que, apesar de menos intensas, possibilitam o fluxo de informações e oportunidades entre diferentes redes sociais (Granovetter, 1985). Um bom exemplo são lideranças comunitárias que possuem contatos com autoridades políticas ou veículos de imprensa e que, apesar da falta de coesão comunitária, conseguem mobilizar esses contatos com o objetivo de transformar problemas locais em importantes problemas públicos. Assim, mesmo comunidades com relações sociais mais fragmentadas podem demonstrar alta

eficácia coletiva, desde que consigam ativar redes de apoio e recursos institucionais quando necessário.

Cabe aqui ressaltar que, nessa perspectiva, as redes de controle são compreendidas em três níveis distintos: privado, paroquial e público (Hunter, 1985). O controle privado se refere aos grupos primários e mais íntimos, como a família e os amigos mais próximos. Este tipo de controle tem como base o apoio e a estima mútua. O segundo nível de controle social se refere ao nível paroquial, isto é, as redes interpessoais localmente situadas e sua interlocução com instituições baseadas em um dado território como igrejas, escolas, associações de diversos tipos e equipamentos públicos. Finalmente, os controles públicos são aqueles que envolvem as redes locais e as agências externas como instituições governamentais, sendo o controle uma expressão da capacidade de uma determinada vizinhança de garantir o acesso a bens e serviços públicos de fontes externas.

Assim, pressupõe-se que o fenômeno da criminalidade é mais provável onde as redes de controle são incapazes de prover serviços a uma determinada comunidade. Com isso, a Teoria da Desorganização Social passa a ser articulada com a Teoria do Capital Social (da qual trataremos mais adiante), que entende que as redes de controle social, as normas de reciprocidade e a confiança interpessoal são fatores fundamentais para a cooperação entre indivíduos e a busca por bens comuns (Silveira, 2008). Dessa perspectiva, a capacidade de uma comunidade para enfrentar problemas locais dependeria não apenas da presença de laços fortes entre seus membros, mas das configurações assumidas pelas redes de controle, ou seja, do conjunto de mecanismos responsáveis por estabelecer e reforçar normas, valores morais e metas coletivas.

2.1.2 Críticas

Conforme mencionado anteriormente, é preciso pontuar que as Teorias da Desorganização Social e da Eficácia Coletiva têm sido alvo de diversas críticas. Em primeiro lugar, aponta-se a dificuldade de se diferenciar o conceito de desorganização social daquilo que este busca explicar: o crime e a delinquência (Silva, 2012). Dessa forma, os críticos apontam para uma tautologia, já que “a causa do fenômeno que se deseja explicar é definida em termos do seu resultado” (Silva, 2012, p. 35), fato que resultaria em implicações negativas sobre o valor teórico e empírico deste conceito.

Outras críticas às Teorias da Desorganização Social e da Eficácia Coletiva, dizem respeito ao caráter moral e normativo delas, especialmente da ideia do que constitui uma comunidade desorganizada. Evidencia-se assim, que embora essa perspectiva busque uma abordagem científica, ainda está presente um forte componente da moral puritana que mobilizou os movimentos reformistas que primeiro lidaram com os problemas advindos do processo de urbanização. Ao focar nas comunidades e bairros pobres, partindo de noções calcadas em expectativas sociais típicas da vida da classe média, esse corpus teórico, segundo seus críticos, tende a vislumbrar especialmente as deficiências, desvios e ausências dessas comunidades. Ao mesmo tempo, invisibiliza as lógicas internas de organização, as moralidades múltiplas coexistentes e as diversas práticas sociais mobilizadas nesses contextos (Rocha, 2017).

Assim, a Teoria da Eficácia Coletiva coloca como uma expectativa a ideia de que as comunidades se mobilizem para se livrar dos crimes. No entanto, é preciso considerar que a categoria crime é socialmente construída, assim como a reação moral às práticas assim definidas. Portanto, as definições de delinquência ou desordem variam conforme o contexto, sendo necessário compreender o que uma determinada comunidade considera como uma conduta desviante. Para ficar em um único exemplo, Rocha (2017) relata que embora o tráfico de drogas seja definido como um crime hediondo pelo código penal brasileiro, havendo todo um aparato estatal voltado para a repressão do comércio de substâncias ilícitas, é comum ouvir moradores de favelas de Belo Horizonte se referirem a esta atividade como um trabalho ou ocupação. Apesar de terem a ciência de que esta é uma prática ilegal, o tráfico de entorpecentes não figura entre as prioridades quando se trata da manutenção da ordem local.

Uma das críticas mais relevantes às Teorias da Desorganização Social e Eficácia Coletiva se volta contra uma suposta validade universal dessas teorias. Autores como Arias e Montt (2018) pontuam que esse *corpus* teórico está muito embasado na realidade estadunidense, sendo necessário observar especificidades sócio-históricas nas tentativas de adaptação desta teoria em outros contextos. Assim, enquanto a migração para as áreas urbanas é um fenômeno que data do início do século XX nos EUA, Arias e Montt (2018) pontuam que na América Latina isso se iniciou somente a partir da década de 1960. Além disso, enquanto no contexto estadunidense os migrantes se estabeleceram em zonas deterioradas que outrora abrigaram as residências das “melhores famílias” (Burgess,

1967, p. 51), na realidade latino-americana, aqueles que vieram das zonas rurais para se estabelecer nos centros urbanos, sem meios para adquirir formalmente uma casa desenvolveram estratégias coletivas que muitas vezes passaram pela ocupação ilegal das margens da cidade. Assim, essas comunidades foram basicamente construídas por seus próprios habitantes e foram, ou ainda são, caracterizadas pela ausência de serviços públicos básicos como esgotamento sanitário ou planejamento urbano.

É possível que este seja um elemento que ajude a explicar por que as conclusões obtidas no contexto estadunidense não necessariamente se verificam em outros contextos, especialmente na América Latina. Nas periferias e favelas brasileiras, locais que poderiam ser classificados como desorganizados, encontram-se fortes indícios de coesão social e laços afetivos entre seus habitantes (Villarreal; Silva, 2006) e várias iniciativas de ações comunitárias como times de futebol, escolas de samba e associações de moradores. Silva (2014), por exemplo, ao explorar a realidade de Belo Horizonte através de dados de crimes da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) e de uma pesquisa de vitimização encontra que a participação de indivíduos em associações não se traduz em menores taxas de criminalidade em uma comunidade, mas ao contrário: verifica-se uma associação positiva entre participação e criminalidade. Segundo este autor, isto pode ser compreendido como resultado de um processo social específico, no qual, diante da concentração de desvantagens sociais, a participação se torna uma estratégia de sobrevivência em áreas violentas.

Ainda neste registro, Rocha (2017) aponta que a Teoria da Eficácia Coletiva tem dificuldades de lidar com a multiplicidade de papéis e afetividades e a diversidade normativa existentes em um contexto particular. Embora a violência e a criminalidade sejam fatores importantes, os atores envolvidos nessas dinâmicas não são apenas “delinquentes locais”, mas também indivíduos que cresceram nas comunidades e participam dos espaços de socialização existentes: são irmãos, primos ou amigos de infância de outros moradores, jogam bola na rua, compram de consumidores locais, ou seja, possuem múltiplos papéis no contexto local.

Ademais, a crescente inserção do tráfico de drogas e a cooptação de jovens para suas atividades em contextos vulneráveis acrescentam dificuldades notáveis na pretensão comunitária de exercer controle social sobre os indivíduos. Isto se dá uma vez que o controle social sobre atores armados em um território necessita do apoio de instituições

externas, notadamente, da polícia. No entanto, conforme pontuam Arias e Montt (2018), o policiamento no contexto latino-americano emergiu de um quadro histórico de repressão e abuso das populações vulneráveis. Além disso, a precarização das condições de trabalho policial, incluindo salários baixos e infraestrutura inadequada, aumenta a propensão à corrupção. Assim, a produção da ordem e da lei são constantemente negociadas e estão em constante mudança, de forma que, os agentes lançam mão de vias legais e ilegais de modo simultâneo e negociam as regras, limites, protocolos, de tal modo que as próprias fronteiras do Estado se estendem ou são refeitas na busca de segurança (Das; Pole, 2004). Isso se verifica, por exemplo, nas relações entre policiais e traficantes baseadas na extorsão, na ameaça e na chantagem pagas em dinheiro, armas e outros itens; e na ação policial nas margens, que acusa e incrimina indivíduos mesmo antes do cometimento de atos ilícitos, operando também nas dobras do legal e do ilegal (Misse, 2008; Telles, 2010). Esse cenário expõe populações vulneráveis a formas de violência perpetradas por agentes do Estado, o que fomenta a desconfiança dessas populações nas forças de segurança, afetando, por sua vez, o desenvolvimento de formas de controle social eficientes nestes contextos.

Finalmente, existem também críticas apontando que a Teoria da Desorganização Social comete uma falácia ecológica ao realizar inferências sobre o comportamento individual a partir de dados agregados como as características dos bairros, onde esses sujeitos residem. Em outras palavras, mesmo que um indivíduo more em um bairro que possua os fatores de risco sublinhados pela Teoria da Desorganização Social como baixo nível socioeconômico e alta mobilidade residencial, não necessariamente significa que irá se engajar em uma trajetória criminal.

Mesmo considerando essas críticas, não se pretende aqui “jogar a criança fora junto com a água do banho”. Apesar das limitações apontadas, as teorias aqui discutidas apresentam relevantes contribuições para o estudo da criminalidade e a formulação de políticas públicas de prevenção, ao destacarem fatores macrossociológicos associados ao fenômeno e pela capacidade de apontar territórios e comunidades que devem ser alvo prioritários de intervenções do poder público (Silveira, 2008). Assim como uma fotografia feita por uma lente grande angular, essas teorias nos permitem capturar paisagens. Seguindo Urry (1999), este trabalho pretende se movimentar desta visão ampla para retratos individuais com o objetivo de compreender a diferenciação das trajetórias

de vida de adolescentes e jovens em um contexto de vulnerabilidade. Para tanto, na próxima seção discutiremos a lente utilizada para a captura desses retratos: a perspectiva do curso de vida.

2.2 Da Perspectiva do Curso de Vida: a Criminologia Desenvolvimental e do Curso de Vida

A perspectiva do curso de vida constitui um campo de estudos que tem como foco a vida de um indivíduo ou grupo de indivíduos, com o objetivo de entender a trajetória de vida, as experiências vivenciadas e as relações sociais que influenciam o desenvolvimento humano. Esta é uma abordagem que considera que as experiências e eventos vividos pelos indivíduos ao longo do tempo são fundamentais para a compreensão da vida humana e aglutina diferentes áreas do conhecimento.

No âmbito da Sociologia, diferentes autores apontam duas obras seminais dessa perspectiva. Uma delas é o ensaio *Das Problem der Generationen*, publicado em 1928 [1970] por Karl Mannheim. O chamado “Problema das Gerações” se caracteriza como uma maneira de compreender o devir histórico tendo como foco os mecanismos através dos quais as sociedades incorporam as novas gerações na vida coletiva. Toda sociedade enfrenta o desafio de incorporar continuamente novos entrantes no fluxo social, sendo que essa incorporação pode tencionar, de várias maneiras, as estruturas que sustentam e reproduzem a ordem social, gerando mudanças no *status quo*. Assim, as novas gerações introduzem novos pontos de vista, que geram conflitos e exigem negociações e posicionamentos das várias gerações que convivem no mesmo tempo histórico (Cardoso, 2015).

Outra obra considerada seminal é o livro *The Polish Peasant in Europe and America*, publicado em 1918 por Florian Znaniecki e William I. Thomas (Rosenthal, 2017; Santos *et al.*, 2020). Nesse trabalho, os autores buscaram compreender, através da análise de materiais biográficos como cartas e diários, como a transformação da área rural na Polônia causou uma onda migratória para os Estados Unidos, e como se deu o processo de integração dos imigrantes poloneses na sociedade estadunidense. Este livro traz importantes ideias sobre curso de vida que denotam simultaneamente o desenvolvimento da personalidade, coleção de histórias de vida e um método para a compreensão das relações entre os indivíduos e seu meio ou contexto. Foi por conta deste trabalho que o uso dessa técnica de pesquisa gozou de grande popularidade entre

as obras publicadas entre os anos 1930 e 1940 pelos sociólogos formados em Chicago (Becker, 1993).

Uma dessas obras é *The Jack Roller: A Delinquent Boy's own story*, de Clifford Shaw ([1930] 2013). Neste trabalho, somos apresentados à autobiografia de Stanley, jovem com o qual Shaw, que era técnico do Sistema de Justiça Juvenil, manteve contato durante seis anos. Neste período, Shaw pôde acompanhar e entender o comportamento e o background do jovem, trabalhando em prol de sua ressocialização. Dessa forma, para o sociólogo, a história de vida cumpria uma missão dupla, pois era uma forma de tratar e estudar jovens infratores, pois oferecia base para um plano de tratamento individualizado às atitudes, aos interesses e à personalidade do jovem, além de dar suporte para construção de estudos exploratórios e orientações preliminares que permitam compreender problemas específicos e formular hipóteses.

Apesar da promissora agenda de pesquisa constituída em torno das histórias de vida pelos sociólogos de Chicago, a partir de 1940, com a progressiva hegemonia do estrutural funcionalismo de Talcott Parsons e das investigações baseadas na metodologia de *survey*, as pesquisas passaram a se apoiar principalmente em dados quantitativos e transversais¹⁴, relegando a investigação da diacronia a um segundo plano (Blanco, 2011).

De forma paralela aos sociólogos, os psicólogos interessados pela temática do desenvolvimento infantil, desde o fim da década de 1920, começaram a desenvolver pesquisas com desenhos longitudinais, recolhendo dados sobre os sujeitos em diferentes períodos do tempo, durante vários anos (Elder *et al.*, 2003). Neste registro, estudos como *Oakland Growth Study* e *Berkeley Guidance Study* foram desenhados para seguir o padrão desenvolvimental da criança e inicialmente não tinham a intenção de extrapolar o tempo da infância, mas acabaram se estendendo para a fase adulta e para além dela, coletando informações sobre a educação, o trabalho, o casamento e a paternidade.

Um importante estudo nesta seara, foi conduzido pelos criminólogos Sheldon e Eleanor Glueck sobre a delinquência juvenil e a criminalidade adulta. Na pesquisa que resultou na publicação de *Unravelling Juvenile Delinquency* (1950) e outras sucessivas publicações entre 1956 e 1970, os Glueck analisaram as trajetórias de vida de 500

¹⁴ Uma pesquisa transversal é um tipo de estudo observacional que coleta dados de uma população ou de uma amostra representativa em um único ponto no tempo. Este método é utilizado para descrever características, prevalências ou relações entre variáveis em um determinado momento, sem acompanhar as mudanças ao longo do tempo.

jovens delinquentes e 500 não delinquentes. Todos os sujeitos foram entrevistados pela primeira vez entre os 10 e os 17 anos, sendo coletadas informações sobre características sociais, psicológicas e biológicas, vida familiar, performance escolar, experiências de trabalho, passagens pelo Sistema de Justiça Criminal e outros eventos entre 1939 e 1948. Entre 1949 e 1963, os sujeitos foram entrevistados mais duas vezes, uma com 25 anos e outra aos 32 anos de idade, respondendo questões sobre número de filhos, casamento, divórcio, experiências de emprego, trajetória escolar, serviço militar e cometimento de delitos. Segundo Sampson e Laub (1993), levando em conta a taxa de mortalidade do período, a sequência do estudo teve um sucesso de 92%.

Entre os achados substanciais dos Glueck está a verificação da importante relação entre a prática de delitos e a idade. Em todas as suas pesquisas, eles encontraram que à medida que os sujeitos envelheciam, a taxa de crimes caía, até entre os casos mais extremos. Além disso, os autores argumentavam que a idade de início era um fator importante na constituição de uma carreira criminoso e que deveria ser levada em conta na formulação de políticas públicas (Sampson; Laub, 1993). Também encontraram indícios da estabilidade de padrões delinquentes através do ciclo de vida. Os integrantes do grupo delinvente tiveram trajetórias diferentes dos integrantes do grupo controle, sendo a vida familiar um dos fatores mais importantes na distinção entre os grupos. Indivíduos oriundos de famílias com disciplina frouxa, combinada com punições erráticas, baixa supervisão e laços emocionais fracos tinham a mais alta probabilidade de delinquir (Sampson; Laub, 1993)¹⁵.

Apesar da extensão dos seus achados, estudos como o dos Glueck foram alvo de relevantes críticas. Em primeiro lugar, Elder e colegas (2003) aponta que estes não tinham como objetivo e nem foram desenhados para reconhecer ligações entre os indivíduos e o contexto no qual se inseriram, muito menos capturar a influência das várias transformações sócio-históricas ocorridas durante o século XX em suas vidas (Elder *et al.*, 2003). Em segundo lugar, a adoção de uma linha explicativa de raiz

¹⁵ Complementando essa linha de investigação, Sampson e Laub (2006), em *Shared Beginnings, Divergent Lives: Delinquent Boys to Age 70*, retomaram os dados originais dos Glueck e acompanharam os indivíduos até a velhice, oferecendo uma perspectiva longitudinal rara. Os autores demonstraram que, embora fatores da infância – como pobreza, desempenho escolar precário e vínculos familiares frágeis – estejam associados ao envolvimento com o crime, eles não determinam de forma absoluta a trajetória de vida. Ao contrário, identificaram que pontos de inflexão na vida adulta, como o casamento, o serviço militar ou a obtenção de um emprego estável, funcionam como mecanismos de reorientação capazes de promover a desistência da atividade criminoso. Assim, o estudo reforça a ideia de que há continuidade e acumulação de desvantagens ao longo da vida, mas também abertura para mudanças significativas, destacando a interação entre estruturas sociais e escolhas individuais como elemento central na explicação das trajetórias criminais.

individualizante com excessivo foco na constituição biopsíquica, no temperamento e nas primeiras influências familiares, terminava por subestimar ou ignorar os efeitos de variáveis tradicionalmente sociológicas como o *status* socioeconômico, os grupos de pares, cultura e características comunitárias. Além disso, no caso dos Glueck, a presença de julgamentos morais, o viés de classe média, a orientação puramente pragmática e a ausência de reflexões teóricas são apontadas como razões pelas quais suas pesquisas foram e ainda são alvo de críticas.

No campo das outras ciências humanas, após o final da Segunda Guerra Mundial, os testemunhos dos sobreviventes dos campos de concentração tiveram uma grande importância para o reavivamento das abordagens biográficas no contexto internacional (Rosenthal, 2017). Esses testemunhos tiveram um impacto profundo na compreensão do Holocausto e de outros crimes contra a humanidade, e contribuíram para a promoção da justiça, da memória das vítimas, além de possibilitar uma compreensão mais ampla e humanizada das consequências das ideologias totalitárias e das políticas de extermínio.

Com a efervescência da virada entre os anos 1960 e 1970, na qual emergiram movimentos associados à contracultura, à luta por direitos civis, ao feminismo e à descolonização dos países da África, as abordagens biográficas passaram a atrair novos interessados. Uma importante contribuição veio dos demógrafos franceses. Eles estavam preocupados em compreender a relação entre os fenômenos demográficos que até então eram estudados separadamente. Na ausência de bancos de dados longitudinais, os franceses buscaram compreender essas interações através do estudo de biografias, procurando demonstrar como um acontecimento familiar, econômico ou de outro tipo é enfrentado por um indivíduo e como esses ocorridos modificam a possibilidade de que se produzam outros eventos em sua existência (Blanco, 2011). Havia também a intenção de se estabelecer conexões entre os padrões de vida das coortes e a mudança social. Segundo essa perspectiva, as novas coortes promovem a oportunidade para que a mudança social aconteça, assim a comparação entre trajetórias de diferentes coortes é uma maneira de se estudar a dinâmica e as transformações na sociedade.

Outra contribuição importante se deu com o surgimento da Nova História Social. Enquanto o paradigma tradicional da historiografia, até os anos 60, baseava-se em documentos oficiais e entendia a história como narrativa dos acontecimentos relativos ao Estado Nação e as elites dominantes; a chamada Nova História representou uma virada, pois começa a se difundir o uso de entrevistas em profundidade e o interesse por

aspectos variados da atividade humana, como a infância, a morte, a sexualidade e a loucura, tópicos que até então não haviam atraído a atenção dos historiadores (Burke, 1992). Busca-se, assim, examinar uma maior variedade de evidências, com a preocupação de revelar as estruturas sociais por trás da vida cotidiana e como se relacionam à vivência das pessoas comuns e à experiência da mudança social (Thompson, 1992).

No campo da sociologia, somente nos anos 1980 ocorreu uma nova efervescência no uso do método biográfico. Contribuindo com a consolidação de um campo de estudos integrado por múltiplas disciplinas como história, sociologia, antropologia, psicologia, estudos literários e outras. O interesse de diferentes ramos do conhecimento nos desenvolvimentos do curso da vida de indivíduos ou grupos, suas trajetórias, experiências e relações, gerou relevantes discussões para a sistematização metodológica e avanços na fundamentação teórica da perspectiva do curso de vida. Na visão de Guelman (2024), o campo de estudos biográficos atualmente se caracteriza pela proliferação de pesquisas empíricas que relacionam elementos conceituais, teóricos, metodológicos e epistemológicos de diversos campos do conhecimento.

Por isso, um importante passo na sistematização metodológica e na fundamentação teórica da perspectiva do curso de vida foi dado por Glen Elder (1985) ao amarrar essa profusão de abordagens existentes em diferentes disciplinas em um programa de pesquisa em torno do desenvolvimento humano. Esse programa teve como objetivo compreender a diversidade das trajetórias humanas e os padrões das experiências vividas pelos indivíduos (Benson, 2012). Desse modo, se constitui como um conjunto de pressupostos, conceitos, princípios e teorias tomados de disciplinas como a biologia, demografia, história, psicologia e a sociologia ancoradas em um conjunto articulado de pressupostos teóricos e metateóricos, cuja validade pode ser presumida (Lakatos, 1970).

Dois são os pressupostos básicos que formam o núcleo duro desse programa de pesquisa. Em primeiro lugar, destaca-se que o envelhecimento e o desenvolvimento humano são processos contínuos, isto é, o tempo existente entre o nosso nascimento e nossa morte, é o período no qual os indivíduos se desenvolvem biológica, psicológica e socialmente. O outro pressuposto básico é que cada cultura em cada época específica define expectativas e normas legais e informais baseadas na idade, sendo que, são elas que definem eventos, marcam transições e dividem nossas vidas em diferentes trajetórias.

Por isso, os conceitos de trajetória, transição e evento são basilares dentro da perspectiva do curso de vida. As trajetórias são compreendidas como linhas desenvolvimentais que podem variar e mudar de direção, de grau e de proporção e estão intimamente ligadas às *transições*, que se referem a mudanças de status, posição ou situação. As trajetórias não são necessariamente pré-determinadas ou absolutamente previsíveis, ainda que algumas tenham maior ou menor probabilidade de acontecer devido a expectativas e normas concernentes à idade (Goes *et al.*, 2019). Do mesmo modo, as transições não são fixas e podem ocorrer simultaneamente (entrar no mercado de trabalho, casar-se, ter filhos) e podem ser descritas segundo seu *timing*, sua sequência e sua duração (Blanco, 2011). Para Elder (1985), a dinâmica do curso de vida se dá através da relação de interdependência entre as trajetórias e as transições, sendo as transições mais evidentes, aquelas marcadas por *eventos* que estão inseridos dentro das trajetórias no curso de vida de cada indivíduo.

Eventos são ações ou acontecimentos situados na vida dos indivíduos que, apesar de serem gerais para todos os grupos sociais (ou coortes – faixas etárias), são particulares/significativos em suas consequências para os indivíduos. Neste sentido, eventos ocorrem dentro das trajetórias e, dependendo de sua natureza, duração e dos recursos, motivações, crenças e definições que o agente traz para a situação, podem tanto reforçar padrões emergentes de trajetórias bem como alterar ou redirecionar uma trajetória processual. Quando os eventos desencadeiam uma descontinuidade ou redirecionamento em transições, trajetórias ou no curso de vida como um todo, são denominados *pontos de virada ou pontos de inflexão* (Goes *et al.*, 2019). Estes pontos, funcionam como cortes temporais que separam o “antes” do “depois”, sendo fatores fundamentais na construção da forma de um curso de vida. Segundo Rosenthal (2017, p.164), podemos distinguir três tipos distintos:

- 1) Pontos de inflexão do ponto de vista da psicologia do desenvolvimento: produzem grandes transformações nos indivíduos, ainda que não sejam vivenciados pelos sujeitos de forma consciente ou recordadas enquanto tais. Correspondem a mudanças essenciais do ponto de vista cognitivo e psicológico: a passagem da primeira infância para a infância intermediária, passagem da adolescência para a fase em que o indivíduo passa a ser considerado jovem adulto, a passagem para a meia idade e a chegada à terceira idade.

- 2) Mudanças socialmente tipificadas: referem-se a questões relativas à formação, carreira profissional e eventos no campo familiar como o início da vida escolar, o exercício de alguma profissão, aposentadoria, casamento, parentalidade, divórcio e outros. Trata-se de transições ou eventos não necessariamente acompanhados de mudanças na natureza psicológica e que podem ou não ser compreendidos pelos agentes como verdadeiros cortes biográficos.
- 3) Pontos de interpretação: tratam de eventos ou situações que dão origem a uma reinterpretação do passado, do presente e da projeção para o futuro, sendo vivenciados de forma consciente ou não pelos sujeitos.

Além dos conceitos de trajetória, transição e evento, a pesquisa e teorização dentro da perspectiva do curso de vida deve levar em conta quatro princípios analíticos. O princípio do *tempo histórico* diz respeito ao entendimento do desenvolvimento ao longo do curso de vida que surge pelo estudo de vidas por longos períodos. Isso gera conhecimento sobre as possíveis interações entre o desenvolvimento individual e a mudança social. Assim, deve-se buscar uma perspectiva de longo prazo em análise e pesquisa para compreender como a experiência da história constrange a ação individual e exerce diferentes influências sobre as trajetórias e transições através de eventos de período – que afetam o conjunto da população – e/ou eventos de coorte – que afetam diferencialmente a população de determinada faixa etária. É preciso situarmos o “quando” e o “onde”, já que a quadra da História em que se desenvolve uma biografia se localiza em uma situação histórica e geográfica específica. Por isso mesmo, biografias num mesmo “quando” e “onde” compartilham características fundamentais e que podem ser modeladas por marcadores sociais como gênero, idade, classe social, cor da pele e outros.

Disto se desprende o princípio do *lugar geográfico*, que se refere ao nível comunitário e às suas características físicas e sociodemográficas. Aspectos como a composição demográfica, o nível socioeconômico, a educação e a segurança pública podem moldar as oportunidades e desafios que os indivíduos enfrentam. Conforme as Teorias da Desorganização Social e da Eficácia Coletiva, comunidades coesas e com boas redes de suporte social proporcionam um ambiente de apoio, promovendo um senso de pertencimento e segurança. Por outro lado, associam o fenômeno da criminalidade a áreas de alta concentração de desvantagens, com histórico de ocupação precária e desordenada, marcados por uma relação ambígua de abandono e resistência

contra o poder público. Nesses locais, fatores como a ausência ou a fraqueza das redes de associações formais e informais (associativismo civil, redes de amizade e parentesco) e os condicionantes estruturais dessas relações, tais como o *status* socioeconômico, a heterogeneidade étnica e a mobilidade residencial, seriam responsáveis por produzir ambientes comunitários incapazes de gerar consensos normativos e formas de ação coletiva que produzam algum grau de controle social (Shaw; McKay, 1942). Além disso, outros aspectos geográficos devem ser levados em consideração. Fatores como o clima, os recursos naturais, a infraestrutura de transporte, habitação e serviços públicos e a presença de espaços verdes afetam diretamente a saúde e o bem-estar, influenciam profundamente o desenvolvimento dos indivíduos.

O princípio das *vidas ligadas* parte da ideia de que as vidas individuais estão interconectadas com as vidas de outras pessoas que fazem parte da sua teia de relações. Desse modo, os eventos, transições e trajetórias vivenciados por familiares, amigos, parceiros e colegas podem estar relacionados ou ter impactos nos eventos, transições e trajetórias que vivenciamos. Se uma pessoa decide mudar do interior para a capital em busca de emprego e leva junto a sua família, isso significa um momento de transição no qual todos precisam se adaptar a um novo ambiente: uma nova cidade, nova vizinhança, nova escola etc. Dessa forma, as decisões e eventos que afetam uma pessoa também têm ramificações e consequências para aqueles que estão próximos a ela. (Granovetter, 1985; Sutherland, 1940).

No âmbito dos estudos sociológicos, as redes sociais são analisadas com base em várias características que ajudam a compreender sua estrutura e dinâmica (Marques, 2010; Bittar, 2011; Portes, 2000). Uma dessas características fundamentais é o tamanho da rede, que se refere à quantidade de indivíduos que integram a rede de um dado sujeito. Essas redes podem variar amplamente, desde redes familiares íntimas até as vastas redes sociais online que reúnem milhares de conexões. Outra característica importante é a densidade da rede, que mede o grau de interligação entre os membros da rede. Redes densas são aquelas nas quais a maioria dos seus integrantes está conectada entre si, mantendo laços fortes e frequentes interações entre seus integrantes. Já redes menos densas possuem conexões mais escassas entre os seus membros, de modo que os laços são mais fracos e as interações mais esporádicas. A centralidade é um aspecto adicional a ser considerado. Ela se refere às posições de destaque ou centralização ocupadas pelos indivíduos dentro da rede. Alguns membros podem desempenhar papéis centrais,

exercendo influência significativa ou funcionando como pontes entre diferentes partes da rede. A heterogeneidade ou homogeneidade de uma rede é outro fator relevante. Isso diz respeito à diversidade ou semelhança dos membros em termos de interesses, demografia e outras características. Algumas redes sociais são heterogêneas, enquanto outras são mais homogêneas, dependendo dos perfis dos seus membros. Outros aspectos relevantes incluem a reciprocidade, que reflete a tendência a interações mútuas entre os membros da rede, e a tipologia dos laços, que abrange diferentes tipos de conexões, como laços familiares, de amizade ou profissionais. Por fim, o tempo também desempenha um papel crucial na dinâmica das redes sociais, uma vez que novas conexões são estabelecidas e antigas conexões podem se enfraquecer ou até desaparecer.

Segundo Portes (2000), as redes sociais possuem três funções básicas. Em primeiro lugar, elas funcionam como fonte de controle social, ou seja, a capacidade de um grupo de manter a disciplina e promover a conformidade às regras entre seus membros. Enquanto maior é a coesão de uma rede, maior sua capacidade de gerar controle social sobre seus membros. Em segundo lugar, está o apoio familiar. Os recursos de vários tipos detidos pelos pais e composição familiar tem efeitos sobre o desenvolvimento educativo, sobre a personalidade e as expectativas sobre o futuro contribuindo para obtenção de resultados positivos ao longo do curso de vida. No entanto, Portes (2000) pontua que o capital social tende a ser menor para crianças de famílias monoparentais, já que um único genitor é responsável por diversas tarefas (geração de renda, trabalho doméstico, entre outros). Famílias monoparentais tendem a ser mais pobres, o que tem entre suas consequências a mobilidade residencial frequente, que dificulta a formação de laços comunitários duradouros, a adaptação emocional e o desempenho escolar das crianças. Em terceiro lugar, os laços sociais podem promover o acesso a oportunidades que possibilitam a mobilidade social dos indivíduos. Essas redes geralmente ligam membros de diferentes grupos sociais e permitem que os indivíduos saiam de seus círculos sociais imediatos e acessem recursos, informações e oportunidades que podem não estar disponíveis por meio de conexões mais próximas (Granovetter, 1985).

Portes (2000) inclusive sustenta que as redes sociais também podem ter efeitos deletérios. As mesmas relações sociais que promovem a facilidade e eficiência das trocas em meio a um grupo ou comunidade restringem implicitamente aqueles sujeitos que não fazem parte deste grupo ou comunidade. Além disso, o fechamento de uma comunidade

ou grupo pode também impedir o êxito de iniciativas de seus membros. As exigências feitas aos membros dos grupos podem minar suas oportunidades e afetar as possibilidades de mobilidade social. Neste contexto, redes muito coesas podem impor níveis de controle social altamente restritivos, afetando a privacidade e a autonomia dos indivíduos, o que pode forçar sua expulsão ou o afastamento voluntário de um grupo. Da mesma maneira, o sucesso individual pode minar a coesão de um grupo, especialmente quando este se encontra fundado na crença de sua impossibilidade. Isso cria mecanismos que funcionam de modo a manter os membros de um grupo oprimido no seu lugar e forçam os membros mais ambiciosos a moderar suas expectativas ou a romper com o grupo.

O *princípio da agência* parte da ideia de que os indivíduos não são meros fantoches das influências e constrangimentos estruturais. Eles fazem escolhas e contornam as adversidades para construir seu próprio curso de vida, ainda que esse poder de escolha seja exercido dentro de uma *estrutura de oportunidades* historicamente situada, trazendo limitações. Assim, é preciso considerar que “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob as circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (Marx, 2023). Apesar da agência ser considerada como uma capacidade universal, esta é tratada como algo que varia de acordo com o contexto, com os capitais (econômico, social, cultural e simbólico) que os indivíduos possuem e sua posição na estrutura social e por aspectos do desenvolvimento psicológico (Hitlin; Johnson, 2015).

Assim, a noção de agência abarca as disposições incorporadas, parcialmente pré-reflexivas, que provêm instrumentos que possibilitam a construção da crença na capacidade de executar ações ordenadas, para realizar projetos precisos, relativos às esferas educacionais, profissionais ou interpessoais (Bandura, 1977) ou para estabelecer cursos de ação que visam a defender convicções profundas, sejam elas religiosas, políticas ou ontológicas (Bertaux, 2014). Hitlin e Johnson (2015) sugerem que a compreensão da agência também deve levar em conta aspectos temporais, especialmente sobre as expectativas dos indivíduos com relação ao futuro. A crença que certos comportamentos e ações trarão um retorno no futuro engaja os sujeitos frente às adversidades. Da mesma maneira, as expectativas, aspirações e metas refletem o conhecimento que os indivíduos têm sobre os constrangimentos estruturais, adicionando componentes emocionais como visões otimistas ou pessimistas sobre os aspectos temporais da agência. Assim, os atores reavaliam suas expectativas ao longo do curso

de vida e ainda que estas avaliações não sejam objetivas, isto é, os indivíduos podem ter visões positivas que não irrealistas sobre eles mesmos e seu futuro, auxiliam na construção de uma visão biográfica coerente que influencia a capacidade de agência, as trajetórias assumidas e seus resultados.

O *princípio da idade* se refere às expectativas e normas para a performance individual, assim como a ideia de que o controle social e as implicações que os eventos podem ter nas realizações e comportamentos futuros variam conforme a idade (Sampson; Laub, 1993). Um mesmo acontecimento pode ter pesos e consequências diferentes na vida de um indivíduo dependendo da idade em que se passa. Assim, o interesse está em saber quando um evento acontece na vida de uma pessoa, e se aconteceu cedo ou tarde em relação a outras pessoas e às expectativas normativas. No entanto, ao refletir e pesquisar sobre a precocidade ou adiamento de certas experiências, devemos evitar cair em definições etárias simplistas.

Assim, a perspectiva do curso de vida busca localizar historicamente os agentes partindo de três noções temporais: a idade cronológica, a idade social e a idade histórica. (Elder; Rockwell, 1979). A *idade cronológica* está diretamente vinculada com o pressuposto de que *o envelhecimento e o desenvolvimento são processos contínuos* (Elder, 1985). Desse modo, considera-se que o desenvolvimento físico, cognitivo e psicossocial dos indivíduos está presente em todas as fases do curso de vida.

A *idade social* identifica padrões etários nos papéis sociais e calendários culturais. Ainda que exista uma tendência à individualização na modernidade, as sociedades urbanas contemporâneas, conforme dito anteriormente, estabelecem *normas e expectativas* baseadas na idade que marcam *transições* e dividem nossas vidas em diferentes *trajetórias* (Elder; Rockwell, 1979). Por fim, a *idade histórica* é indicada através do ano de nascimento, marca o pertencimento a uma coorte específica e se relaciona com a experiência da história e da mudança social. Os indivíduos são expostos a um pedaço da experiência histórica no processo de atravessamento dos papéis estruturados, conforme a idade social e compartilham muito dessa experiência de vida com outros membros de sua coorte. Assim, o pertencimento a uma coorte é especialmente importante, uma vez que podemos relacionar suas experiências e características (como composição e tamanho) com eventos e tendências históricas (Elder; Rockwell, 1979).

Segundo Elder e colegas (2003), a perspectiva do curso de vida possui uma dimensão paradigmática. Provendo orientações teóricas e metodológicas para pesquisas

que visam compreender a vida e a experiência humana com relação ao seu contexto. Esta lente é capaz de promover a troca entre diferentes áreas do conhecimento na exploração de variados problemas e objetos de pesquisa, explicitando os efeitos e as interações das dimensões biológicas, psicológicas, econômicas, políticas e sociais no desenvolvimento humano e na diferenciação das trajetórias individuais. Na próxima seção, discutiremos aspectos metodológicos associados à perspectiva do curso de vida, bem como seus limites e possibilidades.

2.2.1 Desenhos de pesquisa, seus limites e potencialidades

As trajetórias que compõem um curso de vida são um objeto de grande complexidade, já que elas se desenvolvem dentro um tempo histórico e lugar geográfico específico, se alteram através da passagem do tempo e se emaranham em outras trajetórias e cursos de vida. Por isso, a produção de conhecimento sobre trajetórias de vida abarca uma série de discussões metodológicas de grande relevância. Nesta seção discutiremos aspectos relacionados aos desenhos de pesquisa prospectivos e retrospectivos, aprofundando-nos na discussão deste último tipo de desenho, já que foi o escolhido para a coleta dos dados empíricos.

É de suma importância pontuar que a escolha entre esses dois desenhos de pesquisa depende de vários fatores, incluindo o objetivo do estudo, os recursos disponíveis, além da natureza do evento a ser estudado. As abordagens sempre têm suas vantagens e desvantagens e os pesquisadores sempre devem estar atentos e reflexivos acerca das suas escolhas metodológicas e os seus impactos nas inferências e generalizações possíveis. Estas são as questões sobre as quais nos debruçaremos a partir de agora.

Dentro da perspectiva do curso de vida, os desenhos de pesquisa prospectivos gozam de um *status* de “padrão ouro” de ciência, especialmente entre a comunidade de pesquisadores quantitativistas. Este tipo de desenho de pesquisa, segue uma amostra de indivíduos, geralmente de uma coorte definida por idade (nascidos em 2010, por exemplo), ao longo do tempo. No início do estudo, realiza-se um primeiro levantamento de dados junto aos sujeitos da amostra e em intervalos periódicos os pesquisadores coletam novos dados sobre os mesmos sujeitos. As principais vantagens deste tipo de desenho dizem respeito a possibilidade de se calcular incidências, realizar inferências

causais e de se observar diferentes desfechos ocasionados pela exposição a um mesmo fenômeno. Este também é considerado um desenho de pesquisa que sofre de menor viés de recordação, ou seja, as informações sobre os eventos podem ser coletadas relativamente após a ocorrência, antes de serem distorcidas pela reinterpretação retrospectiva do sujeito.

No entanto, desenhos de pesquisa prospectivos também possuem importantes desvantagens a serem consideradas. Em primeiro lugar, destaca-se o custo e a complexidade de se organizar um projeto de pesquisa que recrute e siga ao longo de 15 ou 20 anos um grupo de centenas ou milhares de pessoas. É comum que os participantes abandonem o estudo com o passar dos anos, o que pode afetar os resultados. Também é possível que com o passar dos anos fatores externos exerçam influências capazes de alterar os resultados. Finalmente, é provável que a maior desvantagem deste tipo de desenho de pesquisa seja o tempo necessário para se obter resultados relevantes.

Se os estudos prospectivos acompanham os sujeitos ao longo do tempo, os estudos retrospectivos possuem o foco no passado. Dessa maneira, os sujeitos da amostra deste tipo de estudo geralmente são mais velhos e são selecionados porque atendem critérios estabelecidos pelo estudo. Após a seleção da amostra, é comum que os pesquisadores coletem dados de várias fontes sobre as experiências passadas dos sujeitos. A grande vantagem do desenho retrospectivo de pesquisa é que estes possuem um custo reduzido e podem ser conduzidos em curto período de tempo já que os dados já estão disponíveis. Além disso, este tipo de desenho de pesquisa permite a geração de novas hipóteses, já que possibilita a identificação de associações entre o fenômeno estudado e outras dimensões, o que pode fomentar novas agendas de pesquisa.

Apesar disso, os desenhos retrospectivos também possuem importantes desvantagens. As principais críticas dizem respeito ao viés de recordação. Este se refere à dimensão do esquecimento e da reinterpretação no ato da recordação de eventos passados, que podem gerar imprecisão e incompletude nas informações coletadas, especialmente em pesquisas baseadas em entrevistas. Deste modo, pontua-se que este tipo de desenho possui dificuldades em estabelecer relações causais, já que as relações temporais entre os fenômenos analisados podem ser opacas, sendo difícil estabelecer a ordem em que se passaram.

No caso de estudo retrospectivos que buscam explorar a perspectiva do curso de vida, por meio de técnicas de pesquisa associadas à metodologia qualitativa, é ainda mais relevante aprofundar as reflexões sobre as potencialidades e limites desse tipo de

desenho de pesquisa. No caso de pesquisas, que como esta, há interação entre pesquisadores e pesquisados é necessário considerar elementos relativos a esta interação e ao seu contexto. Também é de suma importância ater-se aos significados atribuídos pelos pesquisados, bem como as reelaborações e esquecimentos. Assim, ao mesmo tempo em que o desenho de pesquisa retrospectivo baseado em uma perspectiva qualitativa possibilita uma compreensão profunda, também impõe questões metodológicas relevantes que serão detalhadamente discutidas a seguir.

2.2.1.1 Abordagens e considerações no uso de material biográfico

O uso e a validade de histórias de vida e outros tipos de material biográfico coletados de maneira retrospectiva têm sido alvo de diversos debates relevantes na pesquisa social. Talvez algumas das questões mais significativas foram colocadas por Pierre Bourdieu (2006) no polêmico texto *A ilusão biográfica*. Para este autor, a história de vida é um “corpo estranho” que penetrou de contrabando no universo científico. Uma vida é geralmente concebida como um conjunto de acontecimentos articulados, vividos por um indivíduo e relatados como uma narrativa coerente, isto é, uma trajetória dotada de sentido, continuidade e direção. Assim, representações da vida como uma caminhada, ou estrada que tem suas encruzilhadas e emboscadas, pressupõe a ideia da vida como linearidade. Portanto, tratar a vida como um relato harmônico e sequencial, implica, portanto, conformar-se com uma ilusão retórica que esconde as discontinuidades e os condicionamentos estruturais da existência social.

Bourdieu (2006) também denuncia o “subjetivismo”, ou seja, a suposição que toda existência individual tem um caráter único e particular, como outra ilusão biográfica. Por isso, segundo o sociólogo francês não podemos compreender uma trajetória, sem constituir previamente os estados sucessivos do campo na qual ela se desenrolou, no conjunto de relações objetivas que moldaram o *habitus* do agente e dos demais agentes envolvidos. Essa construção prévia, que impõe o resgate dos aspectos estruturais, é condição de qualquer avaliação rigorosa da superfície social e da personalidade. É através dela que nos colocamos em condição de entender que a possibilidade de encarar a vida como um empreendimento depende da posição que cada um ocupa no espaço social. Dessa forma, os acontecimentos biográficos passam a ser entendidos como colocações e deslocamentos no espaço social, isto é, nos diferentes

estados sucessivos da estrutura da distribuição de diferentes tipos de capitais que estão em jogo num campo considerado. Por isso, não podemos nos furtar às questões dos mecanismos sociais que favorecem ou autorizam a construção da vida como linearidade e quais as lentes culturais e normativas permitem aquele que narra se fazer conhecer ou projetar o modo como deseja ser reconhecido.

Diferentemente de Bourdieu, Howard Becker (1993) adota uma perspectiva mais pragmática sobre o uso de relatos biográficos na pesquisa sociológica. Becker afirma que a validade e confiabilidade do uso de material biográfico pode ser garantida através da triangulação dos relatos com outros materiais empíricos que possibilitariam a checagem da autenticidade da história e ofereceria uma base confiável para a interpretação das experiências e situações descritas. O autor ainda recomenda a análise de múltiplos casos e a validação com achados derivados de outras pesquisas realizadas no mesmo contexto como formas de garantir validade e confiabilidade. Ao contrário de Bourdieu (2006), que enfatiza os riscos das ilusões narrativas e a naturalização do sujeito biográfico, Becker (1993) valoriza o potencial heurístico dos relatos biográficos, que na sua visão podem fazer emergir outras questões, fatores e processos ainda não formulados pela investigação. Trata-se neste caso, de uma abordagem indutiva e exploratória, que valoriza a abertura do pesquisador diante de elementos inesperados, reconhecendo a contingência como um importante fator para o avanço do conhecimento.

Enquanto Bourdieu sustenta uma crítica estrutural à ilusão biográfica e Becker propõe um uso metodologicamente controlado das narrativas, Clifford Shaw (2013) pontua ainda a questão da subjetividade. Para Shaw, a validade e o valor das histórias de vida não dependem de sua veracidade e objetividade, mas sim da sua capacidade de revelar questões de ordem subjetiva como identidades, interpretações, racionalizações, preconceitos e exageros dos sujeitos. O mundo social se apresenta de modo ordenado e interpretado a partir dos sistemas de relevância intrínsecos aos indivíduos que nele vivem (Schutz, 1979). Estes sistemas de relevância são transmitidos através da linguagem e constituídos de forma coletiva e contínua nos diferentes processos de socialização que ocorrem ao longo do curso de vida e através de experiências vivenciadas pelos próprios agentes ou por outras pessoas (Berger; Luckmann, 2014; Lahire, 2002). Neste contexto, o cientista social deve deixar “entre parênteses” suas próprias relevâncias e se voltar em primeiro lugar aos sistemas de relevância e a utilização criativa dos estoques de conhecimento dos seus sujeitos de pesquisa. De

forma contrária a Bourdieu que denuncia o risco da reificação do sujeito e da desconsideração das estruturas sociais, Shaw postula que nos relatos de vida há sempre uma cláusula de verossimilitude e assim o analista deve compreender a configuração de sentido da pessoa que narra e não buscar refutá-la. Desse modo, os exageros, silêncios e contradições se tornam evidências para estabelecer o significado experimentado pelas pessoas.

Shaw (2013) também rejeita a ideia de Bourdieu de que a vida não pode ser vista como algo linear. Na sua visão, as histórias de vida permitem reconstruir a sequência de experiências passadas e situações na vida do agente. Nesse registro, as tendências de comportamento, e talvez até a personalidade como um todo, são influenciadas por pressões situacionais e experiências ocorridas na vida de uma pessoa. Assim, só é possível compreender um ato individual, tendo em vista sua relação com a sequência de experiências vividas pelo indivíduo.

Nesse campo de debates, cabe destacar também a contribuição de Gabriele Rosenthal (2017). Segundo a socióloga alemã, a ideia de biografia enquanto formação social constitui simultaneamente a realidade social e os mundos de experiência e vivência dos indivíduos. Em uma apresentação biográfica temos acesso simultâneo ao processo biográfico de internalização do mundo social (socialização) e a integração das experiências biográficas no estoque de conhecimento individual. Nesse processo, são constituídos esquemas de experiência que servem de orientação atual e futura dentro do mundo social. Assim, os atores dotam suas experiências de sentido de acordo com as condições e exigências do presente, formando visões gerais sobre o passado e projeções sobre o futuro. Nesta concepção, o processo narrativo tem como base a interdependência entre passado, presente e futuro, sendo que estas visões gerais e projeções não devem ser entendidas como algo contingente, individual ou mesmo imutável, mas como produto socialmente construído à medida em que a situação presente se modifica e o sujeito agrega novas experiências ao seu estoque de conhecimento.

Ao criticar as “concepções dualistas” de história de vida, Rosenthal se distancia tanto da objetivação estruturalista de Bourdieu quanto de um subjetivismo ingênuo. Para ela, a distinção entre o que “de fato ocorreu” e o que é “narrado” como reconstrução subjetiva perde sentido analítico, uma vez que o passado é continuamente reformulado a partir das exigências e condições do presente. O foco da análise deve recair sobre o próprio processo de narração – na forma como o sujeito seleciona, ordena e dá sentido às suas experiências em um esforço de tornar sua história inteligível. Nesse ponto, sua

proposta dialoga com Shaw, ao valorizar os sentidos atribuídos pelo próprio narrador, mas se diferencia por incorporar mais sistematicamente as dimensões da sequência e das formas das narrativas.

Na visão da autora, a forma e a sequência como o autobiógrafo desenvolve sua apresentação, aquilo sobre o que fala, que ele deixa de fora, as vivências biográficas e os campos temáticos nos quais ele as insere nos dá indicações sobre a estrutura da sua percepção autobiográfica e sobre o significado atual de suas experiências de vida (Rosenthal, 2017, p. 234). Dessa maneira, para acessar o modo como a experiência biográfica se manifesta a um indivíduo, o pesquisador não deve estipular um tema. Independentemente do interesse analítico do pesquisador, devemos deixar com os entrevistados a missão de conduzir e de dar forma ao relato. Isso significa uma adesão radical ao princípio da abertura preconizado por Becker (1993), bem como uma profunda busca pela aproximação dos sistemas de relevância do narrador e a compreensão da realidade social e das experiências significativas a partir das interpretações dos próprios sujeitos.

Uma perspectiva metodológica semelhante, embora fundamentada em outro referencial teórico, é apresentada por Guerra *et al.* (2023) e Silva *et al.* (2023). Partindo de uma perspectiva psicanalítica, as autoras defendem o uso de narrativas memorialísticas como uma técnica de pesquisa para a investigação de fenômenos sociais. Na visão das autoras, as narrativas memorialísticas são uma forma de levar em conta os saberes formais, informais, estéticos e pessoais na difícil tarefa de dar forma através da linguagem àquilo que, por natureza, é bruto, sem forma e muitas vezes insuportável – o “real da vida”. Assim, a linguagem não é compreendida como meio transparente de representação, mas como campo de tensão, atravessado por lacunas, deslocamentos e formações do inconsciente. Deste modo, sonhos, atos falhos e chistes são tomados como manifestações desse conteúdo não simbolizado, sendo as narrativas memorialísticas uma técnica de pesquisa que possibilita a emergência desses elementos.

Assim como Rosenthal, as autoras valorizam o relato como construção e não como espelho da realidade, aproximando-se também de Shaw (2013) ao rejeitar os critérios de veracidade e objetividade como parâmetros analíticos centrais. No entanto, diferenciam-se por enfatizar a dimensão inconsciente e política da narrativa: inconsciente, porque o sujeito não domina inteiramente o que diz; e política, porque o relato é sempre orientado pela presença do outro, configurando-se como produto dialógico, influenciado por formas culturais de enunciação, saberes populares e

expectativas de reconhecimento. Narrar, nesse caso, não é apenas reconstruir o passado, mas posicionar-se no presente diante de um ouvinte.

Além da dimensão ficcional da memória, Silva *et al.* (2023) introduzem a noção de fixação narrativa – pontos recorrentes, repetições e insistências discursivas que revelam traumas, repressões e pulsões. Diferente da linearidade pretendida por narrativas convencionais, as histórias de vida analisadas sob uma ótica psicanalítica revelam rupturas, disjunções e silêncios que são, justamente, os indicadores daquilo que escapa à simbolização plena. Como na proposta de Rosenthal (2017), a singularidade é central, mas aqui ela também marca os limites da generalização. A partir dos relatos, o pesquisador pode extrair pistas sobre dinâmicas sociais mais amplas, mas sempre respeitando a singularidade da experiência individual.

A esta discussão se soma a contribuição de Guelman (2024). Para este autor, o ato de narrar produz um afastamento do sujeito enunciador que o torna um historiador de si mesmo. O ato de contar a própria história exige que o narrador tome uma postura reflexiva sobre seu "self" como personagem do passado ou de um tempo e espaço fictício e transforme esse passado em algo relevante para contar. Neste esforço biográfico, os sujeitos através da memória selecionam, enfatizam, recompõem e dão nova forma aos acontecimentos. São esses eventos que estruturam as narrativas e demonstram os esforços dos indivíduos em gerenciar sua identidade e criar um sentimento de continuidade biográfica.

Tal como Rosenthal (2017) e Silva *et al.* (2023), Guelman (2024) enfatiza o caráter dialógico do relato e a influência do contexto interacional da entrevista sobre a forma assumida pela narrativa. A interação entre pesquisador e sujeito de pesquisa e o contexto em que esta interação se dá, são elementos que moldam a realidade social que constitui o objeto da pesquisa. Portanto, mais do que agentes reflexivos que interpretam e agem sobre o mundo cotidiano, os sujeitos de pesquisa também interpretam a situação de pesquisa e a figura do entrevistador. Assim, a depender da forma com que o sujeito de pesquisa define a situação da interação com o pesquisador, a forma com que ele se apresenta tende a se alterar. Desse modo, o material biográfico produzido por meio de entrevistas possui sempre um caráter dialógico, sendo uma representação negociada entre entrevistado e entrevistador.

Diferentemente das abordagens psicanalíticas que se concentram nas marcas da subjetividade e nas manifestações do inconsciente, Guelman (2024) enfatiza que o enfoque biográfico deve se lançar à conexão do relato de vida com seu contexto

histórico, econômico, cultural e social. Evitar o risco do subjetivismo colocado por Bourdieu (2006) exige, segundo o autor, compreender as ações narradas à luz das tradições, costumes e regras das vizinhanças, instituições, famílias e grupos de pares incorporados pelos sujeitos ao longo do curso de vida. Trata-se de articular a singularidade da trajetória com as regularidades do contexto, conectando a microanálise das narrativas aos processos sociológicos mais amplos. Essa articulação entre individualidade e estrutura é essencial para evitar que as histórias de vida se reduzam a estudos de caso isolados, desprovidos de valor sociológico. Para Guelman (2024), o material biográfico deve ser tratado como janela interpretativa que permite apreender problemas e temas sociais mais abrangentes. Assim, a análise de diferentes trajetórias possibilita a construção de tipologias sobre formas de vivenciar certos fenômenos, reconstruções culturais de grupos sociais específicos e a elaboração de micro-histórias que revelam modos de produção de identidade social.

As abordagens apresentadas revelam que o uso de materiais biográficos, tais como histórias de vida ou narrativas exigem um posicionamento epistemológico atento à complexidade da experiência, às mediações sociais e às formas narrativas por meio das quais os sujeitos dão sentido às suas trajetórias. Ainda que partam de pressupostos distintos todos convergem, em alguma medida, na compreensão de que os relatos biográficos são construções situadas, atravessadas por múltiplas dimensões: sociais, simbólicas, políticas e emocionais. Essa atenção às formas pelas quais os sujeitos narram, ressignificam e atualizam suas experiências ao longo do tempo, conduzindo, inevitavelmente, a uma perspectiva que concebe as trajetórias individuais como processos dinâmicos e temporalmente estruturados.

Nesse sentido, aproxima-se da criminologia desenvolvimental e da perspectiva do curso de vida, que oferecem ferramentas analíticas para compreender como eventos, transições e contextos sociais influenciam o desenvolvimento (ou não) de trajetórias infracionais, além de processos associados ao abandono destas trajetórias. Ao incorporar a dimensão temporal como eixo interpretativo, tais abordagens permitem articular elementos biográficos e estruturais. É justamente essa articulação que orienta a próxima seção, dedicada à apresentação dos principais fundamentos teóricos e contribuições da criminologia desenvolvimental e da perspectiva do curso de vida, para a compreensão da questão do desenvolvimento de trajetórias infracionais.

2.2.2 A Criminologia Desenvolvimental e do Curso de Vida

As relações entre idade e crime são conhecidas no campo da criminologia desde os estudos do matemático e polímata belga Adolphe Quetelet (1796-1874), que descobriu uma relação entre idade e crime a partir dos registros oficiais da cidade de Paris. A chamada curva idade-crime aponta uma trajetória típica em que há um pico de comportamentos desviantes entre o meio e o final da adolescência, seguido por uma tendência de queda e abandono desse tipo de comportamento entre os 20 e os 29 anos de idade (Farrington, 2005). Apesar disso e também da existência de estudos longitudinais, como os conduzidos por Sheldon e Eleanor Glueck, é somente a partir dos anos 1980 que a perspectiva do curso de vida passou a chamar maior atenção no campo dos estudos do fenômeno criminal.

Os estudos dedicados a desenvolver a assim chamada “Criminologia Desenvolvimental e do Curso de Vida” baseiam-se em modelos longitudinais de pesquisa e buscam compreender o processo através do qual alguns chegam a desenvolver uma trajetória criminal, como se dá esse desenvolvimento e o processo de interrupção ou abandono dessa trajetória. Dessa maneira, compreendem a trajetória infracional ou criminal como uma sequência longitudinal de delitos cometidos por um indivíduo e que pode ser descrita através de quatro dimensões: participação, frequência, seriedade e duração.

A participação descreve a parcela da população que se engaja nesse tipo de atividade. A grande pergunta aqui é: por que alguns indivíduos cometem crimes, enquanto outros não? Trata-se de um tópico complexo que envolve uma variedade de fatores individuais, sociais e ambientais, que incluem o contexto familiar, a estrutura comunitária, as oportunidades sociais e econômicas e a eficácia das instituições sociais.

A frequência relaciona a participação à idade, além de servir como indicador da especialização de um indivíduo em determinada atividade ilícita. Assim, além de contabilizar o conjunto de crimes que um determinado indivíduo comete aos dezoito anos, aos dezenove, e assim por diante, formando um gráfico que relaciona idade e crime, é possível compreender se, ao longo da trajetória, esse indivíduo se dedicou mais a um tipo específico de ilícito do que a outro.

Outra dimensão das trajetórias infracionais ou criminais é a seriedade dos delitos cometidos. Compreender como a seriedade influencia o comportamento desviante é importante para entender progressões desenvolvimentais na trajetória infracional. No

entanto, a mensuração desse parâmetro não é uma tarefa trivial. Embora haja um relativo consenso cultural, compartilhado por diferentes culturas, que crimes como assassinatos, agressões físicas, estupros e roubos tenham caráter mais gravoso, existe grande diversidade cultural e normativa quando se trata de crimes de média seriedade. Para ficar em um exemplo, o consumo de álcool é trivial para adultos e vetado para crianças e adolescentes nas sociedades ocidentais, mas é ilegal em várias sociedades muçumanas. A solução mais parcimoniosa para a mensuração da seriedade é dada por Sherman e colegas (2016), que sugerem a articulação entre o crime e a pena. Assim, o parâmetro para se definir a seriedade de um crime seria dado pelo número mínimo de dias de prisão que um determinado ato gera, relacionando, assim, o ato à resposta dada pelo Sistema de Justiça Criminal.

A quarta e última dimensão diz respeito à duração da trajetória infracional ou criminal. Entender as motivações, os pontos de virada e os processos que levam os indivíduos a desistirem de se engajar na trajetória criminal também é um aspecto importante neste campo de estudo¹⁶. Trata-se, contudo, de um tema que ultrapassa o escopo desta tese.

A história da Criminologia Desenvolvimental e do Curso de Vida tem um ponto de virada importante nos anos 1990, a partir das provocações lançadas pelos criminólogos Travis Hirschi e Michael Gottfredson (1990). Estes autores assumiram uma posição explicitamente antidesenvolvimental, ao descartarem a necessidade de condução de pesquisas longitudinais prospectivas. Segundo esses autores, a causa dos comportamentos desviantes estaria ligada à ausência de autocontrole do indivíduo, que seria um traço latente da personalidade formado durante a infância e invariante ao longo do tempo. Portanto, na visão desses autores, os indivíduos sem autocontrole cometeriam crimes e desvios de maneira constante durante a vida, não existindo a possibilidade de

¹⁶ A desistência do crime é compreendida como um processo complexo, marcado por interações entre fatores individuais, sociais e institucionais. Conforme destacam as pesquisas longitudinais, ela não se configura como um evento súbito, mas como uma trajetória de mudanças graduais, frequentemente permeada por recaídas, na qual o envelhecimento, os vínculos afetivos e o acesso a oportunidades legítimas assumem papel central (Rolim, 2018). A literatura da perspectiva do curso de vida evidencia que “pontos de virada”, como o casamento, a chegada de filhos ou a conquista de um emprego estável, podem fortalecer laços sociais e abrir espaço para uma reconstrução identitária orientada para a conformidade com normas sociais. Entretanto, como sugere McNeill (2012), os debates sobre reabilitação e desistência não podem ser reduzidos apenas à dimensão psicológica: envolvem também aspectos legais, morais e sociais, que condicionam a possibilidade de reintegração e a experiência subjetiva de mudança. Nesse sentido, narrativas de redenção, associadas ao reconhecimento social e ao apoio comunitário, aparecem como elementos fundamentais para que o sujeito se perceba em um novo papel e consiga sustentar sua trajetória de afastamento da criminalidade.

mudança de comportamento e atitude nem mesmo através de processos de ressocialização. Baseados em comparações entre indivíduos, fatores de risco e tipos de crime cometidos, Hirschi e Gottfredson (1990) postulam que as causas dos comportamentos desviantes são as mesmas para todas as idades, podendo ser estudadas de maneira transversal em qualquer idade, e que os preditores de início, continuidade, frequência, seriedade e desistência seriam os mesmos.

Na visão de Piquero (2022), as provocações de Hirschi e Gottfredson (1990) contribuíram para que os teóricos interessados no desenvolvimento humano, na perspectiva do curso de vida e no estudo de carreiras criminais, sistematizassem melhor seus conceitos e buscassem testar empiricamente suas hipóteses, formando um programa de pesquisa mais organizado.

Em revisão aos principais segmentos teóricos da criminologia desenvolvimental e do curso de vida, Salgado (2023) destaca, em primeiro lugar, o modelo que integra controle social, aprendizagem e teorias de associação diferencial. Nesse registro, as pessoas aprendem comportamentos conformistas e antissociais de acordo com as formas de socialização existentes em suas famílias, grupos de pares e comunidades em que participam (Catalano; Hawkins, 1996). Assim, a probabilidade de um indivíduo se engajar em um delito dependeria da balança entre os vínculos pró-sociais e antissociais e dos benefícios e custos percebidos. Em outras palavras, indivíduos com mais vínculos de caráter antissocial e que percebem mais benefícios que custos no engajamento em atividades criminosas tendem a delinquir.

As contribuições de Marc Le Blanc (1997) também merecem destaque. Sua teoria da Regulação Social e Pessoal da Conduta na Adolescência parte da Teoria do Vínculo Social de Hirschi e Stark (1969), que postula que as pessoas respeitam as leis por conta dos vínculos sociais. Estes vínculos seriam caracterizados por componentes como o apego às pessoas, especialmente aos membros da família, às pessoas que desempenham papéis de autoridade e aos grupos de pares. Outro componente seria o senso de obrigação autocriado com relação às atividades convencionais associadas a dimensões como a educação ou a religião. A terceira dimensão é o tempo investido pelo indivíduo nessas atividades convencionais. O último componente dos vínculos sociais seria a crença que o indivíduo tem no valor dessas normas sociais e o grau de adesão a elas. Segundo Hirschi e Stark (1969), a conduta desviante na adolescência é explicada segundo a adaptação social do indivíduo, tendo como base esses componentes de regulação social do comportamento. Em acréscimo a essa teoria, Le Blanc acrescenta

um componente de natureza psicológica, nomeando este como alocentrismo. Este se constituiria como um regulador da adaptação pessoal. Le Blanc também dotou a teoria de uma perspectiva desenvolvimental, buscando explicar a trajetória infracional e não um único ato infracional.

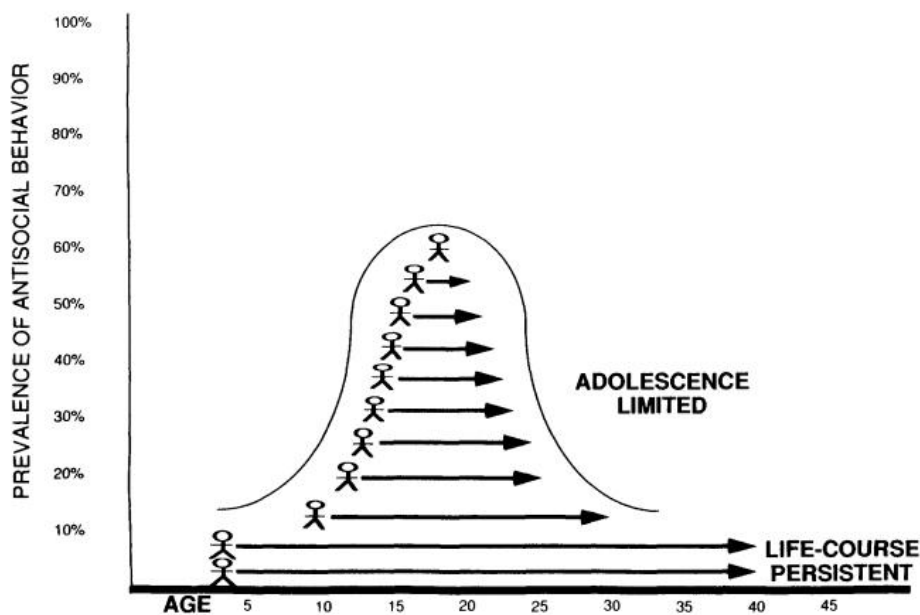
Desse modo, Le Blanc (1997) sistematiza a teoria da Regulação Social e Pessoal da Conduta a partir de quatro mecanismos. Em primeiro lugar, estão os vínculos sociais, que o autor decompõe em dois componentes: o comprometimento com as instituições e o apego às pessoas. Este último seria o elemento de maior importância no impedimento ao engajamento em atos desviantes, já que quando um indivíduo é sensível à opinião dos outros, ele pode se sentir na obrigação de seguir as normas que esses ditam, internalizando-as. Em segundo lugar, está o alocentrismo, ou seja, o movimento do indivíduo ao que é diferente dele, sua disposição para se orientar em direção aos outros e a capacidade de se interessar pelos outros. Em terceiro lugar, estão os modelos pró-sociais, que se expressam na influência de pessoas do meio social que seguem as normas e se engajam nas atividades convencionais. Por fim, o último mecanismo de regulação da conduta seriam os circunscritores internos ou externos. Estes dizem respeito aos impedimentos que os indivíduos incorporam das normas sociais ou aqueles que são exercidos pela comunidade formal ou informalmente.

Nesse quadro, a conduta seria regulada através das interações recíprocas entre esses quatro mecanismos e também por fatores contextuais, como idade, sexo e *status* socioeconômico. O autor pontua que os vínculos e o alocentrismo são mecanismos mais estáveis na regulação da conduta, mas que atuam de maneira indireta. Os modelos pró-sociais e os circunscritores, por outro lado, seriam mais sensíveis às transformações no tempo, exercendo influências mais diretas sobre o comportamento. Assim, para Le Blanc, um adolescente começa a infracionar e desenvolve uma trajetória persistente se o estado egocêntrico prepondera em contraponto ao estado alocêntrico, se o vínculo com a sociedade enfraquece, se os circunscritores forem ou tornarem-se inadequados (presença de constrangimentos externos e formais e insuficiência na oferta de atividades pró-sociais) e se há abundância de modelos divergentes.

Outra importante contribuição teórica para a Criminologia Desenvolvimental e do Curso de Vida foi dada pela psicóloga desenvolvimental Terry Moffit (1993), através da sua dupla taxonomia. Para a autora, a continuidade e a descontinuidade são fenômenos distintos, que envolvem dois tipos de indivíduos com diferentes tipos de envolvimento em trajetórias infracionais. O primeiro é o que a autora chama de

persistentes, cuja estabilidade comportamental é verificada na infância antissocial, passando pela delinquência juvenil e se estendendo para a fase adulta. Essa trajetória seria causada por problemas psicopatológicos – como o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) – que, aliados a estilos de parentalidade disfuncional, colocariam em funcionamento um processo cumulativo semelhante ao descrito por Sampson e Laub (1997), e que será tratado a seguir. O segundo tipo de indivíduo descrito por Moffitt é aquele que apresenta comportamento antissocial restrito à adolescência. Este seria explicado como uma adaptação contextual a algumas circunstâncias e contingências ou como parte integrante do fenômeno da adolescência na contemporaneidade, no qual a lacuna entre a maturidade biológica e social gera uma indefinição a respeito do papel social desses indivíduos.

Figura 2 – Modelo teórico da participação em comportamento antissocial



Fonte: Moffitt (1993, p. 677).

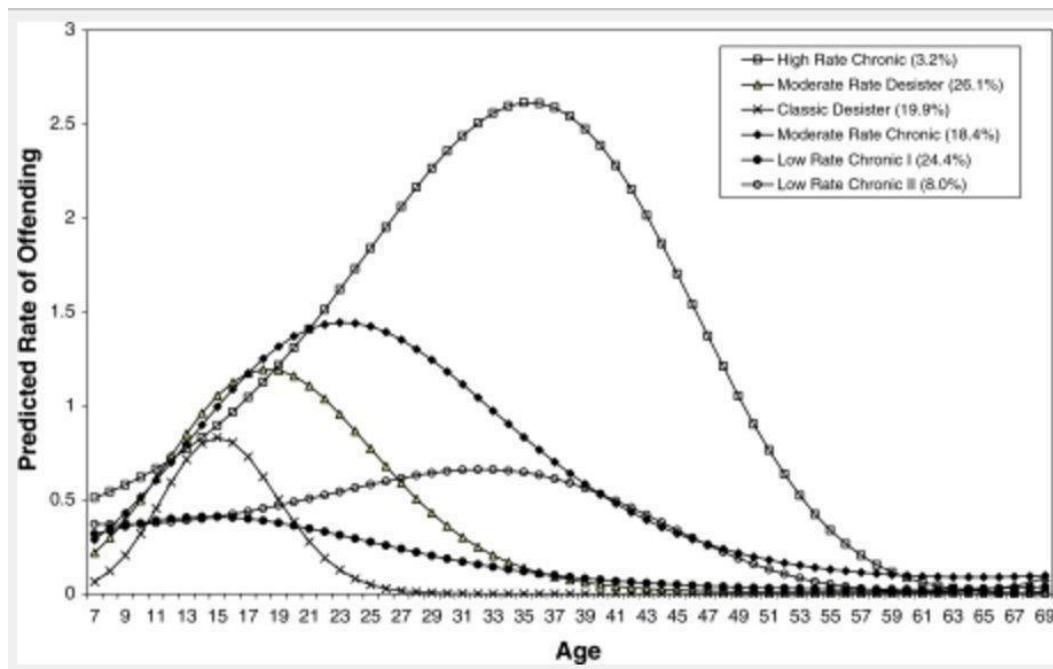
Em contraste com os persistentes, esses jovens contariam com mais recursos cognitivos e o peso da continuidade cumulativa seria menor, possibilitando oportunidades e motivando a desistência do comportamento antissocial. Assim, a perspectiva de Moffitt, embora considere aspectos processuais, acaba por patologizar o

grupo dos chamados persistentes, já que seriam incapazes de mudar, seja por conta de características inatas ou adquiridas na infância.

Outra abordagem na tentativa de explicar os problemas da continuidade e descontinuidade em trajetórias infracionais foi elaborada por Sampson e Laub (1997, 2005), através da Teoria do Controle Social Informal do Curso de Vida. Para compreender a dimensão da continuidade, Sampson e Laub (1997) recuperam a teoria dos rótulos de Becker (2008) e sua ênfase processual. Estes autores afirmam que os comportamentos desviantes são embasados em estilos de interação sustentados pela repetida reação dos outros durante as relações sociais recíprocas (continuidade interacional) e a progressiva acumulação das suas consequências (continuidade cumulativa). Por exemplo, crianças agressivas podem inspirar ações mais enérgicas de seus pais que, por sua vez, podem ter como resposta mais agressividade no trato com as crianças que, ao serem rotuladas dessa forma, tendem a ser excluídas pelos pares e professores na escola, ocasionando, assim, o abandono escolar. Dessa forma, esse processo leva ao que os autores chamam de acúmulo de desvantagens, que tem como efeito o enfraquecimento dos laços que ligam os indivíduos a instituições convencionais, como família, escola e mercado de trabalho, levando ao estreitamento de vínculo com grupos desviantes e à continuidade do comportamento infracional.

A teoria de Moffitt (1993) é contestada empiricamente por Sampson e Laub (2005), a partir da análise do curso de vida dos integrantes originais do estudo dos Glueck. Segundo Sampson e Laub (2005), tomando como base somente a trajetória infracional, é possível distinguir estatisticamente pelo menos seis grupos de ofensores; sendo que o avanço da idade é um dos fatores dirigentes dos processos de desistência para todos os grupos.

Figura 3 – Trajetória de passagem pela Justiça criminal entre jovens que integraram o estudo dos Glueck, dos 7 aos 70 anos



Fonte: Sampson; Laub (2003, p. 582).

Dessa forma, esses autores encaram a questão da mudança individual como algo organizado e sistematizado em torno de expectativas relacionadas ao processo de envelhecimento. Eventos como o casamento, o serviço militar, o encarceramento, o trabalho, e a mudança residencial podem ser pontos de virada diretamente relacionados com a desistência criminal.

Esses achados corroboram as teorias do controle que postulam que o crime é mais provável quando os laços sociais estão fracos ou quebrados. Sob essa lente, alguns eventos podem reorganizar os laços interpessoais, explicando, assim, as mudanças relacionadas à trajetória infracional. Os achados de Sampson e Laub (2005) também corroboram as proposições dos autores vinculados ao interacionismo simbólico, nas quais o “eu” pode ser visto como um produto das disposições que um sistema social estabelece para seus participantes, não sendo uma propriedade da pessoa a que é atribuído, mas residente no padrão de controle social que é exercido por e sobre a pessoa (Goffman, 2007; Becker, 2008).

Finalmente, outra importante contribuição é a Teoria do Risco Social, do psicólogo desenvolvimental britânico David Farrington (1992). Trata-se de uma tentativa de integração de diversas teorias, como a da tensão, controle, aprendizagem, rotulagem e escolha racional, tendo como linha mestra o conceito de potencial antissocial. Assim, a realização de um comportamento antissocial depende de processos cognitivos nos quais os indivíduos ponderam sobre as oportunidades e as vítimas. Seguindo a linha da teoria da tensão, o autor considera que os principais fatores de energização que tendem a um potencial elevado e de maior duração são desejos por bens materiais, *status* entre pessoas íntimas, excitação e satisfação sexual. Porém, essas motivações só se realizam em um elevado potencial antissocial se métodos desviantes para os satisfizerem forem habitualmente escolhidos. Para Farrington (1992), essas escolhas geralmente se dão por aqueles que têm dificuldade em satisfazer suas necessidades de forma legítima, mas também dependem de capacidades físicas e comportamentais desses sujeitos.

Farrington (1992) acrescenta, ainda, que o potencial antissocial de longo prazo depende de processos como o de socialização, exposição a modelos antissociais de comportamento e de fatores biológicos que podem ser incorporados em vários pontos da teoria. Isso aconteceria uma vez que os fatores de risco para o início de uma carreira criminosa e a persistência nela como o pertencimento a uma família de baixa renda, o desenvolvimento de trajetórias escolares de insucesso, possuir parentes ou colegas associados à criminalidade, a qualidade dos vínculos e da supervisão parental, e questões como a impulsividade e a ansiedade, já estariam presentes na infância e adolescência. Desse modo, o autor sinaliza que os estudos que pretendem contribuir com o campo da Criminologia do Desenvolvimento e do Curso de Vida devem investigar uma ampla gama de fatores de proteção e de risco.

De fato, o desenvolvimento desse campo de estudos promoveu um significativo acúmulo de descobertas e evidências, especialmente no contexto internacional, com destaque para as pesquisas realizadas nos Estados Unidos (Farrington, 2005; Salgado, 2023). Primeiramente, os estudos afirmam que o pico dos atos infracionais ocorre entre 15 e 19 anos, com a idade média de início da trajetória entre 8 e 14 anos, e a desistência máxima ocorrendo entre 20 e 29 anos.

Foi constatada uma continuidade marcante no comportamento ofensivo e antissocial da infância, passando pela adolescência e idade adulta, sendo que pequena parcela da população, considerada infratores crônicos, é responsável por uma grande

fração de todos os crimes. Esses indivíduos geralmente começam sua trajetória criminal precocemente, e a alta frequência de crimes está associada a longas carreiras criminais. Carreiras criminais longas são frequentemente ligadas a crimes mais graves e frequentes, resultando em danos econômicos significativos para a sociedade.

Além disso, o comportamento antissocial é versátil, com os infratores cometendo vários tipos de crimes e exibindo outros comportamentos desviantes ao longo de suas trajetórias. A literatura também aponta que, até o fim da adolescência, os crimes são frequentemente cometidos em grupo. Após os 20 anos de idade, há uma tendência crescente de os crimes serem praticados de forma individual, havendo uma especialização crescente com o aumento da idade.

A persistência no comportamento criminoso atrai muita atenção. Por um lado, a maioria das carreiras criminais é relativamente breve, durando em média uma década, mas por outro, alguns indivíduos continuam a cometer crimes ao longo do curso de vida, apesar dos riscos associados e das pressões para desistir. Entre os infratores persistentes, as pesquisas indicam que, desde a infância, esses indivíduos apresentam déficits cognitivos, criação disfuncional e diversidade estrutural.

Em excelente revisão à literatura brasileira dedicada à criminologia desenvolvimental e do curso de vida, Salgado (2023) dissecou os principais achados relacionados à conduta infracional entre jovens. A maioria destes comete pequenos delitos. Entre os fatores de nível privado e individual destacados na literatura nacional estão: o *status* socioeconômico, a saúde mental materna, a ausência da figura paterna, o estilo de parentalidade e supervisão, o investimento familiar, o envolvimento de familiares na criminalidade, o neurodesenvolvimento infantil, a ocorrência de situações traumáticas na infância, questões como ansiedade, impulsividade, inadaptação, e uso de drogas. Além desses fatores, a literatura nacional também aponta para outros, de nível paroquial: as relações estabelecidas com grupos de pares, trajetórias escolares marcadas por experiências negativas, como o insucesso e o abandono escolar, a forma de organização, e a dinâmica da criminalidade no território. Percebe-se, assim, que os achados no contexto nacional estão em linha com os encontrados em outros países.

No entanto, é possível apontar algumas lacunas relevantes e que merecem ser aprofundadas. Conforme aponta Salgado (2023), são raros os estudos que dedicam suas atenções às dimensões ambientais. Nota-se que muitos estudos estão voltados para a dimensão da infância e levam pouco em conta o contexto mais amplo. Além disso, os diferentes estudos relacionados à criminologia desenvolvimental e do curso de vida,

sejam internacionais ou nacionais, criam um “balaio de gato” que mistura categorias, como “comportamento antissocial”, “adolescentes com problemas de conduta” e “Adolescentes em Conflito com a Lei”. Os resultados desses estudos muitas vezes são utilizados sem nenhuma ou com pouca reflexão prévia sobre as diferenças entre os fenômenos a que se referem e suas operacionalizações.

Outra relevante lacuna se dá sobre a questão da participação. Apesar dos relevantes estudos existentes, a maior parte deles se dedica a abordar apenas indivíduos que desenvolveram uma trajetória infracional ou criminal. Assim, esta tese pretende contribuir com os estudos sobre juventude, violência urbana e criminalidade sobrepondo as lentes das teorias da Desorganização Social e Eficácia Coletiva e da Perspectiva do Curso de Vida, para explorar a questão da participação a partir da diferenciação entre cursos de vida de adolescentes que desenvolveram uma trajetória infracional e de adolescentes que não desenvolveram.

A sobreposição destas lentes se mostra interessante, uma vez que, enquanto as teorias macrossociais tendem a explicar o problema do crime entre (*between*) áreas ou regiões ou pessoas, a teoria do curso de vida analisa as diferenças intraindividuais (*within*). Isto é, a primeira corrente analisa as similaridades entre grupos ou áreas através do que as diferenciam e a segunda analisa as diferenças entre pessoas ou entidades através do que é comum a eles (cursos de vida). Dessa maneira, no próximo capítulo, apresentam-se o desenho e as perguntas de pesquisa que guiaram este trabalho.

3 DESENHO DE PESQUISA E METODOLOGIA ANALÍTICA

Este estudo assume um caráter exploratório que propõe a sobreposição das lentes das teorias da Desorganização Social e Eficácia Coletiva com as da Perspectiva do Curso de Vida. Para tanto, optei pela conjugação de métodos quantitativos e qualitativos, uma vez que os dados quantitativos sozinhos, apesar de oferecerem um entendimento mais geral do fenômeno sob estudo, têm a desvantagem de desconsiderar o contexto, os agentes individuais e o caráter processual dos fenômenos. Por outro lado, os dados qualitativos isoladamente proporcionam descrições ricas, que são capazes de situar o contexto, as perspectivas individuais e a processualidade dos fenômenos, mas oferecem uma limitada capacidade de generalização. Dessa forma, as limitações de um método podem ser compensadas pelas potencialidades do outro; e a combinação dos métodos quantitativos e qualitativos proporciona um entendimento mais completo do problema de pesquisa do que cada uma das abordagens isoladamente (Creswell; Clark, 2013).

Dessa maneira, as duas questões iniciais de pesquisa serão respondidas utilizando diferentes métodos, analisados separadamente para serem posteriormente comparados, contrastados e integrados (Creswell; Clark, 2013). Seguindo esta trilha, apresenta-se, a seguir, o primeiro problema de pesquisa.

3.1 Existe correlação entre a vulnerabilidade e o fenômeno do tráfico de drogas?

Para responder à primeira questão de pesquisa, foram mobilizados os dados sobre os crimes relacionados ao tráfico de drogas provenientes do Registro de Eventos de Defesa Social (Reds), sistema utilizado por instituições do estado de Minas Gerais, como Polícia Militar, Polícia Civil, Bombeiros Militares e outras, para formalizar ocorrências de diversas naturezas. Estes dados foram disponibilizados pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial e Apoio Comunitário do Ministério Público de Minas Gerais (CAODH/MPMG). Também foram mobilizados dados do Índice de Vulnerabilidade Juvenil de Belo Horizonte (IVJ-PBH), elaborado pela Prefeitura de Belo Horizonte em parceria com o

Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (Crisp/UFMG), cujas informações estão publicamente disponíveis. Considera-se, neste trabalho, que a vulnerabilidade social funciona como uma *proxy* dos fatores relacionados à desorganização social e à eficácia coletiva, permitindo operacionalizar, ainda que indiretamente, dimensões clássicas discutidas pelas teorias da Desorganização Social e da Eficácia Coletiva.

Os dados do REDS são compostos por duas bases de dados. A primeira contempla todos os eventos ocorridos em Belo Horizonte entre 2014 e 2023, que contam com a autoria de indivíduos de 17 anos ou menos, que possuem latitude e longitude válidas, e cuja natureza é igual ou associada ao tráfico de drogas. Dessa maneira, foram consideradas as seguintes naturezas criminais: “tráfico ilícito de drogas”; “associação para o tráfico”; “associar-se para a prática reiterada de financiamento ou custeio do tráfico de drogas”; “colaboração como informante para o tráfico de drogas”; “importar, exportar, remeter, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, fornecer, ter em depósito, trazer consigo ou guardar ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com a determinação legal ou regulamentar, matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas”; “utilizar local ou bem de qualquer natureza de que tem a propriedade, posse, administração, guarda ou vigilância, ou consentir que outrem dele se utilize, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar para o tráfico ilícito de drogas”; “semear, cultivar ou fazer a colheita, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, de plantas que se constituam em matéria-prima para a preparação de drogas”; “induzir, instigar, ou auxiliar alguém ao uso indevido de droga”; e “financiamento ou custeio do tráfico de drogas”. Esta base de dados possui 13.775 ocorrências e conta com variáveis, como número de identificação do caso, data do fato, horário do fato, latitude e longitude. Já a segunda base de dados analisada reúne informações sobre os adolescentes apontados como autores das ocorrências da primeira base, possuindo 17.381 observações e também contando com variáveis, como número de identificação do caso, data de nascimento do autor, sexo, raça/cor e idade.

O IVJ é composto por indicadores como: distorção idade-série no ensino médio, percentual de indivíduos com idades de 10 a 14 anos ocupados, percentual da população com idade entre 15 a 29 anos, renda domiciliar média, taxa de abandono escolar no ensino

médio, taxa de fecundidade na faixa etária de 15 a 19 anos, e taxa de homicídio da população masculina de 15 a 29 anos. Este índice está baseado em uma divisão do município de Belo Horizonte em 40 territórios homogêneos, denominados Territórios de Gestão Compartilhada, cujo processo de elaboração será descrito mais adiante.

As bases de dados e suas respectivas variáveis foram integradas e trabalhadas com o auxílio da linguagem de programação R e do *software* Statistical Package for the Social Science (SPSS), que permitiram operacionalização das variáveis e construção de estatísticas descritivas, correlações entre as variáveis, testes qui-quadrado e elaboração de um modelo de regressão logística. Explicações mais aprofundadas sobre os testes estatísticos realizados estão disponíveis como notas de rodapé na seção dedicada à análise dos dados quantitativos.

Os dados também foram processados com o apoio do *software* QGIS, uma ferramenta de geoprocessamento que permitiu a espacialização das informações e a elaboração de mapas temáticos, contribuindo para a visualização e análise territorial dos fenômenos estudados. Finalmente, com o objetivo de dar maior robustez às análises, serão também mobilizados dados presentes nos relatórios estatísticos anuais publicados pelo Centro de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional (CIA-BH), no Levantamento Anual do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e nos Anuários do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

3.2 Como se desenvolvem e se diferenciam trajetórias juvenis em contextos vulneráveis?

No intuito de responder à segunda questão, tomei posse do trabalho de campo e das narrativas-entrevistas realizadas no âmbito da pesquisa *Trabalho infantil e tráfico de drogas: entre a proteção e a criminalização de jovens em Belo Horizonte* (TITD) (Crisp/Psilacs, 2024). Os contatos com os adolescentes da L4 aconteceram através de três escolas municipais do território. Inicialmente, a equipe de pesquisa cogitou realizar as entrevistas-narrativas com os adolescentes já no primeiro encontro, porém chegamos à conclusão de que o convite para participar de uma pesquisa sobre história de vida exigia alguma aproximação entre os pesquisadores e os adolescentes.

Elaboramos, então, um desenho de pesquisa que consistia em um roteiro de três encontros com duração de 50 minutos a 1 hora. Nesse roteiro, os dois primeiros encontros foram coletivos. Cerca de 8 a 10 adolescentes, selecionados pela diretora ou coordenadora da escola, seriam reunidos e a eles seria proposta a realização de uma conversa sobre a temática “trabalho”. A Conversação é um dispositivo de intervenção psicanalítica, forjada por Jacques Allain Miller, nos anos 1990, para a realização de pesquisas com adolescentes em ambiente escolar, cujo objetivo é criar uma situação de associação livre em grupo, permitindo a manifestação de identificações, percepções, dissensos, mal-entendidos, pontos de impasse, atos falhos, eventos coletivamente vivenciados, e vazios discursivos entre os participantes (Pereira, 2012).

Na conversa proposta, a equipe de pesquisa¹⁷, geralmente composta por um mediador e um observador, utilizou quatro imagens que retratam diferentes formas de trabalho infantil como disparadores do debate sobre os significados do trabalho (Anexo C). Essa primeira etapa se justifica, sobretudo através da intenção de valorizar o sistema de relevâncias dos participantes e acessar aspectos coletivos das vivências individuais (Silva *et al.*, 2023). Após o debate inicial, os pesquisadores conduziram as conversas a partir de uma postura de escuta ativa, baseando-se em um roteiro pré-formulado (Anexo A). Esse roteiro está dividido em nove eixos: trabalho, família, cidade, corpo e virilidade, juventude e raça, escola, tráfico e perspectivas de futuro.

Dessa forma, embora o roteiro tenha o objetivo de dar direcionamento para as conversações psicanalíticas, estas não são limitadas às perguntas nele contidas. Além disso, a divisão em tópicos tem uma finalidade didática, mas salienta-se que os tópicos foram narrados ora separadamente, ora de maneira simultânea pelos interlocutores. Cabe ressaltar ainda que todos os grupos foram registrados através de anotações realizadas pela equipe de pesquisa.

No terceiro e último encontro, os jovens que participaram das conversações psicanalíticas foram convidados a conversar individualmente com os pesquisadores, mediante a assinatura do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (Tale) dos adolescentes.

¹⁷ É importante salientar que esta pesquisa envolveu estudantes de pós-graduação em Sociologia e Psicologia e alunos de graduação do curso de Psicologia. Todos passaram por treinamentos específicos associados às técnicas de pesquisa utilizadas. Os grupos de Conversação foram moderados pelos estudantes de pós-graduação, sendo a função de observador exercida pelos alunos de graduação. Já as narrativas-entrevistas foram realizadas por todos os pesquisadores envolvidos no projeto.

Os adolescentes foram convidados a narrar sua história, a partir de sua própria perspectiva, tomando a palavra e fazendo uso dela, sempre que possível, em espaços onde se sentissem seguros para falarem e serem escutados. Nesta etapa, informados por uma abordagem biográfica embasada na perspectiva do curso de vida, buscamos identificar eventos (sua natureza, frequência, sequência, qualidade e interações) de diferentes trajetórias dos adolescentes (afetivo-sexual, familiar, comunitária, escolar, socioeconômica, infracional, institucional) associados à inserção no mundo do trabalho, seja ele protegido, informal ou ilegal (Elder, 1985).

Salientamos, entretanto, que não se busca uma verdade factual, essencialista ou totalizante dos sujeitos que participaram da pesquisa, pois, em uma perspectiva indutiva, o que importa são os discursos e os processos “subjetivos de enfrentamento do real e as dimensões traumáticas e políticas que o circunscrevem” (Malta *et al.*, 2020, p. 19). Também objetivamos compreender os modos de inserção e os ganhos financeiros e subjetivos relacionados ao desempenho dessas atividades, bem como os impactos concretos e simbólicos delas sobre eventos posteriores ao envolvimento e no desenvolvimento das demais trajetórias.

Nessa etapa individual, o protocolo adotado seguiu os passos para a realização de entrevistas-narrativas (Rosenthal, 2017; Malta *et al.*, 2020). Dentro da concepção Rosenthal (2017), a compreensão sobre como os indivíduos vivenciam seu mundo passado ou presente e sobre como as experiências biográficas se manifestam a eles implica na indefinição de um tema ou um campo temático por parte dos pesquisadores. É o entrevistado quem deve conduzir e dar forma ao relato. Neste contexto, a entrevista se inicia com uma solicitação geral de relato biográfico, o qual não deve ser interrompida pelo pesquisador. O protocolo estabelecido para a solicitação de relato biográfico assumiu, então, a seguinte forma:

Nos últimos dois encontros, conversamos sobre trabalho e outras várias temáticas. Hoje, a proposta é diferente: eu queria te pedir que você me contasse a história de sua vida, todas as vivências que foram pessoalmente importantes para você. Você pode levar o tempo que quiser. A princípio, eu também não vou te interromper, só vou fazer algumas anotações relativas às questões que então trataremos mais tarde.

Ao fim do relato, inicia-se a fase de perguntas da entrevista. Em um primeiro momento, as perguntas realizadas têm como base as anotações feitas pelo pesquisador durante a escuta da narrativa e busca gerar outras declarações analiticamente relevantes. Rosenthal (2017) sugere, ainda, que as perguntas feitas devem respeitar a sequência das anotações. Apenas em um segundo momento, os pesquisadores introduzem perguntas diretas sobre temas de interesse que porventura não apareceram durante as fases anteriores. Neste caso, o roteiro de escuta elaborado para a condução das conversações psicanalíticas também é utilizado como base para as questões.

É necessário pontuar que, durante essa etapa do trabalho de campo, a equipe de pesquisa observou que muitos adolescentes tinham dificuldades para, ou mesmo não conseguiram, elaborar uma narrativa sobre sua história de vida. Nessas situações, os pesquisadores deram maior ênfase na técnica de entrevista semiestruturada. Dessa forma, utiliza-se o termo narrativa-entrevista, uma vez que o protocolo utilizado combinou duas técnicas de entrevista. A primeira é denominada narrativa memorialística, na qual os adolescentes foram inicialmente convidados a narrar, livre e sem interrupções, sua própria história de vida, a partir de uma solicitação geral de relato biográfico por parte dos pesquisadores. Ao fim desse relato ou dada sua impossibilidade, os pesquisadores aplicaram a técnica de entrevista semiestruturada, questionando os adolescentes sobre pontos mencionados na narrativa e realizando perguntas presentes em um roteiro composto pelos nove eixos, supramencionados: trabalho, família, cidade, corpo e virilidade, juventude e raça, escola, tráfico e perspectivas de futuro.

Durante esse trabalho de campo junto às escolas, foram realizadas 16 sessões de conversação, com 8 grupos de 6 a 12 adolescentes, sendo a seleção dos participantes determinada pela direção da instituição de ensino. Além disso, foram realizadas 31 narrativas-entrevistas com alunos das escolas pesquisadas, sendo que apenas 3 adolescentes disseram que tiveram experiências de trabalho no tráfico. Destes, uma adolescente cumpria medida socioeducativa de Liberdade Assistida no momento da entrevista.

O trabalho de campo se desdobrou em uma segunda fase, que teve como cenário as instituições encarregadas da execução das medidas socioeducativas de semiliberdade

e internação no município de Belo Horizonte. Nesta, realizamos conversas individuais¹⁸, também combinando as técnicas de narrativa memorialística e entrevista semiestruturada, junto aos adolescentes que residiam nos bairros que compõem a L4 e/ou aos que cumpriam medidas socioeducativas por ato infracional análogo ao tráfico de drogas. As narrativas-entrevistas foram realizadas em salas reservadas, sem a presença da equipe de segurança das unidades socioeducativas. Assim como os adolescentes entrevistados no território, alguns adolescentes internos das unidades socioeducativas também apresentaram dificuldades em elaborar uma narrativa sobre suas histórias de vida. Desse modo, nessas situações, os pesquisadores adotaram o mesmo procedimento de dar ênfase à técnica de entrevista semiestruturada. Nesse contexto, foram realizadas 26 narrativas-entrevistas com adolescentes que cumpriam medidas socioeducativas de semiliberdade e internação em unidades masculinas e femininas.

Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas com o auxílio de ferramenta de inteligência artificial. Posteriormente, todas as transcrições foram checadas a partir da escuta integral dos áudios, com o objetivo de corrigir eventuais erros e distorções de palavras e pontuações, garantido, assim, maior confiabilidade no material. Posteriormente, a análise das entrevistas foi realizada a partir da codificação do material com o auxílio do *software* ATLAS.ti e a construção de resumos de cada caso. O processo de codificação consiste na identificação de passagens do texto e seu relacionamento com uma ideia, conceito ou código. Isto permite que o analista possa acessar e combinar passagens de diferentes documentos que discorram sobre um mesmo fenômeno ou tema, além de possibilitar uma maior organização dos dados e uma análise mais estruturada.

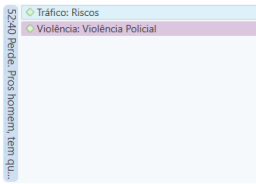
¹⁸ A equipe de pesquisa optou pela não realização dos grupos de conversação com os jovens institucionalizados devido às dificuldades de logística e a preocupação com a exposição dos adolescentes entre seus pares.

Figura 4 – Exemplo de processo de codificação

ENTREVISTADO:
Perde. Pros homem, tem que dar dinheiro pros bota. Você é doído, isso não vida pra nós viver não, ficar dando dinheiro de graça pra polícia, mano. Você é doído.

ENTREVISTADOR:
Que mais?

ENTREVISTADO:
Revólver. Você é doído, dá revólver pra polícia, revólver é mais de 6.000, ficar dando esses trem pros bota.



Fonte: Elaboração própria.

O procedimento de análise adotado no presente trabalho combinou perspectivas dedutivas e indutivas. Inicialmente, foram criados códigos a partir dos conceitos e princípios da perspectiva do curso de vida e de outros elementos trazidos pela revisão bibliográfica. Assim, busquei identificar passagens das entrevistas que poderiam ser relacionadas com as trajetórias familiares, escolares, laborais, infracionais, além de elementos associados às relações com os pares, com o território e também com as perspectivas de futuro enunciadas pelos jovens entrevistados. De forma adicional e paralela, dado o objetivo de gerar novas ideias teóricas ou hipóteses fundamentadas nos dados empíricos, também foi empregado o procedimento de codificação em três passos preconizado por Strauss e Corbin (1990).

No primeiro passo, denominado codificação aberta, busca-se identificar categorias relevantes através da leitura reflexiva do texto. Nesse passo, o analista deve realizar uma leitura intensa do material analisado, realizando comparações e perguntas (quem, quando, onde, por que, quanto), buscando encontrar expressões e palavras recorrentes e identificando orientações normativas no discurso dos sujeitos de pesquisa. Trata-se de um exercício que busca gerar códigos que realmente estejam fundamentados naquilo que os entrevistados disseram. Em seguida, no passo denominado por Strauss e Corbin (1990) de codificação axial, os códigos são refinados, agrupados e interconectados. Isso é realizado através de procedimentos de comparação que nos ajudam a verificar se estamos aplicando os critérios de codificação de forma constante e perceber se há distinções internas dentro dos códigos. Assim, alguns códigos acabam por dividir-se e outros se juntam nesse processo, que avança no sentido da construção de categorias mais gerais. Finalmente, na codificação seletiva, as categorias fundamentais

ou centrais, que fazem com que todas as outras categorias na teoria se conectem em uma narrativa, são identificadas e relacionadas às outras.

Assim, após realizar a codificação de todas as entrevistas realizadas na pesquisa TITD, foi feito um recorte no material analisado. Em função do volume do material, da diversidade das histórias e da escolha por realizar uma análise que contemplasse a ideia de biografia, ao invés de uma simples análise de conteúdo temática, foi estabelecido como critério analisar para este trabalho somente as narrativas-entrevistas de adolescentes do sexo masculino que tinham histórico de residência em Belo Horizonte. Dessa forma, foram considerados 17 casos de adolescentes do sexo masculino provenientes do campo realizado nas escolas da L4 e 16 casos de adolescentes do sexo masculino que cumpriam medidas socioeducativas em meio fechado.

Ainda assim, muitas são as questões que atravessam o curso de vida de cada um dos jovens entrevistados, de modo que o que se percebe é uma trama complexa de relações entre questões familiares, pares, escola, território e outras instituições. Com o objetivo de navegar pela infinitude do real e alcançar alguma compreensão sobre a problemática colocada na pesquisa, buscou-se enquadrar as trajetórias através da criação de uma tipologia considerando a relação desses adolescentes com o tráfico de drogas.

A criação de tipos ideais deve ser compreendida como uma operação analítica que não busca espelhar a realidade empírica, mas interpretá-la a partir de construções teóricas que evidenciem determinados traços considerados relevantes pelo pesquisador. Trata-se de uma construção lógica e unilateral, na qual certos aspectos do fenômeno são acentuados em detrimento de outros, de acordo com os valores, os objetivos e as experiências do analista. O tipo ideal é uma construção parcial da realidade que, embora não exista empiricamente em sua pureza, oferece ao pesquisador um referencial comparativo para interpretar as variações empíricas e formular julgamentos causais. Sua força reside justamente em permitir que o cientista social se oriente na complexidade do real, estruturando hipóteses com base em um modelo racional, coerente e metodologicamente disciplinado (Weber, 1991).

Essa abordagem é aprofundada por Stapley *et al.* (2022), que defendem o uso do tipo ideal – especialmente no contexto de pesquisas qualitativas – como uma estratégia rigorosa e sistemática para desenvolver tipologias interpretativas. O processo, denominado *Ideal Type Analysis* (ITA), consiste na construção de “casos ideais” a partir

da identificação de padrões de similaridade e diferença entre os dados empíricos. Esses casos ideais não apenas sintetizam os elementos comuns dentro de um grupo, mas também explicitam contrastes significativos entre grupos, permitindo ao pesquisador reconhecer regularidades, tensões e desvios em meio à diversidade das experiências individuais. Stapley *et al.* (2022) destacam, ainda, que a construção de tipos ideais, quando feita de forma transparente e ancorada teoricamente, não apenas contribui para a validade analítica da pesquisa, mas também para a clareza na comunicação dos resultados. Em vez de classificar casos em categorias fixas ou médias estatísticas, os tipos ideais servem como representações densas que preservam a riqueza da experiência empírica e, ao mesmo tempo, possibilitam comparações e interpretações de ordem teórica. Sua aplicação exige, portanto, sensibilidade empírica, coerência teórica e reflexividade crítica, reconhecendo que todo esforço de tipificação é, em última instância, uma construção situada, marcada por escolhas seletivas e valores implícitos ao pesquisador.

Assim, a partir dos resumos dos casos e da codificação, deu-se início à análise, que partia de uma noção básica associada à dimensão da participação em trajetórias infracionais. Em outras palavras, alguns jovens desenvolvem esse tipo de trajetória e outros não desenvolvem. No entanto, o material empírico analisado demonstra que a questão da participação ou não participação em trajetórias infracionais admite muitas nuances que devem ser consideradas. Dessa forma, além da distinção inicial entre participantes e não participantes, em um primeiro momento, chamou a atenção o posicionamento dos entrevistados não participantes e participantes com relação ao tráfico de drogas. Foram considerados como não participantes os adolescentes entrevistados no contexto das escolas da L4 que, durante a entrevista, não relataram ter ou terem tido envolvimento com o tráfico de drogas. Através das comparações entre os casos de adolescentes não participantes, cheguei a três tipos. O primeiro coloca ênfase no fator protetivo das relações sociais mantidas pelos jovens. O segundo se relaciona com a moralidade do trabalho e o trabalho infantil como alternativa ao tráfico de drogas. Finalmente, o terceiro tipo não participante diz respeito ao engajamento em atividades institucionais como forma de empoderamento em um ambiente adverso.

Ainda no contexto da L4, dois adolescentes, embora não participantes, durante a entrevista refletem sobre a real possibilidade de se envolverem no tráfico de drogas e

desenvolvem a questão como um importante dilema. Assim, esses dois casos foram considerados como um tipo especial.

Prosseguindo para os adolescentes entrevistados no contexto das medidas socioeducativas, inicialmente, esses adolescentes foram enquadrados, simplesmente, como participantes, já que estavam cumprindo sanções judiciais justamente por conta de seus envolvimento com o tráfico de drogas. Obviamente, os relatos desses adolescentes são interessantes para compreender as diferentes razões que os levaram a desenvolver uma trajetória infracional. Dessa maneira, após comparar os casos, elaborei quatro tipos. O primeiro diz respeito à situação em que laços afetivos não necessariamente se convertem em formas de controle social, contribuindo para o agravamento de trajetórias infracionais. O segundo tipo busca retratar o engajamento no tráfico de drogas como meio de pertencimento, reconhecimento e *status*. Já o terceiro tipo se refere à trajetória infracional como uma forma de sustento diante da precariedade material vivenciada e não necessariamente embasada na incorporação dos valores do mundo do crime. Por fim, o último tipo trata da participação em uma trajetória infracional como resultado da vivência de situações de extrema vulnerabilidade.

Na apresentação de cada um dos tipos ideais elaborados, busca-se descrever suas principais características e os possíveis diálogos com a literatura que embasa este trabalho. Posteriormente, como forma de ilustrar esses tipos ideais, foram escolhidas, entre as entrevistas que os compõe, aquelas que melhor os representassem. Dessa forma, procura-se evidenciar como determinados padrões narrativos, trajetórias e experiências se organizam em torno de configurações analíticas propostas. Para tanto, as entrevistas foram reorganizadas buscando, ao máximo, respeitar a cronologia dos fatos narrados pelos sujeitos de pesquisa.

Após esta descrição da metodologia da pesquisa, os próximos capítulos se dedicam à exposição dos achados. Assim, retomando a imagem de um satélite que, orbitando o planeta Terra, aponta sua câmera e coloca em foco uma cidade, no capítulo intitulado “A Macrolente”, nos concentramos na cidade de Belo Horizonte, em sua história e algumas de suas características macroestruturais. Em seguida, no capítulo “A Mesolente”, o zoom se aproxima da região da capital mineira, considerada como a mais vulnerável para a juventude. Neste enquadramento, são discutidas questões sobre o contexto histórico e geográfico dos bairros que compõe essa região. Enfim, o capítulo “A

Microlente” apresenta a análise do material qualitativo, discutindo os tipos ideais elaborados.

4 A MACROLENTE

Com o objetivo de estabelecer o contexto histórico e o lugar geográfico que será foco da análise, vamos voltar nosso olhar para a cidade de Belo Horizonte. Depois de séculos de escravidão e décadas de monarquismo, o Brasil buscava um caminho para realizar a transição e a consolidação do regime republicano e seus ideais positivistas (Simão, 2018). Nesse contexto, a decisão de construir do zero uma nova capital para Minas Gerais se insere em um marco discursivo relacionado à ideia de modernidade como oposição ao passado monárquico – tido como obsoleto e arcaico – representado pela cidade de Ouro Preto.

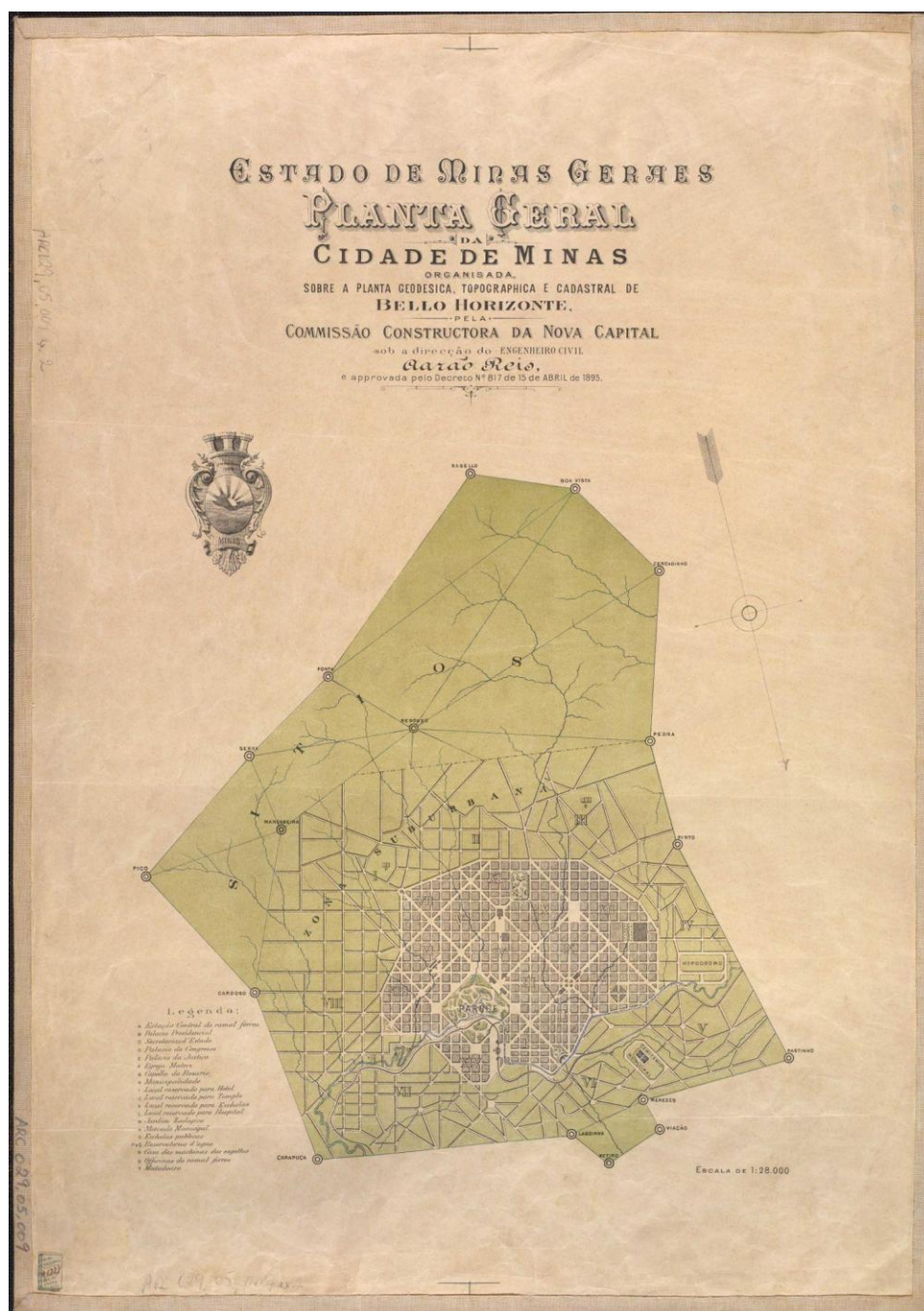
Dessa maneira, em 13 de dezembro 1893, após considerar locais como Paraúna, Barbacena, Juiz de Fora e Várzea do Marçal, e por apenas dois votos de diferença, o legislativo mineiro apontou o antigo arraial de Curral Del Rey, denominado desde 1890 de Belo Horizonte, como local mais adequado para a construção da nova capital. Pesou a favor de Curral Del Rey o fato de que o arraial estava em local central, com relação às regiões do estado, o que favoreceu a conciliação política entre os representantes da elite mineira, já que parte desta, insatisfeita com o jogo de forças vigente na época e sob a influência de outros centros políticos e econômicos, chegou a cogitar a secessão do estado em novas Unidades da Federação ou mesmo a incorporação de regiões a outras unidades, como São Paulo e Rio de Janeiro. Além disso, outros elementos que favoreceram a escolha do arraial dizem respeito a fatores como o relevo, o clima e as condições hidrográficas (Simão, 2018; Rabêlo, 2013).

A planta matriz da nova capital foi proposta por Aarão Reis, engenheiro-chefe da Comissão Construtora da Nova Capital Mineira (CCNCM). Inspirado pelo urbanismo planejado de Washington (EUA) e de La Plata (Argentina) e pela reforma urbana implementada por Haussman em Paris, entre 1853 e 1870, Aarão Reis se baseava na ideia de que as cidades deveriam ser racionais, saudáveis e higiênicas, se contrapondo ao urbanismo dos antigos centros urbanos mineiros, com suas praças e vielas insalubres (Rabêlo, 2013). Assim, “a cidade republicana” se apresentava como um “verdadeiro símbolo de modernização e viabilização de um novo modo de vida para a elite mineira, concretizada por meio do espaço físico mediado e planejado” (Rocha, 2015, p. 95).

A construção da nova capital começa em 1894, com a desapropriação de cerca de 400 casas e cafuas do antigo arraial para dar lugar à Cidade de Minas, como foi inicialmente batizada a nova capital. A população – majoritariamente negra (Pereira, 2020) – que habitava o arraial recebeu indenizações irrisórias e em nenhum momento foi convidada a participar ou opinar sobre o projeto de construção, que foi imposto de cima para baixo por um grupo de profissionais de reconhecida capacidade técnica, como Aarão Reis e Francisco Bicalho, mas que não tinham nenhuma ligação com o lugar e sua população (Rabêlo, 2013).

Dessa forma, o plano de construção da Cidade de Minas – nome inicialmente dado à nova capital – dividia a cidade em três zonas com populações e usos distintos. A zona urbana, com suas ruas e avenidas largas e ampla infraestrutura, foi demarcada geograficamente pela Avenida do Contorno. Este espaço seria reservado para as instituições do estado, para as elites e para os indivíduos que integravam o funcionalismo público, a ser transferido de Ouro Preto. A zona suburbana, que se localizava para além dos limites da Avenida do Contorno, seria destinada aos futuros bairros e vilas destinadas aos antigos moradores e aos trabalhadores urbanos. Finalmente, às margens desse espaço, estava a zona rural, destinada a sítios e chácaras responsáveis por abastecer a capital.

Imagem 1 – Mapa da Cidade de Minas Gerais – Atual Belo Horizonte



Fonte: Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/46896>.
Acesso em: 4 fev. 2024.

A execução desse projeto necessitou de um grande número de trabalhadores. Nesse contexto, a recém liberta população negra e outros indivíduos pobres do interior

do estado foram imediatamente atraídos ao enorme canteiro de obras que se formava. Além disso, em 1894, a CCNCM promoveu ativamente a imigração, especialmente de italianos, para a construção dos primeiros prédios na nova capital. É importante pontuar que se trata do mesmo contexto histórico em que o estado brasileiro tinha uma política de embranquecimento da população que, baseada em ideias eugenistas, buscava tornar o país “mais europeu”.

No entanto, apesar da alta demanda por mão de obra, o planejamento inicial não previa que esses trabalhadores se instalassem na nova capital. A ideia era que, na “cidade administrativa”, tudo girasse em torno da burocracia do governo e dos comércios e serviços que a atenderia, não havendo espaço para a população operária, que deveria se deslocar para outras cidades tão logo as obras da capital mineira terminassem. Assim, contrariando os planos da CCNCM, os trabalhadores, atraídos pela promessa de nova vida na nova capital e sem condições para adquirir lotes, passaram, em um primeiro momento, a ocupar de forma irregular e de maneira desenfreada espaços vagos dentro da zona urbana. Formaram-se, ainda em 1895, as primeiras favelas da cidade: Fazenda do Leitão (atual bairro Santo Antônio), Alto da Estação/Favela (atual Floresta) e Córrego do Leitão (Barro Preto). Essa situação gerou uma dinâmica de conflito entre a administração pública e as populações mais pobres que habitavam esses espaços, sendo as primeiras favelas removidas em 1902 (Rabêlo, 2013).

O volume populacional de trabalhadores em busca de moradia levou, em seguida, à ocupação desordenada das zonas suburbana e rural que, de saída, não contavam com o mesmo planejamento e infraestrutura destinados à zona urbana. Desse modo, fora da Avenida do Contorno e, contrariamente ao ideal dos construtores, em locais que não contavam com esgotamento sanitário, água encanada ou luz elétrica, formaram-se ruas tortuosas repletas de cafuas e barracões improvisados, cuja população era formada por negros, mestiços, imigrantes e migrantes de toda sorte. Se a cidade planejada deveria crescer do centro para a periferia, a cidade real se fez na direção contrária, de forma que, em 1912, 70% dos moradores viviam na periferia (Simão, 2018). Inicialmente pensada para abrigar cerca de 200 mil moradores, a capital mineira experimentou um crescimento vertiginoso da população, especialmente nas primeiras décadas do século XX. Entre 1890 e 1920, a população saltou de 600 para 55.563 habitantes, um aumento de 9.000% em

apenas 30 anos. Enquanto isso, apesar da infraestrutura existente nos bairros centrais, grandes porções de seus territórios permaneceram vazias durante anos (Rabêlo, 2013).

Tabela 1 – População de Belo Horizonte e variação percentual, 1890-2022

Ano	População	Variação
1890	600	-
1893	2.650	341,7%
1897	12.000	352,8%
1900	13.472	12,3%
1920	55.563	312,4%
1940	211.377	280,4%
1950	352.724	66,9%
1960	693.328	96,6%
1970	1.255.415	81,1%
1980	1.822.221	45,1%
1991	2.017.127	10,7%
2000	2.332.747	15,6%
2010	2.375.151	1,8%
2022	2.315.560	-2,5%

Fonte: Elaboração própria, a partir de Simão (2018) e dados do IBGE.

Apesar da alta demanda por trabalhadores na construção da nova capital, o mercado de trabalho logo se saturou. Sem emprego, essas pessoas passaram a ser perseguidas como vadios, ociosos e ébrios, reforçando um binômio moralista que associava o trabalho à ordem e a vadiagem à criminalidade. Os locais habitados por essas pessoas, como os atuais Calafate, Lagoinha e Barroca, foram, assim, desde os primeiros anos da capital, associados à desordem e à turbulência. Relatórios policiais, boletins de ocorrência e a imprensa da época descreviam esses locais como “zonas pecaminosas” e “focos de periculosidade” e seus habitantes como “aventureiros, desclassificados e malfeitores de toda espécie” (Simão, 2018), justificando, dessa forma, tanto o preconceito

da população quanto a repressão policial. Assim, Belo Horizonte, desde sua origem, revelou seu caráter excludente, marcado pela vigilância e criminalização da população pobre, aspectos que se manifestaram na atuação de famigeradas figuras como o Capitão, e posteriormente Major, Antônio Lopes de Oliveira, um homem negro que exerceu o cargo de delegado da nova capital, entre 1895 e 1915.

Como aponta Simão (2018), a nova ordem urbana fundamentava-se em dois pilares principais: a manutenção da moral pública, associada à higienização dos espaços e à eliminação de pessoas e comportamentos considerados desviantes; e o disciplinamento das classes populares, compelidas ao trabalho e privadas de direitos plenos de cidadania. Disso resulta uma cidade partida em três: o centro, modelo de civilidade e progresso; a cidade suburbana, em constante expansão; e a cidade ilegal, fruto da especulação imobiliária e dos conflitos fundiários (Rocha, 2015).

Segundo Rocha (2017), a segmentação espacial não foi acidental, mas parte de um projeto deliberado para manter indivíduos circunscritos à convivência com seus iguais, assegurando a estabilidade do *status quo*. A segregação urbana funcionava, assim, como um mecanismo de controle social, regulando não apenas a ocupação do espaço, mas também a circulação das populações marginalizadas. Esse modelo de cidade não apenas impunha barreiras físicas, mas também reforçava uma lógica de exclusão que tratava a presença dos pobres como uma ameaça à estética e à moral urbana. A busca por uma paisagem “limpa” e “racional” implicava a eliminação da pobreza visível, criminalizando corpos sujos, vadios e inválidos que destoavam do ideal positivista de asseio e disciplina. A contradição desse projeto urbanístico torna-se evidente na política sanitarista da época, que visava promover a saúde pública sem, no entanto, garantir condições dignas de habitação para os trabalhadores (Simão, 2018).

Em verdade, o discurso sanitarista foi muitas vezes instrumentalizado para promover desapropriações e remoções de vilas e favelas, consolidando a lógica de exclusão social na cidade. Até a metade do século XX, a resistência dos moradores dessas vilas e favelas ocorria de forma dispersa, marcada por enfrentamentos isolados contra despejos, ações judiciais e cortes arbitrários de serviços essenciais, como água e luz. Além disso, a repressão frequentemente assumia formas violentas, incluindo ameaças diretas e atuação de jagunços contratados por supostos proprietários dos terrenos ocupados (Rabêlo, 2013). Somente a partir de 1959, a luta por moradia começa a se organizar de

forma mais sistemática, como o surgimento da Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte. Considerado o movimento mais atuante e estruturado do gênero no Brasil, em sua época, acabou sendo desmantelado com o golpe cívico-militar de 1964, marcando um novo ciclo de repressão e resistência na cidade (Rabêlo, 2013). A luta por moradia só voltaria a ganhar força com a redemocratização, nos anos 1980, quando esses movimentos se organizaram para enfrentar a persistente exclusão habitacional, a marginalização de suas comunidades e o problema da criminalidade urbana, que começa a ganhar importância nesse período.

Atualmente, o município ocupa uma área de 331,6 km² e possui uma população de 2,3 milhões de pessoas, sendo o sexto município mais populoso do Brasil. Sua Região Metropolitana conta com uma população de aproximadamente 5,7 milhões de habitantes, configurando-se como a terceira maior aglomeração urbana do país. Apesar das transformações urbanas ocorridas ao longo do século XX e início do século XXI, o padrão de segregação estabelecido na fundação de Belo Horizonte permanece visível na estrutura territorial da cidade. A ineficiência de políticas habitacionais ao longo das décadas consolidou esse modelo excludente, tornando a desigualdade estrutural. À medida que a população crescia e a especulação imobiliária se intensificava, os trabalhadores de baixa renda foram progressivamente empurrados para áreas periféricas, sem infraestrutura urbana adequada, onde loteamentos irregulares se tornaram a única alternativa viável. Os bairros mais valorizados continuam concentrados dentro da Avenida do Contorno e na região Centro-Sul, enquanto a população negra e pobre segue marginalizada nos extremos da cidade e cada vez mais tendem a se estabelecer nos municípios da Região Metropolitana, onde a infraestrutura é precária e os serviços públicos essenciais são insuficientes.

Nesse contexto, a crescente complexidade dos problemas urbanos enfrentados pelo município de Belo Horizonte, ao longo dos anos, atraiu o interesse de inúmeras pesquisas acadêmicas, configurando-se em um verdadeiro “laboratório”. No panorama da produção de teses e dissertações com o foco em pesquisas urbanas sobre Belo Horizonte e sua Região Metropolitana, entre 1991 e 2020, Andrade e Veloso (2024) contabilizaram um total de 670 trabalhos produzidos dentro de programas de pós-graduação da UFMG e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Desses trabalhos, cerca de 64% foram finalizados entre 2011 e 2020 e os principais temas abordados foram

habitação, planejamento urbano e direito urbanístico, gestão política e institucional, e crime e violência. O grande número de trabalhos acadêmicos voltados para a questão habitacional, na visão das autoras, se deve, entre outras coisas, à persistência do problema. Os trabalhos em torno dessa problemática revisados possuem dois focos principais: 1) o déficit e a precariedade habitacional entre os setores populares; e 2) as estratégias das políticas públicas e dos movimentos sociais para a solução do problema. No que tange aos estudos que tratam de planejamento urbano, direito urbanístico e gestão da política institucional, Andrade e Veloso (2024) identificaram um especial foco sobre orçamento participativo, plano diretor, legislação urbanística, trajetórias e arranjos institucionais municipais e metropolitanos. Segundo as autoras, o estudo sobre essas temáticas específicas parece ter sido impulsionado pelas mudanças institucionais e pela participação social que surgiram após a redemocratização, a Constituição de 1988 e o Estatuto da Cidade de 2001. Finalmente, no campo do crime e da violência, a cidade de Belo Horizonte desponta como principal objeto de estudo, seguido por algumas de suas regiões particulares e suas instituições, como prisões, abrigos e escolas. Para as autoras, a produção nesse campo se deve tanto ao pioneirismo do Crisp como aos convênios firmados pela PUC Minas com as forças policiais estaduais e municipais, para a formação de pessoal.

Para além do panorama de Andrade e Veloso (2024), é importante frisar que o poder público municipal, especialmente a partir da redemocratização, também se empenhou na criação de diferentes estratégias para compreender, elaborar políticas públicas e fazer a gestão do espaço urbano, sendo essas muitas vezes embasadas na produção acadêmica de seus profissionais e nas instituições existentes na cidade.

A partir dos anos 1970, a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) passou a se dedicar à criação de escalas de planejamento territorial intraurbano que fossem capazes de retratar a complexidade da realidade urbana e que se constituíssem em instrumentos para ajudar a compreender melhor a cidade e seus territórios em suas particularidades. A regionalização, enquanto estratégia de subdivisão de um espaço, possibilita a identificação das condições de vida em cada local, permitindo a visualização da desigualdade espacial existente em meio aos espaços que compõem um dado território. Quando aplicada ao tecido urbano, essa estratégia é capaz de revelar as disparidades de disponibilidade e acesso a bens e serviços urbanos, sociais, culturais e econômicos,

permitindo, assim, o enfoque em áreas mais carentes, definindo prioridades e subsidiando o planejamento territorial das políticas públicas municipais. Assim, em 1983, foram criadas as nove regionais administrativas da cidade, sendo elas: Barreiro, Centro-Sul, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Pampulha e Venda Nova. No entanto, a extensão dessa territorialização faz com que exista uma enorme heterogeneidade dentro dos bairros que compõem uma mesma regional.

Dessa forma, em 1995, no contexto da elaboração do Plano Diretor Municipal, foi incorporado o conceito de áreas homogêneas, ou seja, conglomerados territoriais caracterizados pela semelhança nas condições de vida experienciada pela população local. A partir desse conceito, o Plano Diretor determinou a divisão da cidade em 81 Unidades de Planejamento (UPs), utilizando os seguintes critérios: inserção total em determinada regional; facilidade de identificação pela população local (priorizando agregação de bairros); homogeneidade das características de ocupação, padrão das construções e perfil socioeconômico da população; inexistência de elementos seccionadores (barreiras artificiais ou naturais); existência de elementos polarizadores; compatibilidade com os setores censitários do IBGE e número reduzido de unidades para evitar a fragmentação excessiva da leitura em relação ao setor censitário. Posteriormente, nos anos 2000, algumas UPs foram agregadas em unidades maiores, para a criação das subregiões do Orçamento Participativo (OP), o que possibilitou a organização de um processo mais localizado de discussão da alocação dos recursos do OP pela população (Nabuco *et al.*, 2012).

No entanto, segundo Nabuco *et al.* (2012), as espacializações em torno das UPs e subregiões do orçamento participativo não se mantiveram consistentes ao longo do tempo, quando considerado o critério de homogeneidade. O caráter dinâmico do espaço urbano com seu crescimento não linear, o surgimento de novas centralidades, os vetores de expansão econômica e urbanística e o arrefecimento do crescimento de algumas regiões ao longo do tempo foram alguns fatores que contribuíram para isso. Além disso, em 2011, os limites das Regiões Administrativas foram revistos, de forma que as áreas homogêneas previstas anteriormente passaram a não atender mais ao critério de estarem contidas integralmente em uma única regional. Finalmente, houve a demanda para que essas áreas homogêneas seguissem os limites da camada de bairros, acordadas entre a PBH e o IBGE, entre 2008 e 2009, potencializando o uso dos dados do Censo.

Esse cenário possibilitou esforços no sentido de criação de uma nova malha de territórios homogêneos, os chamados Territórios de Gestão Compartilhada (TGC). Segundo Nabuco *et al.* (2012), do ponto de vista político, essa proposta de espacialização seria radicalmente inovadora, uma vez que poderia ser usada e apropriada não apenas pelo governo e por seus técnicos, mas pelos cidadãos, em um processo conjunto – governo e sociedade civil – de aprofundamento do conhecimento sobre a cidade. Houve, assim, uma aposta que essa proposta de regionalização fortalecesse o protagonismo dos agentes locais nas dinâmicas de planejamento e gestão do desenvolvimento da cidade, já que os territórios reuniam pessoas com condições de vida comuns e havia informações públicas disponíveis que poderiam ajudar ou guiar o processo de demanda e/ou intervenção, formulação e implementação de políticas públicas.

O processo de definição e delimitação geográfica dos TGC se deu mediante a uma metodologia dividida em duas etapas. A primeira etapa, denominada “Etapa Técnica”, utilizou o referencial teórico da delimitação de conglomerados espaciais, a partir de algoritmo desenvolvido pelos Departamentos de Estatística e Ciências da Computação da UFMG. Essa regionalização se deu baseada em critérios de homogeneidade, que se baseiam na possibilidade de agregação territorial a partir de características uniformes, arbitrariamente especificadas. Segundo Nabuco *et al.* (2012), essa escolha se deu como forma de permitir a posterior geração de informações estatísticas com um menor grau de discrepância interna. Assim, as diretrizes definidas para regionalização de Belo Horizonte, dizem respeito às categorias de ordem econômica, social, urbana, geográfica e política: homogeneidade interna; contiguidade territorial; tamanho populacional mínimo de 40 mil habitantes; observância dos limites das administrações regionais e dos bairros; utilização dos bairros como unidades geográficas mínimas de agregação; número total de subdivisões entre 35 e 45 áreas; fácil mobilidade (considerando barreiras físicas e grandes obras viárias); conhecimento do território e das relações existentes; e percepção de pertencimento por parte da população.

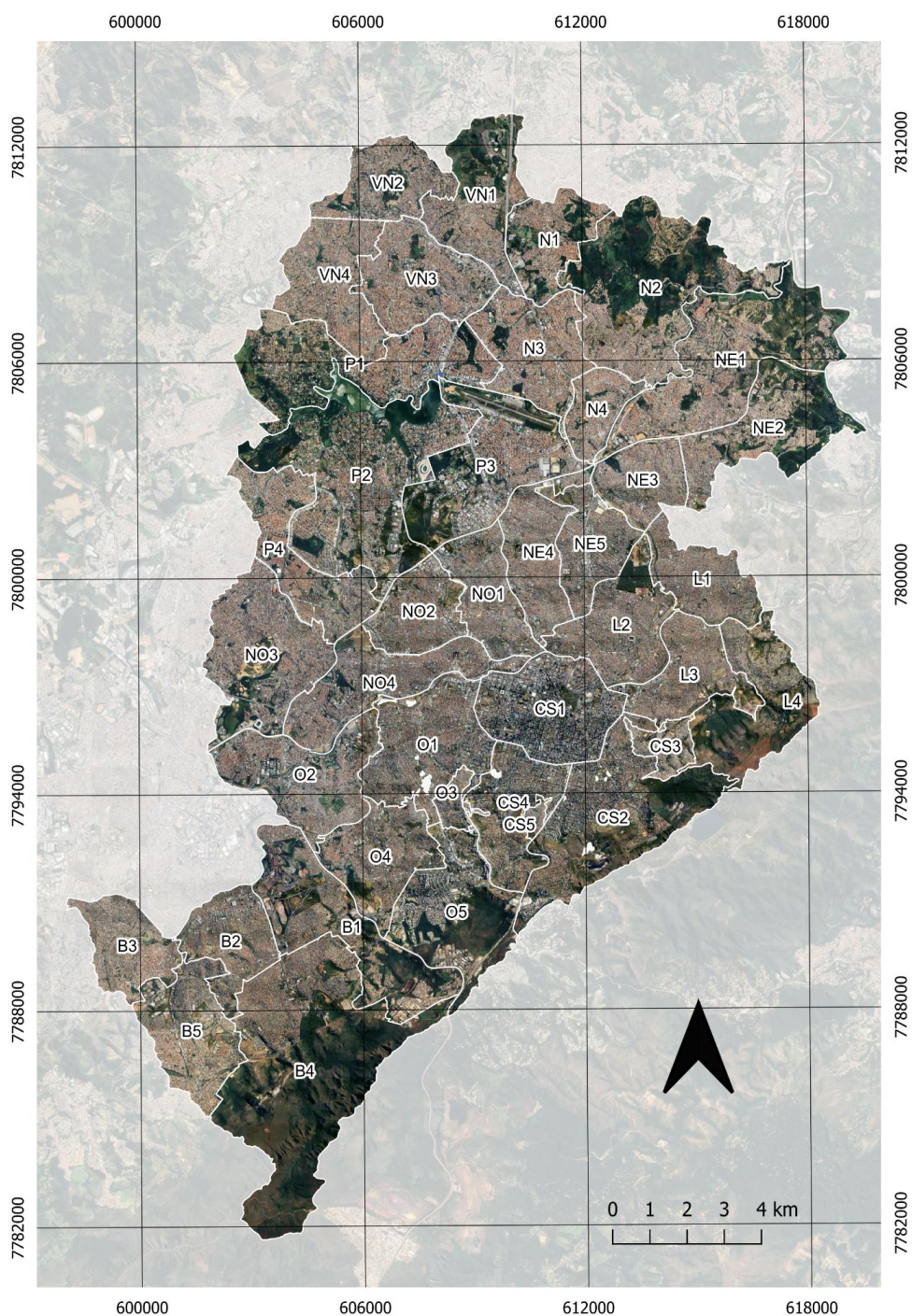
Assim, foram considerados os 487 bairros de BH como unidades espaciais. Para caracterizar a homogeneidade, considerou-se a disponibilidade de dados com detalhamento intraurbano e com possibilidade de cálculo ou estimativa para os bairros da cidade e que representassem vários aspectos das condições de vida e moradia. Dessa forma, foram utilizadas três variáveis:

- Índice de Salubridade Ambiental (ISA) – Composto por condições de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo, drenagem urbana e controle de vetores.
- Índice de Vulnerabilidade à Saúde – Considera condições de saneamento, habitação, escolaridade, renda, saúde e características do chefe de domicílio.
- Valor venal médio do metro quadrado construído – Calculado a partir do cadastro do IPTU dos imóveis localizados nos respectivos bairros. Considerado como *proxy* das condições de renda domiciliar.

A segunda etapa, denominada “Etapa de Pactuação”, teve como objetivo tornar a regionalização proposta operacionalizável, não só na perspectiva de produção e divulgação de informações, mas também da sua utilização como área de planejamento de ações e oferta de serviços, ainda que esta opção significasse a perda de homogeneidade dada pelos parâmetros usados na primeira etapa. Para tanto, foram realizadas reuniões em todas as regionais administrativas que envolveram o corpo técnico da prefeitura e a sociedade civil, sendo negociada e pactuada com a população a proposta final de regionalização (Nabuco *et al.*, 2012). Assim, três TGC são compostos por áreas não contíguas para reunir vilas e favelas das Regionais Oeste e Centro-Sul. Também foi flexibilizado o critério de população mínima de 40 mil habitantes em seis TGC: CS3, CS5, N1, N4, O3 e O5, sendo que cada uma delas conta com uma população de cerca de 20 mil pessoas.

Após essas duas etapas, o mapa final consolidado conta com 40 regiões homogêneas, sendo oficialmente instituídas pelo Decreto Municipal nº 14.724/2011. Apesar dessa ser uma base territorial importante no planejamento de políticas públicas em Belo Horizonte, essas áreas não possuem estruturas administrativas ou gerenciais, sendo somente uma delimitação utilizada para geração e publicização de informações, dados e estatísticas sobre cada território.

Mapa 1 – Territórios de Gestão Compartilhada (TGC) definidos pelo Decreto Municipal N° 14.724/2011



Fonte: Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/governo/documentos/relatorio_ivj-bh_v28dez16.pdf. Acesso em: 15 set. 2025.

Na próxima seção, são apresentados os dados sobre ocorrências de tráfico de drogas envolvendo adolescentes em Belo Horizonte, no período de 2014 a 2023, e discutidas a redução no número de ocorrências ao longo dos anos, à luz de dados secundários, a distribuição temporal dessas ocorrências – considerando os dias da semana e os períodos do dia –, bem como o perfil dos adolescentes envolvidos.

4.1 Atos infracionais análogos ao tráfico de drogas registrados no Reds

Cicourel (1968) recomenda cautela no uso de documentos e estatísticas oficiais e outros tipos de dados secundários no campo da sociologia do crime e do desvio. Uma das razões para essa atitude reside no fato de que nem todos os desviantes são apreendidos, classificados e contabilizados. Assim, uma pessoa pode passar toda a adolescência cometendo pequenos delitos sem nunca ser apreendida, ou ainda, ser apreendida por um único delito mesmo tendo uma longa trajetória infracional. Desse modo, as estatísticas oficiais refletem as informações que chegam ao conhecimento dos agentes do Estado, o que implica em variados graus de subnotificação. Em outras palavras, as estatísticas oficiais refletem a propensão diferenciada das diversas camadas sociais em registrar a ocorrência de certos crimes.

Também é necessário considerar a propensão diferenciada das instituições policiais atuarem no sentido de reprimir certos crimes. Segundo Batitucci (2007), isso pode ser observado quando se analisa a influência de fatores operacionais, políticos ou conjunturais no registro ou na possibilidade de registrar determinadas ocorrências. Por isso, é necessário levar em conta que esses registros refletem a percepção dos atores que coletam e processam esses dados e os percursos institucionais a ele associados. Desse modo, esses registros tendem a refletir valores, atitudes e crenças desses atores e suas instituições. A mobilização de tipificações e classificações sociais pela polícia na construção organizacional das ocorrências é, ao mesmo tempo, uma economia de recursos logísticos e um reforço aos traços culturais da instituição, o que legitima o conhecimento profissional do policial construído através da prática cotidiana. Isso se traduz na discricionariedade, que tem como consequência a produção de discriminações

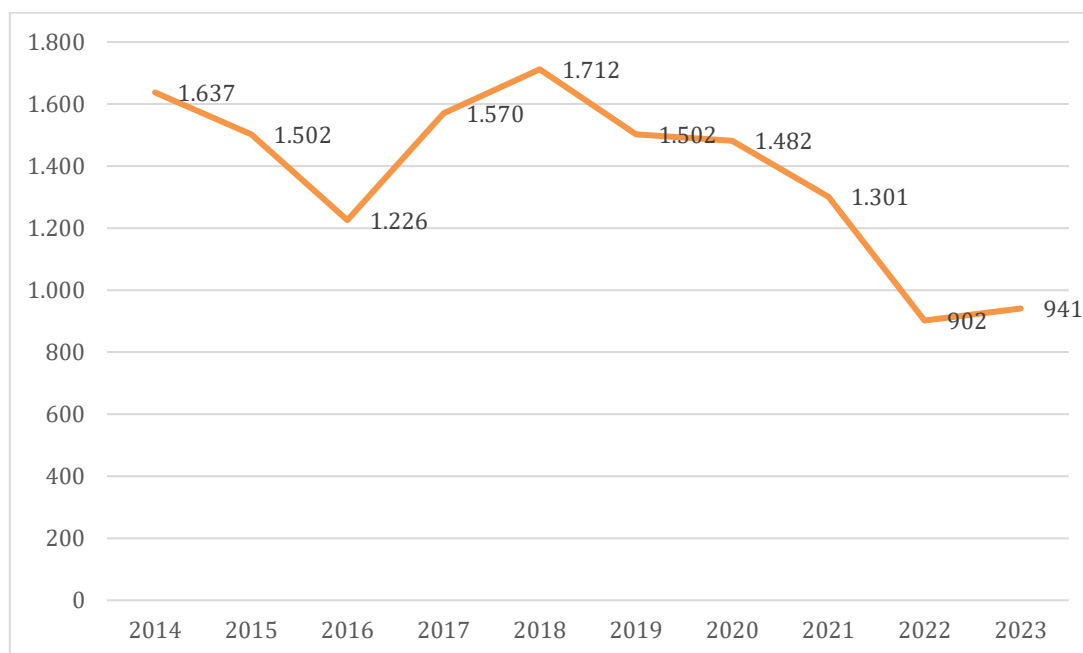
sistemáticas, calcadas em estereótipos sobre padrões associados às características socioeconômicas vinculadas à natureza do infrator ou criminoso e, então, à penalização sistemática de grupos específicos que, de alguma forma, combinem com esses estereótipos (Batitucci, 2007; Misse, 2008).

Assim, as estatísticas oficiais não refletem “a verdade” sobre o número de crimes que ocorrem ou sobre as dinâmicas criminais. O que elas evidenciam é o jogo institucional de produção de verdades e hierarquias na justiça criminal e na sociedade brasileira. Dessa forma, esses dados não são inválidos por serem socialmente contaminados, pois é justamente nessa contaminação social que encontramos sua riqueza (Batitucci, 2007). A partir dela podemos refletir sobre os dispositivos de controle e sobre os sujeitos tipicamente associados à criminalidade perseguida pelos agentes do Estado.

Feitas essas importantes considerações, passemos à análise dos dados das ocorrências de tráfico de drogas envolvendo adolescentes em Belo Horizonte, entre 2014 e 2023.

A base de dados final das ocorrências de tráfico de drogas envolvendo adolescentes contempla 13.775 casos. Sobre a distribuição das ocorrências ao longo do período analisado (2014-2023), nota-se uma queda no quantitativo de ocorrências entre 2014 e 2016 e uma posterior elevação, sendo o ano de 2018 o ápice da série histórica. A partir de 2018, o quantitativo de ocorrências diminuí ano a ano, até 2022. O ano de 2023 contabiliza um total de 941 ocorrências, o que representa um aumento de 4,3% em relação ao ano anterior, mas uma diminuição de 42,5% em relação ao quantitativo de 2014, início da série histórica analisada.

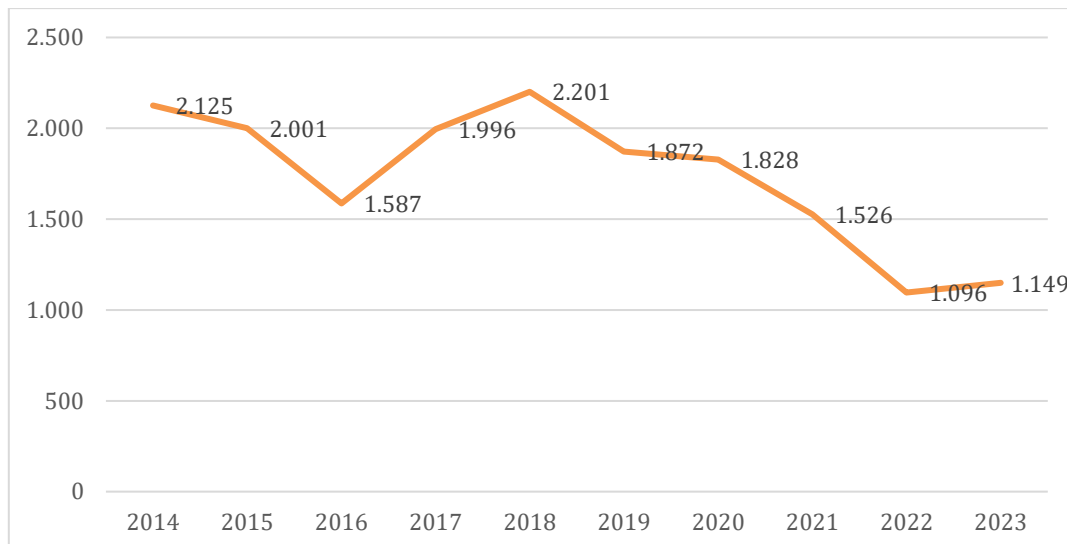
Gráfico 1 – Distribuição das ocorrências de tráfico de drogas envolvendo adolescentes por ano – Belo Horizonte, 2014 – 2023



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Reds.

Sobre o número de adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico de drogas, foram contabilizados 17.381 indivíduos entre 2014 e 2023, ressaltando-se que um mesmo adolescente pode ter sido contabilizado mais de uma vez ao longo do período, em razão de seu envolvimento em múltiplas ocorrências. Observa-se uma redução entre 2014 e 2016, seguida de um aumento, que culmina no pico da série histórica verificado em 2018. Posteriormente, nota-se uma queda no número de adolescentes envolvidos até o ano de 2023, quando o número de envolvidos apresentou um aumento de 4,8% em relação a 2022. Apesar disso, quando comparado com o início da série histórica analisada, percebe-se que houve uma redução de 45,9% no número de adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico de drogas.

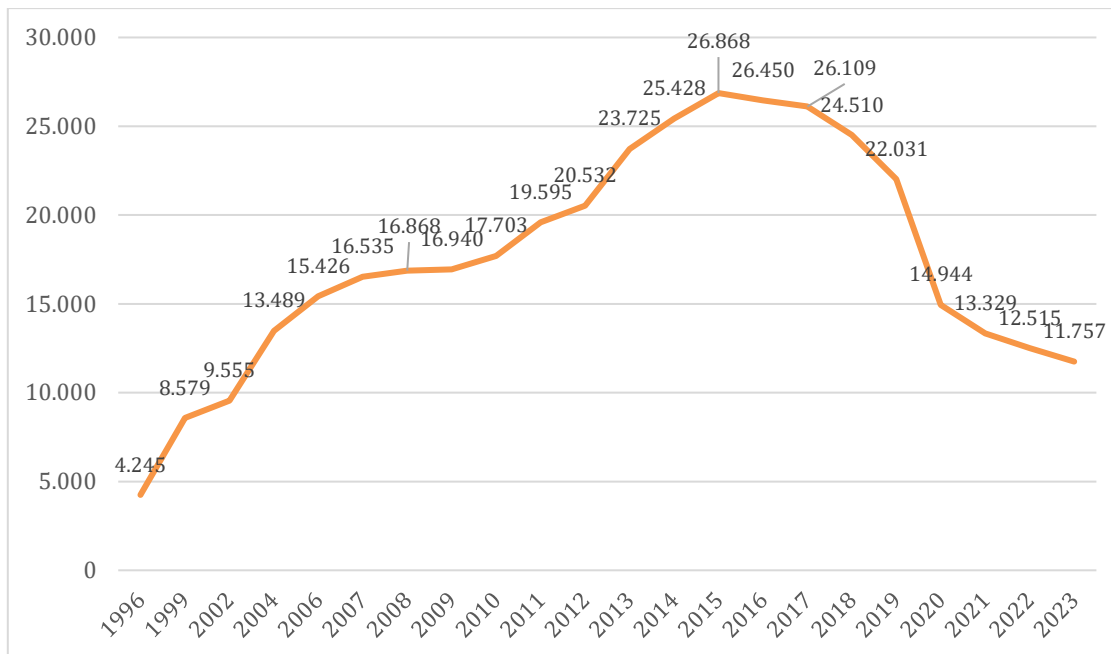
Gráfico 2 – Distribuição dos adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico de drogas por ano – Belo Horizonte, 2014-2023



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Reds.

Essa tendência vem sendo observada no nível nacional, no contexto das medidas privativas de liberdade, conforme apontado pelos dados reunidos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024) e os dados publicados no Levantamento Anual do Sinase. Do total de 26.868 adolescentes internados em 2015, em todo território nacional, chega-se a um total de 11.757 em 2023, o que representa uma significativa queda de 56,2% no número de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas restritivas de liberdade.

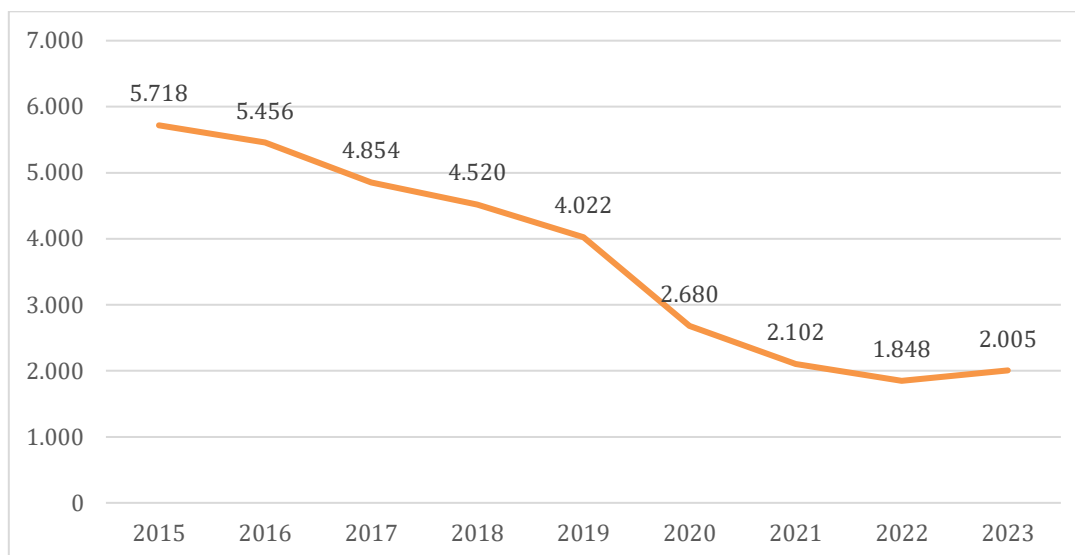
Gráfico 3 – Evolução do número de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado – Brasil, 1996-2023



Fonte: FBSP (2024, p. 375).

O mesmo fenômeno se verifica quando consultamos os relatórios estatísticos do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional (CIABH). Entre 2015 e 2023, é possível perceber uma tendência de queda contínua no número de adolescentes atendidos anualmente por essa instituição. Houve uma redução de 64,9% entre o início e o fim da série analisada. Além disso, chama a atenção a acentuada queda entre os anos de 2019 e 2020 (33,3%), o que sugere o papel do contexto pandêmico nas abordagens institucionais, atendimentos presenciais ou registros. Trata-se de um tema importante, de modo que se faz necessário um breve parênteses.

Gráfico 4 – Número de adolescentes atendidos no CIABH – Belo Horizonte, 2015-2023



Fonte: TJMG (2024, p. 9).

Em texto publicado no Anuário de 2022 do FBSP, Barros e Carvalho (2022) traçam algumas hipóteses para explicar essa queda sem precedentes. Em primeiro lugar, as autoras refletem sobre o efeito da Recomendação N° 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Publicada no contexto da pandemia de Covid-19, esta recomendação se apresentou como uma orientação para que os magistrados agissem para desinternar adolescentes que tivessem maior risco de serem contaminados pelo vírus ou que estivessem internados por conta de crimes de menor gravidade. Em segundo lugar, as autoras discutem a possível influência da decisão do Habeas Corpus coletivo n° 143988/ES de 21 de agosto de 2020. Este determinou que as unidades de cumprimento de medida socioeducativa de internação não poderiam operar com capacidade superior à prevista, sendo sugerida a reavaliação dos adolescentes que estivessem cumprindo medidas de internação em função exclusiva da reiteração de infrações cometidas sem violência ou grave ameaça. Nesse sentido:

Considerando apenas o valor total de internações e o total de vagas, sem desagregar por tipo de unidade, em 2018 e 2019, das 27 Unidades Federativas, 15 possuíam mais adolescentes internados do que vagas disponíveis. Em 2020, foram apenas 6 estados que se mantiveram nessa situação de déficit de vagas e, em 2021, foram 5 estados, sendo eles: Acre, Amapá, Amazonas, Rio Grande do Norte e Tocantins. (Barros; Carvalho, 2022, p. 8).

Um terceiro fator evocado pelas autoras é a queda nos registros de roubos. Sendo os crimes contra o patrimônio as principais infrações que levam à internação de adolescentes, a queda nos registros de roubos pode estar associada à queda no número de internações. Por fim, o último fator trazido por Barros e Carvalho (2022), que poderia explicar essa queda no número de adolescentes internados, é a queda no número de apreensões de adolescentes, o que seria indício de uma transformação na dinâmica de atuação das polícias militares ou na dinâmica de envolvimento dos adolescentes com a criminalidade.

A questão da redução do quantitativo de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no Brasil adquiriu tal relevância que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) encomendou ao Instituto Cíclica e ao Observatório de Socioeducação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul a pesquisa *Redução de adolescentes em medidas socioeducativas no Brasil (2013 – 2022): condicionantes e percepções* (CNJ, 2024). Com o objetivo de investigar fatores responsáveis pela redução do quantitativo de adolescentes em privação e restrição de liberdade do sistema socioeducativo, através de uma abordagem de métodos mistos, a pesquisa explorou dados quantitativos das Unidades Federativas brasileiras no período entre 2013 e 2022, sendo analisados o número de adolescentes no sistema socioeducativo e a quantidade de guias de medidas emitidas pelo Judiciário no Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a lei (CNAACL), enfatizando medidas em meio fechado, além de dados provenientes de instituições como o Ministério Público, as polícias civis e militares e outros, como a taxa de homicídios de adolescentes por armas de fogo e taxas de mortes decorrentes de intervenção policial (MDIP). Também foram realizadas 30 entrevistas e 6 grupos focais, tendo como interlocutores juízes, promotores, defensores públicos, policiais, agentes socioeducativos e adolescentes, em cinco estados que apresentaram as reduções mais significativas no quantitativo de adolescentes cumprindo medida de privação de liberdade em sua microrregião (Amapá, Bahia, Goiás, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul). Assim,

essa etapa qualitativa buscou analisar a percepção sobre o fenômeno do ponto de vista dos atores que compõem o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e dos adolescentes que cumpriam medida socioeducativa.

Quanto aos achados, os pesquisadores observaram que o fenômeno da redução do quantitativo de adolescentes em meio fechado no sistema socioeducativo ocorre, praticamente, em todos os estados brasileiros no período analisado, sendo as únicas duas exceções os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte. Em suas conclusões, os pesquisadores encarregados na pesquisa encomendada pelo CNJ enfatizam que as dimensões relacionadas à atuação policial, às dinâmicas criminais dos territórios e ao contexto pandêmico são as explicações mais plausíveis para o fenômeno estudado.

No que diz respeito às mudanças na atuação policial, os pesquisadores observaram, em primeiro lugar que, concomitantemente com a redução do número de adolescentes em privação e restrição de liberdade, houve uma diminuição na taxa estimada de policiais por 100 mil habitantes, com uma variação, entre 2013 e 2022, de -19,92% no âmbito nacional. Apesar disso, os pesquisadores dizem não ser possível afirmar que essa redução tenha impactado a diminuição do número de adolescentes em meio fechado. Também foi observado que a redução do número de adolescentes privados de liberdade foi acompanhada pela redução do número de apreensões em flagrante de adolescentes e prisões em flagrante de adultos, entre 2013 e 2022. Neste período, as apreensões em flagrante de adolescentes caíram 97%, enquanto as prisões de adultos em flagrante delito reduziram cerca de 53%. Na percepção dos atores entrevistados, as polícias estariam apreendendo menos adolescentes por conta da ideia de que o sistema socioeducativo seria incapaz de “punir” os adolescentes infratores, sugerindo, assim, a presença de uma visão menorista informando a atuação policial. Associado a isso, está um elemento, também presente nas entrevistas, que é o componente do uso sistemático e discricionário da violência policial nas abordagens. Assim, diante de uma situação de flagrante de ato infracional, as forças policiais se serviriam de instrumentos ilegais, como tortura e outras formas de violência, para “corrigir” os adolescentes autores de atos infracionais. Os autores perceberam que dos cinco estados pesquisados, em quatro deles houve, simultaneamente, a redução do quantitativo de adolescentes em meio fechado e, simultaneamente, um aumento significativo da taxa de mortes decorrentes de intervenção policial. Essa percepção é endossada por um número relevante de entrevistados, mas,

apesar disso, em nível nacional, não foi encontrada significância estatística entre os dois fenômenos. Nesse contexto, os pesquisadores chamam atenção para o fato de que faltam canais adequados para as denúncias de violência policial, o que oferece um terreno para que os agentes estatais possam operar à margem do controle.

Sobre a relação entre a redução do número de adolescentes privados de liberdade e as alterações na dinâmica criminal, os pesquisadores constataram que os atos relacionados ao tráfico de drogas são o principal motivador de emissão de guias durante o período analisado (2014-2023), sendo que representavam 23,16% em 2014 e passaram a representar 27,13% em 2023. Os autores sugerem que, de modo geral, a redução do percentual dos atos infracionais contra o patrimônio e a variação nos atos infracionais contra a pessoa e relacionados ao tráfico sugerem uma mudança nas práticas infracionais, possivelmente associada à maior presença de adolescentes em facções criminosas. Essa hipótese é reforçada através dos dados qualitativos, uma vez que os interlocutores sustentam a existência da percepção de que há mais adolescentes integrando facções e até mesmo desempenhando funções exclusivas de indivíduos mais velhos. As facções são vistas pelos adolescentes entrevistados como fonte de proteção e assistência social. Para além disso, os pesquisadores observaram uma relativa permanência no perfil dos sujeitos selecionados pelo SJJ. Outro aspecto dentro desse tópico trata da morte de jovens por arma de fogo, que na percepção dos entrevistados é bastante relacionada à diminuição dos adolescentes cumprindo medida em meio fechado. No entanto, os dados quantitativos trabalhados pelos autores não apontaram significância para a associação entre as duas variáveis.

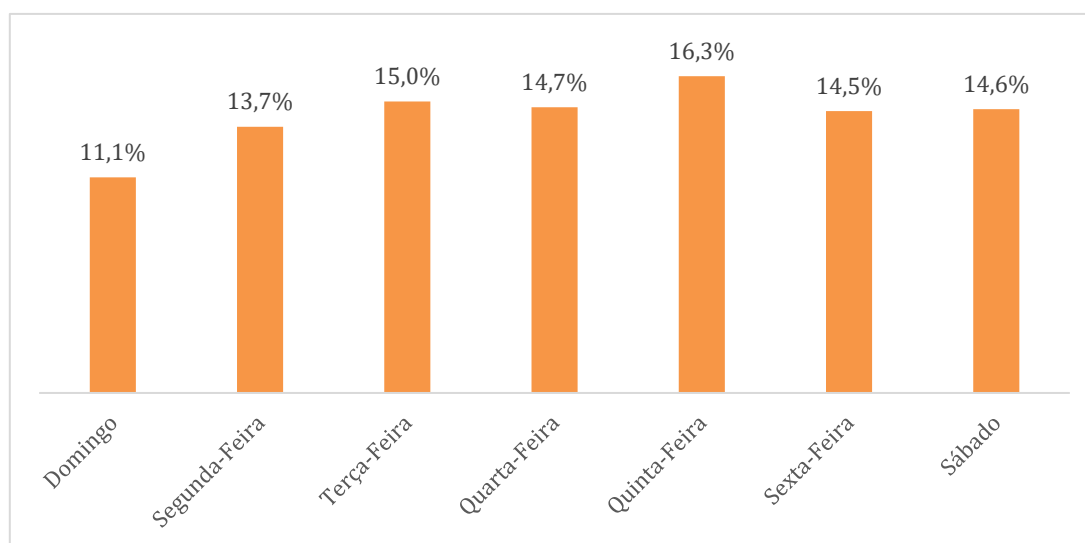
Finalmente, os pesquisadores exploraram aspectos complementares. Em primeiro lugar, destaca-se o contexto pandêmico, já que o período entre 2019 e 2022 apresenta uma diminuição substancial no número de adolescentes em medida socioeducativa de meio fechado e isso foi claramente percebido pelos interlocutores entrevistados. Outra hipótese explorada foi a mudança do perfil etário brasileiro. Os pesquisadores observaram que os estratos populacionais mais jovens têm diminuído ao longo do tempo: a faixa de 12 a 17 anos apresentou uma redução proporcional de cerca de 3% e a faixa de 12 a 20 anos de 2% no contingente populacional, no período entre 2013 e 2022. Apesar disso, não foi encontrada correlação estatística entre o total de guias de medidas socioeducativas e a estimativa populacional na faixa etária de indivíduos em idade possível para

cumprimento de medida socioeducativa (12 a 20 anos). Segundo os autores, isso sugere que a variação populacional tomada de maneira isolada não é um argumento robusto para influenciar o fenômeno da redução de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em meio fechado.

Apesar de explorar um amplo leque de hipóteses, a pesquisa do CNJ (2024) deixa de fora um aspecto fundamental relativo à socialização dos adolescentes na contemporaneidade: a transformação digital. Nesse registro, Figueiredo e Llinares (2024) argumentam que o advento da internet provocou mudanças significativas no uso do tempo livre, especialmente entre os mais jovens. Isso possibilitou a emergência de novas rotinas e estilos de vida baseados em interações virtuais, o que impactaria na redução dos “crimes de rua”, como roubos e furtos, e em aumento de crimes cibernéticos, já que a internet cria novas oportunidades para que ofensores tenham contato com as vítimas sob o manto do anonimato, o que gera novos contextos comportamentos hostis e para crimes tradicionais como *bullying*, fraudes, estelionatos e roubo de identidade. A partir de um modelo de regressão linear multinível, os autores demonstraram que, no estado de Minas Gerais, o avanço da adoção das tecnologias digitais diminuiu a participação em crimes de rua, ao mesmo tempo em que aumentou a exposição a crimes cibernéticos, especialmente entre adolescentes. Figueiredo e Llinares (2024) também demonstraram que os crimes cibernéticos aumentaram significativamente depois de março de 2020, quando comparados aos crimes violentos.

Voltando novamente o foco para as ocorrências de drogas envolvendo adolescentes ocorridas em Belo Horizonte, entre 2014 e 2023, nota-se que 74,2% foram registradas durante os dias de semana, com especial destaque para as quintas-feiras (16,3%), as terças-feiras (15%) e as quartas-feiras (14,7%).

Gráfico 5 – Distribuição percentual das ocorrências por dia da semana – Belo Horizonte, 2014-2023

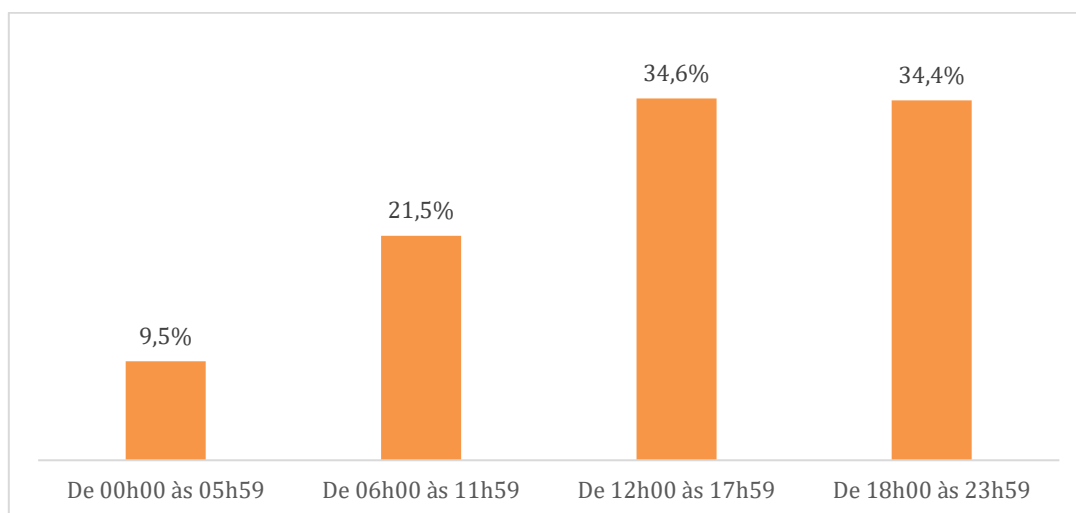


Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Reds.

Quanto à distribuição das ocorrências por período do dia, nota-se que 69% delas aconteceram nos períodos da tarde ou da noite, sendo 34,6% durante a tarde e 34,4% à noite. Além disso, 21,5% das ocorrências ocorreram no período da manhã, enquanto apenas 9,5% foram registradas na madrugada. Tendo em mente que essas ocorrências se referem a adolescentes, é de suma importância tecer alguns comentários. Em primeiro lugar, chama atenção o fato de que 56,1% das ocorrências ocorreram durante a manhã e à tarde, períodos tradicionalmente associados ao horário escolar. Esse dado sugere não apenas a evasão ou o afastamento da escola como um fator relevante, mas também levanta questões sobre a vulnerabilidade desses jovens às dinâmicas criminais em momentos em que, idealmente, deveriam estar inseridos no ambiente educacional. A presença significativa de registros no turno da tarde, em especial, pode indicar que muitos desses adolescentes já não frequentam a escola ou possuem rotinas de estudo descontinuadas, tornando-se mais suscetíveis ao aliciamento e à participação em atividades ilícitas. Em segundo lugar, os dados reforçam a percepção do tráfico de drogas como uma das piores formas de trabalho infantil. A participação de adolescentes em atividades criminosas durante a noite e a madrugada – o que representa 43,9% das ocorrências – aponta para a

sobrecarga desses indivíduos, que muitas vezes enfrentam jornadas extensas, incompatíveis com qualquer possibilidade de acesso a uma rotina escolar regular ou a um ambiente protetivo.

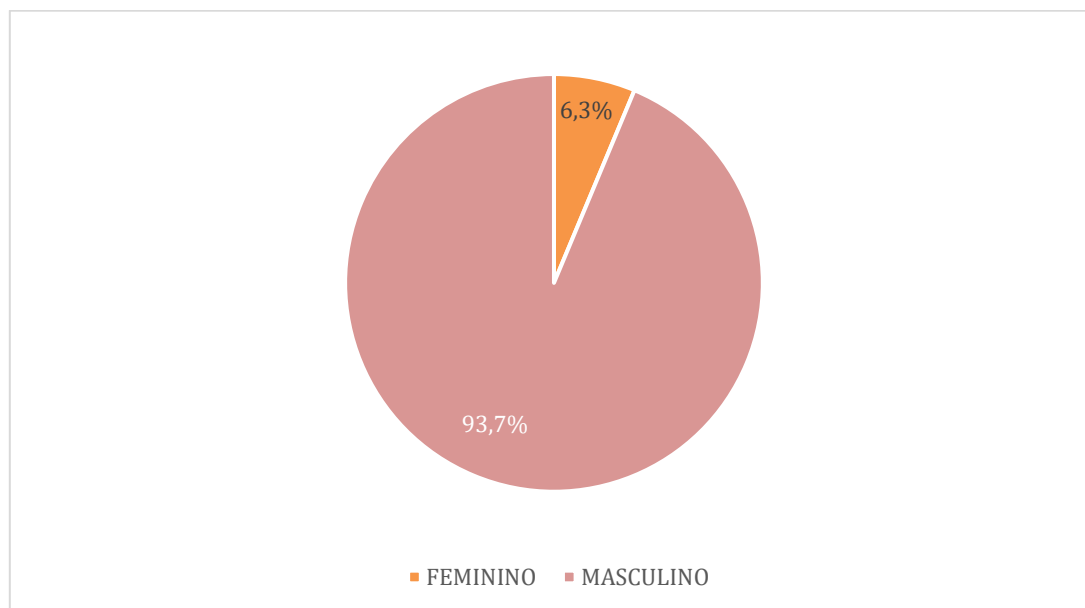
Gráfico 6 – Distribuição percentual das ocorrências por período do dia – Belo Horizonte, 2014-2023



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Reds.

Sobre a distribuição percentual dos adolescentes por sexo, nota-se que 93,7% são do sexo masculino, enquanto 6,3% são do sexo feminino. Esses dados estão em linha com a literatura que, de forma geral, aponta que o envolvimento com o tráfico de drogas está associado às questões relativas à construção da masculinidade.

Gráfico 7 – Distribuição percentual dos adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico por sexo – Belo Horizonte, 2014-2023

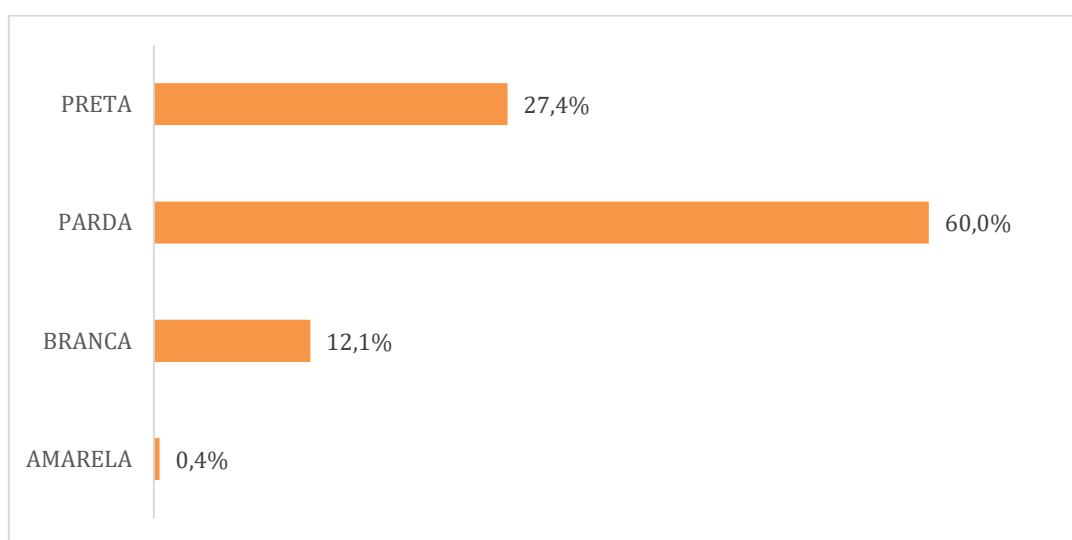


Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Reds.

A respeito da distribuição dos adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico de drogas por raça/cor, nota-se que os pardos representam 60% do total; os pretos, 27,4%; os brancos, 12,1%; e os amarelos, apenas 0,4%. Considerando a categoria “negro” como a junção de pretos e pardos, observa-se que 87,4% dos adolescentes se enquadram nessa categoria. Esses dados apontam para a seletividade das forças de segurança pública, que historicamente têm direcionado suas ações de repressão ao tráfico para territórios racializados e socialmente vulneráveis. O fato de adolescentes negros serem a maioria esmagadora das ocorrências não significa, necessariamente, que sejam os principais envolvidos na comercialização de drogas, mas sim que são os principais alvos da vigilância policial e do aparato punitivo do Estado. Isso reforça a lógica da “guerra às drogas” como um mecanismo que perpetua desigualdades raciais e sociais, criminalizando a juventude negra e restringindo suas oportunidades de ascensão social. Além disso, a baixa representatividade de adolescentes brancos nessas estatísticas sugere que há diferenças na abordagem e no tratamento de jovens envolvidos com o tráfico, dependendo do seu perfil racial. Esses dados estão em consonância com os achados de Duque, França e Santos (2014), que apontam que pessoas negras têm maiores chances

que pessoas brancas de serem classificadas como traficantes, mesmo quando a situação envolve a posse de pequenas quantidades de entorpecentes.

Gráfico 8 – Distribuição percentual dos adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico por raça/cor – Belo Horizonte, 2014-2023 (N = 15.790)



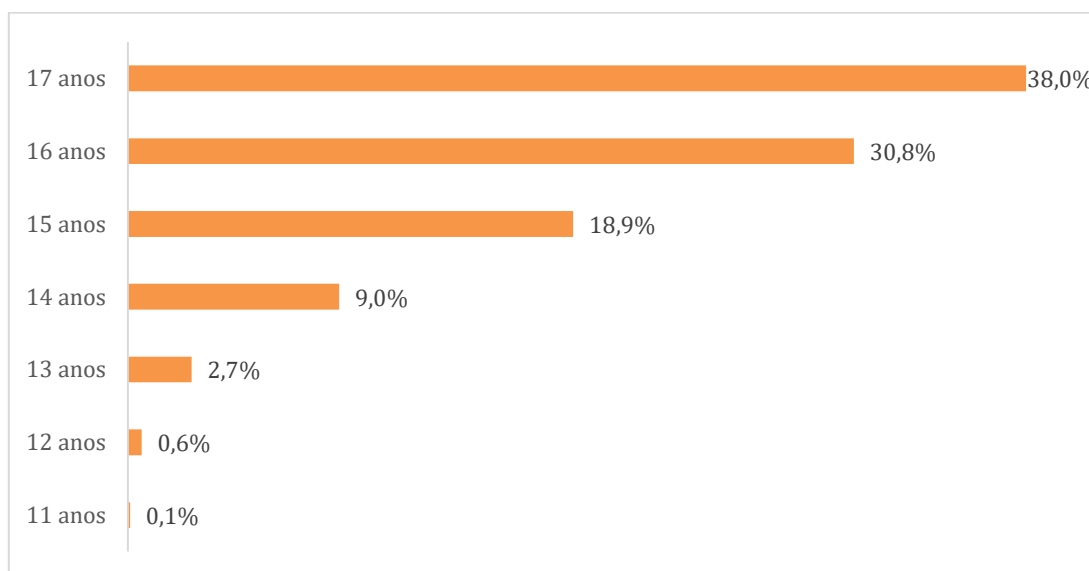
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Reds.

A distribuição etária dos adolescentes envolvidos nas ocorrências de tráfico no período analisado revela que 38% deles possuíam 17 anos; 30,8%, 16 anos; e 18,9% tinham 15 anos. Somente essas três categorias de idade compreendem 87,7% do total de adolescentes, indicando uma forte concentração das ocorrências entre os mais velhos.

Esse dado sugere um foco dos agentes de segurança pública nos adolescentes mais próximos da maioridade penal, o que pode estar relacionado a uma percepção de maior responsabilidade criminal e à crença de que esses jovens possuem uma trajetória infracional no tráfico mais estruturada. Além disso, pode indicar que esses adolescentes estão mais expostos a atividades ilícitas devido a fatores como abandono escolar, necessidade de sustento próprio ou maior autonomia em relação à família. Por outro lado, a presença de adolescentes mais novos, ainda que em menor proporção, evidencia que o tráfico de drogas mantém um ciclo de recrutamento contínuo, aliciando jovens desde idades precoces. Os dados apontam que 12,4% dos adolescentes envolvidos tinham entre

11 e 14 anos, no período analisado, o que reforça a tese de que o tráfico se aproveita da situação de vulnerabilidade para inseri-los progressivamente em suas atividades, muitas vezes começando com tarefas menores e aumentando a exposição ao longo do tempo. Por isso, outra possível especulação baseada é que a atuação policial pode estar direcionada à captura dos adolescentes que já assumem funções mais visíveis e operacionais dentro da cadeia do tráfico, enquanto os mais novos podem estar atuando em funções periféricas e menos expostas.

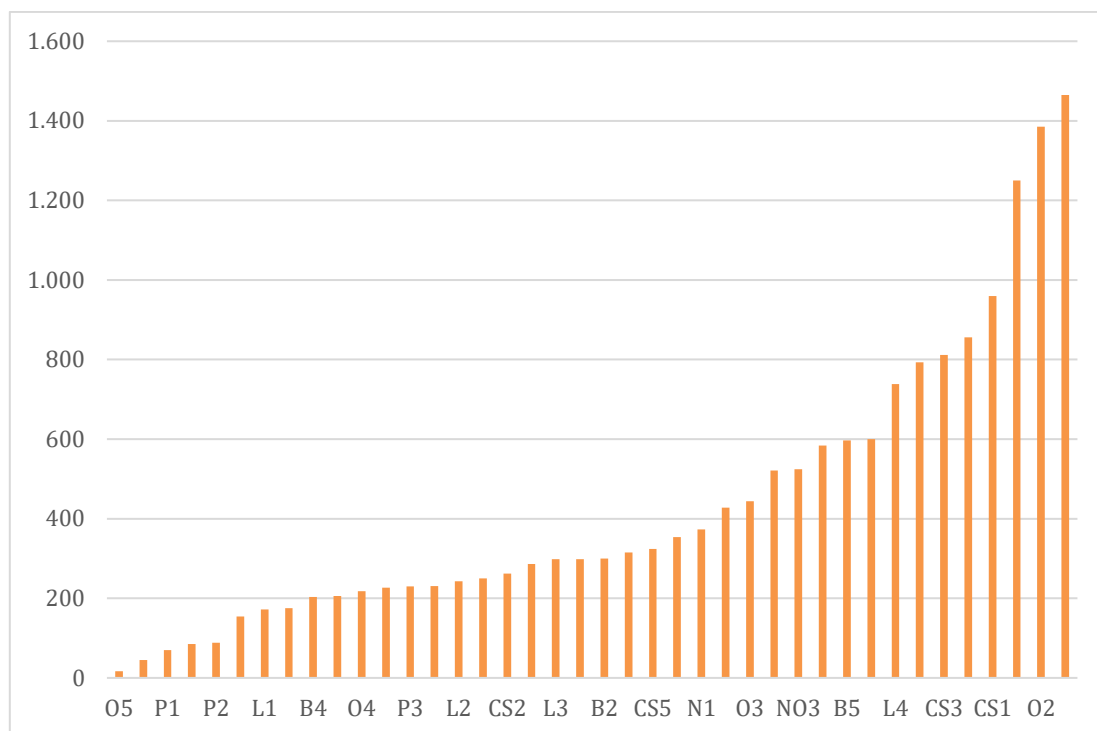
Gráfico 9 – Distribuição percentual dos adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico por idade – Belo Horizonte, 2014-2023



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Reds.

Com o objetivo de voltar o olhar para territórios específicos de Belo Horizonte, o quantitativo de adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico foi agregado por TGC, sendo assim possível tecer alguns comentários sobre a distribuição dessa variável.

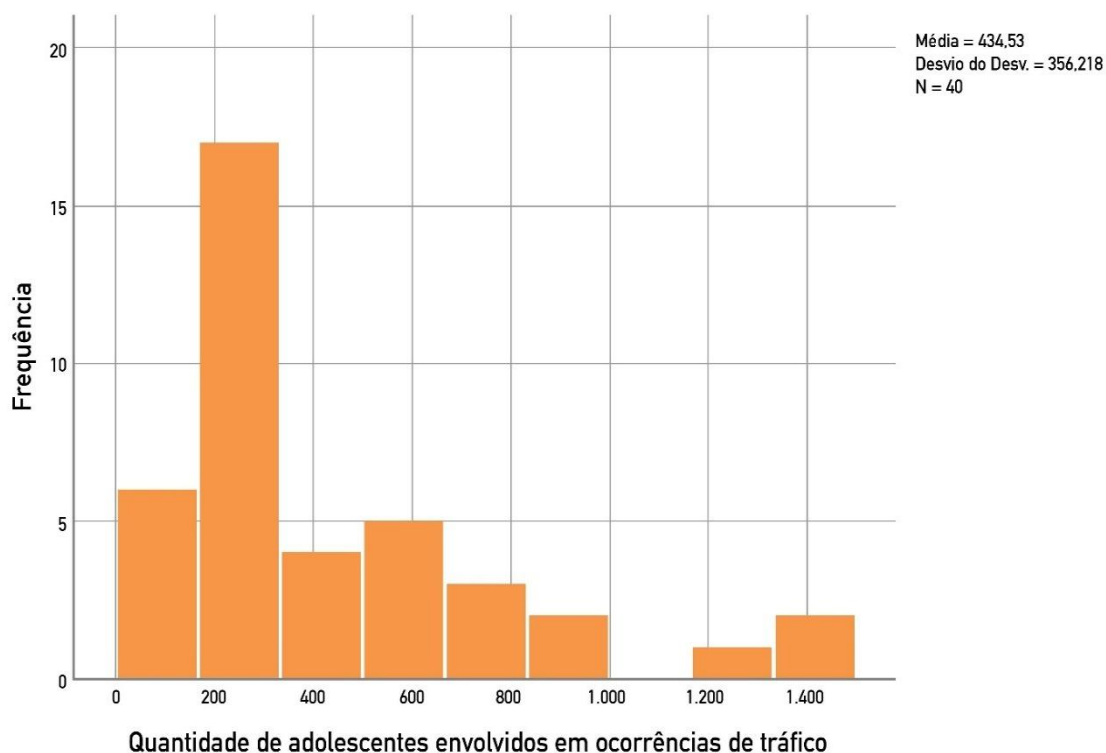
Gráfico 10 – Distribuição dos adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico por TGC – Belo Horizonte, 2014-2023



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Reds.

Conforme se observa no Gráfico 11, o quantitativo de adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico de drogas apresenta uma distribuição marcadamente assimétrica à direita. O histograma mostra que a maior parte dos territórios concentra valores relativamente baixos ou moderados de adolescentes envolvidos, com destaque para a faixa entre 100 e 300 casos. No entanto, alguns territórios registram valores bastante elevados, superiores a 1.000 adolescentes, caracterizando casos extremos que influenciam de forma significativa a distribuição geral. Esse padrão de assimetria é reforçado pelas estatísticas descritivas: a média (434,53) encontra-se bem acima do valor assumido pela moda, e o desvio-padrão elevado (356,22) indica forte dispersão entre os territórios.

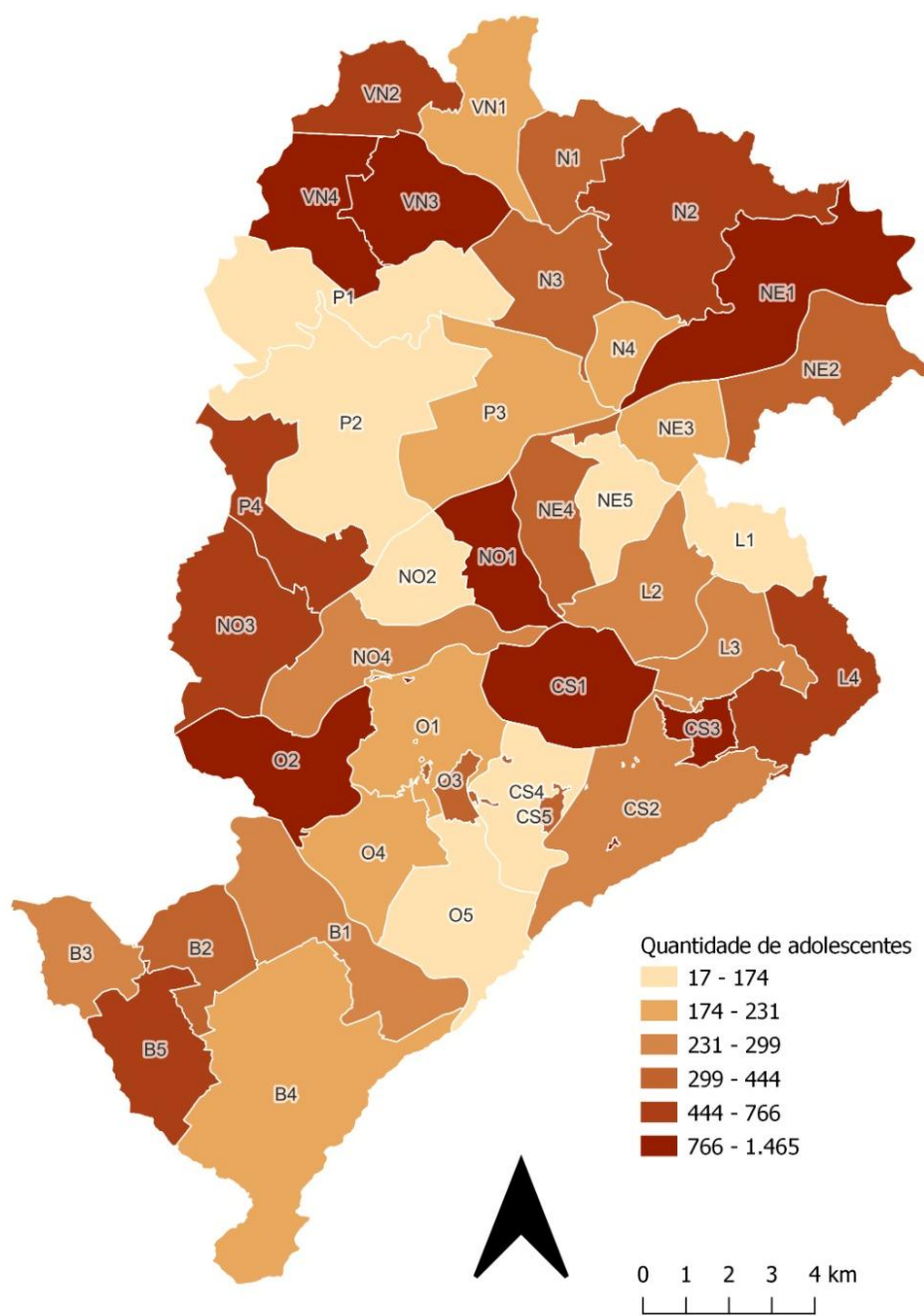
Gráfico 11 – Histograma da quantidade de adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico de drogas por TGC



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Reds.

Aprofundando na análise, é possível perceber que a concentração de adolescentes por TGC mostra maior incidência nos territórios NE1, O2 e VN4, todos com elevados níveis de vulnerabilidade juvenil (IVJ). Surpreende, no entanto, a posição de destaque do TGC CS1, localizado dentro da Avenida do Contorno – uma área que não se enquadra nos padrões típicos de vulnerabilidade social e nem está entre as mais vulneráveis, de acordo com o IVJ. Sua presença entre os territórios com maior envolvimento juvenil pode estar relacionada à intensa dinâmica urbana, que torna o espaço propício para práticas ilícitas, como o tráfico, mesmo entre adolescentes.

Mapa 2 – Distribuição da quantidade de adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico de drogas por TGC



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Reds.

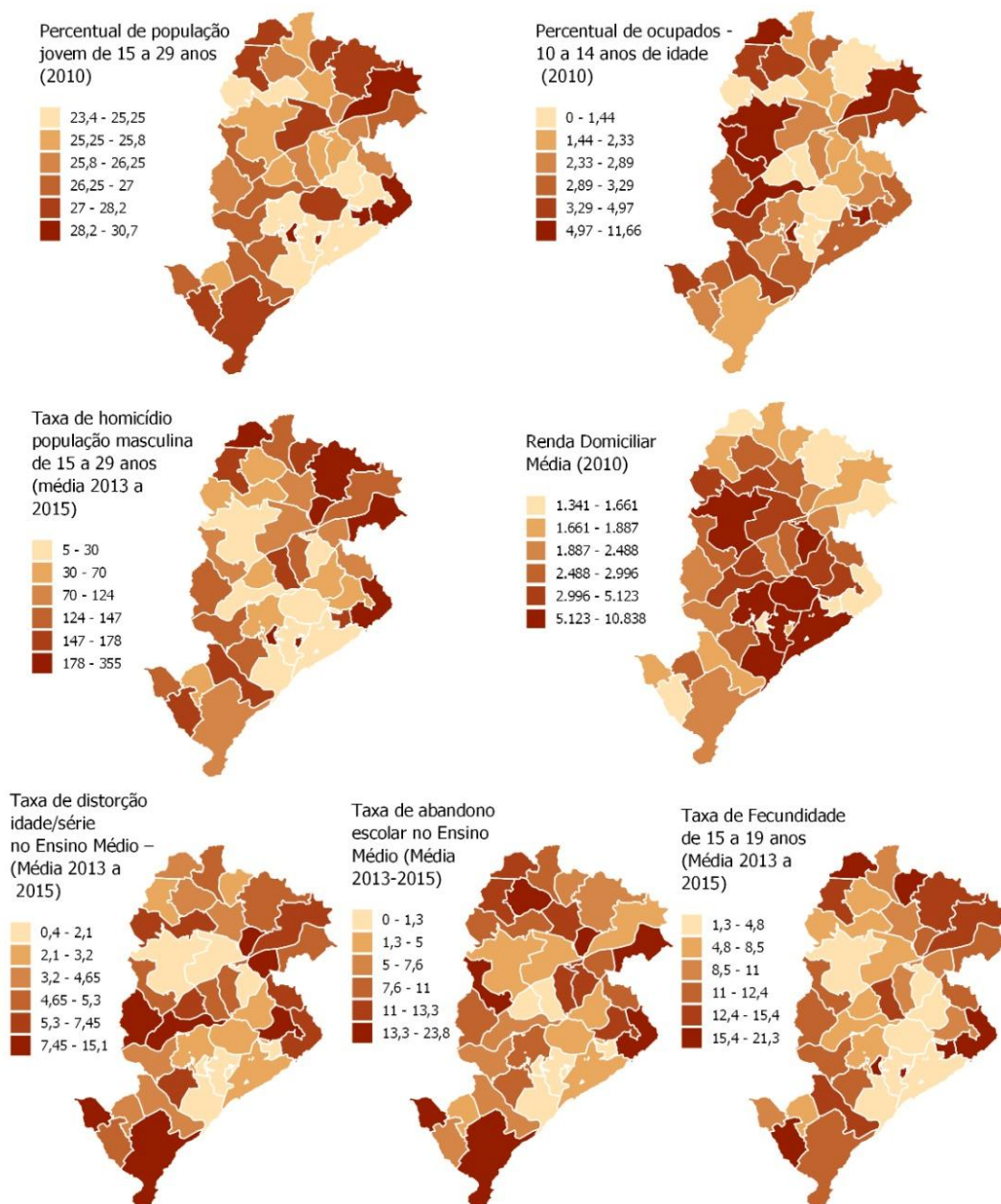
4.2 Índice de Vulnerabilidade Juvenil

A partir da malha territorial dos TGC, a Prefeitura de Belo Horizonte, com o apoio do Crisp, publicou, em 2016, o Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ). Para a construção deste índice, foram selecionadas variáveis que permitissem compreender a situação vivenciada pelos jovens belorizontinos, especialmente no que diz respeito à exclusão social e às situações de risco a que estão expostos ao longo de seus cursos de vida. Assim, o IVJ sintetiza uma série de variáveis que servem como *proxy* de dimensões associadas às teorias da Desorganização Social e Eficácia Coletiva. São elas (PBH, 2016):

- **Percentual da população jovem de 15 a 29 anos – 2010:** Esse indicador foi calculado a partir da proporção de pessoas com idade entre 15 e 29 anos, em relação ao total da população residente, multiplicado por 100. Os dados são oriundos do Universo do Censo Demográfico 2010. Embora a presença significativa de jovens não represente, por si só, um fator de vulnerabilidade, em contextos marcados por pobreza, exclusão social e fragilidade institucional, pode contribuir para o aumento das tensões sociais e da exposição à violência. A literatura da desorganização social e eficácia coletiva destaca que, nesses cenários, a ausência de mecanismos de controle informal e oportunidades estruturadas pode intensificar o risco de envolvimento juvenil com comportamentos delituosos.
- **Percentual de crianças de 10 a 14 anos que trabalham – 2010:** Refere-se à proporção de crianças entre 10 e 14 anos que exerceram alguma atividade de trabalho – remunerada ou não – na semana de referência do Censo Demográfico de 2010, de acordo com a metodologia do IBGE (2012). A fonte dos dados são os microdados da Amostra do Censo 2010. Elevados percentuais de trabalho infantil refletem desigualdades socioeconômicas profundas e sinalizam a fragilidade de instituições sociais e familiares. Para a teoria da desorganização social e eficácia coletiva, esse tipo de indicador expressa a ausência de proteção às etapas iniciais do ciclo de vida, comprometendo o desenvolvimento pleno da criança e a capacidade da comunidade de exercer controle social informal.

- **Renda domiciliar média – 2010:** A renda domiciliar média foi obtida pela soma da renda de todos os moradores com 10 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares permanentes, dividida pelo total de domicílios particulares permanentes. Os dados são provenientes do Universo do Censo Demográfico 2010. A renda baixa é um dos elementos estruturais centrais da desorganização social, pois limita a capacidade das famílias de garantir acesso à educação, à saúde, ao lazer e às oportunidades de ascensão social. Além disso, comunidades economicamente empobrecidas tendem a enfrentar maior desagregação social e menor capacidade de coesão e vigilância comunitária.
- **Taxa de abandono escolar no Ensino Médio – 2013 a 2015:** Este indicador expressa a proporção de estudantes matriculados no Ensino Médio, no início do ano letivo, que não concluíram o período escolar. A taxa foi calculada para os anos de 2013, 2014 e 2015, com base nos dados do Censo Escolar, considerando todas as redes de ensino de Belo Horizonte, e posteriormente foi gerada uma média aritmética para o período. O abandono escolar evidencia uma baixa integração institucional dos jovens – aspecto fundamental na manutenção do controle informal nas comunidades, segundo as teorias da desorganização social e eficácia coletiva. Além disso, indica a percepção de falta de perspectivas, o que pode aumentar a vulnerabilidade a trajetórias de risco.
- **Taxa de distorção idade/série no Ensino Médio – 2013 a 2015:** Este indicador mede a proporção de estudantes do Ensino Médio com idade superior a 19 anos, o que sinaliza uma defasagem significativa entre a idade e o ano escolar. A taxa foi calculada a partir do total de alunos com mais de 19 anos matriculados no Ensino Médio dividido pelo total de matrículas, multiplicado por 100. Foram utilizados os dados do Censo Escolar para os anos de 2013, 2014 e 2015, com posterior cálculo da média aritmética. Altos índices de distorção idade/série sugerem dificuldades acumuladas no percurso educacional, frequentemente associadas à desorganização das redes de apoio familiar e comunitário. Essa defasagem compromete a permanência dos jovens na escola e fragiliza seu vínculo com a instituição educacional, peça-chave para a prevenção da violência.

Mapa 3 – Distribuição das variáveis que compõem o IVJ por TGC



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Reds.

- **Taxa média de homicídio da população masculina entre 15 e 29 anos – 2013 a 2015:** A taxa foi calculada a partir do número de óbitos registrados com causa

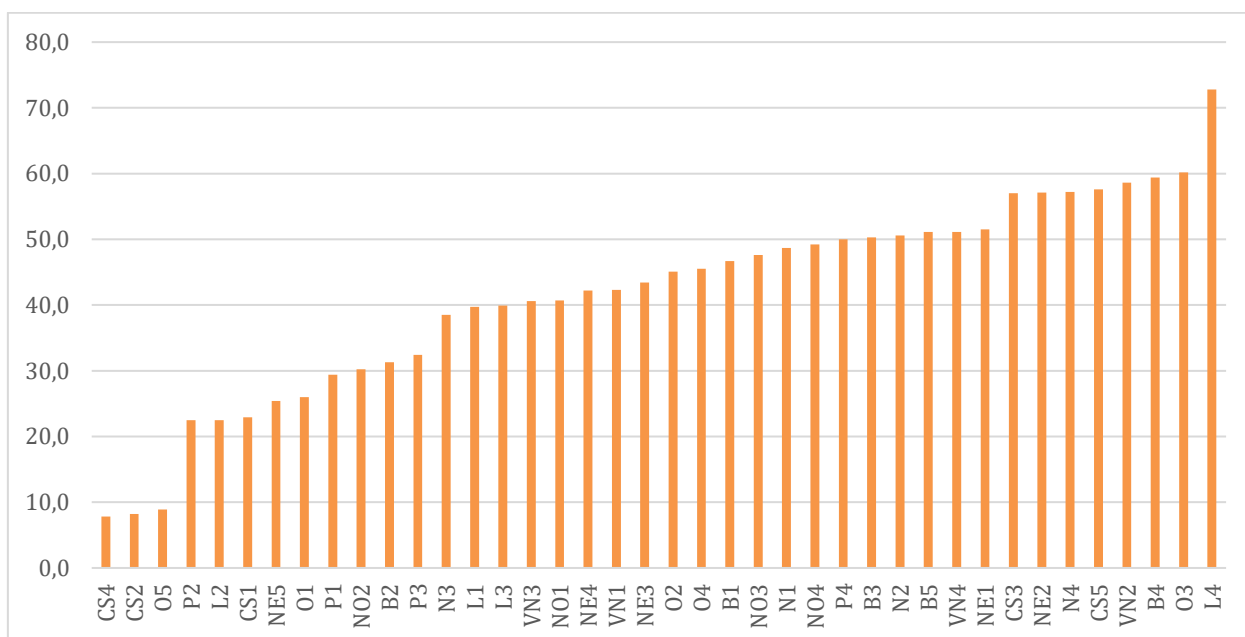
básica classificável entre os códigos CID-10 X85 e Y09, por 100 mil habitantes, da população masculina de 15 a 29 anos, para os anos de 2013, 2014 e 2015. A média aritmética das três taxas anuais resultou no indicador final. As informações sobre homicídios foram extraídas do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), disponibilizado pela Secretaria Municipal de Saúde. Este indicador representa de forma direta os efeitos concretos da desorganização social. Altos níveis de homicídios entre jovens do sexo masculino refletem o acúmulo de vulnerabilidades estruturais, a ausência de coesão comunitária e a ineficácia de mecanismos de proteção social em contextos urbanos segregados.

- **Taxa de fecundidade na faixa etária de 15 a 19 anos – 2013 a 2015:** A taxa foi obtida pela razão entre o número de nascidos vivos de mães com idade entre 15 e 19 anos e o total de mulheres nessa mesma faixa etária, multiplicada por 100. Foram consideradas as taxas dos anos de 2013, 2014 e 2015, sendo posteriormente calculada a média aritmética do período. Os dados sobre nascimentos são do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) e a população de base é do Censo Demográfico de 2010. A fecundidade precoce é reconhecida como um importante indicador de vulnerabilidade juvenil, associando-se à baixa inserção educacional e laboral, e a contextos de frágil suporte comunitário. Para a teoria da desorganização social, esta taxa expressa tanto a ausência de controle informal quanto a falta de perspectivas estruturadas de futuro.

O indicador final – o Índice de Vulnerabilidade Juvenil – foi construído através de uma análise fatorial aplicada a esse conjunto de variáveis. Essa técnica estatística permite identificar fatores latentes comuns a essas variáveis, agrupando aquelas que apresentam correlações elevadas e atribuindo pesos diferenciados a cada uma, de acordo com sua carga fatorial. Portanto, o IVJ não consiste em uma mera soma de indicadores, mas sim em uma síntese estatisticamente fundamentada do padrão de vulnerabilidades que afetam adolescentes e jovens. Ao utilizar esse índice, assume-se que ele retrata, de forma mais integrada e robusta, a complexa teia de relações entre variáveis referentes ao contexto social dos territórios analisados do que as variáveis que o compõem, tomadas individualmente. O IVJ foi padronizado em uma escala de 0 a 100, na qual quanto mais próximo de 0 menor é a vulnerabilidade do território.

Assim, observa-se que os valores do índice vão de 7,8 – observado no TGC CS4 – até 72,8 – contabilizado no TGC L4, indicando a existência de uma significativa desigualdade nas condições de vida dos jovens entre os diferentes territórios da cidade.

Gráfico 12 – Resultados do Índice de Vulnerabilidade Juvenil por TGC – Belo Horizonte

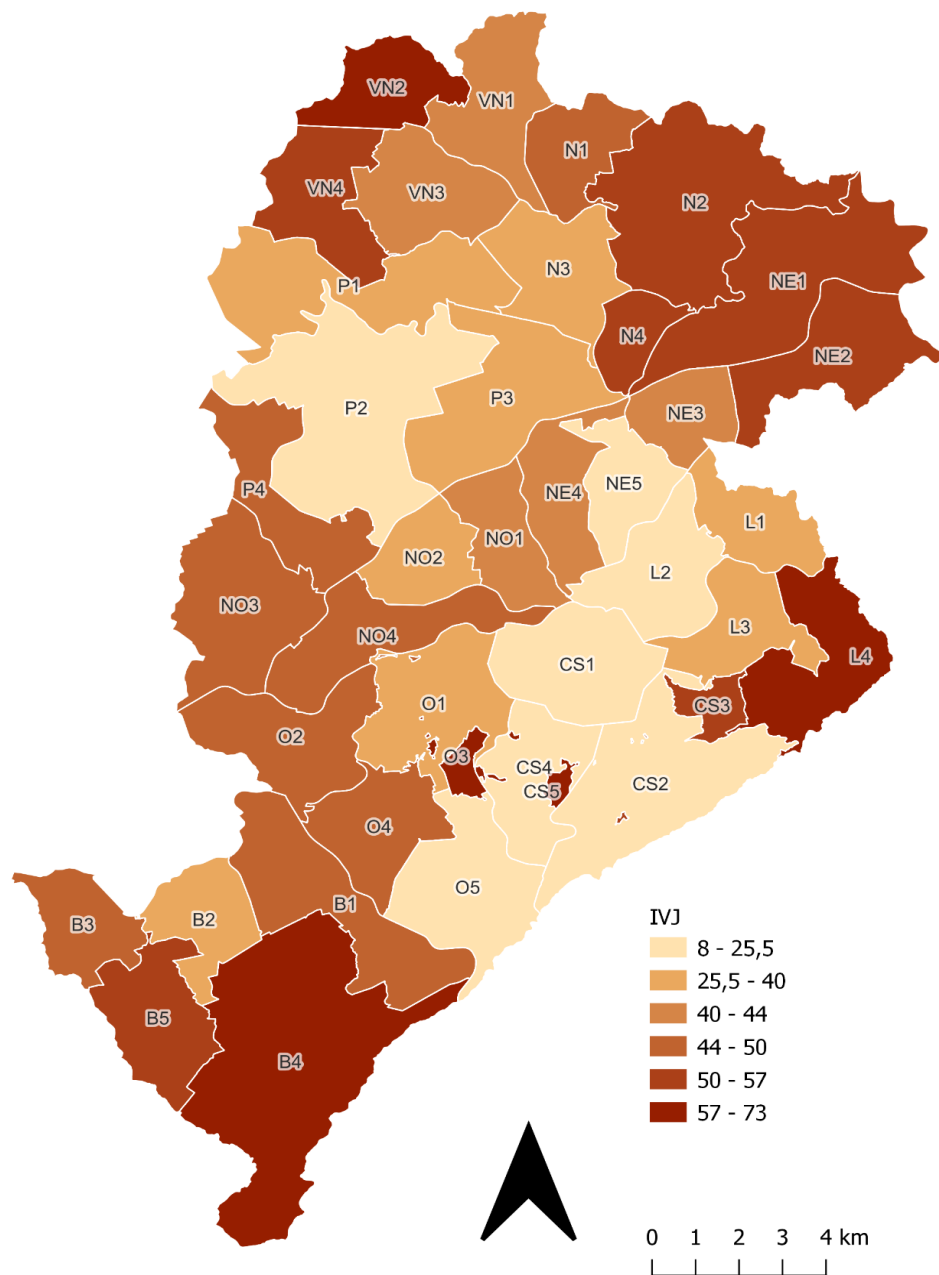


Fonte: PBH (2016, p. 25).

Outro dado que chama a atenção é a discrepância entre o primeiro e o segundo território de maior vulnerabilidade. Enquanto o IVJ da L4 assume o valor de 72,8, o IVJ calculado para o TGC O3 assume o valor de 60,4. Essa diferença significativa indica que o L4 possui um padrão de vulnerabilidade ainda mais intenso, mesmo entre os territórios mais vulneráveis da cidade. Também é importante destacar que, entre os territórios com maior vulnerabilidade juvenil, três estão localizados dentro dos limites da planta original desenhada por Aarão Reis: CS3 (Aglomerado da Serra), CS5 (Aglomerado Santa Lúcia) e O3 (Aglomerado Morro das Pedras). Embora estejam próximos de áreas que concentram, ainda hoje, diversos equipamentos públicos, esses territórios carregam desvantagens sociais históricas que se traduzem em persistentes dificuldades de acesso a direitos e na reprodução das desigualdades sociais no município.

Essa realidade também evidencia a distância social e simbólica que os separa dos territórios vizinhos, revelando Belo Horizonte como uma cidade marcada pela fragmentação e pela desigualdade.

Mapa 4 – Distribuição do Índice de Vulnerabilidade Juvenil por territórios de Belo Horizonte



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Reds.

4.3 Análise dos Dados Quantitativos

Até o momento, foram apresentadas as variáveis que serão trabalhadas - nossa variável dependente - a quantidade de adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico de drogas; e nossas variáveis independentes: as variáveis que compõem o IVJ e o próprio indicador composto. Na Tabela 2, a seguir, é possível observar as estatísticas descritivas dessas variáveis.

Tabela 2 – Estatísticas descritivas das variáveis

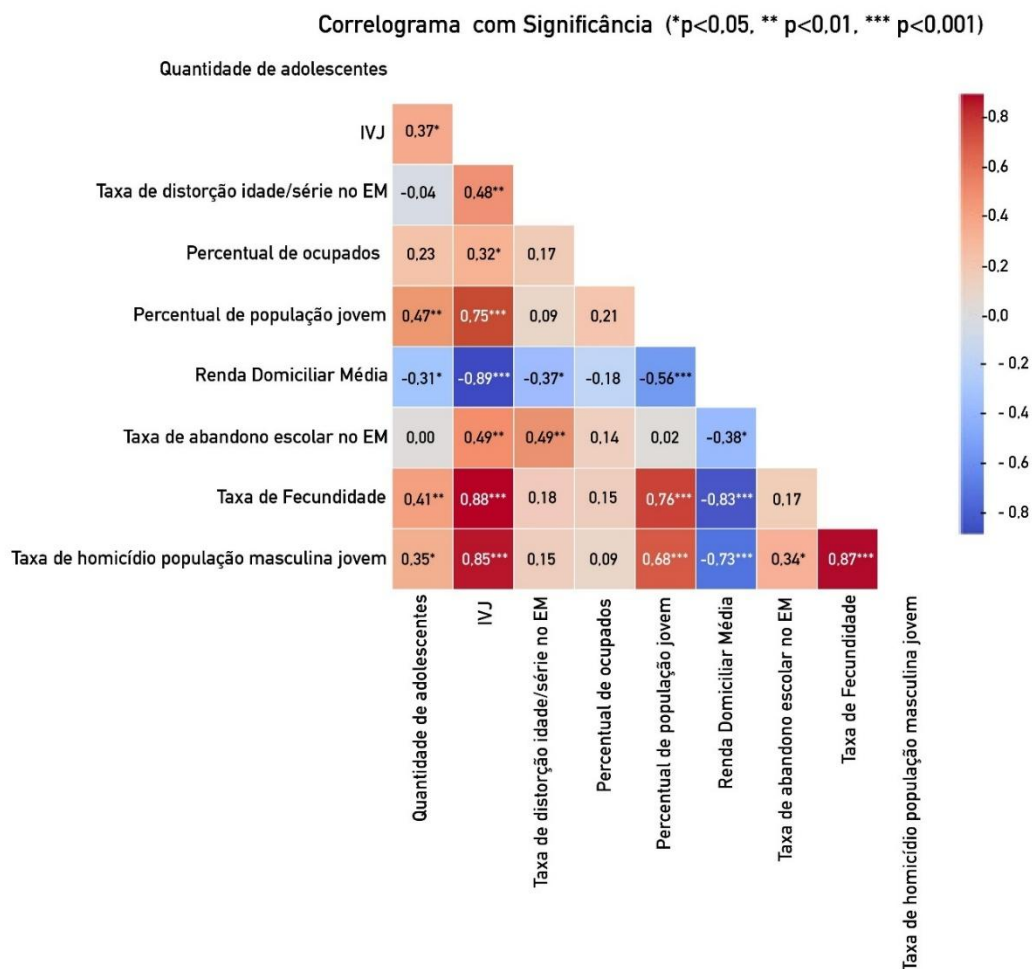
	Contagem	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Desvio-padrão
Quantidade de adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico de drogas	40	17	1.465	435	299	356
Percentual de população jovem de 15 a 29 anos (2010)	40	23,4	30,7	26,7	26,3	1,6
Percentual de ocupados – 10 a 14 anos de idade (2010)	40	0,0	11,7	3,2	2,9	2,1
Renda Domiciliar Média (2010)	40	1.341,2	1.0838,0	3.352,8	2.487,5	2.366,3
Taxa de abandono escolar no Ensino Médio (Média 2013 – 2015)	40	0,0	23,8	8,4	7,6	6,4
Taxa de distorção idade/série no Ensino Médio – (Média 2013 a 2015)	40	0,4	15,1	4,8	4,6	2,9
Taxa de homicídio população masculina de 15 a 29 anos (média 2013 – 2015)	40	5,0	354,7	116,8	123,5	80,5
Taxa de Fecundidade de 15 a 19 anos (média 2013 – 2015)	40	1,3	21,3	10,6	11,0	5,3
IVJ	40	7,8	72,8	41,6	44,3	15,2

Fonte: Elaboração própria, a partir de PBH (2016) e dos dados do Reds.

Tendo em vista o objetivo de verificar a existência de uma correlação entre a vulnerabilidade juvenil e o fenômeno do tráfico de drogas, foi elaborada uma matriz de correlação¹⁹ entre as variáveis: quantidade de adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico por TGC, IVJ e as variáveis que compõem esse índice. Assim, a análise da matriz de correlação revelou que o número de adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico apresenta associações estatisticamente significativas com o Índice de Vulnerabilidade Juvenil ($r = 0,37$; $p < 0,05$) e quatro das variáveis que compõe percentual de jovens de 15 a 29 anos ($r = 0,47$; $p < 0,01$), renda domiciliar média ($r = -0,31$; $p < 0,05$), taxa de homicídio da população masculina de 15 a 29 anos ($r = 0,35$; $p < 0,05$), e taxa de fecundidade na adolescência ($r = 0,41$; $p < 0,01$).

¹⁹ Cabe pontuar que a correlação estatística é uma medida que expressa a intensidade e a direção da associação entre duas variáveis. Trata-se de um instrumento analítico que permite verificar se, e em que grau, a variação de uma variável está relacionada à variação de outra. Essa medida varia entre -1 e 1: valores próximos de -1 indicam uma correlação negativa perfeita, valores próximos de 1 indicam uma correlação positiva perfeita e valores próximos de 0 indicam ausência de correlação significativa entre as variáveis. A correlação pode, portanto, ser positiva (quando o aumento de uma variável está associado ao aumento da outra), negativa (quando o aumento de uma variável está associado à diminuição da outra) ou inexistente. Importa destacar que correlação não implica causalidade, ou seja, mesmo quando duas variáveis apresentam uma associação estatística, isso não significa, necessariamente, que uma seja causa da outra.

Figura 5 – Correlograma



Fonte: Elaboração própria, a partir de PBH (2016) e dos dados do Reds.

A correlação entre o Índice de Vulnerabilidade Juvenil e o número de adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico de drogas é positiva, indicando que, quanto maior é a vulnerabilidade do território, maior é a incidência de adolescentes aliciados com esse mercado ilegal. O IVJ, ao agregar dimensões, como o percentual da população jovem de 15 a 29 anos, percentual de crianças de 10 a 14 anos que trabalham, renda domiciliar média, taxa de abandono escolar no Ensino Médio, taxa de distorção idade/série no

Ensino Médio, taxa média de homicídio da população masculina entre 15 e 29 anos, e taxa de fecundidade na faixa etária de 15 a 19 anos, sintetiza um quadro estrutural que marca as periferias urbanas brasileiras e atravessa as trajetórias juvenis. Esse mercado ilegal não explora apenas a precariedade material dos adolescentes, mas também se estrutura como um espaço de reconhecimento simbólico e de validação de identidades juvenis (Lyra, 2020; Malvasi, 2012). Assim, a vulnerabilidade juvenil, ao mesmo tempo em que enfraquece os vínculos dos adolescentes com instituições como a escola, pode normalizar trajetórias perpassadas pela inserção no mercado de drogas ilícitas e os eventos que se desenrolam como consequências dessa inserção, prisões e homicídios, por exemplo. Dessa forma, essa correlação pode ser interpretada como um efeito da desigualdade estrutural e da segregação urbana, que acaba por empurrar adolescentes e jovens na direção de alternativas ilegais para que possam auferir ganhos financeiros e conseguir reconhecimento social.

A associação entre o percentual de jovens de 15 a 29 anos e o número de adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico de drogas é positiva. Isso sugere que, em contextos onde a proporção de jovens é mais elevada, também há maior incidência de envolvimento juvenil com o tráfico. Apesar desta ser uma correlação esperada, já que um maior número de indivíduos aumenta as chances da incidência de um fenômeno sobre esta mesma população, a concentração juvenil em determinados territórios não deve ser interpretada apenas como uma variável demográfica neutra, mas como um fator que interage com condições estruturais destacadas nas teorias da Desorganização Social e Eficácia Coletiva. A elevada proporção de jovens em territórios socialmente vulneráveis tende a intensificar disputas por reconhecimento, pertencimento e geração de renda – dimensões frequentemente capturadas pelas dinâmicas do tráfico. Assim, um maior número de jovens, em um dado território, exige maior desempenho e articulação das redes de controle em seus níveis privados, paroquiais e públicos (Hunter, 1985). Por isso, quando características estruturais de um determinado território se desdobram em dificuldades ou incapacidades dessas redes em exercer um controle social efetivo sobre o quantitativo de jovens que nele vivem, pode fazer com que estes sejam mais suscetíveis ao aliciamento pelo tráfico de drogas. A esse cenário, ainda se acrescenta o fato de que, em alguns territórios, o envolvimento dos adolescentes com o tráfico pode ser lido como parte de uma dinâmica particular da área, sendo essa atividade, apesar de ilegal, encarada

como legítima e compreendida como uma forma de trabalho, o que acaba por complexificar o exercício do controle social sobre adolescentes e jovens (Villareal; Silva, 2006; Rocha, 2017).

A correlação entre a renda domiciliar média e o número de adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico de drogas é negativa. Assim, quanto menor é a renda domiciliar, maior é a incidência de adolescentes envolvidos nessa atividade. Isso evidencia o peso da desigualdade material como fator que favorece o aliciamento de adolescentes pelo tráfico de drogas. Diante de situações como o abandono ou a evasão escolar e a inserção em ocupações precárias no mercado formal ou informal, o tráfico de drogas se apresenta como uma alternativa clara, já que provê uma renda considerável, ao mesmo tempo em que dispensa as exigências de escolarização, experiência e até mesmo a adequação do *habitus* adolescente a um contexto diverso ao seu. Assim, o tráfico de drogas se torna um meio para suprir necessidades básicas da família, alcançar autonomia financeira de forma precoce, acessar bens de consumo ou mesmo conquistar algum reconhecimento social em um dado território (Merton, 1966; Lyra, 2020; Malvasi, 2012).

A correlação entre a taxa de homicídios da população masculina entre 15 e 29 anos e o número de adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico de drogas também é positiva. Em outras palavras, territórios com maior número de adolescentes engajados no tráfico também tendem a registrar índices mais elevados de homicídios entre jovens do sexo masculino. Essa correlação já havia sido demonstrada por E. Oliveira *et al.* (2020), que também encontraram um efeito mediador da vulnerabilidade social na correlação entre esses fenômenos. Em sua análise, E. Oliveira *et al.* (2020) encontraram que 40% dos setores censitários menos vulneráveis concentravam 23,5% das ocorrências de tráfico de drogas e 15,9% das ocorrências de homicídio, enquanto os setores censitários mais vulneráveis concentravam 56,3% das ocorrências de tráfico de drogas e 64,1% dos homicídios. Essa concentração socioespacial demarcada evidencia a associação que os homicídios registrados em Belo Horizonte mantêm com os processos de urbanização desordenada, segregação espacial, exclusão social e dinâmicas de violência protagonizadas por gangues juvenis (Beato; Zilli, 2015; Rocha, 2015, E. Oliveira *et al.*, 2020). Estas gangues estão distribuídas de maneira fragmentada, sendo que diferentes grupos ocupam de forma simultânea frações de diferentes favelas. Essa proximidade entre os grupos aumenta de forma relevante o potencial de conflitos entre eles, seja por

problemas pessoais entre os membros dessas gangues, por questões territoriais e relacionadas à consolidação do poder local ou por disputas envolvendo dinâmicas criminais. Assim, a presença de armas de fogo e o recurso à violência são elementos estruturantes dessa atividade, já que o tráfico de drogas, enquanto mercado ilegal, necessita da regulação armada de seus pontos de venda, seja para defesa contra grupos rivais, para o enfrentamento das forças policiais ou como forma de manutenção da ordem. Além disso, o envolvimento de adolescentes no tráfico de drogas está associado à construção de uma masculinidade juvenil específica (Anderson, 2000). Nesta, o respeito funciona como capital simbólico fundamental e é mantido, muitas vezes, pela disposição à violência (Rocha, 2017). Nesse contexto, quando um jovem envolvido na criminalidade local é assassinado por rivais também identificados com a criminalidade violenta, há uma possibilidade concreta de que sua morte seja vingada por familiares ou amigos, desencadeando ciclos de violência nesses territórios. No caso da manutenção da ordem, a violência letal pode ser instrumentalizada contra pessoas que, embora relacionadas às práticas criminosas, são tidas como párias (“X9”, “noiado”, “vacilão”) por romperem os códigos normativos que integram a gramática moral do crime. Segundo Saporì (2020), 29% dos homicídios ocorridos em Belo Horizonte, entre 2012 e 2013, cujos inquéritos identificam os autores, derivam de conflitos no mercado das drogas ilícitas. Assim, o tráfico não representa apenas uma alternativa econômica, mas também um espaço de reconhecimento e afirmação identitária, onde valores como lealdade, coragem e disposição para o confronto são valorizados. Essa dinâmica insere os adolescentes em um ciclo de exposição constante à violência, contribuindo para os elevados índices de homicídios entre jovens do sexo masculino.

A correlação entre a taxa de fecundidade na faixa etária de 15 a 19 anos e o número de adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico de drogas é positiva. Em outras palavras, quanto maior a taxa de fecundidade entre adolescentes, maior é a incidência de adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico de drogas. Isso indica uma sobreposição entre duas transições precoces para a vida adulta: a entrada na parentalidade e a inserção no mercado ilegal. Em territórios marcados por precariedade material, desigualdade social e ausência de políticas públicas efetivas, a juventude é atravessada por processos de adultização que condensam, de forma precoce, papéis de gênero, exigências econômicas e responsabilidades familiares. Nesse contexto, para muitos

adolescentes, especialmente os de camadas populares, a maternidade e a paternidade não ocorrem como desvios de um projeto de vida, mas como parte dele, sendo frequentemente vivenciadas como experiências de afirmação identitária e social (Ximenes Neto *et al.*, 2007; Oliveira-Monteiro *et al.*, 2011). No caso das meninas, a gravidez pode representar, para algumas jovens, um símbolo de autonomia, pertencimento ou fuga de contextos adversos como solidão, violência ou negligência familiar. Já para os meninos, a paternidade também pode funcionar como dispositivo de virilidade, reconhecimento social ou mesmo distinção moral entre “bandidos” e “trabalhadores” (Garay *et al.*, 2018; Luz; Berni, 2010). No entanto, a parentalidade precoce também acentua vulnerabilidades estruturais. Adolescentes mães e pais, especialmente os que abandonam a escola ou não têm apoio familiar e institucional, enfrentam dificuldades de inserção no mercado formal ou, quando muito, acessam vagas precárias. Nesse cenário, o tráfico de drogas aparece como uma alternativa concreta de sustento, permitindo não apenas o acesso à renda imediata, mas também a reafirmação de papéis de gênero, como o de provedor, especialmente valorizado entre os adolescentes homens (Malvasi, 2012; Lyra, 2013; Garay *et al.*, 2018; Luz; Berni, 2010).

As dinâmicas do tráfico reforçam essas performances: o jovem que “entra para o corre” é aquele que “não deixa faltar nada para o filho”, ainda que a relação com a criança seja distante ou fragmentada. Segundo Gary *et al.* (2018), em muitos casos, essa paternidade se dá mais como ostentação – marcada pelo consumo, pelo *status* e pela reprodução simbólica da virilidade por meio da prole – enquanto os papéis relacionados ao cuidado cotidiano são vistos como uma atividade exclusiva das mulheres. Desse modo, a experiência da parentalidade pode tanto reforçar a permanência no tráfico, já que este é um meio para sustentar os filhos, como, por outro lado, também atuar como ponto de inflexão para a desistência da trajetória infracional, sobretudo quando a paternidade é ressignificada como oportunidade de reconstrução de vínculos e projetos de vida (Cunha, 2022; Lopes, 2022). No entanto, esse potencial só se concretiza quando há um engajamento ativo do sujeito e quando este encontra suporte institucional, acesso à renda lícita, educação e redes de apoio. Portanto, a associação entre fecundidade adolescente e envolvimento no tráfico revela a adultização precoce da juventude periférica e a reprodução de ciclos de vulnerabilidade, nos quais maternidade, paternidade, trabalho

informal e criminalização caminham juntos, atravessados por marcadores de gênero, classe e raça.

Esses achados reforçam a compreensão de que o envolvimento juvenil com o tráfico de drogas não é um fenômeno isolado, mas sim profundamente enraizado em contextos de vulnerabilidade e suas várias dimensões. No entanto, cabe ainda tecer alguns comentários sobre as variáveis que compõem o IVJ, mas que não estão correlacionadas com a incidência de adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico de drogas. Em primeiro lugar, destaca-se o percentual de crianças de 10 a 14 anos que trabalham, pois era esperado a existência de uma correlação positiva, já que o trabalho no tráfico de drogas pode ser apenas um ponto em uma trajetória marcada por outras formas de trabalho infantil. O trabalho infantil é um fenômeno invisibilizado, já que muitas vezes as atividades desempenhadas por crianças e adolescentes, como o cuidado para com outras crianças, com a casa e a venda de itens alimentícios produzidos em âmbito familiar, são compreendidas como uma forma de apoiar suas famílias e não como um trabalho propriamente dito. Além disso, embora o tráfico mobilize crianças e adolescentes como mão de obra, é possível que, por conta da sua ilegalidade, os instrumentos de mensuração não consigam capturar essa realidade. Dessa maneira, a ausência de correlação estatística entre o percentual de crianças e adolescentes que trabalham e o número de adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico de drogas pode refletir mais a invisibilização do fenômeno do trabalho infantil e as limitações dos instrumentos utilizados para seu dimensionamento do que a inexistência de uma relação concreta entre as variáveis analisadas.

No que tange a ausência de correlação entre as taxas de distorção idade-série no Ensino Médio, a taxa de abandono escolar no Ensino Médio e o número de adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico de drogas é interessante apontar que poderia ser esperada uma correlação positiva, já que o insucesso e o abandono escolar são apontados pela literatura como importantes fatores de risco para a inserção em trajetórias infracionais (Lyra, 2020). No entanto, ao se observar os dados do Relatório Estatístico do CIA (2024), referente ao ano de 2023, constata-se que o perfil de escolaridade entre os adolescentes que passaram pela instituição é predominantemente de nível fundamental: cerca de 62% dos adolescentes atendidos não haviam concluído essa etapa de ensino. Desse modo, é possível supor que a maior parte dos jovens aliciados pelo tráfico de drogas

sequer chegam a acessar o Ensino Médio, o que explicaria a ausência de correlação entre as variáveis educacionais do IVJ e o envolvimento com o tráfico. Portanto, seria analiticamente proveitoso que o índice incorporasse também indicadores de distorção idade-série e abandono escolar no Ensino Fundamental, etapa na qual ocorrem os primeiros afastamentos críticos entre os adolescentes e a instituição escolar – afastamentos que, conforme aponta a literatura, abrem brechas para a entrada em redes ilegais de sociabilidade e renda (Malvasi, 2012; Cardoso, 2015).

Com o objetivo de ir um pouco além na análise estatística e diante de desafios como o pequeno número de observações existentes na base de dados (40 TGCs) e da distribuição assimétrica à direita da nossa variável de interesse, optou-se por binarizar as variáveis trabalhadas através da mediana. Essa decisão é tanto uma estratégia metodológica como analítica. É metodológica porque a assimetria da distribuição justifica a opção por modelos estatísticos que não dependem da suposição de normalidade, como a regressão logística. Também é analítica porque facilita a interpretação, ao permitir a comparação entre territórios com menor e maior envolvimento de adolescentes com o tráfico.

Desse modo, foi realizado um teste de multicolinearidade considerando a variável dependente e as variáveis que compõem o IVJ com base nos valores de VIF (*Variance Inflation Factor*). Este teste estatístico serve para identificar se existem correlações elevadas entre as variáveis independentes. O resultado do teste VIF aponta que, embora a maioria das variáveis apresente VIF abaixo de 5, indicando colinearidade moderada, duas delas se destacaram: a taxa de homicídios de jovens (VIF = 5,7) e a taxa de fecundidade de adolescentes (VIF = 10,4), sugerindo níveis elevados de colinearidade. Tais resultados indicam que essas variáveis compartilham variância com outros indicadores do modelo, o que pode comprometer a precisão da estimativa dos seus efeitos individuais. Diante disso, decidiu-se excluir a taxa de fecundidade de adolescentes das análises a partir daqui. No entanto, optou-se por manter a taxa de homicídios de jovens no modelo, mesmo com um VIF acima de 5, considerando sua relevância teórica e empírica para a compreensão das dinâmicas de violência juvenil. Além disso, diversos autores reconhecem que apenas VIFs superiores a 10 representariam colinearidade severa, passível de comprometer a validade estatística dos modelos (O'Brien, 2007). O

IVJ também foi dicotomizado pela mediana e tratado de forma separada das demais variáveis dependentes, já que é um indicador composto por essas variáveis.

De modo geral, o processo de dicotomização resultou em grupos equilibrados. Para a variável dependente – quantidade de adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico – houve uma divisão exata: 50% dos territórios ficaram abaixo da mediana e 50%, acima. O mesmo padrão se verificou em praticamente todas as variáveis independentes, sendo a única exceção a variável referente à taxa de distorção idade-série no Ensino Médio, que apresentou uma ligeira assimetria após a dicotomização: 52,5% dos territórios foram classificados como abaixo da mediana, enquanto 47,5% ficaram acima. Essa diferença pode decorrer da presença de valores repetidos próximos ao ponto de corte, o que é comum em bases com número pequeno de observações. Ainda assim, trata-se de uma variação mínima, que não compromete a comparabilidade entre os grupos.

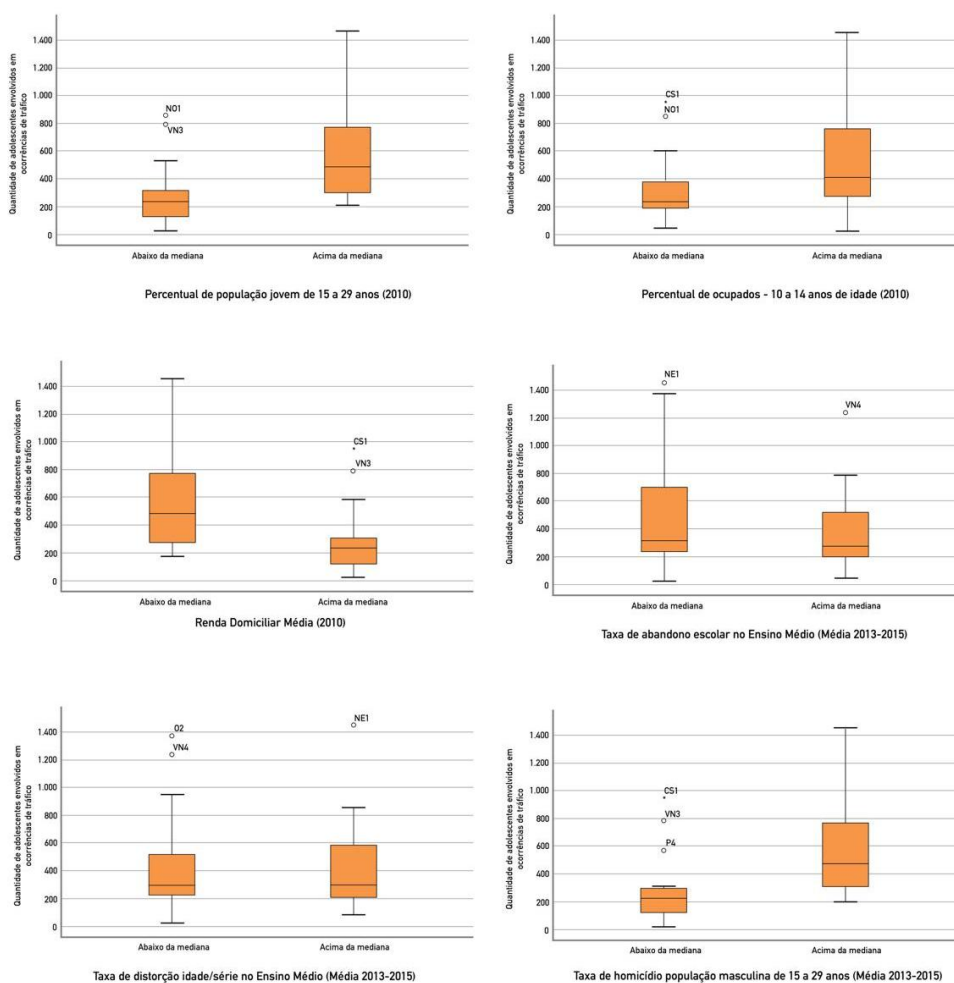
Aproveitando a dicotomização das variáveis dependentes, foram elaborados *boxplots*²⁰ para comparar a distribuição do quantitativo de adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico por TGC em função dessas variáveis. Deste modo, verificou-se que, nos territórios com percentual de população jovem (15 a 29 anos) acima da mediana, a mediana da quantidade de adolescentes envolvidos foi superior em comparação àqueles com percentual abaixo da mediana. Além disso, a dispersão dos dados também foi maior nesse grupo. De maneira semelhante, nota-se que os territórios que possuem um percentual de jovens de 10 a 14 anos ocupados acima da mediana possuem mediana da quantidade de adolescentes envolvidos superior aos territórios com percentual de adolescentes ocupados abaixo da mediana.

No que tange à taxa de homicídios da população masculina jovem, os *boxplots* indicam que territórios com taxas acima da mediana também apresentam uma mediana mais elevada da variável dependente, bem como maior amplitude na distribuição dos valores. Já a variável renda domiciliar média apresentou comportamento inverso. Assim, abaixo da mediana de renda concentraram uma mediana superior de adolescentes envolvidos, além de uma maior variação nos dados. Por outro lado, a taxa de abandono

²⁰ *Boxplot* é um tipo de gráfico utilizado para representar a distribuição de uma variável numérica. Ele se baseia nos quartis, que dividem os dados em quatro partes iguais: o primeiro quartil (Q1) marca o valor abaixo do qual estão 25% dos dados; o segundo quartil (Q2) é a mediana, que separa a metade inferior da metade superior; e o terceiro quartil (Q3) indica o ponto abaixo do qual estão 75% dos dados. O *boxplot* exibe a mediana (linha central), os quartis (que formam a “caixa”), os valores máximos e mínimos dentro de um intervalo esperado (linhas ou “bigodes”) e os valores discrepantes (*outliers*), representados por pontos fora da caixa.

escolar no Ensino Médio apresentou mediana ligeiramente mais alta da quantidade de adolescentes envolvidos nos territórios abaixo da mediana de abandono, o que diverge da expectativa inicial. A taxa de distorção idade-série no Ensino Médio também mostrou diferenças discretas entre os grupos, com medianas semelhantes e amplitude levemente superior nos territórios acima da mediana. Esses resultados indicam variações relevantes na quantidade de adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico de drogas em função da posição dos territórios frente à mediana das variáveis que compõem o IVJ, com destaque para: o percentual de jovens, a ocupação precoce, a renda domiciliar e a taxa de homicídios entre jovens.

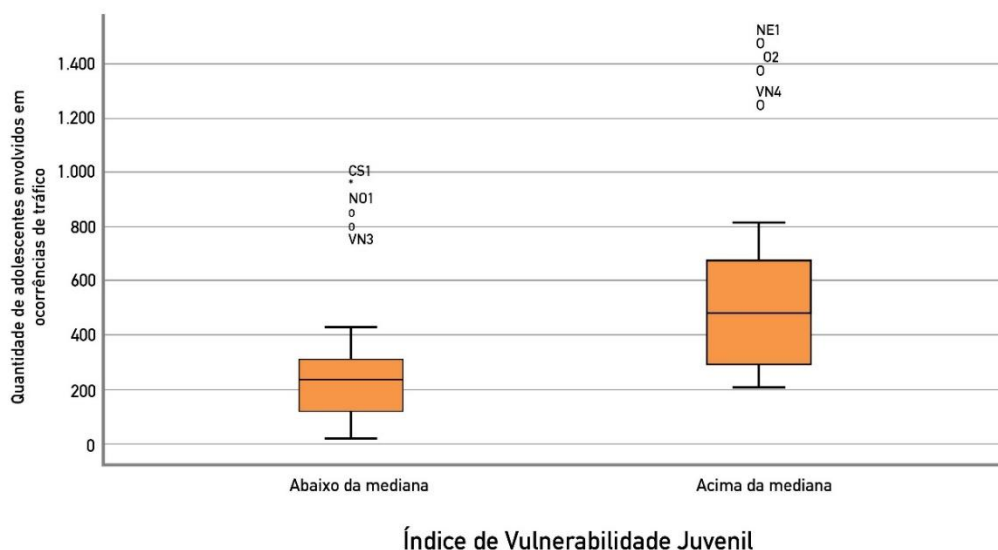
Gráfico 13 – Distribuição da quantidade de adolescentes envolvidos com tráfico, segundo a mediana dos componentes do IVJ



Fonte: Elaboração própria, a partir de PBH (2016) e dos dados do Reds.

Sobre a comparação entre os territórios com IVJ acima e abaixo da mediana, o *boxplot* demonstra que os territórios com IVJ acima da mediana concentram uma mediana mais elevada de adolescentes envolvidos, além de maior amplitude entre os quartis, indicando maior variabilidade dos dados nesse grupo. Nos territórios abaixo da mediana, observa-se uma mediana inferior e uma distribuição mais compacta, embora existam alguns valores discrepantes (*outliers*) – como os territórios CS1, NO1 e VN3 – que, apesar de apresentarem IVJ mais baixo, registram números elevados de adolescentes em conflito com a lei. Por outro lado, os territórios com IVJ mais alto também concentram casos extremos, como NE1, O2 e VN4, que apresentam os maiores registros de adolescentes envolvidos. Esses resultados apontam para uma tendência de associação positiva entre níveis mais altos de vulnerabilidade juvenil e a quantidade de adolescentes envolvidos com o tráfico.

Gráfico 14 – Distribuição da quantidade de adolescentes envolvidos com tráfico, segundo a mediana do IVJ



Fonte: Elaboração própria, a partir de PBH (2016) e dos dados do Reds.

Aprofundando um pouco mais a análise, mobilizou-se a operacionalização da variável dependente igualmente dicotomizada pela mediana. A partir disso, foi realizado o cruzamento entre essa variável e as variáveis independentes dicotomizadas, um teste do qui-quadrado de Pearson²¹ para avaliar a existência de associação estatística entre os grupos – considerando um nível de significância de 10% – e também o cálculo das razões de chance²² (*odds ratio*). Os resultados apresentados na Tabela 3 demonstram que as seguintes variáveis que compõem o IVJ possuem associação significativa com a variável dependente: taxa de homicídio da população masculina jovem ($p = 0,002$); percentual de população jovem ($p = 0,011$); renda domiciliar média ($p = 0,011$); e percentual de adolescentes ocupados ($p = 0,058$).

Através da análise das proporções apresentadas na Tabela 3, ainda é possível apontar a existência de padrões relevantes. No caso da taxa de homicídios da população masculina jovem, 75% dos territórios com maiores índices de letalidade concentram também mais adolescentes envolvidos. Essa variável apresentou uma *odds ratio* de 9,00, indicando que os territórios com maior taxa de homicídios possuem nove vezes mais chances de estarem entre aqueles com maior número de adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico, quando comparados aos territórios com menores taxas de homicídio. Ao se observar as variáveis relativas ao percentual de população jovem e à renda domiciliar média, identifica-se também um padrão claro: 70% dos territórios com maior proporção de jovens e 70% daqueles com renda mais baixa concentram os valores mais elevados da variável dependente. A *odds ratio* ajuda a dimensionar a força dessa associação: o percentual de jovens apresentou uma OR de 5,44, indicando que os territórios com maior concentração de jovens têm cinco vezes mais chances de registrar

²¹ O teste do qui-quadrado (χ^2) de Pearson é um teste estatístico utilizado para verificar se existe associação entre duas variáveis categóricas. Ele compara as frequências observadas em uma tabela de contingência com as frequências esperadas sob a hipótese de independência entre as variáveis. Quando o valor do p é inferior a um determinado nível de significância (neste estudo, 10%), rejeita-se a hipótese de independência, indicando que as variáveis estão estatisticamente associadas. Trata-se de um teste amplamente utilizado em ciências sociais para examinar relações entre grupos e categorias.

²² A *odds ratio* (razão de chances) é uma medida estatística que expressa a força da associação entre duas variáveis categóricas. Especificamente, indica quantas vezes mais provável é a ocorrência de um determinado desfecho em um grupo comparado a outro. Uma *odds ratio* igual a 1 indica ausência de associação; valores superiores a 1 indicam associação positiva (maior chance do desfecho no grupo de interesse); e valores inferiores a 1 indicam associação negativa (menor chance). No contexto deste estudo, a *odds ratio* foi utilizada para mensurar a magnitude da associação entre características dos territórios (acima ou abaixo da mediana) e a probabilidade desses territórios apresentarem maior número de adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico.

altos índices de envolvimento de adolescentes com o tráfico. Já a renda domiciliar média apresentou uma OR de 0,18, o que evidencia uma associação negativa – territórios com maior renda têm chances significativamente menores de estarem entre os mais afetados pelo tráfico envolvendo adolescentes. Já no caso do percentual de ocupados entre 10 e 14 anos, observa-se que 65% dos territórios acima da mediana nesta variável estão associados ao grupo com maior número de adolescentes envolvidos no tráfico de drogas. A *odds ratio* de 3,45 reforça essa associação: os territórios com maior presença de trabalho precoce possuem três vezes mais chances de apresentarem altos índices de envolvimento juvenil com o tráfico.

Os resultados também apontam que o Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ) como um todo possui associação significativa com a variável dependente ($p = 0,011$). Além disso, 70% dos territórios com IVJ acima da mediana concentram também os maiores valores de adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico. A *odds ratio* de 5,44 reforça essa conclusão, indicando uma relação consistente entre o grau de vulnerabilidade agregado e a probabilidade de envolvimento juvenil com o tráfico.

Tabela 3 – Cruzamento entre variáveis explicativas dicotomizadas e a quantidade de adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico (acima/abaixo da mediana), com teste de significância (qui-quadrado)

		Quantidade de adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico		Sig.	Odds Ratio
		Abaixo da Mediana	Acima da Mediana		
Taxa de distorção idade-série no Ensino Médio (Média 2013 a 2015)	Abaixo da Mediana	47,6%	52,4%	0,752	0,82
	Acima da Mediana	52,6%	47,4%		
Percentual de ocupados de 10 a 14 anos (2010)	Abaixo da Mediana	65,0%	35,0%	0,058	3,45
	Acima da Mediana	35,0%	65,0%		
Percentual de população jovem de 15 a 29 anos (2010)	Abaixo da Mediana	70,0%	30,0%	0,011*	5,44
	Acima da Mediana	30,0%	70,0%		
Renda Domiciliar Média (2010)	Abaixo da Mediana	30,0%	70,0%	0,011*	0,18
	Acima da Mediana	70,0%	30,0%		
Taxa de abandono escolar no Ensino Médio (Média 2013 a 2015)	Abaixo da Mediana	45,0%	55,0%	0,527	0,67
	Acima da Mediana	55,0%	45,0%		
Taxa de homicídio – população masculina de 15 a 29 anos (Média 2013 a 2015)	Abaixo da Mediana	75,0%	25,0%	0,002*	9,00
	Acima da Mediana	25,0%	75,0%		
Índice de Vulnerabilidade Juvenil	Abaixo da Mediana	70,0%	30,0%	0,011*	5,44
	Acima da Mediana	30,0%	70,0%		

Fonte: Elaboração própria, a partir de PBH (2016) e dos dados do Reds.

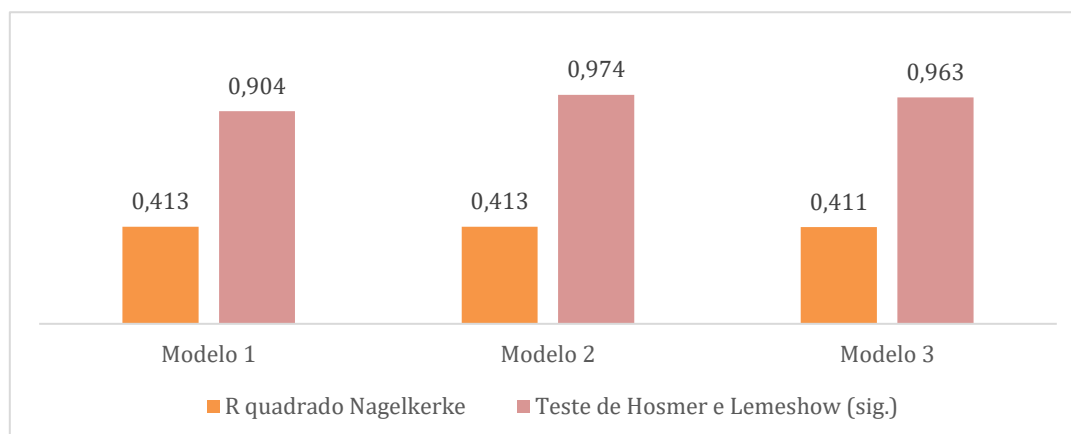
Aprofundando a análise, foram construídos modelos de regressão logística binária com o objetivo de identificar quais variáveis estão associadas à maior probabilidade de um território apresentar valores acima da mediana na quantidade de adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico de drogas. A escolha por esse tipo de modelo estatístico é adequada, uma vez que permite estimar a razão de chances (*odds ratio*) para cada variável explicativa, ou seja, o efeito isolado de cada dimensão da vulnerabilidade territorial sobre o desfecho, controlando simultaneamente os efeitos das demais variáveis

incluídas no modelo. Diferentemente das *odds ratios* obtidas por meio de tabelas de contingência, que expressam apenas a associação bruta entre duas variáveis, a regressão logística possibilita identificar associações independentes, fornecendo estimativas mais robustas do ponto de vista inferencial. Isso é especialmente relevante em contextos sociais complexos, como os territórios analisados, nos quais múltiplas dimensões da vulnerabilidade se sobrepõem e podem gerar interferências mútuas. Para garantir a validade estatística do modelo, foi realizado um novo teste de multicolinearidade por meio do Fator de Inflação da Variância (VIF), considerando as variáveis que compõem o IVJ em sua forma dicotômica. Os resultados indicaram que todas as variáveis apresentaram VIF inferior a 5, o que sugere ausência de colinearidade elevada e, portanto, adequação para sua inclusão conjunta nos modelos.

Dessa maneira, para o Modelo 1, que tem como variável independente a quantidade de adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico de drogas (binarizada pela mediana), foram consideradas as seguintes variáveis em sua forma binarizada:

- Taxa de distorção idade-série no Ensino Médio – (Média 2013 a 2015);
- Percentual de ocupados de 10 a 14 anos (2010);
- Percentual de população jovem de 15 a 29 anos (2010);
- Taxa de abandono escolar no Ensino Médio (Média 2013 a 2015);
- Renda Domiciliar Média (2010);
- Taxa de homicídio – população masculina de 15 a 29 anos (Média 2013 a 2015).

Gráfico 15 – Indicadores de Ajuste dos Modelos de Regressão Logística Binária



Fonte: Elaboração própria, a partir de PBH (2016) e dos dados do Reds.

Do ponto de vista estatístico, o modelo apresentou um R^2 de Nagelkerke de 0,413, o que indica que, aproximadamente, 41,3% da variância da variável dependente é explicada pelas variáveis independentes incluídas. Além disso, o teste de Hosmer e Lemeshow obteve $p = 0,904$, sinalizando um bom ajuste do modelo aos dados observados e ausência de indícios de inadequação estatística. Em outras palavras, o modelo é robusto em termos de ajuste global e apresenta boa capacidade explicativa dentro das limitações do desenho territorial e da natureza dos dados.

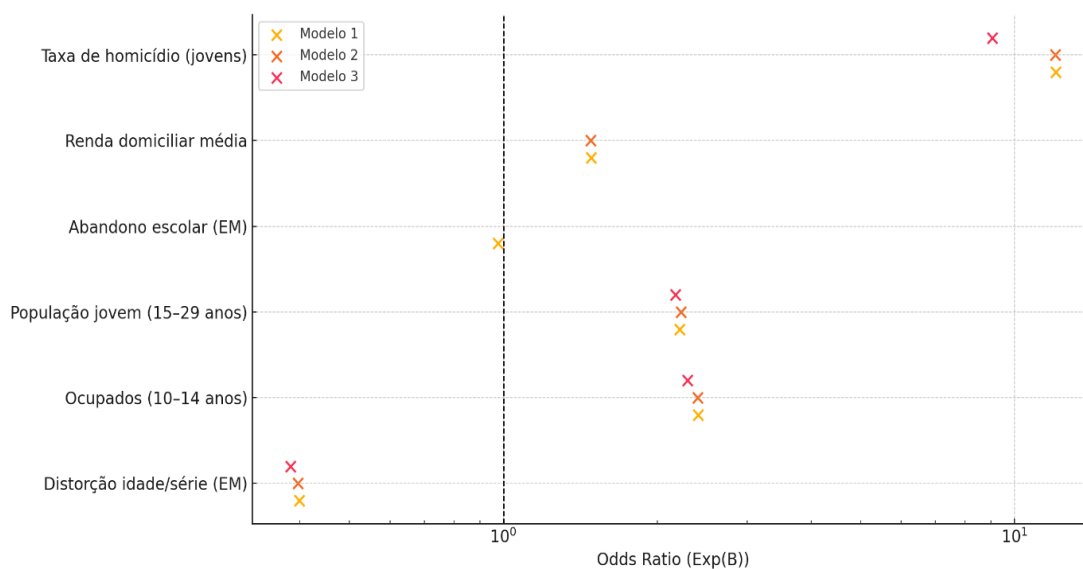
Tabela 4 – Valores de Significância das Variáveis por Modelos de Regressão Logística Binária

	Sig. Modelo 1	Sig. Modelo 2	Sig. Modelo 3
Taxa de distorção idade-série no Ensino Médio (Média 2013 a 2015) (1)	0,345	0,310	0,289
Percentual de ocupados de 10 a 14 anos (2010) (1)	0,276	0,276	0,293
Percentual de população jovem de 15 a 29 anos (2010) (1)	0,360	0,340	0,350
Taxa de homicídio – população masculina de 15 a 29 anos (Média 2013 a 2015) (1)	0,070	0,069	0,019
Renda Domiciliar Média (2010) (1)	0,767	0,768	-
Taxa de abandono escolar no Ensino Médio (Média 2013 a 2015) (1)	0,978	-	-

Fonte: Elaboração própria, a partir de PBH (2016) e dos dados do Reds.

A variável que mais se destaca no Modelo 1 é a taxa de homicídios da população masculina de 15 a 29 anos, que apresentou uma *odds ratio* de 12,05 ($p = 0,070$). Isso significa que os territórios com taxas de homicídio acima da mediana têm, em média, 12 vezes mais chances de estarem entre os territórios que possuem adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico acima da mediana. Embora o p-valor não atinja o patamar de 5%, ele é inferior a 0,10 e, dada a magnitude do efeito e sua estabilidade nos modelos seguintes, o resultado é interpretado como substantivamente relevante. As demais variáveis não alcançaram significância estatística.

Gráfico 16 – Odds Ratios das Variáveis nos Modelos de Regressão Logística Binária



Fonte: Elaboração própria, a partir de PBH (2016) e dos dados do REDS.

A partir dos resultados obtidos no Modelo 1, optou-se pela construção de um segundo modelo, com o objetivo de aumentar a parcimônia analítica. Para isso, foi adotado como critério a exclusão da variável com o maior valor de significância estatística (p-valor) no modelo anterior – neste caso, a taxa de abandono escolar no Ensino Médio,

que apresentou $p = 0,978$. A decisão de remover essa variável baseou-se na constatação de sua baixa contribuição explicativa para o desfecho, bem como na interpretação, já discutida, de que a evasão escolar no Ensino Médio pode não capturar adequadamente a trajetória educacional dos adolescentes envolvidos com o tráfico, especialmente nos territórios mais vulneráveis, onde é comum que o abandono escolar ocorra ainda no Ensino Fundamental. Assim, o Modelo 2 mantém as demais variáveis.

A partir dessa reformulação mínima, buscou-se verificar se a exclusão da variável de menor relevância impactaria o ajuste geral do modelo e a estabilidade dos efeitos das demais variáveis. Do ponto de vista estatístico, o Modelo 2 manteve o R^2 de Nagelkerke em 0,413, indicando que a exclusão da variável de abandono escolar não comprometeu o poder explicativo do modelo. Ao contrário, o teste de Hosmer e Lemeshow apresentou valor de p ainda mais elevado (0,974), o que sinaliza excelente ajuste do modelo aos dados observados.

O principal destaque desse modelo está na variável relativa à taxa de homicídios da população masculina de 15 a 29 anos, que apresentou uma *odds ratio* de 12,02 e, mais importante, alcançou significância estatística ao nível de 10% ($p = 0,069$). Novamente, as demais variáveis não foram estatisticamente significantes.

Dando continuidade à estratégia de refinamento progressivo dos modelos, o Modelo 3 foi construído com o objetivo de testar uma versão mais enxuta da regressão, priorizando as variáveis que demonstraram maior relevância empírica e teórica nas etapas anteriores. Dessa forma, foram excluídas as variáveis “renda domiciliar média” e “taxa de abandono escolar no Ensino Médio”, mantendo-se no modelo apenas os indicadores com os menores valores de significância.

Essa reformulação resultou em um modelo mais parcimonioso, com quatro variáveis independentes e desempenho estatístico equivalente aos anteriores: o R^2 de Nagelkerke permaneceu em 0,411 e o teste de Hosmer e Lemeshow apresentou $p = 0,963$, confirmando excelente ajuste aos dados e estabilidade no poder explicativo.

O resultado mais expressivo do Modelo 3 refere-se novamente à taxa de homicídios da população masculina de 15 a 29 anos, que desta vez alcançou significância estatística ao nível de 5% ($p = 0,019$) – consolidando-se como o fator mais fortemente associado ao envolvimento de adolescentes em ocorrências de tráfico. No entanto, é importante destacar que, embora tenha ganhado significância estatística, a variável

apresentou uma redução na *odds ratio*, que passou de 12,02 (Modelo 2) para 9,05 (Modelo 3). Essa oscilação é comum em processos de ajustamento de modelos e pode refletir o controle mais direto de efeitos colineares, bem como o impacto da retirada de variáveis que, eventualmente, absorviam parte da variabilidade associada à letalidade juvenil. Do ponto de vista substantivo, o resultado reafirma a centralidade da violência letal como determinante territorial da vulnerabilidade juvenil. Mais do que um indicativo de risco, a taxa de homicídios funciona como expressão condensada de uma série de ausências institucionais e disputas sociais violentas nos territórios, que criam as condições objetivas para o aliciamento de adolescentes por redes criminosas.

A análise conjunta dos três modelos de regressão logística binária permite identificar padrões consistentes de associação entre dimensões territoriais da vulnerabilidade juvenil e a incidência de adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico de drogas. A estratégia analítica de ajustes sucessivos dos modelos – da forma mais abrangente (Modelo 1) à mais parcimoniosa (Modelo 3) – possibilitou isolar os efeitos mais robustos e interpretar com maior precisão o papel de cada variável.

O elemento mais evidente e persistente ao longo dos modelos é a taxa de homicídios da população masculina de 15 a 29 anos, que apresenta *odds ratios* elevadas e significância crescente à medida que o modelo é refinado. Embora a magnitude do efeito tenha diminuído com a exclusão de variáveis menos significantes, o resultado aponta para um efeito isolado e consistente da violência letal juvenil como principal preditor da concentração de adolescentes apreendidos por tráfico. No entanto, é plausível que a causalidade assuma um sentido inverso ou mesmo circular. De um lado, a própria dinâmica do tráfico contribui para a produção de homicídios (Sapori, 2020); de outro, os assassinatos e as prisões decorrentes dessa dinâmica geram demanda por reposição de trabalhadores, o que pode intensificar a presença e, conseqüentemente, as apreensões de adolescentes nesse mercado (Martins, 2020). De todo modo, a presença de altos índices de homicídios nos territórios não é apenas uma consequência da atuação de redes criminosas, mas também um marcador da fragilidade da mediação estatal, da normalização da violência e da disputa armada por controle territorial. A violência letal, nesse contexto, funciona como um indicador-síntese de um processo mais amplo de precarização da vida juvenil nas periferias urbanas.

Até aqui, a análise concentrou-se em um nível macro, buscando caracterizar o fenômeno de forma agregada e identificar padrões gerais do envolvimento de adolescentes em ocorrências de tráfico de drogas ao longo do tempo. Na sequência, avançaremos para um nível meso de análise, aproximando o olhar para um território específico de Belo Horizonte, com o objetivo de compreender como essas dinâmicas se manifestam no espaço local e em contextos socioespaciais particulares.

5 A MESOLENTE

O campo desta pesquisa se iniciou com o convite da Diretoria de Prevenção à Criminalidade (DCRI) da Secretaria Municipal de Segurança Pública da Prefeitura de Belo Horizonte (SMSP/PBH), para que eu participasse de um encontro virtual da rede de equipamentos municipais atuantes na L4. Esse convite se deu em junho de 2020, momento em que o mundo vivia o auge da pandemia de Covid-19 e seus impactos sobre a vida cotidiana.

As ideias iniciais do Encontro de Rede L4, na ocasião, eram a discussão dos impactos da pandemia sobre a juventude, os equipamentos desse território e o compartilhamento de ações realizadas. A partir dessa oportunidade, pude participar das reuniões mensais realizadas, sendo convidado, em alguns momentos, a apresentar os achados de pesquisas que participei anteriormente. Também participei de apresentações sobre temas como violência, masculinidade, trabalho e trajetórias juvenis, que dialogavam com casos levados pelas diretoras das escolas para a discussão. Ao longo desses encontros, o tema trabalho se destacou, de modo que a PBH, através da SMSP, em 2022, encomendou a pesquisa TITD ao Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (Crisp/UFMG) e ao do Núcleo Psicanálise e Laço Social no Contemporâneo (Psilacs/UFMG).

Nesse contexto, o foco inicial na L4 se justificava não só pela proximidade entre os atores propiciada pelos encontros de rede, mas também pelo IVJ, que aponta esse território como o mais vulnerável para a juventude de Belo Horizonte (IVJ = 72,8) (PBH, 2016). Analisando as variáveis que compõe esse indicador, nota-se que o percentual de população jovem de 15 a 29 anos (2010), nesse território, era de 29,6%, sendo esta população: 49,1% masculina e 50,9% feminina; 24,2% brancos/amarelos e 75,8% pretos/pardos/indígenas. Sobre a percentual de crianças de 10 a 14 anos que trabalham (2010), observa-se que 3,3% dos jovens de 10 a 14 anos da L4 se encontravam nessa situação. Do total de adolescentes trabalhadores, 56,9% são do sexo feminino, enquanto 42,8% são do sexo masculino, 74,1% são pretos/pardos/indígenas e 25,6% são brancos/amarelos.

No que tange à renda domiciliar média (2010), na L4 foi contabilizada uma renda média de R\$1.604,98, sendo a renda média em domicílios chefiados por homens de

R\$1.652,34 e nos chefiados por mulheres de R\$1.557,51. A renda média em domicílios chefiados por brancos/amarelos foi de 1.574,97, enquanto nos domicílios chefiados por pretos/pardos/indígenas foi de R\$1.614,16.

A taxa média de abandono escolar no Ensino Médio (2013-2015), na L4 a cada 100 alunos matriculados, 14,1 não completam o ano. Para o sexo masculino essa taxa é de 12,43, enquanto para o sexo feminino é de 15,96. Entre os brancos/amarelos assume o valor de 11,94 e para os pretos/pardos de 14,41. Já a taxa média de distorção idade-série no Ensino Médio (2013-2015) indica que na L4, a cada 100 jovens matriculados nesse nível de ensino, 6,7 possuíam mais de 19 anos de idade. Entre os indivíduos do sexo masculino, essa taxa assume o valor de 7,57, enquanto para o sexo feminino, o valor contabilizado foi de 5,72. Entre os brancos/amarelos, a taxa de distorção idade-série é de 8,96 e entre os pretos/pardos/indígenas é de 7,39.

No que diz respeito à taxa média de homicídios da população masculina entre 15 a 29 anos (2013-2015), a L4 possuía uma taxa de 386 para cada 100 mil habitantes. Observando o recorte de raça, essa taxa foi de 271,9 para os brancos/amarelos e de 420,1 para os pretos/pardos/amarelos.

Por fim, a L4 possuía uma taxa média de fecundidade, na faixa etária de 15 a 19 anos, (2013-2015) 6 a cada 100 adolescentes de 15 a 19 anos. Entre as adolescentes brancas/amarelas, essa taxa era de 1,8, enquanto entre as adolescentes pretas/pardas/indígenas era de 7,2.

Tendo em vista esse cenário, a proposta desta pesquisa consistiu na análise de dados secundários, na pesquisa de campo com entrevistas com gestores e lideranças, e na realização de conversações psicanalíticas e entrevistas narrativas com adolescentes residentes na L4, com o objetivo de compreender as diferentes facetas do trabalho infantil e sua interseção com o fenômeno da criminalidade urbana, especialmente com o tráfico de drogas.

O campo teve início em janeiro de 2023. Com o fim das medidas sanitárias necessárias para o controle da Covid-19, fez-se possível visitar os equipamentos do território e conhecer presencialmente alguns interlocutores, com quem, até aquele momento, as interações haviam se dado por meio de telas. Por conta da intensa interação desenvolvida com as diretoras das escolas ao longo das reuniões, elas foram as primeiras a serem entrevistadas.

A entrada em outras instituições e espaços do território foi facilitada pela Gerência de Prevenção em Territórios da Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção e pelas analistas do Instituto Avante Social, organização não governamental, contratada para executar o Projeto Chega Aí, que promove oficinas esportivas e culturais para adolescentes matriculados nas escolas do território. Interlocutoras e interlocutores apresentaram o território e suas histórias em uma série de encontros semanais, onde transitamos a pé pelas ruas, entre as reuniões que aconteceram em equipamentos como o Cras Granja de Freitas, o Cras Taquaril, o Cras e o Centro Cultural Alto Vera Cruz, e a Casa do Hip-Hop²³.

No contexto da pesquisa de campo, o território investigado se apresentou como um espaço marcado por múltiplas vulnerabilidades sociais, econômicas e institucionais. Um traço recorrente apontado pelos gestores e profissionais entrevistados é a predominância de famílias monoparentais femininas, sendo as chefes de família inseridas no mercado de trabalho por meio de vínculos informais e ocupações precarizadas.

Segundo os atores locais, essa situação de precariedade material se agravou após a pandemia, quando muitos pais perderam seus empregos e as famílias passaram a depender mais intensamente da renda dos filhos. Como consequência, muitos adolescentes do território teriam se inserido de maneira precoce em ocupações informais, como venda de alimentos, atividades em obras e serviços em pequenos comércios, além de atividades ilegais, notadamente o tráfico de drogas.

Neste cenário, os trabalhos precarizados exercidos pelos chefes de família reduzem o tempo e os recursos disponíveis para acompanhar de perto a rotina dos filhos, fragilizando os mecanismos de controle social informal no âmbito doméstico. Ainda assim, foi ressaltado que parte dos responsáveis mantém esforços ativos, especialmente para dissuadir os adolescentes do envolvimento com o tráfico. Entretanto, em muitos casos, a precariedade material vivida por muitas famílias leva tanto à anuência quanto à inserção em atividades informais ou, até mesmo, à desistência de impor limites mais firmes no que tange às práticas infracionais.

²³ Espaço cultural comunitário localizado no Taquaril, Belo Horizonte, criado em outubro de 2016 por iniciativa da comunidade local e da cultura Hip-Hop, com objetivo de promover arte, educação, cultura, cidadania e identidade juvenil por meio de expressões como rap, grafite, dança e DJ. Reconhecido como primeira Casa do Hip-Hop de Minas Gerais, oferece oficinas, eventos culturais e sociais gratuitos, e foi premiado em 2025 pelo Ministério dos Direitos Humanos pela sua atuação em prol da proteção integral de crianças e adolescentes.

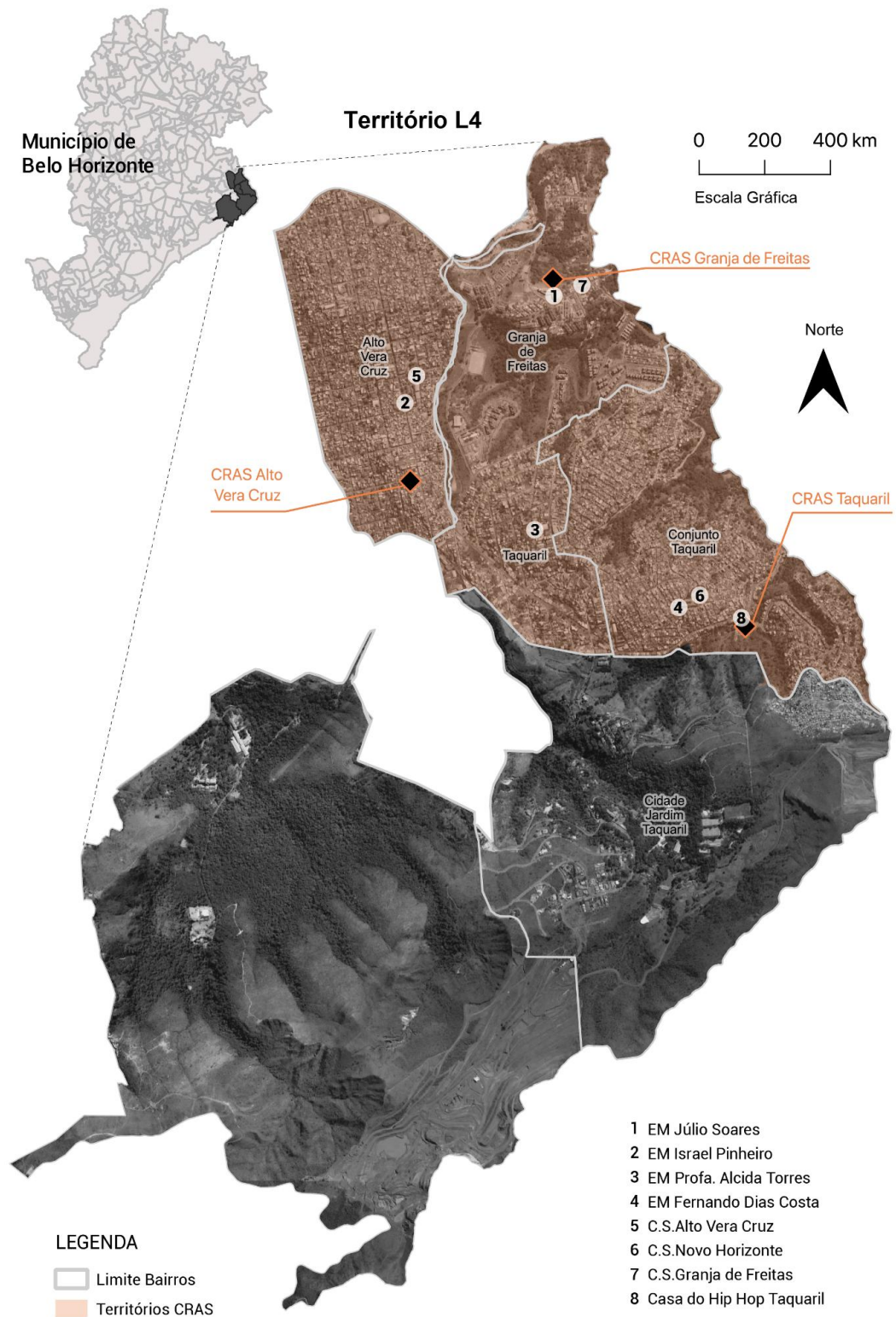
As mães, sobrecarregadas pelas exigências do trabalho e pela gestão da vida doméstica, recorrem aos equipamentos públicos existentes no contexto pesquisado como instâncias de apoio, especialmente às escolas. Estas, por sua vez, acabam funcionando como uma espécie de caixa de ressonância dos problemas locais. No entanto, professores e gestores relatam sentir-se sobrecarregados por demandas que extrapolam suas atribuições pedagógicas, já que a instituição escolar se converte no elo entre as famílias e a rede socioassistencial.

Apesar disso, na percepção dos atores locais, essa rede nem sempre se mostra presente ou efetiva, reforçando a sensação de fragilidade e desarticulação das políticas públicas. Na visão dos entrevistados, os principais símbolos dessa fragilidade seriam, de um lado, a ausência de uma escola de nível médio no território, o que dificulta ainda mais a permanência dos adolescentes no sistema educacional, e, de outro, a curta duração de projetos sociais e parcerias, cujos impactos sobre a realidade local são baixos ou limitados.

Diante desse vazio, atores como as igrejas evangélicas e o próprio tráfico acabam assumindo posições de destaque na organização da vida comunitária. Em relação ao tráfico, uma das gestoras entrevistadas destacou que seus alunos não sonham nem projetam o futuro no trabalho ou nos estudos, o que reforça o tráfico como horizonte possível. Esse quadro seria ainda acentuado pela repressão policial, que associa de modo automático os jovens do território ao tráfico de drogas, submetendo-os a abordagens violentas.

A seguir, uma breve contextualização histórica e sociodemográfica dos bairros que compõem a L4. Essa contextualização demonstra que, apesar desse território ser considerado o mais vulnerável para a juventude de Belo Horizonte, o que poderia sinalizar a ausência ou a inoperância das redes comunitárias, o que se percebe é justamente o contrário. Esses bairros possuem uma extensa história de mobilizações comunitárias, através das quais os moradores conseguiram obter acesso a serviços públicos básicos, como energia elétrica, água encanada, saúde, educação e, especialmente, moradia. Dessa maneira, esta seção serve como um prólogo, que ajuda a compreender melhor o cenário no qual se desenvolvem os cursos de vida de adolescentes como os analisados mais adiante.

Mapa 5 – Mapa do Território L4



Fonte: Elaborado pelo autor.

5.1 Alto Vera Cruz

O bairro Alto Vera Cruz está localizado onde outrora existiam antigas fazendas de famílias da elite de Belo Horizonte. Segundo Rocha (2017), uma parte da propriedade passou para as mãos da Companhia Mineradora de Belo Horizonte (Ferrobela), que utilizou a área para extração de minério até a década de 1950 e a abandonou sem realizar o compromisso de urbanizar a região.

O bairro começou a ser ocupado ainda em 1940, pela população negra e periférica, em meio ao contexto do crescimento populacional e o fomento do trabalho nas cidades. A ocupação mais intensa da região se deu a partir dos anos 1960, por trabalhadores vindos de cidades vizinhas para buscar emprego na indústria e na construção civil da capital mineira; dessa maneira, em um contexto marcado pela ausência de infraestrutura básica, acabou por gerar a mobilização dos moradores que, já na década de 1960, começaram a apresentar suas demandas junto ao poder público.

A mobilização comunitária conquistou a construção de escolas (1961-1963), o fornecimento de energia elétrica (1966) e, no fim da década de 1960, a criação das primeiras linhas de transporte coletivo para atender a região. Esta última é para Rocha (2017) uma conquista decisiva para o aumento no comércio da região. Nos anos 1970, os moradores do bairro fundaram o Centro de Ação Comunitário do Alto Vera Cruz e a Instituição Fundo Cristão para Crianças passou a atuar na região. A estratégia desse fundo consistia em campanhas de “apadrinhamento” de crianças e adolescentes consideradas vulneráveis, através de doações mensais. O dinheiro era inicialmente repassado às famílias dessas crianças, no entanto, no final da década de 1970, alguns moradores beneficiados pela iniciativa decidiram guardar parte da verba para financiar a construção de uma casa que seria o ponto de convergência da mobilização comunitária do Alto Vera Cruz.

Assim, no final da década de 1980, através dessa mobilização, os moradores do bairro conseguiram tecer uma rede comunitária consistente, que contava com sete associações de moradores, diversos grupos culturais, religiosos, de esporte e lazer (Rocha, 2017). Naquele mesmo período, as conquistas e melhorias do bairro se deram por meio do diálogo com agentes da cena política partidária da cidade, que mantinham vínculos de

proximidade com as lideranças comunitárias do Alto Vera Cruz que, por sua vez, participavam de modo ativo de suas campanhas.

Apesar das diversas conquistas, o bairro experimentou um intenso crescimento populacional, o que gerou um aumento na demanda por espaço para construção de moradias e agravou ainda mais problemas relacionados à infraestrutura, especialmente aqueles associados à construção de moradias em áreas de risco geológico. Nesse contexto, o poder público local, pressionado pela mobilização comunitária local e pelo movimento dos sem casa, agiu no sentido de assentar 2.200 famílias, dando início à ocupação do bairro Taquaril.

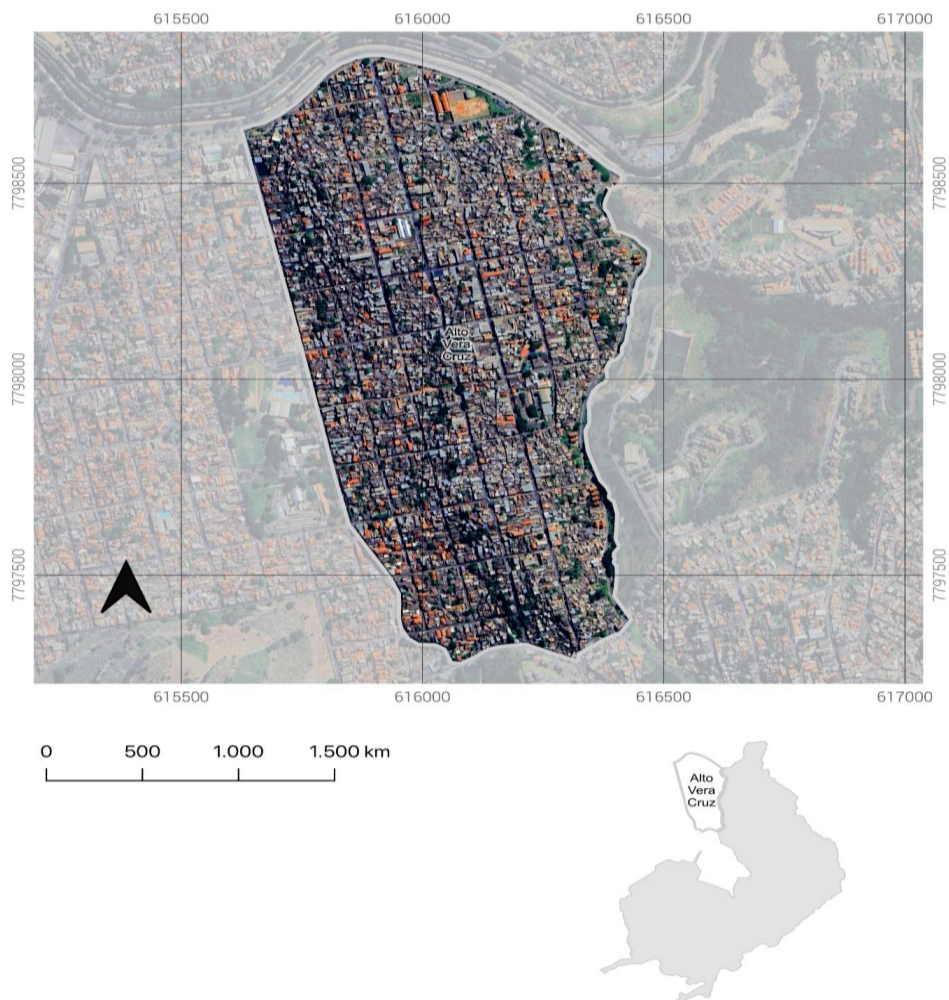
Ao recapitular o histórico de mobilização dos moradores do Alto Vera Cruz, Rocha (2017) destaca o papel do Orçamento Participativo (OP). Este consiste em um mecanismo governamental de participação no qual os cidadãos podem influenciar parte da destinação dos recursos da prefeitura, através da participação da comunidade em assembleias abertas e recorrentes, onde a prioridade das obras de cada regional é decidida por meio do voto popular. Esse dispositivo foi implementado em Belo Horizonte em 1993, durante a gestão do prefeito Patrus Ananias (PT), e se tornou uma importante ferramenta para os moradores de bairros pobres da cidade que, através da sua mobilização, conseguiram que parte significativa das obras aprovadas pelo OP fossem realizadas em bairros considerados como vilas e favelas (Rocha, 2017). Segundo Rocha (2017), a implementação do OP acabou por transformar as estratégias de mobilização das lideranças comunitárias e associações de moradores na luta por melhoria nos bairros. Se antes as lideranças agiam principalmente através do estabelecimento de contatos pessoais com atores da política partidária, após a implementação do OP, essas lideranças perderam centralidade para outras capazes de lotar ônibus e auditórios com moradores nas datas das votações do OP. Desde o início do OP em 1993, foram aprovadas, por meio desse dispositivo, diversas obras no Alto Vera Cruz, que incluem a ampliação e reforma do posto de saúde, urbanização e abertura de novas vias, reforma no centro cultural, construção de um centro profissionalizante, e obras de implantação e melhorias do sistema de esgotamento sanitário (Rocha, 2017).

Interlocutores desta pesquisa, assim como os interlocutores de Rocha (2017), descrevem o Alto Vera Cruz como uma cidade autônoma ou uma comunidade autossuficiente, onde, embora o comércio seja desenvolvido e diverso, com as calçadas

em disputas e o tráfego de automóveis intenso, a sociabilidade comunitária ainda se mostra intensa, prevalecendo laços de proximidade entre os moradores (Rocha, 2017). Apesar da constante associação do bairro ao fenômeno da violência, o Alto Vera Cruz também é reconhecido como um importante polo cultural da cidade, notadamente no que se refere ao movimento hip-hop e às manifestações culturais de origem africana.

O bairro ocupa uma área de 0,87 km² e, segundo o Censo de 2022, possui uma população de 18.941 habitantes, distribuídos em 6.522 domicílios. Desse modo, o número médio de habitantes por domicílio é 2,9 e a densidade demográfica é de 21.659 habitantes por km².

Mapa 6 – Bairro Alto Vera Cruz



Fonte: Elaborado pelo autor.

5.2 Taquaril

O terreno que viria a ser o bairro Taquaril passou a ser ocupado a partir de 1987, através da ação dos movimentos de luta por moradia que atuavam na região, especialmente no Alto Vera Cruz. A mobilização que envolveu a criação do bairro se passou como uma complicada trama política. Esse movimento uniu cerca de oito mil famílias, oriundas de diferentes regiões de Belo Horizonte, para pressionar o então prefeito Sérgio Ferrara (1986-1989) a cumprir a promessa de campanha de criar bairros populares para atender às famílias sem moradia da cidade. Ao longo de meses, o grupo realizou protestos e marchas, percorrendo a pé o trajeto entre o Alto Vera Cruz e os edifícios da Prefeitura Municipal e do Palácio da Liberdade (sede do governo estadual).

A prefeitura de Belo Horizonte terminou por ceder os lotes, mas transferiu a responsabilidade de gerir o processo de loteamento – no qual a demanda era muito maior que a oferta – para as associações de moradores existentes no bairro Alto Vera Cruz (Rocha, 2017). Esse processo foi alvo de questionamentos por conta de supostos favorecimentos e irregularidades pontuais, que fomentaram as disputas internas entre as associações dos moradores do bairro Alto Vera Cruz. Isso acabou por gerar seções segregadas no bairro, já que algumas delas foram ocupadas legalmente por meio dos lotes distribuídos pelas associações de moradores, enquanto outras foram ocupadas ilegalmente por famílias que, embora tenham se inscrito para receber terrenos, ao não serem contempladas, acabaram se estabelecendo nas franjas do bairro. Aqueles selecionados para receber os lotes da prefeitura receberam um repasse mínimo de materiais de construção e um prazo de 60 dias para construir suas residências, sob pena de perder o direito ao terreno. Nesse contexto, foi fundado o Centro Comunitário Pró-Construção e Desenvolvimento do Taquaril e Comunidades Adjacentes, formado, em sua maioria, por mulheres e idosos (Rocha, 2017).

Após o início dessa ocupação, a região do Conjunto Taquaril experimentou um crescimento não planejado, com expansão para áreas verdes, zonas institucionais e às margens de córregos, incluindo áreas identificadas como de risco geológico iminente. A energia elétrica chegou ao bairro somente no fim da década de 1980, por meio de arranjos irregulares (gatos), possibilitados através da mobilização comunitária. A maior parte das ruas só foi asfaltada em 1990, através de recursos provenientes do OP.

Mapa 7 – Bairro Taquaril



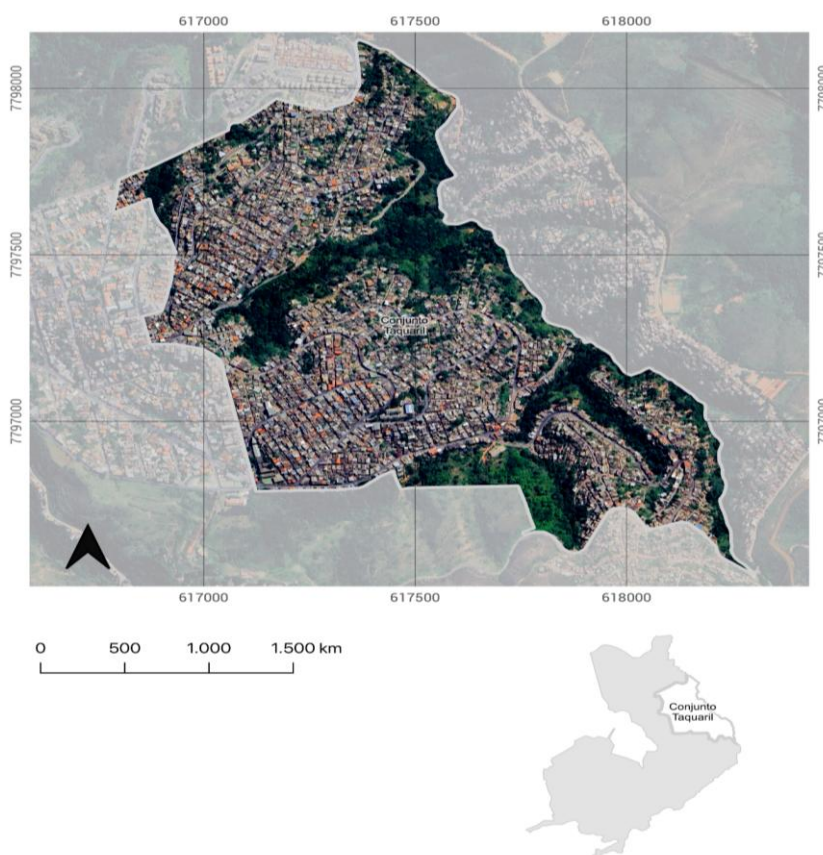
Fonte: Elaborado pelo autor.

Por conta da presença de áreas verdes e lotes abandonados, o Taquaril foi escolhido como local de desova de corpos, por grupos de “justiceiros” que atuavam na cidade, sendo que, a partir dos anos 1990, o bairro passou a ser associado à violência no

imaginário popular da capital mineira, o que alimenta a estigmatização da região e de seus moradores (Rocha, 2017).

O Taquaril ocupa uma área de 3,6 km² e, segundo o Censo de 2022, possui uma população de 18.758 habitantes, distribuídos em 6.495 domicílios. Assim, o número médio de habitantes por domicílio é 2,8 e a densidade demográfica é de 5.207 habitantes por km². O bairro é dividido em 14 setores, que no passado orientaram a demarcação dos lotes. Os setores de 2 a 9 correspondem à área de ocupação original, resultado da articulação entre a PBH e as associações de bairro da região. Os setores 4, 6 e 8 são os mais centrais, com maiores oferta de serviços, sendo por isso considerados pelos moradores como área nobre do bairro (Rocha, 2017). Os setores 1, 10, 11, 12, 13 e 14 foram ocupados posteriormente, de maneira desordenada, e se encontram mais distantes dos equipamentos públicos do bairro, com algumas casas em áreas de risco de deslizamento.

Mapa 8 – Bairro Conjunto Taquaril



Fonte: Elaborado pelo autor.

5.3 Granja de Freitas

O território do bairro Granja de Freitas, originalmente, pertencia ao município de Sabará, sendo sua ocupação datada por volta nos anos 1950. Segundo Rocha (2017), os primeiros moradores do bairro eram indivíduos que migraram de municípios vizinhos, habitavam chácaras e fazendas e trabalhavam em olarias ou na produção agrícola, em especial no antigo criadouro de frangos que nomeia o território.

O espaço existente entre os lotes e a dificuldade de acessar a região permitiram que o bairro se mantivesse isolado até os anos 1980, quando a criação do Taquaril e a abertura da Avenida dos Andradas promoveram sua ocupação em um ritmo intenso (Rocha, 2017). No fim da década de 1980, apesar de ter uma população expressiva, o Granja de Freitas não possuía serviços públicos básicos, como energia, saneamento, saúde e transporte público. Essa situação precária gestou uma mobilização comunitária, que contou com grande apoio das lideranças comunitárias já existentes nos bairros vizinhos.

Nesse quadro, o fornecimento de energia elétrica foi possibilitado através da mobilização comunitária, que levantou recursos para adquirir postes de madeira e fiação, desviando de forma clandestina a energia proveniente de uma pequena usina instalada no Ribeirão Arrudas (Rocha, 2017). Já o abastecimento de água só chegou ao bairro anos depois, a partir da fundação de uma associação comunitária e uma longa campanha de pressão sobre o poder político municipal.

Nos anos 1990, o território do Granja de Freitas deixou de integrar o município de Sabará e passou a fazer parte de Belo Horizonte. Com isso, a PBH iniciou um processo de desapropriação das fazendas para a construção de conjuntos habitacionais para famílias de baixa renda. Nesse contexto, os moradores já fixados no bairro prosseguiram com suas ações e demandas junto ao poder público em prol de melhorias no bairro, ao passo que a expectativa da construção de conjuntos populares levou a um êxodo de famílias de outras regiões da cidade para ocuparem lotes no Granja de Freitas.

A partir de 1997, sobretudo através de recursos advindos do OP, foram inaugurados uma série de conjuntos habitacionais no Granja de Freitas. Esta iniciativa visava atender famílias do movimento dos sem casa ou removidas de áreas de risco, inicialmente de bairros vizinhos, especialmente do Taquaril, e posteriormente de outras áreas da cidade. Outro ponto que chama atenção nesse processo é que alguns conjuntos

construídos no bairro receberam também famílias de policiais militares. Isso foi possibilitado por meio de uma parceria com a prefeitura, que via a presença de policiais naqueles conjuntos como uma forma de prevenção à criminalidade. Rocha (2017) destaca que no momento da sua pesquisa de campo, 3 dos 8 blocos de casas tinham policiais como síndicos e que um deles também ocupava o posto de síndico geral do conjunto.

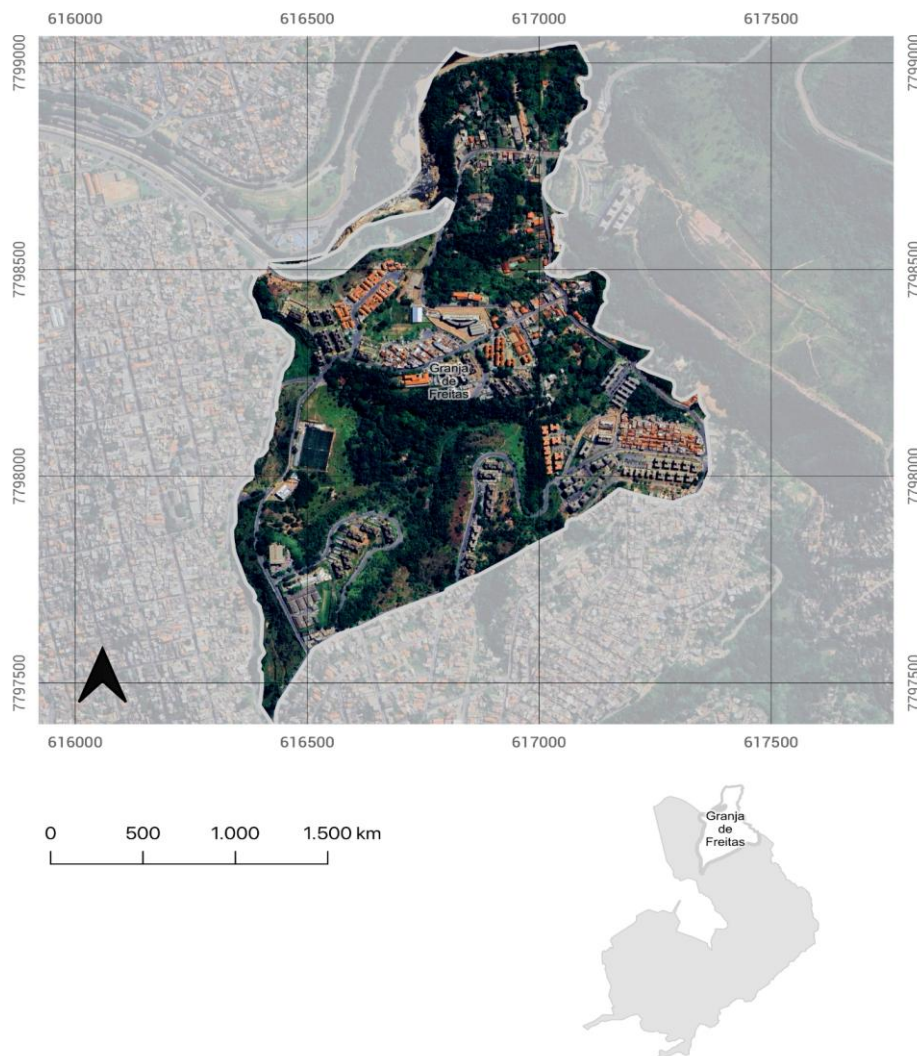
Naquele período, com o adensamento populacional gerado pelas políticas habitacionais, o bairro iniciou um processo de ocupação desorganizado, incluindo áreas de risco geológico, que gerou sobrecarga na infraestrutura, nos aparelhos estatais e nas políticas públicas que atendiam à região, de forma que sua população se viu obrigada a acessar serviços, sobretudo escolas e postos de saúde, em outros bairros do território. Segundo Rocha (2017), o caso do Granja de Freitas evidencia a execução de uma política habitacional limitada, já que esta se focou somente na construção de moradias, negligenciando outros direitos essenciais da população, como o acesso à saúde, educação, a transporte e outros serviços básicos.

A chegada dessa nova população acabou gerando uma série de conflitos que contribuíram para o esgarçamento dos laços, em uma comunidade até então caracterizada por sua homogeneidade e coesão (Rocha, 2017). Os antigos moradores constituíam uma diminuta comunidade, com fortes raízes no bairro, especialmente, através de laços familiares e da mobilização comunitária, enquanto os novos moradores vinham de diversas regiões de Belo Horizonte e se encontravam deslocados dos vínculos constituídos em seus territórios de origem. Assim, cada conjunto habitacional tem uma identidade própria, que varia de acordo com o lugar de origem dos moradores, os vínculos estabelecidos e o tempo de residência no bairro, sendo portanto, características comuns da população do Granja de Freitas. Nesse registro, segundo os interlocutores ouvidos por Rocha (2017), o aumento da criminalidade violenta no bairro, no contexto da metade dos anos 2000, estaria associada à heterogeneidade das famílias transferidas para os conjuntos habitacionais e às disputas entre grupos de criminosos que se constituíram ali no fim dos anos 1990.

Atualmente, o bairro ocupa uma área de 0,86 km². O terreno, além das regiões de mata preservada, possui relevo acidentado, com muitas áreas de risco geológico, o que dificultou a ocupação e isolou os conjuntos habitacionais uns dos outros. Segundo o Censo de 2022, possui uma população de 6.780 habitantes, distribuídos em 2.354

domicílios. Dessa maneira, o número médio de habitantes por domicílio é 2,8 e a densidade demográfica é de 7.861 habitantes por km². Além dos conjuntos habitacionais, o bairro possui um abrigo, desde 1996, destinado ao acolhimento de pessoas em situação de rua e pessoas removidas pela prefeitura de áreas com risco de desabamento. Segundo os técnicos e gestores entrevistados durante a pesquisa TITD, o quadro de escassez de políticas públicas e as dificuldades com relação ao transporte formavam uma questão persistente, que acabava por aumentar o isolamento do bairro e sua precariedade. Os profissionais entrevistados ainda contam sobre a existência de iniciativas locais, sendo que algumas foram descontinuadas por falta de recursos.

Mapa 9 – Bairro Granja de Freitas



Fonte: Elaborado pelo autor.

6 A MICROLENTE

Neste ponto, retomamos a segunda imagem que serve de metáfora para este estudo: o retrato. Assim como os retratos, as narrativas-entrevistas analisadas têm como objetivo capturar detalhes sobre os indivíduos. Se um retrato, enquanto uma representação visual, busca capturar a aparência, a personalidade e as emoções dos sujeitos que posam para a lente, a técnica de pesquisa utilizada busca representar a história de vida dos adolescentes, suas relações, vivências e perspectivas.

No entanto, tanto no retrato quanto na entrevista, não se trata de uma simples reprodução da realidade, mas de uma construção mediada – pelo olhar de quem observa, pela performance de quem se deixa ver e pelas condições que possibilitam esse encontro (Oliveira; Cardoso; Silva, 2020). O pesquisador, como o retratista, realiza escolhas: como escutar, quando intervir, o que perguntar. Do outro lado, o entrevistado organiza sua fala, seleciona o que dizer e o que calar, moldando sua narrativa a partir da presença do outro. Assim, a entrevista, como o retrato, é um processo de coautoria, no qual a verdade não se apresenta como algo bruto, mas como um jogo de enquadramentos, luzes e silêncios (Oliveira; Cardoso; Silva, 2020 Rosenthal, 2017; Guerra *et al.*, 2023; Guelman, 2024).

Essa analogia também permite refletir sobre os limites do método: assim como todo retrato carrega ausências – o fora de quadro, o instante anterior ou posterior ao clique – as entrevistas também estão atravessadas por lacunas e incertezas. Elas não capturam a totalidade da vida, mas oferecem fragmentos densos de significados, através dos quais é possível entrever os efeitos das estruturas sociais, os modos de subjetivação e os sentidos atribuídos à experiência. Assim, ao explorar essas imagens narrativas, este estudo busca menos uma verdade biográfica totalizante e mais a escuta dos contornos simbólicos, afetivos e sociais que conformam o modo como os adolescentes interpretam suas trajetórias e, a partir delas, se projetam no futuro.

Da mesma maneira, a tipologia apresentada a seguir nada mais é do que a sobreposição desses retratos agrupados com base em algumas características comuns. A imagem gerada por essa sobreposição não é completamente coincidente com os casos concretos, da mesma forma que esses casos podem contar elementos característicos de outros tipos. Assim, cada um dos tipos elaborados são apresentados, detalhando suas

características essenciais para, em seguida, introduzir um caso concreto que, de algum modo, ilustra aspectos da tipologia. Tendo isso em mente, na próxima seção, são exploradas as trajetórias de adolescentes que estão envolvidos no tráfico de drogas e que cumprem medidas socioeducativas em meio fechado.

6.2 Os meninos participantes

Conforme aponta a Almeida (2016), o contexto das medidas socioeducativas é responsável por produzir um tipo específico de discurso: o discurso desistente. Dado que o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece o dispositivo de penas com tempos indeterminados, que podem durar de 6 meses a 3 anos, o cumprimento das medidas socioeducativas é constantemente avaliado por técnicos através de atendimento e da construção do Plano Individual de Atendimento (PIA). Desse modo, a adesão às atividades propostas, como retorno a escola, a realização de cursos profissionalizantes e especialmente a elaboração de um discurso que articula a reflexão sobre os riscos envolvidos na trajetória infracional e o projeto abandono dessa trajetória após o fim da medida são incentivados pelos técnicos e apropriados pelos adolescentes como forma de garantir a brevidade da medida socioeducativa. Dessa maneira, é preciso apontar que a realização de entrevistas neste contexto também se dá sobre o universo simbólico do socioeducativo, sendo comuns a presença desse tipo de narrativa no discurso dos adolescentes entrevistados.

O material qualitativo analisado nesta seção busca compreender os fatores de risco que atuam sobre o desenvolvimento das trajetórias dos adolescentes e que podem ser tomados como relevantes para o engajamento em trajetórias infracionais. Assim, a partir da análise das narrativa-entrevistados realizadas no contexto das medidas socioeducativas, construí quatro tipos ideais.

O primeiro diz respeito da situação de ingresso precoce no tráfico, sustentada por processos de aprendizagem e fragilização dos mecanismos de controle social, sendo exemplificado pelo caso de Diego. O segundo tipo busca retratar o engajamento no tráfico de drogas como meio pertencimento, reconhecimento e status, sendo ilustrado pela narrativa de Ricardo. Já o terceiro tipo se refere à trajetória infracional como uma forma de sustento diante da precariedade material vivenciada e não necessariamente embasada

na incorporação dos valores do mundo do crime. Neste registro, apresento a história de Otávio, sua crítica ao mundo do crime e os diversos meios pelos quais buscou sustento financeiro. Por fim, o último tipo trata da participação em uma trajetória infracional como resultado da vivência de situações de extrema vulnerabilidade. Como exemplo deste tipo, exploro o relato de Luciano sobre sua vivência nas ruas e o seu deslizamento entre instituições de abrigo e as medidas socioeducativas.

6.2.1 Diego: Fragilização do controle social e socialização infracional precoce

Esse tipo ideal é caracterizado pela combinação de entrada muito precoce no tráfico de drogas, frequentemente ainda na infância, e por uma carreira infracional acelerada, sustentada por processos de aprendizagem social, reconhecimento territorial e circulação reiterada por instâncias de controle formal e proteção institucional. Trata-se de trajetórias nas quais laços familiares existem e podem ser afetivamente significativos, mas são atravessados por rupturas, reconfigurações e assimetrias de responsabilidade — como retração ou ausência paterna, sobrecarga materna, separações conjugais e mudanças residenciais — em um contexto no qual a socialização comunitária se encontra fortemente permeada pelas dinâmicas do mercado ilegal. Nesses cenários, observa-se a fragilização dos mecanismos tradicionais de proteção e controle social — familiares, escolares e institucionais — não como falha moral dos sujeitos, mas como limite prático de capacidade diante de vulnerabilidade, violência e baixa presença de recursos protetivos efetivos (Hunter, 1985). Assim, dispositivos que, em tese, poderiam operar como barreiras à entrada no crime tendem a operar com alcance insuficiente e mesmo contraproducente.

No âmbito doméstico, destaca-se a posição social da maternidade em contextos de vulnerabilidade: marcada pela concentração de responsabilidades, pela baixa corresponsabilização paterna e por uma expectativa moral de cuidado incondicional, o “não abandono” tende a operar menos como escolha entre alternativas e mais como um imperativo socialmente imposto. Diante da escassez de alternativas e do risco permanente é possível que famílias acionem estratégias defensivas e, em situações-limite, acomodem

pragmaticamente a presença do mercado ilegal no cotidiano do domicílio. Tais práticas não devem ser lidas automaticamente como adesão normativa ao crime, mas como manejo doméstico de uma realidade já instalada, na tentativa de redução de danos e preservação de vínculo (Lyra, 2013; Malvasi, 2012). Do ponto de vista comunitário, a socialização territorial aparece atravessada por redes criminais que se sobrepõem às redes convencionais de socialização e oferecem não apenas ganhos econômicos, mas também pertencimento, proteção e status, organizando um script de entrada e ascensão.

Do ponto de vista institucional, a escola tende a aparecer como instituição com papel protetivo reduzido: mesmo quando há acesso a estabelecimentos potencialmente mais estruturados. Já as outras formas de controle formal são frequentemente vivenciadas como forma de violação: abordagens policiais violentas, extorsão e expropriação corroem a legitimidade do Estado como instância protetiva e reforçam estratégias defensivas familiares e juvenis. O sistema socioeducativo, embora presente, tende a aparecer mais como etapa recorrente do percurso do que como agente capaz de reorientar trajetórias.

A trajetória de Diego sintetiza essa dinâmica. Adotado ainda recém-nascido, ele acessou inicialmente recursos menos comuns entre adolescentes que chegam ao sistema socioeducativo, como o ingresso em escola particular por meio de bolsa vinculada ao trabalho do pai adotivo. No entanto, sua inserção no tráfico aos 9 anos marca uma inflexão decisiva e evidencia limites combinados de proteção: a escola não sustenta o vínculo nem aciona respostas efetivas diante da captura precoce; a experiência com instituições de garantia de direitos aparece, na narrativa do adolescente, mais próxima da ameaça e da culpabilização do que do cuidado; e a polícia constitui o principal vetor de risco e violação, convertendo o controle formal em instância percebida como predatória. No plano doméstico, a mãe mantém vínculo afetivo e funciona como principal referência de pertencimento; sob forte constrangimento, não consegue transformar esse vínculo em ações capazes de ajudar o adolescente a interromper a trajetória. Dessa maneira, sua história mostra como a socialização infracional precoce, articulada a dinâmicas territoriais, redes de pares e respostas institucionais ambíguas, sustenta trajetórias marcadas por continuidade, mesmo quando emerge um discurso desistente e uma valorização pragmática das oportunidades oferecidas pela institucionalização.

Quando a entrevista foi realizada, Diego, um adolescente que se define como preto, estava prestes a fazer 16 anos de idade e cumpria sua primeira medida socioeducativa de internação há três meses. Convidado a narrar sua história, elabora uma narrativa que sintetiza sua trajetória até aquele momento. Destaca assim, sua inserção precoce no tráfico de drogas aos 9 anos, evento que marca também o que o próprio adolescente define como o fim da sua infância. Traz igualmente a aproximação de seu aniversário de 17 anos como uma oportunidade de repensar suas escolhas até ali, especialmente sobre as consequências de seu envolvimento para a relação com sua mãe. Desse modo, coloca a institucionalização como uma chance de sair do crime e mudar de vida.

Meu nome é Diego, moro com minha mãe, sou lá do Cabana Pai Tomás e moro com minha mãe agora por enquanto, mas também já morei sozinho, ali no Vista do Sol ali. Acabei de entrar nessa vida de ilusão né, dinheiro, fama, mal, desculpa, mulher, eu entrei nessa vida aí, só que eu mesmo cansei de dar desgosto pra minha mãe, pra machucar ela, desde os meus nove anos, entrei pra o crime novo, não tive infância, como eu posso falar, não brinquei né, como eles falam, não tive minha infância, minha infância mesmo foi desperdiçada na vida do crime, tô e agora com 16 anos, vou fazer 17 agora dia 20 de dezembro, fazer 17 anos e penso em mudar de vida, agora que nossa senhora, já cansei, cansei de fazer a minha mãe chorar, acompanhar o sistema, uma hora cansa, você cansa de ficar repetindo a mesma, os mesmos erros, a mesma coisa, e eu mesmo quero sair mais rápido né, eles aqui também, arrumam emprego, dá oportunidade procê, procê sair da vida do crime, eu mesmo não vou desperdiçar essa oportunidade que eles dá aí não, eu já vou abraçar, sair do crime mais rápido possível e vida que segue né, porque, cansei.

Sobre sua vida familiar, Diego diz que nasceu no Aglomerado da Serra e que ele, assim, como sua irmã são filhos adotivos. Conta que sua mãe o adotou quando tinha apenas 5 dias de vida. O acolhimento por esta família possibilitou que o adolescente acessasse uma bolsa de estudos em uma escola particular da cidade, ligada a uma universidade em que seu pai adotivo trabalhava.

Pagava, e pra mim ela não pagava não, só pra minha irmã, porque lá eu tinha bolsa, porque meu pai trabalhava na [Universidade Particular], lá na [Universidade Particular] lá eles dava bolsa. Aí eles foram lá e me inscreveu lá no Santa Maria com essa bolsa, eu fiz a prova e passei, e minha irmã ainda estuda lá.

No entanto, ao iniciar seu envolvimento no bairro em que morava aos 9 anos, parou de estudar. Esse ponto é particularmente relevante porque a interrupção escolar ocorre apesar de sua inserção em uma escola particular. Mesmo com recursos institucionais potencialmente superiores, a escola não se apresenta como ator capaz de detectar, sustentar vínculo e mobilizar respostas efetivas diante de um processo de captura precoce pelo tráfico. Nesse registro, conta que foi admitido no tráfico de drogas como olheiro ou atividade função responsável por alertar aos vendedores sobre a aproximação da polícia e pela qual recebia 200 reais por dia. Segundo o adolescente ganhava esse valor “porque eu era tipo cria de lá, os caras me pagavam duzentos real”, o que indica um pertencimento territorial simbólico e uma naturalização deste tipo de trajetória entre os jovens desse local, que habilita sua inserção em um circuito paralelo de socialização (Catalano; Hawkins, 1996; Lyra, 2013; Malvasi, 2012). Sob a lente da associação diferencial, a categoria “cria” opera como marcador de pertencimento e confiança: ao ser reconhecido por pares e superiores, Diego aprende precocemente rotinas, normas internas e recompensas do tráfico, internalizando definições favoráveis à prática infracional.

Conta que trabalhava todos os dias da semana de sete da manhã às onze da noite, uma jornada de 16 horas diárias. Assim, o envolvimento precoce de Diego impacta de maneira significativa a dinâmica familiar e aparece, em sua narrativa, como elemento associado à separação de seus pais adotivos. O que emerge com maior nitidez é a atuação residual da figura paterna, caracterizada pela ausência do cuidado cotidiano, pela não contribuição financeira e pelo rompimento do vínculo em contexto de crise.

Percebe-se, na narrativa do adolescente, que a mãe adota uma postura ambivalente diante de sua trajetória infracional — ambivalência que não decorre de conivência, mas do dilema estrutural enfrentado por mulheres que concentram a responsabilidade pelo cuidado em contextos nos quais as alternativas institucionais de proteção se mostram frágeis, inexistentes e mesmo contraproducentes (Paz, 2022). Longe de indicar tolerância normativa com o envolvimento infracional, essa ambivalência expressa o limite das possibilidades de ação da mãe, que se mantém como a principal — e muitas vezes única — instância de vínculo, proteção e pertencimento disponível ao adolescente.

Dessa forma, é preciso ter em mente que em contextos como o analisado, a maternidade não é apenas uma relação afetiva, mas, em muitos casos, uma posição social marcada pela concentração de responsabilidades, pela ausência de corresponsabilização

paterna e pela expectativa moral de cuidado incondicional. Nessa configuração, o não abandono do filho não é uma escolha entre alternativas, mas uma obrigação socialmente imposta.

E ele tá casado com sua mãe ainda?

Tá não, ele divorciou por causa de mim, é porque eu entrei na vida do crime.

E sua mãe aceitava?

Minha mãe, não é que ela aceita, né? Querendo ou não, minha mãe não é que aceita e também não é que deixa, né? Porque ela agora fala, não vai me abandonar, né zé? Zé não, desculpa, ela: não vai me abandonar. Então ela é tipo, meio que não aceita e meio que aceita, né?

Diego, conta que aos 11 anos começou a atuar como vendedor, demonstrando que mesmo muito jovem, já possuía a confiança de seus superiores no tráfico. Trabalhava todos os dias da semana de oito da manhã as dez da noite e recebia um bomba, isto é, uma quantidade de drogas no valor de R\$1.250,00 e que desse valor recebia R\$200,00. Chama a atenção que sua primeira passagem se deu aos 11 anos, idade na qual o ECA prevê a que sejam instituídas apenas medidas protetivas, sendo as medidas socioeducativas possíveis apenas a partir dos 12 anos. Ao assumir a culpa para proteger um parceiro mais velho, Diego indica, desde muito cedo, a incorporação de valores internos ao mundo do crime, como a lealdade (Lyra, 2013; Zaluar, 2004). Além disso, o episódio é revelador da forma como instituições de proteção podem operar como dispositivos de culpabilização das famílias e especialmente das mães (Paz, 2022). Em vez de estruturar respostas de cuidado e apoio, o Conselho Tutelar aparece na narrativa como instância que ameaça a guarda e responsabiliza a mãe, deslocando o foco do suporte para a punição.

Aí eu comecei a vender droga. Aí com 11 anos os caras já começou a soltar droga na minha mão pra mim vender, eu comecei a vender, aí eu fui lá e fui preso com 11 anos, os policia pegou à paisana, que é quando eles vai ser uniforme, pegou eu e mais um mano que era de maior aí como eu era de menor, eu assumi tudo e eles me levou lá pro Conselho Tutelar, aí lá eles queriam até tirar a guarda da minha mãe porque eles já tipo aproveitou que eu era adotado e pá, já queria tipo tirar a guarda da minha mãe, não conseguiu não. Aí nisso, minha mãe mudou lá pro Vista que os policiais já estavam me vendo demais.

Assim, a mudança de bairro pode ser interpretada como uma estratégia defensiva acionada pela família, voltada tanto à redução da exposição imediata do adolescente à

vigilância policial e a abordagens violentas quanto à contenção dos estigmas associados ao envolvimento juvenil com o tráfico, de modo a impedir que esses estigmas se projetem sobre o conjunto da família. Trata-se de uma prática recorrente em contextos marcados pela criminalização seletiva de jovens negros e periféricos, ainda que, como mostra a trajetória de Diego, tal deslocamento territorial raramente seja suficiente para interromper circuitos infracionais já consolidados. Isso ocorre porque a mudança de bairro, ao mesmo tempo em que rompe vínculos e redes pró-sociais previamente existentes — centrais para a eficácia coletiva e para o controle social informal —, não garante a inserção em contextos territorialmente mais organizados; ao contrário, quando o território de destino também é marcado pela presença de grupos desviantes, o deslocamento tende a expor o adolescente a novas redes e interações favoráveis à associação diferencial, reproduzindo ou reconfigurando trajetórias infracionais já em curso.

Neste novo local, conta que através de um primo, que era gerente do tráfico, passou a atuar entregando drogas para os vendedores e recolhendo o dinheiro. Nesta função trabalhava dia sim e dia não, recebendo R\$1.500,00 por dia trabalhado. Portanto, a mudança residencial contribuiu para a melhoria de sua inserção na hierarquia do tráfico, já que o adolescente passou a ganhar mais do que na experiência anterior. O esquema de trabalho em plantões também demonstra um nível de organização e profissionalização da atividade semelhante aos observados no mundo do trabalho formal (Lyra, 2020; Malvasi, 2012). Este enquadramento também explicita a força das redes de pares na inserção e reinserção de adolescentes como Diego no tráfico de drogas.

Aí foi lá e minha mãe foi lá e mudou pro Vista. Pro Vista do Sol, aí ela perguntou se eu queria ir com ela, eu falei que eu ia né, que eu era muito colado com a minha mãe, mesmo no corre eu era muito colado com ela, aí eu falei aos caras que eu ia sair de lá, os caras foram lá e falaram que era isso mesmo, que minha mãe mudava e eu fui pro Vista do Sol, aí no Vista do Sol tem um primo lá que ele é gerente, ele foi lá e ele chamou eu pra vender pra ele, aí eu comecei a vender pra ele também.

Diego narra que aos 15 anos já ocupava a posição de gerente no tráfico de drogas. Trata-se de uma posição de responsabilidade e liderança, o que sinaliza um processo de reconhecimento dentro do mundo do crime e maior visibilidade perante a repressão policial. Também é possível supor que sua entrada precoce no tráfico de drogas pode ter sido um fator importante para acelerar seu envolvimento e sua ascensão dentro da

hierarquia (Lyra, 2020; Martins, 2020; Bortolozzi, 2014). É interessante observar em sua narrativa que o reconhecimento da sua posição não vinha apenas do mundo do crime, mas também do Sistema Socioeducativo que o identificou como “chefe do tráfico”, o que pode ajudar a cristalizar identidades desviantes e reforçar estigmas que podem ser um fator dificultador na ressocialização dos adolescentes (Misse, 2008). Esta passagem pelo Sistema Socioeducativo, também não se traduziu em uma ruptura com a trajetória infracional, mas em uma nova mobilidade territorial do adolescente.

Eu fiquei no Visto uma boa cara, até completar meus 15 anos. Aí eu rodei lá no Vista lá como gerente do tráfico, aí minha mãe ficou com medo, né, porque os policial toda hora batia lá na casa dela.[...] É, aí eu fui pro Ceip, que é o São Benedito, eu fui pra o São Benedito, no São Benedito, igual eu falei, eles colocou que eu era o chefe do tráfico do Vista do Sol, eles me perguntou muita coisa, aí eles foram lá e me mandaram, eu passei no Liberdade.

Qual centro você foi?

São Luiz. Aí eu fui lá e foragi, fiquei foragido, aí eu nem falei pra o meu primo que não dava pra ficar lá não, que eu tava sendo muito visto, ainda mais foragido, eu fui e fui lá pro Cabana, que o mano tinha me indicado eu lá, aí foi lá foi a mesma coisa lá da Serra.

Em função do seu envolvimento, a polícia passou a representar um risco, não só para o adolescente, mas também para sua família, de modo que Diego decidiu se estabelecer em um outro território por indicação de amigos. Com recursos acumulados ao longo do tempo através de seu envolvimento no tráfico de drogas o adolescente adquire um imóvel. Este evento aponta para a transição para a “vida adulta” na qual o adolescente adquire precocemente autonomia e responsabilidades (Dayrell, 2007, Cardoso, 2015). Também demonstra como o próprio mercado imobiliário informal é medido pelas redes do tráfico de drogas e acabam funcionando como um prolongamento da economia do mundo do crime (Feltran, 2008). É interessante observar na fala do adolescente a repetição de um roteiro já vivenciado anteriormente: neste novo território, inicia como olheiro até galgar novamente o posto de vendedor. Isto indica que a carreira no tráfico possui um script consolidado e previsível. Esse “script” é também um mecanismo de aprendizagem social: regras de entrada, prova de confiança e ascensão são transmitidas e reforçadas em interação com pares e superiores.

Conta que como vendedor ganhava entre duzentos e duzentos e cinquenta reais por “bomba”, trabalhando também dia sim e dia não de oito às oito. Além disso, chama a

atenção nas palavras do adolescente que este novo território parece ocupar um lugar de prestígio dentro da lógica do tráfico em função da qualidade da droga comercializada.

Isso. Aí tipo, mesmo mudando os policial continuaram batendo lá na casa da minha mãe, aí ela foi lá e falou comigo, não dá não, você vir pra cá, vai ser meio arrisca pra você eu falei, então é isso mesmo, fui lá e comprei uma casinha lá no Cabana pra mim, tô lá até hoje.

[...] Quanto que foi a casa que você comprou?

Eu comprei na mão tipo de um noiado. Eu paguei, sete, sete mil.

Sete mil, e aí ele pegou o dinheiro ele fez o que com o dinheiro?

Dinheiro e droga que ele pegou. [...] Tipo metade, metade. Quatro mil ele pegou e cinco mil de droga.

[...] Agora que eu tô aqui foi por causa lá no Cabana.[...] Foi, aí foi a mesma coisa da Serra. Eu comecei lá de olheiro, aí de olheiro eu fui pra pista, pra a pista assim que eu falo correr com a droga, e to lá correndo até agora. [...] No Cabana vende droga demais. [...] Porque lá é o produto né, lá é o melhor produto que tem.

Lá é o melhor, e os outros não eram?

Não. Querendo ou não o Cabana também é falado demais né, por causa da cocaína.

Sobre o dinheiro que ganhava, o relato de Diego é interessante já que revela que sua mãe o ajudou a organizar uma poupança e que esta aceita sua contribuição financeira. O fato de o adolescente guardar uma parte do dinheiro, demonstra a existência de uma estratégia de estabelecer um mínimo de estabilidade futura diante da efemeridade dos lucros proporcionados pelo tráfico. Ao mesmo tempo, a participação materna nessa organização não deve ser lida como adesão normativa à trajetória infracional, mas como uma forma de gestão do cuidado, em um cenário no qual a mãe concentra responsabilidades de cuidado e dispõe de baixa margem institucional de proteção. Nessa chave, a circulação do dinheiro no espaço doméstico aparece menos como “conivência” e mais como um arranjo pragmático para reduzir danos, lidar com urgências materiais e preservar vínculos. Na própria narrativa de Diego, o apoio à mãe — “guardar”, “ajudar”, “dar uma casa” — também opera como mecanismo de reparação moral, pelo qual ele tenta compensar o sofrimento que reconhece causar e conferir legitimidade afetiva à sua ação. Além disso, o consumo também aparece em sua fala como uma dimensão de afirmação de *status* e construção de identidade nos contextos em que transita.

E o dinheiro que você ganhava? Você fazia o que com o dinheiro?

Tipo, metade, a minha mãe abriu uma conta no banco pra mim, metade eu gasto e metade ele vai pra o banco, querendo ou não eu também tenho meus gastos, tipo meu, da minha mãe, eu dou dinheiro pra ela, eu ajudo ela, aí a maioria vai pra o banco.

E esse dinheiro seu tá guardado hoje?

Tá.

Você sabe mais ou menos quanto você tem lá?

Mais de quinze mil, se deus quiser, né.

E você pretende fazer o que com esse dinheiro?

Ah, primeiramente eu vou dar uma casa, quando eu sair daqui, dar uma casa pra minha mãe. O resto eu vou deixar lá, e vou juntando de novo

E aí você falou que entrou por dinheiro, por fama, então, mas mesmo assim você sempre guardou um pouco? E gastou o outro restante. O que você gastava? Você gastava com o que?

Festa, comida bastante, com minha mãe, minha irmã roupa, tênis, já tive uma moto, que eu monto assim, que eu falo assim que é de leilão.

Se o tráfico é capaz de proporcionar ganhos, também proporciona a exposição a situações de risco. Neste sentido, Diego relata que durante sua trajetória infracional chegou a vivenciar situações de trocas de tiro e que com o dinheiro do tráfico chegou a adquirir uma arma de fogo, mesmo sem ter conflitos, o que evidencia a posse deste instrumento como um meio de afirmação de masculinidade e poder (Zaluar, 2004; Lyra, 2013). A ideia de que possuir uma arma também figura como um meio de autodefesa, o que indica a existência de níveis profundos de desconfiança em um contexto em que muitas vezes predomina a lógica da competição e da sobrevivência individual (Bortolozzi, 2014; Costa; Barros 2019).

Aí... Já tive um revólver.

Você andava armado quando estava na pista?

De vez em quando.

Por que de vez em quando?

Porque eu mesmo não tinha guerra, não tinha nada, isso aí eu comprei mesmo só pra ter.[...] Pra minha segurança também.

Pra segurança, mesmo que você não tenha ameaça nem nada.

É, querendo ou não, não vou ficar confiando nos outros né, na vida do crime assim você pensa que você tem um amigo, mas você não tem não.

Entretanto, principal risco destacado por Diego tem como vetor a polícia. Na sua narrativa, a violência policial aparece como algo naturalizado e mesmo inevitável. Neste contexto, a violência é instrumentalizada de maneira ilegal por agentes do Estado como forma de obter informações ou como forma de tomar aquilo que os adolescentes conseguem adquirir com o dinheiro do tráfico. Neste contexto, Diego conta já ter perdido dinheiro, uma arma, um carro, três motos e diversos celulares para policiais. Esse padrão de abordagem e expropriação reforça a fragilização do controle formal como instância de proteção, convertendo-o, na experiência do adolescente, em um dispositivo violador de direitos.

Tem diferença entre de noite e de dia?

De dia é mais lombrado, você vê, os outro te vê mais né, a noite é mais tranquilo.

É mais tranquilo?

É, querendo ou não tem as bruxarias que eles faz né, os polícia.

Que tipo de bruxaria? Como assim?

Bruxaria lombrada. Aí mesmo eles já aproveita também que de noite já não tem, não tem aquele movimento, aí já escama né, já vai pra escamar.

Essa questão do tráfico, assim, já deixou uma marca em você, você já apanhou?

Nunca, só dos homens.

Nas abordagens. E ele batia pedindo alguma coisa ou só batia e te levava pro CIA?

Batia e pedia alguma coisa, mas eu sempre fui tipo, como eu sou de menor, eu nunca fiz nada pra polícia não.

Você nunca prometeu nada pra dar pra eles? O que eles pediam?

Arma, droga, pra mim entregar meu patrão, meu gerente.

Ele te batia pra você entregar o patrão?

Nossa senhora, demais. Eu já tomei bicada. Deu uma bicada, uma coronhada.

[...] E aí a polícia levou e você perdeu? Então você perdeu muita coisa pra polícia.

Nossa senhora.

Ao refletir sobre o trabalho no tráfico de drogas, Diego diz que este não faria discriminações de gênero ou promoveria os indivíduos com base nos laços estabelecidos.

Assim, segundo a fala do adolescente, o que existe é um sistema meritocrático no qual o processo ascensão se baseia na categoria “responça”, ou seja, no compromisso, na confiança e lealdade para com a organização. No entanto, parece haver uma racionalidade das organizações associadas ao tráfico de drogas no que tange aos critérios para entrada. A preferência por adolescentes não se dá apenas em função da sua disponibilidade, vulnerabilidade ou “responça”, mas especialmente como uma estratégia de redução de riscos. O menor tempo de punição dados aos adolescentes em comparação aos adultos, associado ao não cumprimento de medidas em meio aberto e a possibilidade de evasão das medida de semiliberdade são instrumentalizados como parte do cálculo do negócio e dos próprios adolescentes (Martins, 2020; Malvasi, 2012, Costa; Barros, 2019). Diego, por exemplo, conta ter recebido duas medidas de Liberdade Assistida que não cumpriu, além de várias evasões de medidas de Semiliberdade. Desse modo, a punição se torna parte de um ciclo esperado e natural.

Tem mulher no tráfico?

Tem, nossa, tem demais.

Vendendo? Na pista? De olheiro?

Na pista, de olheiro.

Então não tem diferença se é mulher ou homem? Todo mundo que quiser entrar, consegue entrar? E essa mulher, se ela estiver sozinha ela consegue ir lá? Vender droga? Ou ela precisa conhecer alguém, ser namorada de alguém?

Não, igual eu falei cê ir lá, ficar na atividade um tempo, como olheiro, e lá eles vai definir se eles vão dar uma oportunidade pra você na rua.

E tá, aí você falou assim, então pra entrar é isso, você chega, mostra serviço, fica lá de olheiro um tempo e vai subindo?

É, e nisso aí os caras vai ver se vai te dar oportunidade, se vê que você é homem de responça ou uma moça de responça.[...] Eles gosta mais de colocar de menor né, porque de menor é isso aí, 3 mesinhos, tá na rua de novo, agora de maior eles coloca, mas é meio difícil.

Neste contexto, a fala de Diego sobre a medida que cumpria no momento da entrevista expressa uma série de contradições. Em um primeiro momento diz estar gostado da medida de internação e das oportunidades que ela possibilita, no entanto, a expressão “entre aspas” indica certa hesitação do adolescente sobre a real eficácia da medida. Também é interessante, o fato de se colocar como um objeto a ser alvo de uma

transformação e não como um sujeito ativo deste processo, o que pode indicar um baixo engajamento com a medida socioeducativa (Almeida, 2016). Ademais, o adolescente adota uma postura irônica e provocadora ao nomear a unidade de internação como “colônia de férias”, ou seja, um lugar de descanso e conforto, em contraste com a vida violenta e instável das ruas e dos territórios por onde transitou e do sistema prisional adulto.

Pra mim, ah pra mim até então tô gostando, assim, entre aspas né, que vai mudar eu de vida que aqui eles dá muita oportunidade, nesse olhar pra mim ela é boa.

E qual que é o lado ruim?

Ah. Você tá atrás das grades.

Você chama isso aqui de que?

Isso aqui pra mim é, com todo respeito, isso aqui, eu não falo que é uma cadeia não viu.

Não é cadeia? Você chama de que então?

Colônia de férias.

Colônia de férias? Por que você não acha que é uma cadeia?

Ah, não, muita mordomia.

Você acha que tem muita mordomia?

Televisão de 42 polegadas.

Sobre as oportunidades proporcionados pelo Sistema Socioeducativo, quando perguntado a respeito dos planos de trabalhar em outra coisa e sobre os cursos profissionalizantes oferecidos, o adolescente revela já ter realizado um curso de cabeleireiro enquanto cumpria uma medida de semiliberdade. A realização deste curso é descrita como fruto de um interesse pessoal e como possível alternativa a trajetória infracional. Apesar disso, a realização de cursos profissionalizantes também aparece como meio de encurtar o tempo da medida socioeducativa, o que revela o conhecimento das regras que regem essas medidas e uma postura pragmática do jovem em relação a elas.

Você já pensou em trabalhar uma coisa, outra coisa, fora do tráfico?

Já, de cabeleireiro.

De cabeleireiro. Já fez curso de cabeleireiro?

Já.

Gostou?

Gostei.

Você fez aonde?

Na semi.

Era um curso que você queria fazer?

Uhum.

Ou era um curso que falaram pra você fazer?

Eu sempre quis isso. Eu sempre gostei dessa área de cabeleireiro.[...] Eu fiz já o IRV. [Curso de preparação para o mercado de trabalho]

IRV?

É, e tô fazendo de informática.

De informática, você tá gostando do curso?

Do informático eu já tenho três, né? Que eu já tinha feito na Serra o básico, o Word e o de experiência.

Você tá gostando então?

Tô.

Foi algo que você queria fazer ou algo te falaram pra fazer?

Não, eu quis falar de curso aí eu tô fazendo também que é bom né.

Porque é bom. É bom pra quê?

Pra ir embora mais rápido.

Você acha que você fazer curso você sai mais rápido?

Não é que sai mais rápido, é que também faz parte do eixo da medida.

Ainda que Diego, mantenha uma postura pragmática quanto aos cursos oferecidos no contexto da medida socioeducativa que cumpria, em sua fala, esta aparece como um espaço para a reflexão pessoal. Assim, a ideia de “mudar de vida” aparece como uma questão de vontade individual, que pode tanto ser lida como uma internalização de um discurso institucional como do reconhecimento de si próprio como sujeito de sua ressocialização (Almeida, 2016). Dessa maneira, o adolescente traz o sofrimento que causou a mãe como uma motivação para mudar seu comportamento e qualifica a saída do tráfico como algo fácil que dependeria apenas de “não estar devendo” e querer sair. Apesar do discurso, o adolescente não elabora de forma estruturada um projeto de vida claro que passa pela desistência de sua trajetória infracional.

O fato de você ter vindo pra cá, mudou alguma coisa na sua vida? Seu pensamento?

Mudou não. Só deu mudar de vida mesmo.

E o que que precisa pra mudar de vida?

Você querer.

Você quer?

Quero demais.

Você tem vontade de continuar no tráfico?

Ah. Tem mais não, cabô a graça.

Cabô a graça? Por que cabô a graça?

Cabô a graça, cansei de fazer a minha mãe chorar, muita decepção que você traz pra família.

[...] E é fácil sair?

Ah. Pra mim é fácil.

O que que você precisa fazer pra sair?

Eu mesmo não tá devendo os outros. E eu mesmo falar que eu quero sair.

E se você chega lá e falar assim, eu quero sair, não tô afim mais disso, eles topam de boa?

É. Eu não tô devendo, agora se você tiver devendo, aí é difícil.

A trajetória de Diego evidencia um padrão de entrada muito precoce e de continuidade no tráfico de drogas, sustentado por processos de aprendizagem social no interior de redes territoriais e por respostas institucionais incapazes de produzir ruptura. Apesar da presença de vínculos familiares afetivamente significativos, especialmente com a mãe, e do acesso pontual a oportunidades no sistema socioeducativo, tais recursos operam de forma limitada diante de uma socialização infracional em desenvolvimento. Assim, o caso revela os limites das estratégias familiares e institucionais de proteção em contextos de fragilização do controle social, nos quais a desistência permanece mais como discurso e expectativa do que como trajetória efetivamente viabilizada. Na sequência, será analisado um outro ideal de trajetória, no qual o envolvimento com o tráfico não se inicia de forma tão precoce, mas se apresenta como uma tentativa de afirmação identitária, pertencimento e conquista de status

6.2.2 Ricardo: Tráfico como busca de pertencimento e *status*

Este tipo ideal se caracteriza por trajetórias em que o envolvimento no tráfico de drogas se dá sobretudo, por reconhecimento, pertencimento e construção de uma identidade valorizada no território. São trajetórias frequentemente atravessadas por vínculos familiares fragilizados diante de eventos como conflitos domésticos, mortes ou prisões de genitores e irmãos e reconfigurações de diversos tipos, nas quais os adolescentes experimentam, sentimentos de rejeição e experiências de desvalorização no ambiente familiar ou escolar.

Nessas condições, o tráfico surge como um espaço capaz de oferecer aquilo que outros espaços sociais — como a família, a escola ou o trabalho — não foram capazes de prover: visibilidade, respeito, prestígio e a sensação de fazer parte de um coletivo (Lyra, 2020; Malvasi, 2013). A identificação com este coletivo pode ser tão grande que alguns adolescentes no contexto pesquisado possuem tatuagens relacionadas ao universo simbólico do tráfico e se referem ao “dono da boca” como “paizão”. O uso desse termo revela que o tráfico não oferece apenas uma alternativa econômica, mas também cumpre funções simbólicas e afetivas, sendo uma instituição paralela de socialização, pertencimento e suporte nas periferias. Outra dimensão do pertencimento e apoio mútuo entre os jovens e o tráfico de drogas pode se dar na forma de ajuda financeira por parte de membros da organização na qual estão inseridos, o que pode acabar servindo como um mecanismo de estreitamento de vínculos com o mundo do crime (Feltran, 2008; Lyra, 2020; Zilli, 2015).

Os relatos que estruturam este tipo destacam o papel do tráfico como espaço simbólico de produção de masculinidade, onde o exercício da autoridade, o uso da força, a circulação de dinheiro e o acesso a bens de consumo e a drogas são elementos centrais para a construção de *status* (Zaluar, 2004; Lyra, 2013). Nesse contexto, a exposição à violência e aos riscos advindos da dinâmica do tráfico de drogas, como os prejuízos e múltiplas institucionalizações, são naturalizadas como “parte do jogo”. Assim, o que move essas histórias é busca por “ser visto” e por “ser respeitado” (Anderson, 2000). Essa busca se expressa, em primeiro lugar, naquilo que os próprios adolescentes definem como “*fama*” — ser reconhecido no território, ser alguém que todos conhecem e que, por isso, é tratado com deferência, respeito ou temor. A construção dessa visibilidade tem uma

função defensiva: não ser mais alvo de humilhações, de bullying, de exclusões, mas, ao contrário, ser capaz de intimidar potenciais agressores, inverter hierarquias e, de certa forma, “blindar-se” simbolicamente e fisicamente dentro do território. Além disso, essa lógica do “*ser visto*” está profundamente imbricada com a dimensão da sexualidade e das performances de gênero. O tráfico permite, muitas vezes, o acesso a parceiros ou parceiras, a conquista de namoradas — algo que, na experiência anterior, era negado ou dificultado pela posição de inferiorização social. Ter uma namorada, ser desejado, ser pai — todos esses elementos aparecem nas narrativas dos adolescentes como marcadores de prestígio, de maturidade e de conquista de um lugar social (Cardoso, 2015; Dayrell, 2007; Ximenes Neto *et al.*, 2007; Oliveira-Monteiro *et al.*, 2011; Garay *et al.*, 2018; Luz; Berni, 2010). Contudo, esse pertencimento pode ser tensionado por relações permeadas por desconfiança, rivalidades internas e riscos constantes de violência, prisão ou morte, o que muitas vezes faz com que o jovem oscile entre a fascinação pelo prestígio e a percepção crítica dos custos envolvidos.

A imagem que ilustra este tipo ideal é a história de Ricardo. Sua entrada no tráfico surge menos por necessidade material e mais como resposta à busca por reconhecimento, visibilidade e valorização simbólica. Marcado por experiências de rejeição familiar e bullying, o tráfico aparece como um espaço capaz de oferecer respeito, *status* e pertencimento, substituindo a escola e outros vínculos fragilizados. A lógica do “*ser visto*” e “*ser respeitado*” se manifesta no consumo ostentatório, na valorização da “fama” no território e na rejeição às funções de menor prestígio dentro da dinâmica do tráfico. Apesar do cansaço com as sucessivas passagens pelo sistema socioeducativo e da iminente paternidade, sua relação com o crime permanece atravessada pelo desejo de interromper sua trajetória infracional e os ganhos simbólicos e materiais proporcionados pela atividade.

Quando a entrevista foi realizada, Ricardo era um adolescente de 18 anos que estava cumprindo medida socioeducativa em meio fechado. Conta que mora em um dos bairros da L4 desde que nasceu com sua mãe, que no momento da entrevista estava desempregada, mas já havia trabalhado em um restaurante e como cuidadora de idosos.

O adolescente situa o início de sua trajetória infracional no tráfico de drogas como uma resposta a vivência de uma experiência em que se sentiu preterido dentro de suas relações familiares. O fato de sua mãe lhe negar um corte de cabelo e o oferecer ao padrasto é assim apresentado como símbolo da ausência de reconhecimento de suas necessidades dentro de sua rede primária. Dessa forma, sua decisão de entrar para o crime pode ser interpretada como uma forma de responder a esse contexto e não como algo diretamente ligado a uma necessidade econômica.

Ah, eu pedi minha mãe, quando eu era mais novo, pedi minha mãe um corte de cabelo, ela não me dava mas dava pro namorado dela. Eu falei que? Eu vou é entrar pro crime.

Ricardo inicia sua trajetória infracional aceitando o convite que já tinha sido realizado por seus pares. Assim, três pontos se destacam em sua fala. Em primeiro lugar, está a existência de redes de sociabilidade em seu território que funcionam como espaços de socialização primária e como um elemento facilitador do ingresso no mundo do crime (Catalano; Hawkins, 1996). Em segundo lugar, Ricardo busca reforçar que apesar do convite, sua entrada no tráfico de drogas se deu como uma escolha afirmada, sugerindo uma procura consciente por pertencimento e valorização simbólica (Malvasi, 2012; Lyra 2013). Em terceiro lugar, sua fala revela a facilidade com a qual a estrutura do tráfico incorpora novos membros, indicando um baixo grau de exigência para a entrada, a não ser, questões associadas à confiança, elemento construído através das redes de sociabilidade do território e pré-existentes ao envolvimento (Feltran, 2008).

E quando você entrou no tráfico a primeira vez? Como foi? Foi você quem quis? Alguém te chamou?

Ah, tinha uns amigo me chamando. Mas, tipo assim, foi porque eu quis mermo.[...] Eu desembolei com o moço. Aí, eu pedi para mim traficar e aí ele falou: “amanhã você vem aí”. Você tá na pista. Eu piei e cheguei traficando.

Ao ingressar no tráfico, Ricardo abandona a escola na 7ª série do ensino fundamental aos 16 anos. Apesar do abandono tardio do espaço escolar, sua idade incompatível com a série e sua fala sugerem sua desconexão com este universo tido como

“chato” pelo adolescente. Desta feita, o tráfico passa a substituir a escola como um espaço que oferece uma possibilidade mais tangível de pertencimento e reconhecimento.

Você gostava de estudar? Não? Por que você não gostava de estudar?

Era chato.

Era chato? Você entendia as matérias, ou os professores eram chatos?

Ah, não entendia muito não.[...] Eu aprendi só a ler e escrever.

Aí você largou escola?

Larguei a escola.

Com quantos anos?

Uns 16 anos de idade.

Você parou em que ano?

7°.

E por que você parou estudar?

Por causa do tráfico de droga.

Ricardo pontua que sua mãe atuou no sentido de não permitir o seu envolvimento com o tráfico de drogas, o que resultou em uma interrupção momentânea de seu envolvimento. No entanto, esta tentativa de controle se viu prejudicada com a saída de seu irmão da prisão, levando o adolescente a se engajar novamente no tráfico de drogas (Catalano; Hawkins, 1996). Dessa forma, a figura de seu irmão funciona como modelo a ser seguido, influenciando a trajetória do adolescente. Assim, Ricardo conta que após o irmão sair da cadeia, ambos começaram a traficar no Aglomerado da Serra. Ele trabalhava de dia, de seis da manhã até as 6 da tarde, enquanto seu irmão trabalhava no período noturno.

Você começou no dia seguinte?

Foi. Aí, minha mãe lombrou eu. Aí, eu dei um tempo.

Ela tentou te tirar?

Tentou, mas não conseguiu. Se só cora adiantasse, nós não tava ai revoltado na vida.[...] Esperei meu irmão sair da cadeia e fui junto com ele.

Ah, seu irmão já tinha um envolvimento. Você tem um irmão mais velho?

Tenho, ta preso.

Que ta preso. Mas ele tinha um envolvimento com o tráfico ou roubo?

Tráfico.

Sobre sua inserção no tráfico, Ricardo relata que inicialmente assumiu a função de olheiro ou “atividade” junto de seus primos. Sua fala é reveladora sobre o *status* das funções dentro da hierarquia do tráfico. Apesar da função de atividade aparecer como uma porta de entrada na estrutura da organização, a fala de Ricardo a retrata como algo reservado aos “noiados”, ou seja, aqueles que fazem o uso excessivo de drogas e que se envolvem justamente para manter o consumo. Dessa maneira, o movimento no sentido de galgar a posição de vendedor, que envolveu a mudança de local de envolvimento, revela que além da busca por maior remuneração, o adolescente procura por um maior *status* no contexto em que se insere.

Você já começou assim, vendendo? Você chegou a ser aquele que olhava, o que avisa da polícia ou não? Você já chegou vendendo.

Já fiquei... Já fiquei avisando dos polícia já lá no aglomerado da Serra. Mas isso daí é xaina, sou mais traficar memo.

Você prefere? Por que?

Traficar você ganha mais do que ficar na atividade. Atividade os caras tiram o cê como noiado.

Você ganha quanto?

500 reais por dia. [...] Eu fazia isso num dia.

Você fazia isso num dia? Aí você pediu para mudar? Você pediu pra sair de lá e ficar vendendo.

Eu ficava na atividade lá Serra com meus primos. Aí eu peguei mudei pro Alto do Vera Cruz

O adolescente relata então aspectos da dinâmica organizacional do tráfico de drogas a partir da sua experiência. Além das funções de “atividade” e vendedor, a existência de outras funções distintas dedicadas a entrega de drogas e ao recolhimento do dinheiro revela a existência de uma estrutura organizacional complexa e segmentada (Malvasi, 2012; Lyra, 2020; Martins, 2020). Por outro lado, Ricardo diz sobre a possibilidade de guardar o próprio dinheiro e sua preferência por fazê-lo, transparecendo possuir um nível desconfiança em seus pares. Também é possível ler essa atitude como uma forma de manter certa autonomia e controle sobre a atividade que desempenha. Outro aspecto da dinâmica organizacional do tráfico relatado por Ricardo é a divisão dos

vendedores segundo o tipo de droga vendida. Essa divisão aparece tanto como uma forma de reduzir ou evitar os conflitos internos, como uma forma de diluir a carga de responsabilidade e volume de dinheiro por cada vendedor. Apesar disso, a preferência do adolescente por vender crack e cocaína, pode indicar que a maior rentabilidade obtida pela venda desses produtos também se converte em um *status* na hierarquia da organização.

Você só conhece o que te entrega a droga, que é o que você passa o dinheiro. É a mesma pessoa?

Não.

Então são pessoas diferentes.[...] Uma te entrega, e fala você vai vender...

E o outro recolhe a droga. Oh, e o outro recolhe o dinheiro. Quem recolhe o dinheiro é pista igual eu, só guarda dinheiro. [...] Eu mesmo posso guardar o dinheiro.

E aí? Depois que você guarda, você faz o que? Você entrega pra pessoa, você procura ela. Você marca em algum lugar, e aí você entrega pra ela?

Eu entrego lá memo, onde que nós atua.

E você acha melhor você guardar ou ter essa outra pessoa guardar?

Eu memo guardar.

Por quê?

Por que eu vou confiar nos outros?

E você acha que rola muita competição? Não competição, mas tipo assim, os caras acabam lá. Você tá vendendo mais do que ele, e aí quer atrapalhar a sua venda.

Não, um vende o pó e a pedra. E um vende o loló, o balinha e o skank.

Mas você falou que vendia tudo.

Não, tipo assim, se eu quiser vender tudo eu vendo. Mas é muita resposta, é muito dinheiro. Aí você junta, depois dá maior problema.[...] Eu vendia só o pó e a pedra, ou a balinha, o loló e o skank.

E você preferia vender o pó?

Pó e a pedra.

No que diz respeito à remuneração, Ricardo conta que recebia uma comissão em cima do volume drogas que comercializava, chegando a receber entre 500 e 600 reais por dia e repassando cerca de mil reais para seus superiores. O valor pago ao adolescente deriva da divisão dos produtos entre uma parcela que pertence à organização e uma parcela que pertence ao vendedor, o que funciona tanto como um incentivo aos

vendedores como uma instrumentalização do acesso e consumo como forma de engajamento na função (Martins, 2020; Lyra, 2013; Bortolozzi, 2014).

Mas aí você tirava 500 pra você e quanto ficava pro chefe?

A uns 1000.

1000? Aí você pagava para ele? Deixava o dinheiro e ia dando?

Tipo assim eu recebo 260, como eu tenho meu plantão, eu sou pista. Aí 30 é meu e 230 do moço, entendeu? Aí ganha mais do que nós. Mas por 30 real cada bomba nós consegue fazer 500, 600, porque lá vendia muito. [...] 4 vidrinhos de loló era seu. Um pó de 10 real era seu. E a maconha você tinha 8 dola sua, tem o crack, mas eu não uso crack né, mas era minha, pra mim vender, pra mim. Era três.

E você vendia tudo ou você usava um pouco também?

Eu não vendia tudo. Aí no final eu pegava um...

Um pouquinho?

É, um pó.

Aí você usava?

Usava.

O engajamento na função também exige a manutenção de um estado constante de vigilância, o que revela uma rotina permeada por tensão permanente. A atuação da polícia aparece como um risco que não está somente associado a possibilidade de uma sanção formal, mas também de punições internas. Assim, a obrigação de restituir o prejuízo causado à organização, sob pena de sanção física (“entrar na madeira”) ou expulsão do território, revela a existência de contratos tácitos internalizados de forma naturalizada pelo adolescente como uma ética própria da dinâmica de trabalho no tráfico (Zilli, 2015).

Você tem que ficar o tempo todo atento então?

É, por causa que qualquer coisinha os homi vem e cê tem que correr.

Mas aí tem gente para avisar?

Tem.

Tem. E se os homem vem, você corre? E o que você faz com a droga que tá com você? Você joga?

Não. Eu vou com droga e quando eu vejo que vou... que eu to vendo vou ir preso, eu jogo em algum lugar.

Você joga? E essa droga que você joga, você fica devendo ela, se você não acha?

Se você não acha, você fica devendo.[...] Se você não pagar, você vai ser cobrado. [...] Dá um prazo, se você aqui ó deve tanto se não pagar, você vai entrar na madeira ou sair do morro.

Dessa maneira, o fenômeno da violência atravessa a vivência do jovem mesmo antes do seu ingresso no tráfico de drogas. Ao contar sobre os conflitos existentes em seu território, Ricardo traz a lembrança de uma época em que as disputas na região interferiam na circulação das pessoas e o resultado delas podia ser visto na forma de cadáveres jogados em vias públicas. O adolescente narra então que no momento da entrevista o cenário do território era mais tranquilo, atribuindo isso a uma renovação da dinâmica criminal ocasionada pela morte da geração anterior de envolvidos. Apesar desta suposta tranquilidade, Ricardo narra que no período noturno os integrantes do tráfico trabalham armados e que há toda uma logística estruturada associada ao empréstimo de armas de fogo.

Agora tá tranquilo, mas antigamente quando eu era mais novo. O bagulho era doido.

Quando você era mais novo, tipo que idade?

Lá pras 15, 14, 15 anos. Quando eu era novinho mermo.[...] Tinha um toque de recolher né, de noite. Aí de madrugada você escutava só os barulhos.[...] Só os barulhos. Aí no outro dia ficava sabendo, corpo jogado no chão. Agora tá mais tranquilo.

Mas hoje não tem mais isso. Ficou mais tranquilo. Por que você acha que hoje é mais tranquilo?

Ah, a geração mudou, né? A maioria dos caras de antigamente morreu.

[...] Você andava armado quando você tava na pista?

Ah, tipo de dia, eles não deixava a arma com nós não, mas de noite deixa.

Por que que de dia não deixava?

Por causa que de dia é muito mais moiado do que de noite.

Eles emprestam ou você tinha?

Eles emprestam. [...] Depois quando quebrava o plantão, o plantão encerrava, nós entregava a arma, a droga.

O dinheiro que Ricardo ganhava por meio de sua atuação no tráfico era utilizado para aquisição de aparelhos celulares, bebidas, roupas, cortes de cabelo e tatuagens. Isto sugere que seus ganhos representam um meio de construir uma imagem, projetar *status* e assim encontrar um lugar de pertencimento junto a seus pares (Malvasi, 2012). O fato de

sua mãe recusar o dinheiro proveniente do tráfico coloca um limite que impede a legitimação familiar de sua trajetória infracional e sua inserção neste vínculo, o que pode ter sido um fator relevante para que Ricardo estreitasse mais suas relações com os pares envolvidos. Uma evidência disto pode ser observada na fala do adolescente, na qual revela que, mesmo cumprindo medida socioeducativa em meio fechado, continua recebendo apoio financeiro destes. Dessa maneira, é provável que este apoio acabe por reforçar o sentimento de pertencimento e a continuidade dos vínculos com o mundo do crime (Feltran, 2008).

O que você fazia com o dinheiro?

O que eu fazia com o dinheiro? Gastava... bebida, roupa, celular, que é mais em conta, cortava o cabelo.

Cabelo, tatuagem... E esse dinheiro você levava para casa ou não? Para sua mãe, assim?

Ah, como minha mãe não gosta do dinheiro do corre, ela não aceitava. Eu não levava não, ela não aceitava.

E você chegou a guardar dinheiro?

Cheguei. Aqui dentro os caras deixa eu forte, mas dinheiro para mim...

Não tá mandando dinheiro?

Ta mandando, os caras tão mandando dinheiro para mim.

Apesar dos ganhos aferidos e dos vínculos construídos dentro do tráfico de drogas, Ricardo conta que interrompeu sua trajetória no tráfico e começou a roubar em busca de maiores ganhos. Sua experiência com roubos acabou por gerar uma reflexão moral sobre a natureza desta atividade em contraste com o tráfico de drogas. O adolescente acaba por se sensibilizar com a condição vulnerável de suas vítimas, projetando sua própria mãe nessa posição. Isso contribui para que o adolescente revalorize o tráfico como uma atividade mais aceitável, evidenciando a construção de uma moralidade própria dentro da lógica do mundo do crime. Desse modo, o tráfico de drogas aparece como um espaço no qual é possível sustentar uma autoimagem que não tensiona seus valores morais (Lyra, 2013).

Comecei a envolver. Comecei traficando, depois parei de traficar, comecei roubar. E do roubo, eu voltei a traficar de novo.

Por que você parou do tráfico e foi para o roubo?

Porque o roubo dá mais dinheiro.[...] Eu fiquei... eu parei de roubar quando eu tinha 17 anos de idade.

Ah, então você conciliou o tráfico com roubo ao mesmo tempo ou não? Você parou um e fez o outro?

Parei de traficar e fui caçar só roubar. Fiquei só roubando. Fiquei uns 5, 6 meses roubando e depois fui preso. Aí saí e voltei a traficar.

E por que você saiu do roubo e voltou para o tráfico?

Ah, não. Porque lá eu tava roubando de muita gente que não tinha nada, né? Não tinha condição. Aí parei pra pensar imagina se fosse minha mãe. Aí preferi traficar.

Por conta de sua trajetória infracional, o adolescente conta que colecionou várias passagens pelo Sistema de Justiça Juvenil. Neste caso, o descumprimento das medidas em meio aberto e as evasões das medidas em meio fechado revela a não adesão por parte de Ricardo às intervenções socioeducativas e a incapacidade destas de provocar mudanças significativas em sua trajetória. Neste quadro, os cursos realizados pelo adolescente durante os períodos de cumprimento de medida aparecem mais como uma estratégia para ocupar o tempo do que como uma forma de abandonar a trajetória (Saraiva, 2024). Isso acaba por demonstrar a força simbólica do tráfico como espaço de pertencimento e continuidade da trajetória infracional do adolescente e a naturalização das passagens pelo Sistema de Justiça Juvenil como parte integrante dessa trajetória.

Eu tenho oito medidas no total. [...] Quatro provisórios, uma... Duas de semiliberdade e uma internação e um retorno de internação. É, retorno, que eu fugi daqui e voltei.

E por que você fugiu?

Ah, porque eu não quis ficar aqui mais não, agora to achando mais de boa.

[...] E quando você cumpriu a semi você terminou de cumprir?

Não, eu fugi também.

Das duas vezes?

Aham.

Você chegou a receber a medida de meio aberto?

L.A.

E você cumpriu?

Não.

[...] Dois tráficos? E o 157 você nunca foi pego?

Fui. Aí fiquei no provisório, fiquei vinte dias no provisório e fui liberado. Aí passou três ou quatro meses, fui preso no tráfico de novo. Aí eu fui liberado. Fui preso, passou um mês, fui preso de novo no tráfico. Ganhei L.A. No segundo, no terceiro tráfico. Foi no terceiro tráfico, eu ganhei semiliberdade. Fugi... Fiquei três semanas na rua, fui preso de novo. Aí fiquei um mês na rua, fui preso de novo no tráfico. Agora eu to aqui pagando os dois tráficos que eu fugi da semi.

Dois tráficos? E o 157 você nunca foi pego?

Fui. Um 157, fui preso, eu fiquei vinte dias no provisório.

Você já chegou a fazer algum curso profissionalizante?

Eu fiz um curso.

Profissionalizante? De quê?

Ah, não lembro [...] Quando não tinha nada pra fazer, eu ia no curso, né. Aí eles me dão o curso. Aí eu terminei o curso. Ganhei um benefício e fugi.

Ricardo conta que após uma das suas evasões começou a namorar e foi morar junto com a namorada e a sogra. Sua rotina passou então a se dividir entre sua atividade no tráfico de drogas e a casa da namorada, que não tinha envolvimento. No momento da entrevista, a namorada e a sogra eram figuras que apoiavam Ricardo no cumprimento da medida socioeducativa, ao contrário de sua mãe que optou por romper vínculos como o adolescente. É interessante apontar que, embora a namorada se posicione contra sua permanência no mundo do crime, Ricardo não demonstra vontade de seguir essa orientação. Dessa forma, apesar de experimentar uma experiência de fortalecimento de vínculos afetivos, o tráfico oferece ao jovem outras dimensões de pertencimento e emoção mais valorizadas pelo adolescente.

E quando evadiu você voltou a morar com a mãe?

Voltei, mas aí eu comecei a namorar. Aí a minha namorada me levou pra casa dela. Aí foi aí que ela tipo pediu pra namorar com ela. Aí eu ia embora e ela não me deixava ir embora. Eu ia só traficar e voltava pra casa dela.

Ela morava sozinha?

Mora com a mãe dela.

Ela é mais nova?

Ela tem 17, vai fazer 18 ano que vem.

Ano que vem, ela também é da atuação, do movimento?

Não.

E a mãe dela te recebia bem? Te tratava bem?

Me recebe. Ela e a mãe dela, vem aqui.

E mais alguém vem te visitar?

Só elas.

Sua mãe não vem não? Ela não gosta de vim?

Ela fala que não vai vir. Ela falou assim que eu entrei pro crime, que se eu fosse preso e ela não ia vim me visitar. Dito e feito.

[...] E ela [namorada] gosta de você ter?

Se ela gosta de eu ser assim? Não.

Ela fala para você sair?

Ela fala pra eu sair, ela manda uma carta para mim falando pra fazer as coisas mais certas. Mas tipo assim, eu como sou encapetado, não consegui. [...] Ah, não sei nem o que dizer que eu gosto da adrenalina, sou folgado.

Assim, ao refletir sobre as motivações para a permanência no tráfico de drogas, o relato de Ricardo revela a valorização simbólica do tráfico como estilo de vida, que provê não apenas ganhos econômicos, mas também um modo de vida desejável e excitante (Malvasi, 2012). Ao citar a “fama” como uma das dimensões associadas à sua permanência, o adolescente diz como tráfico operou uma transformação de seu *status* no meio onde vive: de alguém que era alvo de *bullying* na escola para alguém respeitado. Assim, o respeito advindo de seu envolvimento com o tráfico de drogas emerge como uma categoria central de *status* e afirmação identitária (Anderson, 2000).

E por que você continuou envolvendo?

Por que eu continuei envolvendo? Ah, porque o crime é gostozin. [...] Eu tava lá, porque a vida no crime é boa, roda o dinheiro.

Você gosta?

Gosto.

Mas você gosta mais do que?

Do dinheiro.

Do dinheiro?

Da fama.

Da fama? Que tipo de fama?

Ah, não sei, tipo assim, igual eu, os meninos não me conhecia antes, igual me conhece hoje. Hoje, eu tenho um pouco mais de respeito. [...] os meninos fazia *bullying* comigo, pegava uns cano e batia ni mim, aí, eu revoltei, ué.[...] E hoje, quem que batia em mim, hoje, me cumprimenta e abaixa a cabeça.

Apesar disso, o adolescente se diz cansado dessa trajetória por conta de suas sucessivas passagens pelo socioeducativo. Neste contexto, alguns possíveis pontos de inflexão de sua trajetória se colocam. Em primeiro lugar, está a recém-descoberta gravidez da namorada, fato que provoca medo das responsabilidades advindas com a paternidade, ao mesmo tempo que revela a tentativa de se enquadrar como uma figura paterna presente, que “assume” os filhos. Em segundo lugar, está a transição para a maioridade penal e a possibilidade do encarceramento no sistema adulto, tido como uma forma mais severa de punição.

Você vai cansado do corre?

Tô cansado, eu só fico preso, ué. Porque eu não durei na rua nem um ano. No máximo uns três... Três meses. Desde quando a primeira passagem eu durei no máximo uns três, quatro meses na rua.

Desde a primeira, você durou 4 meses?

É, no máximo. Só pra você ver, vai ser o segundo aniversário meu preso.

E o que você pensa daqui pra frente, continuar?

Ah, eu vou ter um filho, agora é sossegar né.

Você vai ser pai? Sua namorada tá grávida?

Ta.[...] Ah, tipo assim, foi... Foi por agora teve certeza mesmo.

Por agora? Você tá animado?

Ah, mais ou menos.

Por quê?

Acho que to é muito novo pra ser pai, né.

Mas assim, você vai assumir, vai cuidar?

Lógico, se eu fui capaz de engravidar, eu tenho papel de assumir.

Uhum. Mas assim, você tá um pouco...com medo?

Meio... Mais ou menos. Na mesma hora que eu queria, eu não quero.

Você acabou de descobrir?

Acabei de descobrir. [...] Faz uns dois meses que ela tá grávida. Faz... É dois meses vai fazer dois meses que eu tô aqui, faz dois meses que ela tá grávida.

Você já tem 18, você pensa? A idade assim, você pensa na idade que você tem?

Penso também, ué.

Ou ela não é tão importante assim?

É, certa idade agora é só cadeião, não isso aqui mais não, é só cadeião.

Nesse cenário, Ricardo representa a desistência da trajetória infracional dentro de um marco de ambiguidade. A possibilidade de sair do tráfico existe, mas não é simples quando se está acostumado com a rotina e o ganhos desta atividade. Assim, a paternidade aparece novamente como uma motivação relevante para a desistência. Deste modo, o que surge na fala do jovem são alternativas realistas de formas de inserção no mercado de trabalho lícito, ainda que não haja um plano bem estruturado para tanto. O que fica claro é o desejo do jovem de recuperar sua liberdade o quanto antes.

E você acha que é fácil sair?

É não. Na mesma hora que é, não é.[...] Querendo ou não quando você acostuma a ganhar dinheiro fácil é difícil do cê parar.

Pro futuro, assim, qual... O que que você pensa do seu futuro?

Ah, esperar minha filha nascer, cuidar dela, trabalhar.

Você pensa em trabalhar de que?

Ah, eu sou doido pra trabalhar no BH, no supermercado. Ou de motoboy.

Supermercado? Tem algum cargo específico?

Não, meta é sair daqui né.

A trajetória de Ricardo ilustra de forma contundente o tipo "tráfico como pertencimento", no qual a inserção no mundo do crime não se dá, em um primeiro momento, por necessidade material imediata, mas como forma de compensar a ausência de reconhecimento em suas redes primárias, conquistar *status* e acessar espaços de valorização simbólica. O tráfico aparece como uma resposta subjetiva a experiências de desvalorização, *bullying* e rejeição, operando uma ressignificação identitária e proporcionando ao jovem um lugar de visibilidade, respeito e acolhimento entre os pares. Ao mesmo tempo, as sucessivas passagens pelo sistema socioeducativo, o cansaço com a reclusão e a descoberta da paternidade introduzem elementos de ambivalência que tensionam sua permanência nessa trajetória. A valorização da "fama", da adrenalina e do dinheiro fácil convive com o desejo de mudança e com tentativas, ainda incipientes, de projetar um futuro alternativo fora do crime. Se no caso de Ricardo o pertencimento simbólico aparece como eixo central, no próximo caso, veremos como o engajamento no

tráfico pode emergir como uma estratégia de sustento, articulada à urgência de prover meios de sobrevivência para si e para sua família em contextos vulneráveis.

6.2.3 Otávio: Tráfico como estratégia de sustento

Este tipo ideal diz respeito a trajetórias em que a entrada e/ou permanência no tráfico de drogas está associada, de forma explícita, ao desejo de autonomia financeira e em alguns casos, até mesmo prover recursos para a família. A motivação principal não é o pertencimento simbólico ao grupo ou a sedução do estilo de vida, mas sim a função econômica do tráfico, percebido como alternativa mais viável para renda, autonomia e acesso ao consumo (Malvasi, 2012; Lyra 2020). Nesse mesmo enquadramento, o trabalho infantil pode se fazer presente de forma anterior ao tráfico.

A inserção dos adolescentes do tráfico de drogas acaba gerar a interrupção da trajetória escolar, ainda que alguns adolescentes busquem conciliar as duas atividades. Os adolescentes contam com vínculos familiares que ainda que fragilizados, continuam exercendo algum grau de controle e atuando como referências positivas sobre os quais os jovens elaboram alternativas à trajetória infracional (Catalano; Hawkins, 1996). Muitas vezes, esses jovens podem assumir responsabilidades precoces, como a paternidade e a contribuição com a família nuclear (Cardoso, 2015).

Eventos como as múltiplas passagens pelo socioeducativo e como aqueles em que os adolescentes perdem drogas para polícia ou outros adolescentes e são obrigados arcar com o prejuízo podem funcionar como pontos de inflexão nessa trajetória, já que contradizem o ideal do tráfico de drogas como fonte de “dinheiro fácil” (Rosenthal, 2017; Almeida, 2016). Assim, pode haver alguma contradição entre a crítica moral e a continuidade prática da atividade, o que mostra a tensão entre valores normativos e pressões materiais. Também é possível que essa situação leve a tentativas da trajetória por meio de inserções precárias no mercado de trabalho informal. Desse modo, alguns conseguem elaborar as oportunidades de profissionalização oferecidas nas medidas socioeducativas como algo coerente com experiências anteriores e como possíveis oportunidades para a desistência da trajetória infracional (Sampson. Laub, 2005).

Assim, apresento o retrato de Otávio cuja trajetória ilustra como o tráfico de drogas pode se constituir como uma estratégia de sustento em contextos de

vulnerabilidade material e fragilidade dos vínculos familiares. Inserido desde os 12 anos no tráfico, sua entrada foi motivada pela necessidade de gerar renda e garantir acesso a bens de consumo básicos, diante da morte precoce do pai e das dificuldades enfrentadas por sua mãe, única responsável por seis filhos. A ausência de uma rede de suporte robusta, somada à precariedade econômica, aparece como fator central para sua adesão ao tráfico de drogas. Ao longo de sua trajetória, Otávio desenvolve uma percepção crítica sobre o tráfico, descrevendo-o como um ambiente marcado pela exploração, pela violência e pela lógica da desconfiança. Apesar de ter buscado alternativas legítimas, como a venda de coxinhas e a abertura de uma loja de açaí – experiências viabilizadas pelo apoio de sua mãe –, o falecimento dela e o acúmulo de dívidas o empurram de volta para o tráfico, revelando como a falta de políticas de fomento e proteção social contribui para ciclos de reincidência. Atualmente, a experiência da paternidade, a retomada dos estudos e a participação na medida socioeducativa surgem como possíveis elementos no redesenho de seu projeto de vida e na construção de novas possibilidades de desistência da trajetória infracional.

No momento em que a entrevista foi realizada, Otávio tinha 17 anos e cumpria medida socioeducativa de semiliberdade. Sobre sua família, conta que é o mais novo de seis irmãos. Com o falecimento de seu pai, quando tinha por volta dos 8 anos, sua mãe se torna a única responsável sustento da família, o que sugere de saída uma condição de vulnerabilidade socioeconômica significativa (Portes, 2000).

12 anos. Você morava com quem?

Eu morava com a minha mãe.

Só vocês dois em casa?

Eu, minha mãe e meus irmão.

Você tem muitos irmãos?

Eu e mais cinco.

Você é o mais novo?

Sou o mais novo. [...] Meu pai é falecido também.

Seu pai faleceu, você tinha qual idade?

Eu não sei, tinha uns oito anos. Uns oito, nove anos.

E vocês moravam juntos na época que ele faleceu? Ou vocês já moraram...

Morava.

Neste contexto, conta que se envolveu no tráfico de drogas ao 12 anos, sendo este um meio para adquirir alguns itens de consumo e conseguir algum dinheiro. A idade precoce em que Otávio se insere no tráfico pode ser um indicativo tanto da fragilidade dos mecanismos de controle familiar (Hunter, 1985), como da naturalização do tráfico como uma alternativa tangível de inserção econômica (Martins, 2020; Lyra, 2013; Malvasi, 2012). Desse modo, após iniciar seu envolvimento no tráfico, o adolescente é logo absorvido pela lógica da progressão hierárquica e funcional que estrutura este mercado ilegal. Além disso, como veremos mais adiante, é neste momento em que abandona a escola.

Quando você se envolveu, você tinha?

Eu tinha 12 anos.

E o que te fez se envolver com 12 anos? O que você queria?

Só queria ter minhas coisas. Ter umas roupas que eu gosto. E ter um dinheiro pra gastar né.

Foi mais questão de grana mesmo?

É.[...] Comecei vendendo né. Vendendo carga. Depois disso aí já... Vai subindo, né. Uma hora você vai subindo no corre também.

Otávio conta que entre os 12 e os 15 anos de idade foi detido inúmeras vezes pela polícia, chegando a cumprir algumas medidas de liberdade assistida. A partir da experiência que acumulou neste período, o adolescente desenvolveu uma reflexão crítica sobre a dinâmica do tráfico de drogas. Assim, a ideia de que o envolvimento seria uma forma de acesso imediato a recursos foi reavaliada à luz da experiência concreta (Rosenthal, 2017). Neste quadro, Otávio afirma que o tráfico “só da prejuízo”, já que aqueles que correm os maiores riscos também são obrigados a arcar com os prejuízos decorrentes da atividade. Sua fala também revela o ambiente de desconfiança e tensão cotidiana que permeia as relações constituídas no tráfico (Zilli, 2015). Dessa forma,

denuncia a hipocrisia do discurso de que o crime “é certo pelo certo”, já que os sujeitos envolvidos com o tráfico de drogas também se envolveriam com práticas que o adolescente considera inaceitáveis como a violência contra mulheres e a pedofilia, sem que isso fosse contestado pelos demais. Além disso, Otávio denuncia também a atuação dos agentes do Estado, os quais acusa de serem corruptos, de usarem sua posição como meio para extorquir os indivíduos envolvidos ou como forma de represália em função do não pagamento de subornos. Segundo sua fala, ele mesmo teria sido vítima desse tipo de ação levada a cabo por policiais militares. Assim, o que se destaca da fala do adolescente é a percepção de que nem o tráfico de drogas nem a ação dos agentes do Estado são pautas por critérios de justiça, resultando na profunda descrença manifestada pelo jovem.

E por que você saiu? O que fez com que você decidisse não continuar mais?

Só prejuízo.

Só prejuízo?

Só dá prejuízo.

Uai mas você entrou pra ganhar uma grana?

Quando o cara entra... É uma coisa ilusória. Quem tá de fora, assim. Quem tá de fora vê que... Ah não. Crime é fácil, é dinheiro fácil. É isso, é aquilo. Mas não é fácil. Talvez é mais difícil do que a pessoa que tá trabalhando aqui.

E quais que eram as maiores dificuldades que você percebia nessa rotina do corre?

Você tá correndo de polícia. Se, preocupado com quem pode pegar essa droga ali. Que você deixou essa droga ali. E aí você... Você foi na padaria ali, que é ali em cima, e você fica preocupado de alguém pegar. Alguém vai e pega. E aconteceu comigo demais... Você não descobre quem pegou.

Alguém próximo de você?

Alguém próximo. É sempre alguém próximo. Ninguém... Ninguém... Ninguém desconhecido vai te trair. Só quem... Quem cê menos espera né.

Isso já aconteceu muito com você?

Nó, aconteceu demais. Dinheiro... Esse dinheiro do crime é assim. Amaldiçoado. A primeira oportunidade que a pessoa tiver de passar você pra trás, ele vai passar. Primeira oportunidade. Por isso que é um dinheiro que não... Não dá, sabe? Não dá. Amaldiçoado. [...] Tem muita pilantragem. Muito... Eles fala assim... Não, o crime é o certo pelo certo. Mas não é. O certo pelo certo seria bom. Foda que é muita coisa errada. E eles mesmo faz, sabe? O pessoal que tá no corre faz. É um trem que é muito assim... Um trem que eu não acho certo. É a pessoa que bate na mulher. É um trem pra mim que... O cara tinha que agarrar mais. O cara que fizesse isso. Mas o que acontece, o próprio crime. Eles acolhem isso. Eles mesmo, os traficantes. Eles têm... Eles têm aquele ditado. Essa aí é mulher de bandido que gosta de apanhar. Não é

porque que usa esse termo mulher de bandido? Porque o bandido mesmo, são os que mais batem na mulher.

Você via muito isso?

Eu te falo que eu via muito isso. Eles usam até esse termo. Eu ficava pensando, o que é que é esse termo? Mulher de bandido gosta de apanhar. Por causa disso, porque bandido são os que mais que batem na mulher. Pra mim é uma coisa assim. É muita coisa que rola lá. Igual um negócio de... Pedofilia. Como é que fala? Pedofolia? [...] Isso aí mesmo. Esse negócio também no crime tem muito. Às vezes o cara ali é moço. Tá namorando com a menina de... Namorando assim, ficando. A menina é de 15 anos. É porque ninguém fala nada com ele? Por que é que isso pode? As coisas é tipo isso, sabe? [...] É uma coisa assim, é um trem que só quem vive que sabe. Mas tem gente que vive e não sabe, ainda não, sabe? Tem gente que tá lá dentro e acha que é só dinheiro ainda. Mas é porque o cara não para e pensa, né?

Saber disso te deu problemas? Ou seja, quando você começou a ficar mais crítico em relação a essas coisas do tráfico, isso chegou a trazer problema pra você? Conflito?

Não, eu trouxe problema não, até que graças a deus eu não fui não. Eu sou observador, eu observo, mas eu fico calado. Nós temos que nos observar um tempo né. Foram essas coisas aí. Várias outras coisas, né? Mas sendo as coisas pra mim que eu acho que é muito grave, né?

Isso foi fazendo com que você tivesse vontade de sair?

Foi, também, por causa de prejuízo. Você tá ganhando dinheiro, você tá é tomando prejuízo. Você roda, tem que pagar. Polícia pegou você ali, cara, os negócios, as drogas, você tem que pagar as drogas. Mas não compensa não. Você já tá correndo risco, você já sabe que em qualquer momento a polícia pode pegar você. Mas você tem que pagar ainda?

Você teve que pagar muitas vezes? Você rodou muitas vezes antes dos 15 anos?

Nossa, eu não tenho nem ideia, nem sei as contas de quantas vezes eu rodei.

É mesmo?

E a maioria, eu fui forjado, né? Mas acho que eles pegou eu foi com muita coisa. Mas a maioria, eles pegou, eu assim, sabia que era o do corre. Pegou e forjou eu.

E forjar é o quê? Plantar uma droga lá, uma arma, ou o que que é?

Forjar é... Por exemplo, um caso que eles mais forjam assim, é se tem um devendo ali na biqueira, que eles é muito corrupto. A maioria desses polícia aí. Eles pegam, por exemplo, tem um aí na boca lá que tá devendo uma peça aí, eles quer é um revólver. Aí o que que eles faz? Se o cara não tá pagando eles, eles pegam qualquer um que estiver lá, ó, mas sabendo que é do corre, pega e leva preso com um monte de droga. Aí eles vai fazendo isso com todo mundo, vai jogando droga em todo mundo. Porque o cara não quis ser o certo com ele, né? Pra mim, isso é o certo pelo certo, mas é algo que é tipo uma corrupção, né? Que pra mim é isso. É os polícias que tão de terno. Porque se eles ficam na boca e vendem droga aí, é peixe pequeno. É cara aí, esses caras que ficam comendo a cadeia, pagando cadeia, igual doido. Esses caras não é bandido não, hein. Eram os que achavam que era bandido e agora tão vendo, não.

É diante deste cenário que aos 15 anos, Otávio interrompe sua trajetória infracional. A figura de sua mãe aparece como central neste movimento, já que ela atua como agente facilitadora para que o adolescente conseguisse realizar uma transição entre o tráfico de drogas e uma atividade econômica informal, mas lícita: a venda de coxinhas na rua. Por meio dessa atividade, Otávio afirma que conseguia ganhar mais dinheiro do que traficando drogas, colocando assim, a venda de coxinhas como uma alternativa viável como meio de sustento. Por conta disso, ao relatar sua rotina, o adolescente demonstra certo orgulho de seu esforço e disciplina, o que contrasta com a lógica do “dinheiro fácil” advindo do tráfico. Além disso, seu engajamento na venda de coxinhas contribuiu para a transformação da identidade de Otávio em seu território: ele deixa de ser reconhecido como alguém do tráfico para ser o “menino da coxinha”, o que indica um processo de reconstrução de pertencimento comunitário positivo.

Então, além de trabalhar no tráfico você vendia coxinha?

Depois que eu saí do tráfico. Aí eu comecei a fazer de vez em quando. Aí eu vendia coxinha na rua. Eu falei, vou parar de traficar, vou vender coxinha, tá dando meu dinheiro. Eu tava ganhando bem mais dinheiro vendendo coxinha. Tava acordando cedo, acordava às cinco horas da manhã. Às 4h30, de vez em quando. E ia pra porta da caixa vender coxinha.

Quem fazia as coxinhas pra você?

Minha mãe. Aí eu ficava vendendo. Toda vez que acabava eu ia lá e fritava mais e saía de novo. Aí eu fazia isso todo dia e comecei a ver dinheiro e falar, não, tá bacana demais.

Estava dando certo?

Tava dando certo. Eu falei, não, vou vender é coxinha. Ainda mais, o pessoal tudo conhece eu lá no bairro né. O que eles estavam conhecendo é eu mesmo. Tavam tipo, chamando o menino da coxinha e estavam comprando coxinha.

A sua mãe já fazia salgado antes ou não?

Fazia. Ela tinha um bar e fazia antes pra o bar dela. Aí isso foi ideia da minha mãe. Esse ideia da minha mãe ajudou eu.

Em seguida, Otávio relata que com o capital que acumulou com a venda das coxinhas e com o apoio financeiro de sua mãe, comprou a prazo o ponto de uma loja de açai. No entanto, o falecimento de sua mãe, que até então vinha sendo um fonte de apoio efetivo e suporte prático, desestruturou sua rede de apoio que vinha sendo fundamental em sua trajetória fora do tráfico. Assim, as dívidas herdadas funcionaram como um elemento de pressão econômica, que diante da ausência de alguma tipo de fomento,

acabaram por impulsionar o retorno de Otávio ao tráfico de drogas. Dessa maneira, este retorno ao tráfico aparece como uma estratégia para resolver uma crise financeiro e não como uma escolha por um estilo de vida desviante. A nova inserção de Otávio no tráfico se deu em um contexto no qual ele se julgava mais maduro e, portanto, com maior capacidade para administrar os riscos e aferir bons ganhos financeiros.

Ela queria que você tivesse uma renda pra você não depender mais do tráfico?

É. Ela me ajudou demais. Foi comprar a loja de açaí, né. Eu comprei também o ponto foi no prazo. Eu paguei o que eu tinha e fui pagando aos poucos. Trabalhamos pagando aos poucos. Nisso aí, ela me ajudou também. De vez em quando ela me ajudava lá na loja. Foi depois que ela morreu que ficou mais difícil as coisas.

Sua mãe morreu de quê?

Infarto.

Isso você acha foi determinante pra...? Você acha que isso foi um evento importante pra a loja não dar certo?

É, também, mas foi porque foi mais difícil né.

Quando sua mãe morreu, você ficou por sua conta? Você teve suporte dos seus irmãos, da sua tia?

Eu tive suporte, mas minha mãe tinha... Uns negócios aí com agiota. Aí tava devendo eles e eu tive que pagar eles. Por causa disso aí complicou também.

Então ela tinha dívidas?

Aí eu não conseguia pagar tudo. Foi isso. Foi isso, aí falou que ficou por isso mesmo, que eu não precisava pagar mais, mas depois de ser eu já tinha entrado na dívida. Tinha pagado isso, mas tinha endividado com a loja.

Aí não deu pra sustentar...

Aí tem aluguel. Aí eu falei, não, não vai dar não. Eu fui vendi o ponto pra minha prima. Aí minha prima tava indo bem também no ponto lá. Aí vendeu o ponto.

E como é que foi esse retorno pro tráfico depois de ter quase saído de vez?

Ah, tinha sido mais lucrativo. Tinha voltado mais... Voltado mais cabeça. Aí começou a dar mais certo depois.

De volta ao tráfico, Otávio passou a ocupar uma posição de maior confiança. Isso pode indicar que não somente seu envolvimento inicial, a partir do qual construiu relações, mas também a experiência que acumulou à frente do próprio negócio acabou por o valorizar dentro da dinâmica do tráfico. Apesar do sucesso inicial, o adolescente relata que “desanimou”. Esse desanimo não é resultado de um simples cansaço, mas

decorrente dos crescentes riscos resultantes do envolvimento. O fato de ter uma posição de maior confiança e obter uma melhor renda, em um contexto em que a violência é um meio de resolução de conflitos e que as relações são algo de desconfiança generalizada, faz com que estes riscos se intensifiquem (Zilli, 2015; Bortolozzi, 2014). Assim, temendo pela própria vida, Otávio relata ter decidido interromper novamente seu envolvimento.

Você rodava menos?

Nem que eu rodava menos, ganhava mais né. Vai ficando mais. Aí se os caras vai querendo ou não, dá mais confiança a gente. Aí eu comecei a ganhar mais dinheiro, mas depois disso aí eu desanimei. Desanimei, os outro começou a vir querer matar a gente.

Começou a ficar com risco de morte mesmo?

Foi isso aí. Hoje em dia eu passo assim na quebrado, eles passa do meu lado. Mas... Diz que nem me viu.

Neste cenário, conta que foi novamente apreendido de forma injusta. A percepção da injustiça faz com o adolescente encare o fato de que mesmo diante da tentativa de mudar mais uma vez sua trajetória, o estigma advindo de sua trajetória infracional funciona como uma espécie de barreira. Neste quadro, é possível que em outros casos a indignação com a ação policial arbitrária, funcione como um gatilho de recaída na trajetória infracional (Misse, 2008). No entanto, neste ponto da entrevista Otávio traz uma informação relevante: o adolescente possui um filho de dois anos. Dessa maneira, a dificuldade de exercer a função paterna emerge como um marco biográfico significativo que intensifica sua angústia frente ao contexto em que está inserido e a partir do qual, Otávio articula uma motivação para a desistência (Rosenthal, 2017).

Quando você pegou a semi você... Quando você foi pra provisória, você ainda tava no tráfico, ou você já tinha saído?

Isso aí eu já tinha saído. Eles foi e forjou eu na porta da padaria. Que eles me conheciam já. Aí foi e forjou eu. Foi isso. Foi o que eu fiquei mais revoltado, falei nó, eu tinha saído do corre. Tô preso aqui, por causa disso.

E tava dando certo porque você estava mais maduro? Por que você saiu agora dessa última vez?

Ah saí por causa do meu menino também.

Você tem um filho?

Tenho. Eu não tava conseguindo ver o meu menino direito. Falei, eu vou sair do corre.

Você tem filho de quantos anos?

Dois anos.

E como é que essa coisa de ter filho pra você, isso mudou a sua forma de pensar as coisas, de se envolver? Isso foi determinante pra a saída no tráfico, em que medida? Por que?

Mudou, mas me deixou mais preocupado. Porque já tá, tá difícil pra mim. Aí tem outra vida que depende de mim, aí fica tudo assim.

Ao ser questionado sobre a relação que mantinha com a mãe de seu filho, Otávio revela que não mantém uma relação estável com ela, embora ainda possua sentimentos por ela e idealize este vínculo. Em sua fala é possível perceber que esta relação é atravessada pelos sucessivos períodos em que o adolescente esteve em restrição de liberdade, o que indica que essa é uma situação que fragiliza a constituição de vínculos e materialização de projetos afetivos e de parentalidade. O adolescente reconhece sua responsabilidade diante deste quadro e sua postura de evitar a continuidade do tema na entrevista acaba por revelar que esse é um campo traumático e pouco elaborado por ele (Guerra *et al.* 2023).

Você tem um relacionamento com a mãe dele ou não?

Não. É difícil.

Você namora?

Não, não pretendo namorar com ninguém não.

Não? Por que?

Eu não. Só se for com a mãe do meu filho.

Você gosta dela?

Se for com outra...

E por que vocês terminaram, se você gosta dela ainda?

Eu vacilo muito com ela também, venho preso demais. Não quero nem tocar muito nesse assunto não.

No que diz respeito à sua trajetória recente no Sistema de Justiça Juvenil, Otávio conta que estava cumprindo a segunda medida de semiliberdade naquele ano, após evadir da primeira. Somando todo o período de restrição de liberdade, o adolescente somava oito meses de semiliberdade no ano de 2023, fato que relata com certo pesar. No entanto, Otávio reconhece o apoio e as oportunidades que a medida socioeducativa pode oferecer.

Neste sentido, sua fala revela uma postura pragmática em relação aos cursos profissionalizantes, já que busca fazer cursos que considera capazes de oferecer um retorno concreto. Isso pode indicar a ação do adolescente no sentido de construir um novo projeto de desistência da trajetória infracional vinculado ao mundo do trabalho, não sendo a profissionalização oferecida no contexto das medidas apenas cerimonial neste caso (Saraiva, 2024).

A segunda vez que você pega a semi?

É, a minha primeira vez eu peguei, mas eu não cumpri. Eu fiquei dois meses e tive descida e não voltei. Aí agora já tem quase seis meses que eu tô.

Da primeira vez, você tinha quantos anos quando você pegou a semi?

Foi esse ano mesmo. Esse ano aqui eu só passei na semi. Eu tô o ano todo, passei o ano todo, tipo, só pagando semi. Porque o começo do ano de janeiro eu tava no açai. Esse ano eu passei só preso, por isso que eu falei que esse ano...

Tá sendo difícil?

Passei o ano todo preso, porque eu podia estar fazendo muita coisa.

Como é que tem sido? A semi é uma medida muito difícil de cumprir. Essa coisa de ficar aqui até a sexta, voltar pra casa no final de semana, depois ter que voltar pra cá. Como é que tem sido isso procê?

O difícil é isso, mas o fácil é que eles dá muita oportunidade pra a gente. Dá ali curso, ajuda a nós na escola.

Você fez curso de quê?

Eu fiz dois de barbeiro, dois de chapista, um de confeitaria e um de trabalhista.

Tudo aqui?

Tudo aqui.

Nesses seis meses você fez muitos cursos, então?

Fiz. E eu vou fazer mais, né? A meta é fazer mais. Fazer tudo que é ligado ao outro. Eu não vou sair fazendo esses cursos, tudo que tem não. Porque não adianta. Não. Eu vou fazer, eu vou fazer. Porque eu sei que ali vai me dar um retorno.

O cumprimento da medida socioeducativa também aparece como um fator importante para que Otávio recuperasse o vínculo com o espaço escolar, que foi interrompido no início de sua trajetória infracional. Neste sentido, o adolescente aponta a escolarização como um meio para conseguir uma inserção econômica mais proveitosa.

Você nunca parou de estudar, mesmo quando você tava envolvido?

Não, eu tinha parado. Fiquei quase 5 anos sem estudar.

Você ficou 5 anos sem estudar?

Não. Uns 4 anos foi. Agora eu voltei, tô no primeiro. Eu passei pra o primeiro.

Você tá no EJA?

É. Eu tava no EJA do ensino fundamental.

E agora, você tá ainda?

Agora eu passei né.

Você vai terminar?

Já terminei o ensino fundamental.

E o médio, você vai terminar ou não?

Vou terminar, ficar mais fácil de ganhar dinheiro você estudando. Porque já sem estudos é complicado.

Neste contexto, Otávio é questionado diretamente se pretende desistir da trajetória infracional. Em sua resposta, o adolescente diz então querer se distanciar daquilo que define como “patifaria”, o que reforça seu distanciamento com o universo simbólico e moral do mundo do crime. O período de restrição de liberdade aparece assim como um ponto de virada ao proporcionar o jovem uma reflexão - nas palavras do jovem, tardia – sobre as consequências de seu envolvimento. Desse modo, o adolescente esperava que sua medida fosse encerrada dentro de um curto espaço de tempo e ao menos no nível do discurso sinaliza a abertura de um novo ciclo após o período de restrição de liberdade.

Você pretende continuar no tráfico, sair do tráfico?

Não, continuar numa patifaria dessa eu prefiro nem continuar não. [...] Mas tem cada coisa. E eu fui perceber isso um pouco tarde, né? Porque se eu tivesse percebido quando era mais novo, eu taria melhor.

Mas quando você percebeu isso? Você estava com quase quinze anos que você falou?

Não, quando eu percebi isso mesmo foi tudo esse ano aí, ó. Que eu comecei a ficar mais restrito.

Porque aí você começou a rodar e pegar muita medida de restrição?

É, eu comecei a ficar restrito e falei, não, isso não tá compensando, não uai. É igual aí, já, nós tá em dezembro. Amanhã já é dezembro, né? Amanhã, né? Aí, olha aí, o ano todo eu fiquei preso.

Você tá com a expectativa de ser desligado esse ano ainda?

Eu tô né, até esse mês. Até mês que vem, que vem. Não é possível.

Após essa trajetória de idas e vindas no tráfico, sua tia surge como uma figura de apoio afetivo, especialmente após o falecimento de sua mãe. Apesar disso, o adolescente a fala do adolescente relata a fragilidade dos vínculos com seus irmãos, revelando certo ressentimento com o fato deles terem constituído um novo núcleo familiar. Neste cenário, o adolescente adota uma postura reservada sobre seus planos para o futuro, sugerindo ressalvas quanto a ideia de criar expectativas nos outros ou mesmo medo de se frustrar. Isso é compreensível diante de seu curso de vida, que como vimos, envolveu rupturas familiares, falência de projetos e uma trajetória pendular no tráfico de drogas.

Hoje você mora com quem?

Com a minha tia.

Você tem uma boa relação com ela?

Tenho.

Ela é irmã da sua mãe?

Isso.

Você tem contato com seus irmãos, é uma boa relação ou não?

Tem e não tem. Eles liga só pra a mulher deles, esquece dos irmão. Aí eu fico mais na minha. Não preciso deles, eu tenho minha tia já que me ajuda. Não preciso deles, não.

Quais são os seus planos profissionais pra o futuro?

Ah muita coisa. Eu gosto de guardar pra mim, não falo nem pra quem tá comigo. Nem pra minha família. Não gosto de falar não.

A trajetória de Otávio exemplifica com nitidez a forma como o tráfico de drogas se insere como uma estratégia de sobrevivência diante da precariedade material. A ausência do pai, a morte precoce da mãe e os vínculos frágeis com os irmãos colocaram o jovem em uma posição de carência afetiva e material desde a infância. O envolvimento no tráfico se deu ainda aos 12 anos, motivado pelo desejo de autonomia financeira e acesso a bens de consumo — roupas, celular, dinheiro. Diferentemente de outros adolescentes que buscam no tráfico reconhecimento, pertencimento ou status, Otávio não demonstra identificação com os códigos morais do mundo do crime, tampouco romantiza sua lógica. Pelo contrário, expressa de forma explícita uma crítica às práticas de violência, traição e hipocrisia que marcam a dinâmica do tráfico, demonstrando um olhar

distanciado. Em diferentes momentos, buscou saídas: , tentou reconstituir sua vida por meio da venda de coxinhas, chegou a montar um negócio com apoio materno, mas a perda da mãe e dificuldades financeiras o levaram a retornar ao tráfico de drogas. Ainda assim, sua fala aponta para o desejo de abandonar a trajetória infracional, motivado por sua experiência como pai, pela valorização da escolarização e pelas oportunidades oferecidas pela medida socioeducativa. Sua história revela como, em determinados contextos, o tráfico é acionado como um meio de suprir carências básicas, sendo a saída menos um imperativo moral e mais fruto de uma reorganização subjetiva diante de novas responsabilidades e possibilidades concretas.

6.2.4 Luciano: Vulnerabilidade entre as ruas e as instituições

Este tipo ideal contempla trajetórias na qual os adolescentes vivenciaram um crítico e progressivo rompimento dos vínculos que os conectam às redes de proteção social, à inserção no mercado de trabalho e, mais amplamente, à vida social organizada. Essa desfiliação social pode ser considerada como um estágio mais avançado da condição de vulnerabilidade, já que pode resultar em enormes barreiras para a reinserção e gerar trajetórias marcadas pelo desemprego crônico, pobreza extrema, situação de rua, institucionalização e outras formas de marginalização (Hutz; Koller, 1997; Wacquant, 2008).

Dessa forma, esse tipo ideal visa agrupar histórias de adolescentes que compartilham experiências de abandono e desproteção desde a infância, tendo sido privados de vínculos familiares estáveis, moradia segura e suporte comunitário (Hunter, 1985). A inserção precoce em instituições de acolhimento, bem como a vivência recorrente em situação de rua, são elementos centrais que atravessam essas histórias.

Nesses casos, não se observa apenas uma entrada antecipada no mundo do crime, mas sim uma infância já atravessada pelo uso de drogas e exposição à violência das ruas. Neste contexto tão adverso ao desenvolvimento infantil, não é incomum que os adolescentes tenham demandas relacionadas à saúde mental (Hutz; Koller, 1997). O que distingue esse tipo dos demais é, essencialmente, a convergência de privações severas desde os primeiros anos de vida, que culminam em trajetórias onde a institucionalização se torna quase constante e o crime aparece não como alternativa econômica ou identidade

de grupo, mas como parte do modo de sobrevivência em um meio hostil. Trata-se de uma configuração que envolve um complexo processo de acúmulo de desvantagens sociais que desafiam a capacidade das medidas socioeducativas de promover a construção de alternativas concretas de inserção social (Sampson; Laub, 1997).

A construção deste tipo ideal foi baseada quase que exclusivamente na história de Luciano, cuja trajetória expressa de forma radical os efeitos da desproteção desde a primeira infância. Filho único, sem vínculos familiares estáveis, Luciano viveu desde muito cedo entre as ruas e diferentes instituições de acolhimento. Inserido no tráfico de drogas aos sete anos, quando ainda vivia em situação de rua e posteriormente, migrou para práticas de roubo, intensificando sua trajetória infracional e seu processo de institucionalização, que incluiu passagens sucessivas por abrigos, serviços de saúde mental e medidas socioeducativas.

Luciano, quando a entrevista foi realizada, tinha 18 anos de idade e cumpria medida socioeducativa. Desde o início da entrevista, foi perceptível sua dificuldade em elaborar de forma profunda sua trajetória, o que é compreensível à luz da extrema vulnerabilidade que vivenciou ao longo de seu curso de vida. Dessa forma, suas poucas palavras acabam por adquirir enorme valor analítico.

O adolescente relata que, desde a infância, alternou entre a vivência nas ruas e a institucionalização em diferentes abrigos, evidenciando uma trajetória marcada pela instabilidade e ausência de cuidado contínuo. Inicialmente, sua permanência nas ruas ocorreu ao lado da mãe, mas esse vínculo foi posteriormente rompido. Ao ser questionado sobre o paradeiro dela, responde que “tá em outra vida” – expressão que sugere tanto o distanciamento afetivo quanto a possibilidade de abandono ou morte. Luciano afirma também não possuir irmãos, o que reforça a inexistência de uma rede familiar de apoio. A conjunção entre a experiência de rua, a passagem por múltiplas instituições e a ruptura de vínculos afetivos primários revela uma condição de desproteção extrema desde os seus primeiros anos de vida.

Desde que eu era criança, eu moro num abrigo. E tipo, passei em vários abrigos, fiquei passando por abrigo e abrigo.

Na rua também?

Na rua. Eu já fiquei na rua com a minha mãe, já fiquei na rua sozinho mesmo.

Entendi. Falou que viveu na rua com sua mãe. E ela hoje?

Hoje ela tá... Tá em outra vida.

Como assim?

Eu não vi ela mais depois.

Você tem irmãos?

Não.

A vida nas ruas expõe crianças e adolescentes a múltiplas formas de violência, exploração e vulnerabilidade, comprometendo seu desenvolvimento físico, emocional e social (Hutz; Koller, 1997). Nesse contexto, a narrativa de Luciano sobre a facada recebida nas ruas revela, de forma contundente, o grau extremo de exposição a situações de risco e agressão. O fato de a violência ter sido perpetrada por outros indivíduos em situação de rua evidencia a fragilidade dos vínculos estabelecidos nesse ambiente. Tal episódio não apenas explicita a brutalidade do cotidiano vivenciado por adolescentes em situação de rua, como também denuncia a ausência de redes institucionais de proteção capazes de prevenir e intervir diante de trajetórias marcadas por abandono, negligência e violência (Hunter, 1985).

Esse tempo que você passou na rua, você chegou... Já sofreu violência de alguém?

Já.

Você pode contar como foi isso?

Facada.

Você tomou uma facada? Quem te deu?

Os cara da rua.

Outro aspecto da vivência nas ruas relatado por Luciano, diz respeito ao uso de drogas. Neste aspecto, sua fala revela uma circulação mediada pela possibilidade do uso de entorpecentes. Ao apontar a rodoviária – espaço associado à circulação, anonimato e à presença de pessoas em situação de rua – como espaço de referência, explicita como determinados lugares acabam por se tornar, mesmo aos olhos de todos, cenários de reprodução de enraizamento em trajetórias de extrema vulnerabilidade (Park, 1967).

Quando você tá aí de bobeira no mundão, que lugar você gosta de ir?

Eu fico mais lá na rodoviária.

Rodoviária é o lugar que você fica mais? O que tem lá de bom?

Eu fico lá usando droga.

Em contraste com a experiência da vida nas ruas, Luciano descreve o abrigo de forma positiva, destacando aspectos lúdicos e estruturais, como a presença de uma piscina e um videogame, além da convivência considerada “boa”. O relato do adolescente sugere que em suas passagens por instituições de abrigamento, este espaço foi capaz de proporcionar alguma estrutura, socialização e bem-estar. Por outro lado, a valorização destes itens também pode ser interpretada diante da ausência de referências afetivas estáveis em seu curso de vida. Assim, ainda que a fala de Luciano revele uma experiência institucional menos marcada por sofrimento explícito, a sucessiva passagem por diferentes abrigos, alternada com a vivência em situação de rua, aponta para a instabilidade e ausência de vínculos duradouros, característica central de trajetórias marcadas por desproteção e institucionalização crônica.

Tinha alguma coisa ruim no abrigo?

Não.

E o que tinha de bom lá?

Lá tinha piscina. Tinha tanto de coisa... Videogame.

Entendi. Como é que era a convivência?

A convivência era boa.

A entrada de Luciano no tráfico de drogas aos sete anos de idade, ainda quando estava em situação de rua, se dá de maneira informal e naturalizada, a partir do uso de substâncias e do convite para assumir uma função no tráfico. Isso evidencia a facilidade do mundo do crime em absorver crianças e adolescentes, independentemente da situação (Matins, 2020; Lyra, 2020; Bortolozzi, 2014). O fato de Luciano permanecer por seis anos ininterruptos nessa atividade aponta para um processo de socialização criminal consolidado desde a primeira infância, em que o tráfico substitui as funções sociais básicas, como pertencimento, sustento e rotina.

Meu primeiro contato com o crime, foi quando eu tinha sete anos de idade.

Como é que foi?

Foi tipo, os caras tava com uma maconha lá na biqueira, eu cheguei e tava fumando também, comecei a fumar, aí os caras me ofereceram um corre, aí eu falei, “tá bom”. [...] Isso era lá na Serra.

E nessa época você tava na rua?

Na época eu tava na rua.

E aí você ficou fazendo o que lá?

Eu fiquei vendendo droga. [...]

Quanto tempo você ficou no corre?

Fiquei seis anos.

Seis, então você ficou dos sete anos até os treze. E você ficou sempre vendendo?

Sempre vendendo.

Questionado sobre sua rotina no tráfico, Luciano descreve uma jornada de trabalho extenuante e incompatível com outros tipos de inserção social como a escola e o lazer. Nesta rotina, a fronteira entre o trabalho no tráfico e o uso de drogas como a maconha e o crack se torna borrada. Assim, o acesso a drogas para o consumo aparece tanto como um atrativo para o engajamento inicial quanto como um mecanismo de manutenção na atividade, funcionando também como forma de integração ao grupo e, possivelmente no caso de Luciano, como estratégia de enfrentamento emocional diante da dureza da vivência nas ruas e da ausência de vínculos afetivos estáveis. O adolescente relata ainda que sua vivência no tráfico envolveu episódios de “guerra”, a partir dos quais teve acesso a armas de fogo, fato que evidencia a naturalização da violência como um componente estrutural do tráfico (Zilli, 2015). Narra ainda que naquele momento não podia frequentar um bairro da cidade por ainda possuir uma “guerra” neste território. Essa restrição de circulação indica essa dinâmica de exposição a riscos concretos de violência. Apesar disso, sua transição entre o tráfico e a prática de roubos não foi motivada pela violência ou pelo medo, mas sim a uma tentativa de buscar maiores ganhos financeiros.

Na pista? Você trabalhava... Como é que era a sua rotina?

A minha rotina era acordar seis horas, cinco horas da manhã, ou então nem dormir, passar a noite, fazer plantão, vendendo droga.

Que droga você vendia?

Maconha, crack.

Só maconha? Crack também. E você consumia?

Consumia.

Quando você tava no corre você chegou a trabalhar armado?

Já.

Por quê?

Ah, porque tipo tinha guerra com outro lugar. E o tempo tipo, já foi guerra em todos os lugares.

Entendi. Tem algum lugar da cidade que você não pode ir?

Lá no São João Batista.

Você não pode ir lá? O que aconteceu?

Ah, tipo eu tinha guerra... Eu tenho guerra por lá.

Entendi. E aí você, por que você decidiu sair de corre?

Porque eu vi que não tava me dando uma condição boa. Aí eu saí pra roubar. Aí nesse que eu roubei eu fui preso.

Neste ponto, é interessante chamar atenção para uma contradição de seu relato. Ao ser perguntado sobre quanto ganhava no tráfico, Luciano afirma que faturava dois mil reais por dia — uma quantia notavelmente superior à mencionada por qualquer outro adolescente entrevistado na pesquisa. Tal discrepância pode ser interpretada não apenas como um possível exagero típica do discurso juvenil, especialmente em contextos em que a masculinidade e a performance simbólica são valorizadas (Zaluar, 2009), mas também como uma expressão subjetiva da importância que ele atribuía àquele momento de sua vida. Assim, esse exagero pode ser compreendido como mecanismo de compensação simbólica frente à profunda desproteção e instabilidade vividas em sua trajetória, produzindo uma imagem de poder e sucesso que se opõe à vulnerabilidade crônica a que esteve submetido desde a infância. Nesse sentido, mais do que uma informação objetiva, o número apresentado por Luciano pode ser lido como índice do lugar ocupado pelo tráfico em sua percepção: uma via para se obter reconhecimento, prazer e sensação de agência (Shaw, 2013; Rosenthal, 2017; Guerra *et al.*, 2023; Malvasi, 2013). Além disso, a destinação que o adolescente diz ter dado a este dinheiro reforça a lógica de consumo imediato e sem planejamento sugerindo não apenas a ausência de perspectivas de futuro, mas também uma tentativa de preencher, com prazeres efêmeros, os vazios afetivos e materiais acumulados ao longo de sua história de vida.

Quando você tava no corre, mais ou menos, quanto você tirava?

Tirava dois mil.

Por dia, por mês?

Por dia.

E você gastava com quê?

Gastava com bebida, droga, mulher.

Como já mencionado, Luciano transiciona entre o tráfico e a prática de roubos, o que pode ser tomado como um agravamento de sua trajetória infracional (Bortolozzi, 2014). Neste contexto, o adolescente conta do primeiro roubo cometido aos 14 anos com certo orgulho, já que teria obtido um ótimo resultado. No entanto, o jovem conta que foi apreendido logo depois, o que revela a aposta no crime como estratégia de sustento e reforça sua exposição a um ciclo de institucionalização precoce e recorrente.

Como é que foi começar a roubar?

Tipo, o primeiro dia que eu roubei, eu acertei 10 gramas de ouro. E foi aí, tipo, eu fiz uma grana com essas 10 gramas de ouro. E... E isso tá na minha conta.

Aí você rodou?

Aí eu rodei.

Por causa dessas 10 gramas?

Foi.

E essa... Com que idade você tinha?

Eu tinha 14.

Dessa maneira, ao narrar sua trajetória no Sistema de Justiça Juvenil, Luciano revela um processo marcado por circulação contínua entre abrigos, ruas, medidas socioeducativas e serviços de saúde mental. Sua fala expressa uma vivência ambígua no contexto das medidas socioeducativas, nas quais, por um lado, esteve exposto a episódios de violência – como o conflito com agentes socioeducativos – e, por outro, teve acesso a condições mínimas de cuidado e bem-estar, como alimentação regular, espaços de lazer e convivência. Ao destacar que ali encontrou “um tanto de trem que nunca teve”, o adolescente revela o paradoxo de reconhecer um espaço de privação de liberdade como

lugar de acolhimento, dada a ausência de garantias básicas em sua trajetória fora das instituições. Apesar desses aspectos, a reincidência e a repetida aplicação de diferentes modalidades de medida (internação, semiliberdade, liberdade assistida) sugerem a limitação estrutural das intervenções punitivo-educativas em interromper trajetórias marcadas por múltiplas vulnerabilidades. O caso de Luciano evidencia como a atuação institucional, embora por vezes acolhedora, se mostra insuficiente para reverter situações de desproteção crônica e ausência de vínculos afetivos e sociais duradouros. Sua crítica final à própria trajetória, marcada por sofrimento e revolta, indica uma possível abertura à ressignificação (Rosenthal, 2017).

Qual medida?

Eu tive lá no Horto. No Santa Clara, quer dizer. Santa clara.

Foi semi liberdade?

É, semi liberdade. Aí eu comecei a cumprir L.A. Depois fui preso de novo.

E como é que foi lá, no Santa Clara?

AH, foi bom.

Por quê?

Mas lá é ruim. Foi bom no momento que eu tava lá, mas... No memo momento que eu tava lá, tamo num mundo ruim.

Por que que foi bom? O que que teve de bom?

Porque lá tinha comida, tinha tudo, tinha... Tinha quadra. Um tanto de trem que eu nunca tive.

E por que que ficou ruim?

É porque certo dia eu, tipo, fiquei puto que uns menino entrou na minha mente e eu pulei no agente

Aí beleza, depois de lá você tomou L.A.. Você foi pra L.A. Como é que foi na L.A.?

Aí eu fui cumprindo a L.A até eu sair do abrigo. Aí eu completei 17 anos, tava no CERSAMI. Eu tinha roubado. Aí foi... Eu fui preso. Aí fiz 18 anos aqui.

Entendi. Então você sempre...Ficou circulando nas...

Nas ruas e nos abrigos.

Qual que é a maior dificuldade ficar circulando assim?

A dificuldade de que você passa frio, passa fome. É uma coisa que eu aprendi. Eu, eu tipo, eu rodei aqui no roubo, tipo, eu acho que isso não compensa mais pra mim não, foi tudo um tempo de ilusão, isso só me trouxe nada, me trouxe revolta, me trouxe várias coisas, tipo, é isso.

Neste quadro, é possível observar a importância dos cursos profissionalizantes oferecidos pelas medidas socioeducativas como possível elemento para a ruptura com a trajetória infracional. Ao destacar sua experiência com cursos profissionalizantes – como o de salgados e pizza – e afirmar que “melhor eu trabalhando do que roubando”, Luciano sinaliza para uma valorização do mundo do trabalho como uma alternativa concreta. É particularmente significativo que ele se apegue a uma possibilidade profissional ligada à alimentação, dado seu histórico de fome e desproteção nas ruas. O preparo de alimentos, nesse contexto, pode ser tomado não apenas como uma habilidade técnica, mas um símbolo de autonomia, dignidade e superação das privações vividas. Apesar do adolescente pouco elaborar sobre o espaço escolar, a escola também surge como um espaço positivo, onde ele afirma ter aprendido que “o crime não presta”.

Você já trabalhou com alguma outra coisa?

Não. Só fiz curso... profissionalizante, também fiz outros curso de... De salgado.

O que você achou desses cursos?

Eu era independente. E eu achei que, melhor eu trabalhando do que roubando.

Mas você aprendeu alguma coisa que gostou?

Eu aprendi a fazer salgado.

Aprendeu a fazer salgado?

Pizza. E é isso tudo.

E a escola Luciano?

A escola é aqui dentro.

E antes?

Antes eu estudava no abrigo.

Como é que era a escola no abrigo?

Era bom.

E aqui, a escola, o que você acha?

A escola é boa, eu acho bom.

O que você tem aprendido aqui?

Aprendido que o crime não presta.

Finalmente, ao ser questionado sobre os seu sonhos e seu futuro, Luciano expressa o desejo de se tornar pizzaiolo e constituir uma família. Esse discurso revela a expectativa

do jovem de reconstruir sua identidade através de vínculos familiares e com o mundo do trabalho. Sua escolha profissional está diretamente associada aos cursos que realizou no socioeducativo, o que pode ser interpretado como uma resposta positiva às intervenções realizadas neste contexto. Chama a atenção o fato de Luciano se imaginar “velho” em apenas cinco anos, o que indica um senso temporal distorcido por uma vida marcada por inúmeras violações e institucionalizações desde à infância. Dessa forma, ainda que mantenha em seu discurso um tom que aponta no sentido da possibilidade de ruptura com a trajetória infracional, a complexidade do caso de Luciano faz refletir sobre os desafios que adolescentes na mesma situação podem encontrar quando são desligados da medida socioeducativa. Na ausência de um acompanhamento especializado e de políticas públicas de apoio, a volta as ruas e a repetição do ciclo de vulnerabilidades tornam-se possibilidades dramáticas.

Entendi. E se você pudesse escolher qualquer coisa, o que você gostaria de trabalhar?

Eu? Pizzaiolo.

Pizzaiolo? Você curte? O que você mais gosta de fazer?

Ah, pizza.

Qual tipo?

Ah, frango, catupiry, presunto, muçarela.

Você chegou a fazer curso de pizzaiolo? Como é que foi o curso?

Foi bom.

Foi aqui mesmo? Foi onde?

La no Dom Bosco.

Ah, entendi. Como é que você se enxerga daqui a cinco anos?

Eu me enxergo que eu vou ta velho.

Velho? Mas você se imagina fazendo o quê?

Imagino com uma família.

O caso de Luciano evidencia, de maneira dramática, os efeitos da desproteção crônica, da ruptura precoce de vínculos familiares e da institucionalização sucessiva na conformação de trajetórias infracionais. Sua história é marcada por múltiplas camadas de vulnerabilidade, nas quais a adesão ao tráfico e ao roubo surge não como escolha, mas como resposta às ausências sistemáticas que estruturaram sua existência desde a infância.

Ainda assim, emergem em seu relato fragmentos de esperança e desejo de transformação, sustentados por experiências positivas no âmbito da medida socioeducativa, como o acesso à educação e à profissionalização.

6.1 Os meninos não participantes

As narrativas-entrevistas analisadas nesta seção buscam compreender os fatores protetivos que atuam sobre o curso de vida dos adolescentes e que foram importantes para o não desenvolvimento de trajetórias infracionais (Farrington, 1992; 2005). Como mencionado anteriormente, foram considerados como não participantes os adolescentes entrevistados no contexto das escolas da L4 que, durante a entrevista, não relataram ter ou terem tido envolvimento com o tráfico de drogas. Dessa maneira, através das comparações entre os casos desses adolescentes, foram elaborados quadro tipos ideais de trajetórias. O primeiro coloca ênfase no fator protetivo das relações sociais mantidas pelos jovens, sendo a história de Roberto o caso ilustrativo. O segundo se relaciona com a moralidade do trabalho e o trabalho infantil como alternativa ao tráfico de drogas; nesse enquadramento, conhecemos a trajetória de Daniel, que encontrou na venda de amendoins uma alternativa para obter uma renda e acessar itens de consumo. O terceiro tipo não participante diz respeito ao engajamento em atividades institucionais como forma de empoderamento em um ambiente adverso, sendo Gilberto o caso mais elucidativo. O último tipo ideal associado aos meninos não participantes busca representar uma situação na qual os adolescentes se defrontam e refletem sobre a real possibilidade de se envolverem no tráfico de drogas; esse tipo encontra eco na história de Carlos, que conta sobre seu desânimo e falta de perspectiva para o futuro.

6.1.1 Roberto: Familiares e Pares como fatores protetivos

Esse grupo é composto por adolescentes cujas trajetórias são atravessadas por eventos como: violência doméstica, conflitos familiares de diversos tipos, abandono parental, prisão do genitor, luto pela morte de pares e recomposições afetivas. Esses eventos funcionaram como marcadores biográficos críticos, exigindo respostas adaptativas do indivíduo e seu meio diante da descontinuidade e da instabilidade. Nesse contexto, é comum, nas histórias que compõem esse grupo, os relatos nos quais as redes em que os adolescentes estão inseridos respondem a essas situações funcionando como fonte de acolhimento e promoção de valores normativos, que acabam por afastar esses

jovens de pares desviantes e do envolvimento infracional (Le Blanc, 1997; Catalano; Hawkins, 1996).

Observa-se que, frequentemente, figuras maternas assumem o papel de suporte afetivo, moral e econômico, viabilizando a reconfiguração de vínculos e a manutenção de um horizonte de sentido. Destaca-se, ainda, que muitos desses adolescentes se movimentam dentro da família estendida, criando vínculos com suas avós, tias, tios, padrastos e madrastas, que podem se tornar importantes referências para eles. Nesse sentido, os pares também podem ser fonte de apoio emocional e aparecem como influências positivas nas falas desses jovens. Assim, é possível perceber que o forte apego dos adolescentes a esses vínculos se converte em um senso de obrigação autocriado, com relação a atividades convencionais como a escola (Le Blanc, 1997). Assim, as experiências narradas nesse tipo ideal evidenciam a capacidade dessas redes de se organizarem, no sentido de promover formas de controle social efetivas (Portes, 2000; Sampson; Laub, 2005).

A seguir, conheceremos a história de Roberto, que demonstra de modo contundente como os vínculos familiares, especialmente a relação com a mãe, podem operar como um forte fator de proteção diante das vulnerabilidades do território. Sua narrativa se estrutura em torno do cuidado familiar, da valorização do trabalho e da rejeição consciente ao envolvimento com atividades ilícitas. Desde muito jovem, o adolescente se viu atravessado por experiências que tensionam os limites entre a infância e a vida adulta. Apesar disso, o que se destaca em sua trajetória é a força dos vínculos afetivos e a centralidade dos valores transmitidos pela mãe, que se tornam referência fundamental para o jovem.

Na ocasião da entrevista, Roberto possuía 15 anos de idade e cursava o 9º ano do Ensino Fundamental em uma das escolas da L4. Naquele momento, residia com a mãe, que trabalhava como cozinheira, com o padrasto, que trabalhava capinando lotes, e com um irmão mais novo, que estudava na mesma escola.

Convidado a contar sua história de vida, o adolescente elabora uma narrativa sintética, mas muito reveladora sobre sua trajetória de vida até o momento:

Eu sou o Roberto, tenho 15 anos, estou no 9º ano. Minha mãe chama [nome da mãe], tenho um irmão chamado [nome do irmão], mais dois irmãos que eu não conheço por parte de pai. Eu cresci vendo minha mãe trabalhar, dando duro para não deixar faltar para a gente, para o meu irmão. Sempre trabalhei com minha mãe, sempre deu o exemplo de trabalhar e de não pegar coisa que não é sua. Sempre respeitou a gente, sempre dando duro para dar o que a gente merece. Eu acredito que, no futuro, eu vou dar muito orgulho para ela ainda, então, trabalho bom, digno e comprar uma casinha para ela. Eu cresci vendo meu pai bater nela, graças a Deus, hoje em dia, ela não tem nada com ele. Eu acredito que, no futuro, eu posso ter um trabalho bom para ajudar ela dentro de casa, para dar as coisas a ela. Tudo que ela me pedir, como sei o que está faltando, eu dou a ela o dinheiro. Eu acredito que, no futuro, eu posso fazer isso por ela. Eu vou dizer que é bom sempre estar estudando, sempre se empenhando nos estudos para se dar um futuro bom para a mãe.

Na breve narrativa do adolescente, é possível observar o lugar central ocupado pela mãe. O jovem a retrata a partir de uma perspectiva que deixa clara sua admiração, o reconhecimento do esforço de sua mãe para prover as necessidades dos filhos e, especialmente, seu papel de referência moral na transmissão de valores “decentes”, como o trabalho, a honestidade e o respeito (Anderson, 2000). A breve menção à situação de violência intrafamiliar testemunhada pelo adolescente delimita um ponto de ruptura em sua trajetória, no qual o rompimento com a figura paterna é celebrado e também nos ajuda a compreender o papel que o adolescente projeta para si (Rosenthal, 2017). Ao contrário do pai violentador, o jovem articula sua expectativa de futuro a partir do desejo de retribuição e cuidado com a mãe, o que também demonstra a força dos vínculos entre mãe e filho.

Em outro momento da entrevista, Roberto detalha ainda mais a dimensão da ruptura do vínculo afetivo com seu pai. O adolescente situa no passado um vínculo que tinha como base não só o afeto, mas o desempenho do papel de provedor do pai, sendo este interrompido pela nova união de seu genitor. Desse modo, o que resta dessa relação entre pai e filho é somente uma mera formalidade, o que denota o distanciamento buscado pelo jovem da figura de seu genitor.

Meu pai, não.. porque ele ligava pra caramba pra mim, me dava as coisas e pá. Aí, depois que casou com a mulher, ele lá, não, eu não suporto a mulher dele. Depois que casou com a mulher dele, ele nem, nem, nem dá sinal de vida, mal, mal ele liga pra mim, pá. Também ligo não, tem minha mãe lá, minha mãe dá o amor do meu pai, dá o carinho do meu pai, dá tudo do meu pai. Minha mãe é minha mãe e meu pai. Minha mãe sempre me apoiou, sempre me aconselhou muito pra eu chegar até aqui.

Com ele você não tem mais contato?

Mais ou menos, assim, de, é, ah, eu vejo na rua, o cumprimento, pá, dou bênção, aí, eu pego, eu sigo meu caminho.

Assim, é possível compreender ainda melhor o papel desempenhado pela mãe na narrativa do adolescente: sua mãe preenche também o espaço afetivo antes ocupado pelo pai. Além disso, é interessante notar que o vínculo afetivo construído com a mãe vai para além do simples atendimento das necessidades materiais do jovem. Em sua fala, Roberto demonstra que, mesmo diante do contexto de escassez material enfrentado pela família, sua mãe busca, por meio da negociação e da prática de uma “pedagogia” da espera, gerenciar suas expectativas de consumo como forma de evitar que seus filhos se sintam frustrados. Isso reforça a confiança e os laços entre o adolescente e sua mãe, potencializando o caráter protetivo dos vínculos (Catalano; Hawkins, 1996).

Ah, tipo, minha mãe... Minha mãe, quando nós pedimos alguma coisa, assim, ela fala assim: “ah, não tem como te dar agora, porque eu não entendi”. Aí, quando ela, entendi, ela fala: “eu nem lembro daquilo que você queria, eu posso comprar agora, você quer?”. Eu falo: “quero, mãe”. Aí, ela vai e compra. Minha mãe nunca negou as coisas para nós. Mesmo quando ela não tinha, ela meio que dava um jeito de comprar para nós, ali. Mas se não conseguisse também, ela pedia para nós esperar, perguntava se a gente tinha paciência, aí nós falava que tinha, aí no dia que ela tivesse, era isso mesmo. Entendeu?

O adolescente relata que começou a estudar na escola onde se passou a entrevista no 6º ano, sendo que antes estudava em outra escola municipal da região. Apesar de elaborar pouco sobre sua trajetória e vivência escolar, em sua fala é possível perceber a valorização pragmática dos conteúdos transmitidos pela escola, que seriam úteis até mesmo para os adolescentes envolvidos no tráfico de drogas. Essa perspectiva revela uma concepção funcional da escolarização, na qual o conhecimento é valorizado menos por seu valor simbólico e mais por sua aplicabilidade concreta no cotidiano e, especialmente, no mundo do trabalho.

Não, a escola ajuda, porque, tipo, você tem que aprender a fazer conta. Se você não souber fazer conta, em um certo lugar, até no tráfico, você tem que saber fazer conta. Ah, sei lá, você tem que ter seu diploma, tem que saber da história, dependendo do trabalho que você for trabalhar. Tipo, se você for trabalhar no museu. Você tem que saber da história, do que aconteceu ali, porque que aquele trem tá ali... A geografia, a geografia têm que saber dos lugares.

Desse modo, é interessante observar a perspectiva do adolescente sobre o mundo do trabalho. Em primeiro lugar, a experiência familiar na qual está situado coloca a experiência do trabalho infantil como algo natural ou mesmo como um marcador da transição da infância à idade adulta. Em segundo lugar, nota-se que, na sua concepção, o ingresso no mundo do trabalho está associado a uma noção de esforço pessoal e também à capacidade física. Isso é ilustrado em sua breve menção sobre sua experiência pessoal no mundo do trabalho, ajudando o padraço a capinar lotes. Esse trabalho demonstra seu esforço pessoal, possibilita uma relativa autonomia dentro da escassez, ao permitir que “compre suas coisinhas” e, como veremos adiante, possibilita também que contribua no provimento de alguns bens para sua família.

Mas com quantos anos você acha que é normal começar a trabalhar, no geral?

Normal trabalhar? Aí, quando eu comecei a trabalhar, assim, como a minha mãe fala, ela começou a trabalhar desde os 8 anos. É, foi desde os 8 anos. Pra mim, normal, assim, é, desde sempre começar a trabalhar, tipo, depois dos... Que fizer, deixa eu ver, uns 11, 13 anos, já pode começar a trabalhar de alguma coisinha, tipo, ensacolar, aqueles trem do BH.

Mas tipo, qualquer trabalho?

É, qualquer trabalho. Não, depende do trabalho, também. Tipo, se você tiver 13 anos e... Ah, vamos ali carregar um trem. Você vai se você estiver disposto. Agora, geralmente, assim, gente, assim, não tem muita força pra carregar. Ah, uma areia, descarregar um caminhão, tipo, é... Levar uns trens em cima. Ou então, tipo, trabalhar no açougue, assim, pra fazer conta, tipo, cortar uma carne. Geralmente, gente de 13 anos não tem essa capacidade, não.

[...] Mas você já trabalhou com alguma coisa?

Já trabalhei com meu padraço, de capinar lote, ajudar ele a capinar lote. Aí, ele me dá dinheiro, eu compro minhas coisinhas.

Ao refletir sobre o contexto do território, o adolescente deixa transparecer uma perspectiva meritocrática, já que entende que a inserção no mundo do trabalho é uma questão de iniciativa pessoal. Essa visão revela uma oposição moral feita pelo adolescente entre aqueles que, como ele, têm “disposição” e buscam pelas oportunidades possíveis e aqueles que querem apenas o “dinheiro fácil” e justificam sua adesão ao tráfico por falta de oportunidades (Merton, 1966). O engajamento no tráfico de drogas é visto pelo adolescente a partir de uma gramática moral proveniente dos ensinamentos de sua mãe. Dessa forma, mais do que um cálculo racional, sua não participação é ancorada

fortemente no desejo de não decepcionar sua mãe, sendo este um forte limite interno (Catalano; Hawkins, 1996). O caráter moral de sua rejeição à realidade próxima representada pelo tráfico de drogas fica ainda mais evidente quando comenta sobre o envolvimento de um colega. Roberto expressa sua decepção com o colega, enquadrando-o como alguém que “tinha de tudo para dar certo”, mas preferiu o “caminho errado”. Assim, nota-se que o apego emocional de Roberto e sua orientação moral acabam por afastá-lo de pares desviantes.

Como que você pensa, assim, o trabalho aqui no bairro? O trabalho aqui é muito...

Aqui, aqui, tipo... não. Aqui, você só não tem oportunidade se você não quiser. Porque aqui tem gente que pula. E, tipo eu, que se eu chegar num lugar e levar o seu moço, tem um bico aqui pra fazer. Então, tipo, eu entro ali no BH. Você vai. Mas se você não quiser, você não consegue. Aí, muita gente fala que, “ah, não tem oportunidade, não tem isso, eu vou entrar pro tráfico”. Eu sei que a maioria das pessoas entra pro tráfico. Porque não quer, quer o dinheiro mais fácil.

Mas o que você acha disso?

Eu? Sei lá. Entrar pro tráfico, assim, tá no meu último plano, assim. Mas fora isso eu quero trabalhar, lutar, né? Pra ter as coisas. Essa vida de crime não dá certo. Eu tô... Minha mãe sempre me aconselhou: “Não entra nessa vida. Se você entrar nessa vida, é o meu pior desgosto”. Eu jamais quero entrar. [...] Aqui no bairro, pra mim, é coisa de retardado, coisa de sem futuro... Não sei, gente que fica sem fazer nada. Nunca vi isso. Direto e reto tem uns... Eu vi um colega meu, aí, ó, quando eu vi ele. Aí, eu fui ver ele, ele tá vendendo droga. Falei “nó, que bravo”. E ele tinha tudo pra, tipo, dar certo na vida, tá ligado? Melhor estudioso, claro. Aí, eu peguei, vi ele vendendo droga e eu falei “nó, que paia”.

Tipo da sua idade, também?

Da minha idade, mais ou menos.

Dessa maneira, Roberto elabora uma reflexão sobre seu precoce e ambivalente processo de transição da infância rumo à idade adulta. Se por um lado, o adolescente diz ter um pouco da “mente de criança” – o que associa ao brincar, à rua e à socialização com seus pares –, por outro lado, possui também a “mente de adulto” – relacionada a uma postura moral, à tomada de responsabilidade e ao cuidado especialmente da figura da mãe e da casa. O choque entre essas duas posturas expressa a pressão por amadurecer antes do tempo em um contexto de precariedade, no qual todos devem contribuir para a manutenção da vida material (Dayrell, 2007; Cardoso, 2015). Apesar disso, essa situação

não produz revolta no jovem, mas ao contrário reforça os laços de solidariedade com sua família.

Hoje em dia, eu me considero um adolescente com um pouco da mente de criança e um pouco da mente de adulto. Tem coisa que eu faço que, tipo, ah, é meio que criança. Tem hora que eu sou como uma criança, tem hora que eu sou, já, ah, já, no aquilo tá errado, já tem a mente de adulto, pá.

O que é coisa de criança pra você?

Coisa de criança, pra mim? Ah, é se divertir, brincar, zoar com os amigos, é... Sair na rua, estar por todos os outros. Isso é coisa de criança, pra mim. Estar por pagar e se divertir, jogar no mundo igual uma criança, pá. Agora, com o teu plano, tipo, ah, você tem que ter mente de adulto, você tem que ter mente de adulto, você tem que ativar o modo adulto. "Oh, Zé, vamos fazer tal coisa?". "Não, não quero fazer isso, porque isso é errado". Tipo, é igual, igual a minha mãe, é igual a toda mãe fala, eu acho. "Roberto, se alguém te chamar pra você fazer isso aqui, não vai; se alguém te chamar pra você vender droga, não vai; se alguém te chamar pra você fazer: 'ah, você vai ali, faz um corre pra mim, você entrega esse trem aqui e depois você volta e eu te dou um dinheiro', não vai". Você tem que ter mente de adulto, nessas horas, aí.

Então, você acha que pra decidir esse tipo de coisa, você precisa ter mente de adulto?

Sim, esse tipo de coisa, tipo, tipo, ah, tipo, se, é, você vê que sua mãe, tipo, não tá, não tem todo o dinheiro todo, mas você tem dinheiro ali sobrando, aí, você já, não, ok, sim, vou ajudar minha mãe, não gastar todo o dinheiro todo, e tá nem aí pra sua mãe. Tem que ajudar sua mãe, tipo, é, ajudar a pagar as contas de casa, tipo, é, comprar um gás ali, comprar as coisas pra gente da casa aqui, ajudar.

Então, tem decisões que você precisa ter responsabilidade de um adulto?

Sim.

Entendi. E isso acontece muito?

Ah, de vez em quando. Porque lá em casa, é um ajudando o outro sempre.

Ajudar o outro é meio que ter essa responsabilidade também?

Sim, tipo... deixa eu dar um exemplo aí, Acabou o gás aqui.. é a mesma coisa que eu falei.. Acabou o gás aqui. Ou, então, precisa comprar alguma coisa pra mim, mas, tipo, todo mundo tem o dinheiro, mas, tipo, ah, eu tenho metade do dinheiro, não dá pra comprar tudo, aí, já: "oh, Niko, você, quanto você precisa?". Aí, já dá o dinheiro todo pra mim comprar o meu; não, o dinheiro todo não, metade do dinheiro que falta pra comprar um negócio pra mim, ou, então, é, quando é pra comprar, tipo, ah, isso, comprar isso é fazer compra pra casa, aí já dá pra, aí já tem, tipo, metade do dinheiro, só que não vai ajudar pra comprar tudo, aí, já ajuda, já dá a inteira lá, aí já compra tudo.

A trajetória de Roberto demonstra como os vínculos familiares, especialmente o laço com a mãe, funcionam como um potente fator protetivo frente às vulnerabilidades do território e às possibilidades de engajamento em trajetórias infracionais. Sua narrativa

revela a centralidade da figura materna na transmissão de valores como honestidade, trabalho e responsabilidade, configurando-se como um norte ético que orienta suas escolhas. A elaboração de uma moralidade que opõe o “trabalho digno” ao “dinheiro fácil” emerge não apenas como uma escolha racional, mas como expressão de um compromisso afetivo com sua mãe. Ao mesmo tempo, o relato do adolescente permite refletir sobre os efeitos da precarização das condições de vida, que aceleram processos de adultização, impondo, desde muito cedo, responsabilidades e preocupações tipicamente associadas à vida adulta. Nesse cenário, o caso de Roberto exemplifica como trajetórias marcadas por vínculos familiares sólidos e referências morais consistentes podem produzir resistências significativas à atração exercida pelo tráfico de drogas em contextos vulneráveis.

Na próxima seção, iremos explorar o grupo de narrativas-entrevistas nas quais o mundo do trabalho aparece como um alternativa para os adolescentes.

6.1.2 Daniel e o Mundo do trabalho infantil

Nesse grupo, o trabalho surge para os adolescentes como estratégia para a obtenção de certa autonomia financeira, frente à precariedade material enfrentada por suas famílias e como forma de acessar certos bens de consumo (Cardoso, 2015). Dessa forma, esses jovens têm suas experiências laborais ainda muito cedo – vendendo alimentos (amendoins, balas, pão de queijo) ou prestando pequenos serviços (servente de pedreiro, lavador de tumbas, montador de móveis). Assim, o trabalho é frequentemente mobilizado como forma de ajudar a família, adquirir bens de consumo ou serviços, como roupas, cortes de cabelo e tatuagens, ou manter hobbies, como soltar pipa e cuidar de *pets*.

O trabalho, ainda que precário, aparece, dessa forma, como marcador de identidade e pertencimento, um símbolo de decência e resiliência frente ao contexto, e não apenas como ocupação (Anderson, 2000; Hirata, 2010). Mais do que necessidade econômica, há aqui um discurso de distinção ética, por vezes fomentado através dos vínculos e das experiências familiares: trabalhar é “certo”, ao passo que o envolvimento com o crime representa um “atalho ilusório”. Nesse enquadramento, o trabalho passa a ser uma atividade em que os jovens passam a se dedicar e investem seu tempo (Le Black, 1997).

Embora apareça na fala dos adolescentes com uma forma de resolver a pressão econômica e acessar o consumo de maneira lícita, o início da trajetória laboral na infância e adolescência faz com que esses indivíduos se dividam entre a escola e o trabalho, o que pode vulnerabilizar os vínculos com o espaço escolar. Além disso, o trabalho, em algumas situações, expõe esses indivíduos aos riscos existentes nas ruas, contribuindo para a adultização precoce desses jovens (Cardoso, 2015; Dayrell, 2007).

Para ilustrar esse tipo ideal, apresentamos, a seguir, a história de Daniel. Sua trajetória foi marcada pela necessidade de conciliar a infância com o trabalho informal nas ruas, especialmente na venda de amendoins, como forma de garantir autonomia financeira. Sua história é atravessada por experiências de violência – como a perda trágica de um irmão e episódios de violência policial – e pelos impactos do encarceramento paterno durante sua infância. Apesar de viver em um contexto permeado pela presença do tráfico de drogas e das pressões dos pares para ingressar nessa trajetória, Daniel constrói um caminho pautado na recusa ativa ao crime, na valorização do trabalho honesto, mesmo que precário, e na busca por alternativas que lhe permitam construir um futuro diferente dos caminhos trilhados por seu pai e seu irmão.

Daniel é um adolescente negro que, na oportunidade da entrevista, tinha 14 anos e cursava o 9º ano do Ensino Fundamental em uma das escolas da L4. Ele contou que morava com sua mãe, seus quatro irmãos e um sobrinho. Convidado a narrar sua história de vida, se recusou e disse que preferia ser perguntado.

A entrevista, então, seguiu tendo como pauta inicial sua infância. É interessante apontar que, quando articula sobre aquela fase da vida, inicialmente, o faz no passado e logo se corrige. Embora tenha associado sua infância ao ato de brincar, ao ser instado a elaborar um pouco mais, o trabalho surgiu como atividade desempenhada desde cedo. Fica claro, assim, a ausência de uma moratória social no curso de vida do adolescente (Dayrell, 2007).

Então, vamos lá: como é que foi sua infância?

A minha infância foi... Não, eu tô na infância até hoje, né? Brincar, soltar papagaio, jogar bola... Só.

Só? Você só soltou papagaio e jogou bola?

Não, é... Fiz outras coisas também, tipo... Trabalhei... Estudar... Só.

Daniel conta, então, como se iniciou no mundo do trabalho informal. O convite para vender amendoim surgiu quase espontâneo, mas inserido numa rede de relações localmente situada, o que, por si, denota a normalização desse tipo de atividade no contexto em que está inserido. O ato de consultar seus pais demonstra, além da existência de um processo de negociação entre pais e filho, o reconhecimento da autoridade desses enquanto controle primário (Hunter, 1985). Apesar disso, a anuência paterna sobre sua iniciação precoce no mundo do trabalho também acaba por revelar uma naturalização do trabalho infantil. De toda forma, é possível perceber um movimento do jovem em busca de sua autonomia econômica, uma vez que, apesar de ser iniciado na atividade por uma outra pessoa, logo aprende o que precisa para trabalhar por conta própria. Daniel conta que gasta o dinheiro que ganha com a venda de amendoins com “besteiras”, como chinelo, linha para soltar papagaio e tatuagem.

Ah, tipo assim, meu pai e minha mãe tava no bar e alguém já chegou e falou: “oh, Zé, vamo trabalhar”. Eu falei: “ah, não, Zé, tem que ver minha mãe e com meu pai...”. Aí, quando eu falei pra ele, ele falou: “quer?”. Aí, eu falei: “quero”. Meu pai foi e deixou eu trabalhar. Aí, eu comecei a trabalhar com o menino, fiquei com ele dois meses, trabalhando junto com ele. Aí depois, eu peguei, sai dele e fui trabalhar pra mim mesmo. E eu, até hoje, às vezes, eu vou [...] É, já vem pronto, eu só tempero ele. Já vem torrado, já vem tudo pronto. Aí, eu só tempero e vou vender.

No que diz respeito à sua trajetória familiar, o adolescente enfatiza muito as experiências ligadas à figura do pai, sua história de vida e os ensinamentos que este busca lhe transmitir. Daniel contou que, quando tinha 7 anos de idade, presenciou uma cena de violência policial envolvendo seu pai, que na época estava envolvido com a criminalidade local.

Você conhece alguém que tomou tiro, foi preso? Como é que foi?

Ah, tiro dos polícia, um colega do meu pai tomou... na espinha; tá até hoje de cadeira de roda. Aí, ele falou que essa vida não é boa não. Meu pai mesmo, meu pai, ele ia morrer, teve que pular do terceiro andar, os polícia entrou dentro da casa, caçando ele, pegou ele, pulou ele; e no terceiro andar, as pessoas já chegaram dando tiro, ele que pulou embaixo, quebrou o queixo, pé, a mão; as pessoas chegou lá pisando nele, pisando na mão dele quebrada, gritando, pisando.

Contou também que, quando tinha 10 anos de idade, seu pai foi preso, sendo o tempo de pena coincidente com o período em que Daniel entrava na adolescência. Após sair da prisão, segundo o adolescente, o pai abandonou o mundo do crime e arrumou um emprego de zelador. Assim, a partir de sua própria experiência, o pai de Daniel busca aconselhá-lo, dizendo que a vida no crime “não é boa”. Esse é um fato interessante, já que a prisão se apresenta como um marco biográfico na história do pai do jovem, a partir do qual houve uma busca por estabelecer uma identidade ligada ao trabalho e o seu reposicionamento como figura de referência moral (Sampson; Laub, 2005).

[...] meu pai ficou no crime, até eu entrar, tipo, meus 10 anos; aí, pegou, foi preso, ficou 2 anos e 7 meses; aí, pegou, foi e saiu. Aí, pegou, parou de fazer a coisa errada. Agora ele trabalha. Meu pai tem 41 anos, meu pai, desde que o meu pai teve emprego, só fichado, tá nele, até hoje. [...] Ele, tipo, que trabalha em prédios, gente, tipo, lá no Buritis, gente mais que tem dinheiro, tipo, aguava as plantas, fazendo as coisa lá, se tiver alguma coisa suja, ele pega lá no chão.[...] meu pai, assim, saiu da cadeia, foi conversar comigo. Falar assim: que, que essa vida não é boa; se um dia eu entrasse nisso, iria, lá, não sei, Zé ia, tipo, não é que esquecer de mim, só é que dá uma melhora, mas se um dia eu entrar nessa aí, falou assim, que não é bom não.

A convivência familiar é retratada pelo adolescente a partir do signo do conflito entre os irmãos. A figura da mãe, apesar de afetivamente presente, é fisicamente ausente por conta de seu trabalho. Nesse contexto, percebe-se que ela busca influenciar os filhos com apelos para que “não briguem”, “estudem” e “evitem ficar na rua”. Assim, o falecimento do irmão de 12 anos (o adolescente tinha 13 anos), em um acidente enquanto brincavam nas ladeiras do bairro, representa um marco traumático, a partir do qual o adolescente se viu obrigado a amadurecer e ter um comportamento mais colaborativo no âmbito doméstico (Rosenthal, 2017).

Fale mais sobre sua família: como é que é em casa, galera, convivência, seus irmãos...

Eu e meus irmãos, é... Nós briga toda hora, desse naipe. É isso, tipo assim, minha mãe, ela sempre que tenta dar o melhor dela pra nós, assim, fala com nós, “gente...”, fala um pouco, que é: “o que eu espero de vocês (que vocês acham dentro de casa), para de brigar um pouco, estuda”, enquanto ela trabalha lá, vocês estavam aqui em casa, não sei o que vocês; igual meu irmão que morreu, faleceu, e a mãe tava trabalhando, aí, assim, falava com nós: “gente (que é dentro de casa), evita ficar na rua, caçando briga pros outros”; nós teimava, aí, meu irmão foi, faleceu, aí, nós foi, criou uma maturidade, falou tipo, parou de brigar um mais com outro, um pouco, ajuda mais dentro de casa.

Ao elaborar sobre a morte do irmão, o adolescente deixa claro o quão importante era esse vínculo para ele, uma vez que seu irmão era um companheiro de lazer e trabalho. Esse evento demonstra o esforço de dar sentido à sua perda, ao mesmo tempo revela que o adolescente transita entre o luto, a revolta e a tentação da autodestruição. Novamente, é possível perceber o papel de controle social exercido pela mãe, que busca apoiá-lo no sentido de elaborar a perda e seguir sua vida.

Foi... Eu, ele, ele, ele andava junto comigo, andava só eu e ele junto; até hoje, eu tenho uma saudade, mas... [...] Foi. Até hoje, né... Eu, sempre foi, só andava só comigo, tudo que eu fazia, fazia, vendia amendoim junto, tudo, jogava bola junto, brigava também, junto, né? Não brigava um com o outro, que igual todos irmão briga. Mas sempre foi assim, um não abandonava o outro, mas só que Deus teve que tirar ele, foi o que ele quis. Aí, eu fiquei, mas pensei em fazer mais coisa errada, porque, tipo assim, ele que era minha companhia, aí, morreu, eu fiquei pensando em fazer coisa errada, acabar com a minha vida, mas só que minha mãe falou pra aprender a viver sem ele. Tenho que aprender, e tô aqui até hoje.

Embora o adolescente não faça a associação entre sua tentativa de elaborar o luto pela perda do irmão e a tatuagem que carrega no braço, é possível interpretar esse gesto como parte de um processo de ressignificação da ausência. O desejo inicial de tatuar a imagem de um palhaço “sério, preso, pensando na vida”, “entre um antes e um depois”, revela uma carga simbólica densa, que remete à dor, à reflexão e à transformação, o que pode ser lido como uma metáfora do infável estado emocional vivenciado pelo adolescente após a morte do irmão (Guerra *et al.*, 2023). Ainda que essa imagem não se refira literalmente à figura do irmão, ela expressa, de modo cifrado, os efeitos subjetivos da perda, ao mesmo tempo em que revela um esforço de marcar no corpo uma experiência indizível, condensando a experiência da dor, da resiliência e da identidade a partir de símbolos disponíveis no universo estético da periferia. A intervenção da mãe, que o dissuadiu de tatuar o palhaço e o incentivou a escolher um desenho “mais legalzinho”, também é significativa. Revela uma tentativa de mediar o modo como a dor e a identidade do filho serão visivelmente inscritas e percebidas socialmente, evitando associações estigmatizantes com a criminalidade. Ao optar por tatuar a imagem de um anjo com notas de dólar, o adolescente aceita essa mediação materna, mas ainda assim mantém elementos de ambiguidade simbólica, articulando pureza (o anjo) e poder material (o dinheiro), vida e risco, ausência e presença.

É um anjo com a nota de... A nota, filho. Só os dólares. Por que você resolveu fazer essa aí? Ficou da hora!

Não, foi assim: eu ia fazer uma outra. Não ia fazer isso, ia fazer um palhaço aí, o braço todo, a minha mãe comigo: “não, não, não faz essa não, faz uma outra, mais legalzinho”. Ela falou, manda eu fazer essa, não sei por que não, só fiz. Fazer isso.

[...] E por que você acha que ela, tipo assim, não deixou você fazer um palhaço?

Não, porque eu achei bonita a foto. Tipo, só não é um palhaço, tipo assim, o cara de mal, ele é tipo... Com dinheiro, tipo uma moeda que preza, dá uma preza, e ele é tipo um cara, tipo... Tipo, sério. Pensando, pensando na vida, tipo, alguém que pensa. Tipo, é, tipo, antes e depois. Tipo, ele preso e saindo, tipo, isso aí. Aí, com tudo, dinheiro aqui. Aí, eu queria fazer essa, achei doida; ah, meu, pá, não, porque também... Eu, se arrumar esse serviço, é difícil. Porque ela era grandona, ela veio daqui, ela não... Ela pegou tudo, gente.

Sobre sua trajetória escolar, Daniel também a representa a partir de um “antes” e “depois”. Em algum momento, houve um vínculo positivo com o aprendizado, mas que se perdeu. Assim, no momento da entrevista, diante das dificuldades de aprendizado que enfrentava, o adolescente mostrou encarar a trajetória escolar como uma etapa esgotada, ainda que não tivesse sido finalizada. Apesar de ter idade compatível com sua série e incentivo da mãe, o adolescente expressa sua descrença com relação à escola como via de ascensão social, já que sua experiência concreta é a de frustração, dificuldade e insucesso. A escola ocupa, assim, apenas um lugar de sociabilidade com seus pares.

E a escola? O que você acha daqui?

A escola... Já fiz o que eu tinha que fazer nessa escola. A escola é difícil. [...] Eu acho. Tem muita dificuldade de aprender as coisas. Eu acho que estudar dá futuro não, mas a minha mãe sempre fala comigo: “sem estudo, você não é nada”. Aí, tento, mas não consigo, mas não desisto também.

Tem alguma coisa que você gosta na escola?

Não. Ninguém gosta de estudar, mas eu não acho ruim também não, mas nem acho bom. Só tem muito a aprender.

Tem algum, vamos lá, de matéria, tem algum que você gosta mais e tal, ou é tudo a mesma coisa?

Eu gostava de Matemática, mas eu não gosto mais.

Por quê?

Tá mais difícil. Eu sei, eu faço, tento dar o meu máximo, tem que conseguir, tem que conseguir... Eu tento dar o meu máximo.

Tá, certo. A escola é assim mesmo. Mas fora essas coisas de matéria, você curte a galera, ir pra escola pra trocar ideia e tal?

Zoar mesmo. Trocar ideia. Que é bom.

Entretanto, o adolescente expressa uma visão negativa sobre o bairro e seus pares. Através da perspectiva do adolescente é possível perceber que seu convívio comunitário é atravessado por disputas simbólicas, em que as conquistas individuais podem ser lidas como uma espécie de arrogância, ostentação ou mesmo traição. Elaborar-se, assim, uma desconfiança generalizada com relação aos pares, retratados como “invejosos”, o que acaba por fragilizar os laços de confiança e solidariedade estabelecidos nesse contexto (Sampson, 2012).

Aqui não tem nada, não. Tudo parado, só neguinho invejoso. Cara zóio grande, que inveja de ser. Aqui não tem nada, não. [...] É sempre, tipo assim, você não pode ter nada que neguinho seca. Vamos supor, você tá fazendo um trem ali e neguinho te cresce o olho pra não dar nada certo. É isso, neguinho inveja mesmo. Galera invejosa. Muito cê faz, ninguém quer seu bem. Quer seu mal. Aí, quando cê faz, tipo assim, neguinho, tipo assim, “parabéns” pra nós, “é, gostei”. Mas no fundo, no fundo, já pode saber mesmo.

Daniel conta ainda do assédio que sofre de seus pares para que deixe de lado práticas associadas à infância e ingresse no tráfico de drogas. Isso deixa transparecer que, na visão de seus pares, o início de uma trajetória associada à criminalidade é um marco de transição para o *status* adulto (Lyra, 2013; Zaluar, 2004). A esse discurso, o adolescente se contrapõe, elencando caminhos alternativos, como a venda de produtos nas ruas, e apresenta uma recusa ativa, evidenciando sua agência em meio à adversidade (Hirata, 2010).

A galera fica, tipo: “vamos lá, vamos vender, sei que lá...”?

Fica. Fala: “você dá mole, mano, vai ficar aí soltando papagaio, jogando bola, não, sô”. Aí, uns colegas, que é mais, nem te falam assim: “não caça isso, não, sô, caça um ralo, vender uma água, uma bala”; os caras fala isso comigo. Não, mas eu também, eu corto, como neguinho me chama de fazer isso, eu falo: “não, Zé, se eu quiser fazer, precisa me chamar, não”.

O adolescente reflete sobre isso de modo mais profundo ao ser questionado sobre seus pares que entraram para o tráfico de drogas. Seu testemunho indireto sobre essa

vivência retrata o tráfico como uma espécie de armadilha marcada por diversos riscos, como o endividamento, a violência e o vício. Assim, na sua visão, o dinheiro que seus pares recebem no tráfico de drogas não se materializa como uma garantia de estabilidade ou futuro, ao contrário do “dinheiro honesto”, que ele próprio consegue com a venda de amendoins pelas ruas da região. Ainda que precário, o trabalho de Daniel o confere uma superioridade moral com relação aos seus pares, já que não precisa dividir seus lucros e não corre os mesmos riscos (Anderson, 2000).

Boto fé. E os camarada que entra? Que vai?

Eles falam comigo isso aqui, que, nos primeiros dias, é... bom fazer ir pro mês, só prejuízo; cê, vamos supor, tá aqui vendendo, vai preso, tomou prejuízo, 700 real, o patrão falou assim: “2 mil, vai, ó, se você não pagar, se não, morre, fica fora, some dá quebrada”.

E a galera ganha grana, ganha isso?

A maioria dos meninos que eu conheço, assim, nunca liga com dinheiro, não, mas ganha. Só que deixa tudo lá, né, porque vai vendendo droga, vai usando, aí, fica tudo lá [...] mas se eu fosse, eu estava igual, aí. Todo drogadão, não ia saber de escola mais. [...] Igual eu... Eu estou lá, vendendo meu amendoim, ganhei 100 real, pra mim é bom. Não vou ter que dividir com ninguém, não foi risco de morte, de ser preso, pra mim é normal. Compro, vamos supor, minhas roupas, lá, com o dinheiro que eu mesmo trabalhei, não foi fazer coisa errada, não foi, tipo, tirando da família dos outros, roubando telefone, roubando correntinha de ouro, roubando várias coisas aí. É melhor eu pegar minha latinha de amendoim, vender e levar dinheiro pra casa honesto, do que ficar na biqueira vendendo droga, pra correr risco de morrer, de ser preso. Ah, eu acho que tudo é uma ilusão. Tipo assim, tem toda uma ilusão. Menino acha que vender droga é bom; na hora é bom, mas quando você vai preso ou toma tiro, ninguém vai te ajudar.

Apesar de não estar envolvido com o tráfico de drogas, Daniel, jovem negro e periférico, ainda é exposto a alguns riscos associados a essa trajetória. Isso fica claro quando ele narra a experiência recorrente com as abordagens policiais nos lugares do território onde transita. Essas experiências expõem como ele é previamente criminalizado pelas forças policiais por conta da sua estética (cabelo pintado, tatuagem) (Misse, 2008). A fala dos policiais reproduzida pelo jovem – “Quando você crescer, te mostro” – demonstra ainda a expectativa de que ele se envolva com a criminalidade no futuro. Ainda que essas experiências não envolvam violência física, a violência simbólica praticada pelos policiais demonstra a tentativa de subalternizar e estigmatizar o jovem que, diante disso, mantém-se em silêncio para evitar a escalada da agressão.

E as polícias já te pararam aqui?

Aqui?

É, na região?

Aqui foi poucas vezes, mas em outros lugares foram muitas vezes.

Onde que já te pararam mais?

Todo lugar. Na casa da minha avó, eu indo pra casa da minha avó. No... Até lá mesmo, no sinal. Eu estava ralando, ralando, aí, não estava... Ah não, vou embora agora, não, vou ralar mais. Aí, pegou o passo horário, eu fiquei lá na rua, lá... no... até meia-noite. Aí, o ônibus tinha parado de passar, fiquei lá até três horas da manhã. Aí, eles parou lá, me pegou e perguntou o que eu estava fazendo na rua até uma hora dessa. Começou a xingar lá, falar que tava...

Te deram dura? Te bateram?

Não, não bateram em mim, não. Tipo, que... Ah, eles estavam xingando, lá. Começou a xingar pra caralho. Falam isso: “não se dá na rua, não, só, caça um jeito de você ir embora”. Xingando lá. Aí, eu peguei e falei: “não, minha mãe já tá vindo me buscar”. Aí, eles pegou e foi embora.

E por aqui?

Por aqui já parou também. Eu e o colega meu. Fala que eu vendo droga. Fala: “eu vou pegar você, se eu ver você em algum lugar, aí”. Porque eu tava, tipo... Aí, eu tava cabelo branco, aí, falou assim, né: “Aí, tu gosta de pintar cabelo, né? Gosta de fazer tatuagem, de mostrar você”. Deixei. “Quantos anos você tem”. Falei: “14”. Aí... “dessa idade, você gosta de fazer esses trem, né? Deixa você crescer mais”. Xingando eu. Aí, eu falei com ele, assim... “Olha, você vende droga?”. Falei: “não, meu senhor. Eu trabalho”. “Você tava doido? Repete, senão dou um soco na sua boca”. Na gira, falei que é normal. “Não, meu senhor”. “Você tava doido?” Aí, ele pegou, quase que dou um soco na sua boca. Eu falei, ah, permaneci calado. O colega meu, só calado, na dele.

Sobre o futuro, o adolescente revela o desejo de ser incluído em um programa de iniciação profissional, demonstrando seu foco em oportunidades acessíveis no curto prazo. Demonstra também uma visão pragmática, na qual, caso seu desejo de inclusão nesse tipo de programa não dê certo, continuará com a venda de amendoins. Por outro lado, a fala do adolescente também revela a dimensão do sonho, demonstrando que, além do realismo, há esperança por um futuro profissional que esteja associado à figura de um trabalhador respeitado, útil e heroico, como são os bombeiros ou os jogadores de futebol, relacionado ao reconhecimento social e à superação da pobreza.

Não, enquanto eu tô de menor aqui, por enquanto, eu tenho vontade de arrumar um emprego de menor aprendiz, aí, quando eu não vou arrumar um nível de menor aprendiz, eu vou continuar vendendo amendoim, fazendo o que eu faço; aí, quando eu arrumar, vai ser bom pra mim, quando eu crescer, quero ter minha família, quero ter um emprego bom. [...] quando eu crescer, eu quero ser bombeiro, bom mesmo, jogador de futebol, todos os dois.

O plano de se tornar jogador de futebol ainda se articula com sua experiência familiar. O relato do adolescente sobre como o pai e o irmão desperdiçaram o talento para o esporte ao se envolverem com as drogas e o crime aparece, ao mesmo tempo, como uma lição de fracasso e sinal de alerta, o que revela um distanciamento reflexivo das trajetórias trilhadas não só pelos homens de sua família, mas também por seus pares.

Jogador de futebol, meu pai e meu irmão sempre teve chances de, tipo, jogar no time, só que foi fazer coisas erradas, ficar só preso, aí, aí... não. Todo mundo, meu pai e meu irmão sempre foram bom de bola, todo mundo fala isso até hoje, mas só que a droga não deixa, coisa errada não deixa, não vai ficar, desistiu. [...] Meu irmão tinha a mesma coisa, foi envolvendo com a amizade, foi preso, ficou tentando, aí, saiu, mexeu com droga, aí, a chance de ter, de ter chance de jogar futebol.

A trajetória de Daniel revela como o trabalho pode operar como um dispositivo de proteção frente às dinâmicas de socialização criminal presentes nos territórios periféricos. Ainda que se trate de um trabalho informal, precário e, por vezes, realizado em condições que expõem o adolescente a riscos – como o trabalho noturno e a possibilidade de sofrer violência policial –, sua experiência com a venda de amendoins oferece uma alternativa concreta ao tráfico, permitindo a construção de uma identidade ancorada na ideia de autonomia, dignidade e diferença moral frente ao universo do crime. Assim, sua narrativa demonstra que, mais do que uma rejeição abstrata à criminalidade, sua decisão de não se envolver no tráfico se sustenta na percepção clara dos riscos e das armadilhas que essa trajetória oferece, especialmente quando Daniel observa os percursos trilhados por seus pares e familiares. Ainda assim, seu relato deixa evidente que essa escolha não o isenta de estar submetido a outros mecanismos de controle, estigmatização e violência, como as abordagens policiais, as tensões comunitárias marcadas pela desconfiança e pela inveja, e a pressão dos pares para que ingresse no tráfico de drogas.

A seguir, discutiremos o papel das instituições na trajetória dos adolescentes não participantes, sendo a história de Gilberto utilizada como combustível para nossas reflexões.

6.1.3 Gilberto: Instituições e Empoderamento

Este grupo é caracterizado por adolescentes que constroem seus projetos de vida a partir da relação com instituições, como escola, equipamentos da assistência social, programas de inserção profissional (PIP) e projetos culturais. Mesmo diante de críticas à precariedade do ensino e à insegurança nos bairros onde vivem, esses jovens apostam em caminhos institucionalizados como forma legítima de mobilidade e pertencimento.

A escola é valorizada por seu papel de mediação entre o presente e o futuro, ainda que apareça como espaço tensionado – seja por conflitos, seja pela percepção de desigualdade e abandono. A inserção nos PIPs aparece como algo desejado ou, no caso daqueles que já ingressaram nesse tipo de programa, como uma oportunidade, ainda que mínima, de aprendizado e garantia dos vínculos com o espaço escolar. Apesar disso, os adolescentes não necessariamente se identificam com o ambiente de trabalho ou com as funções desempenhadas neles. Já o engajamento nas atividades oferecidas pelos projetos sociais e por outras instituições comunitárias aparece no discurso dos adolescentes como um meio para aumentar o repertório cultural, acessar outras atividades e oportunidades fora do território e estabelecer relações com figuras que se tornam referências positivas, e que, por vezes, desempenham um importante papel diante da fragilidade dos vínculos e conflitos vivenciados em âmbito familiar. Nesse contexto, os adolescentes demonstram capacidade de leitura crítica das estruturas sociais e envolvem-se ativamente em cursos, oficinas e programas públicos.

Dessa maneira, esse tipo fornece uma visão sobre como o controle social de nível paroquial, ou seja, aquele associado às redes interpessoais localmente situadas, e a sua interlocução com instituições baseadas em um dado território pode funcionar como um fator protetivo contra o envolvimento de jovens no tráfico de drogas, ao mesmo tempo que ampliam ou fornecem condições para o fortalecimento do capital social dos adolescentes, oportunizando o acesso a oportunidades e a constituição de projetos de vida (Hunter, 1985; Portes, 2000).

Partindo dessa caracterização, a seguir, apresentamos a história de Gilberto. Sua trajetória é marcada por uma intensa busca por pertencimento, reconhecimento e construção de identidade, em meio a uma história atravessada por conflitos familiares, experiências de rejeição e desafios relacionados à afirmação de sua sexualidade. Nesse contexto, diante das fragilidades no âmbito familiar, foram os espaços comunitários e institucionais – como o terreiro, o jiu-jitsu, o teatro e o programa de iniciação profissional

– que assumiram papel central na sua trajetória, funcionando como redes de proteção, acolhimento e empoderamento. É nesses espaços que Gilberto constrói referências, desenvolve suas habilidades, elabora seus projetos de vida e encontra reconhecimento, protagonismo e possibilidades concretas de construção de futuro.

Gilberto, na oportunidade da entrevista, possuía 17 anos e estava inserido no EJA do período noturno de uma das escolas da L4. Convidado a narrar sua história de vida, o adolescente resolveu iniciar contando sobre o seu envolvimento recente com a Umbanda. Na sua fala, é possível perceber que seu ingresso no universo dessa religião de matriz africana representa um evento marcante, uma verdadeira “fase de evolução espiritual”, que o conecta ativamente com sua ancestralidade, questão que, até então, vinha sendo ignorada por parte de sua própria família. Logo de saída, o adolescente coloca como uma perspectiva de vida assumir mais responsabilidade dentro das práticas religiosas através do desenvolvimento de sua mediunidade, o que denota que a religião se apresenta ao jovem como um espaço de pertencimento, acolhimento e protagonismo (Dayrell, 2007; Groppo, 2016). No entanto, apesar disso, sua entrada nesse universo religioso não foi bem recebida por todos de sua família, o que acabou por gerar uma série de conflitos.

Faz pouco tempo que eu entrei pra Umbanda. E, tipo assim, foi uma das coisas mais legal que me aconteceu, depois que eu entrei. Até eu ficar sabendo de algumas coisas que não me agradou muito, por conta que não sei o que o povo arruma, mas, tipo assim, não pode, não pode ver você feliz? Já quer demandar contra você. Você sabe o que é demandar, né? Aí, tá acontecendo isso comigo, por agora, mas vai passar, é só questão de fase e de evolução espiritual que eu tô fazendo. E para eu querer entrar na Umbanda, por agora, desde o tempo, desde a tataravó da minha vó. Mas todo mundo da família nunca procurou saber o que é, o que não é, sempre ia, sempre vai, mas, tipo assim, ah, desenvolver igual eu tô fazendo, ninguém nunca teve a coragem. Aí, quando eu era pequeno, eu falei com a minha tia assim, eu tinha uns 8 anos. Eu falei assim: “nossa, você vai ver, quando eu crescer, eu vou entrar. E, tipo assim, vocês vão ver que não é, não é isso tudo que eles falam, e é totalmente o contrário do que eles falam, e vocês vai querer entrar também, depois que eu entrar”. Aí, passou pouco tempo, aí, minha amiga que eu fazia aula de dança, que o nosso grupo já acabou, ela foi, me chamou um dia, aí eu fui e perguntei a minha mãe se ela me apoiava, ela falou que sim, aí eu fui. Aí, no que eu fui, nós foi, eu gostei. Aí, passou duas, três giras, que são um mês, no máximo, porque são de semana em semana. Aí, eu fui, aí o Preto Velho falou que era pra eu ter começado minha mediunidade, por conta dos problemas familiares, quanto da saúde, quanto profissionalmente. Aí eu tô entrando. Aí eu entrei, né? E tô aí na Umbanda. Mas, pelo um lado, meu caminho é mais o Candomblé,

porque daqui a 3 anos eu vou ter que fazer raspagem pra receber, pra pegar santo. [...] E é isso, deixa eu ver. É, minha mãe também vai, mas só que minha mãe é o Candomblé, mas por conta que ela ia, ela não, não queria ir, porque ela é uma responsabilidade muito grande que você tem que ter. [...] Quanto a isso, tem muitas pessoas na minha família que não aceita, inclusive minha irmã. Nós já até brigou, nós não conversa, hoje em dia, por conta disso.

Entre esses conflitos, o adolescente narra que, durante uma discussão, sua irmã pegou na sua guia, colar de contas que, para os praticantes de religiões de matriz africana, tem o caráter de artefato pessoal e sagrado. Esse ato significou para Gilberto uma grande ofensa, culminando em um enorme conflito. A narrativa deste conflito, em específico, veio acompanhada da narração de outros diversos conflitos em âmbito familiar. Do ponto de vista cronológico, um dos primeiros conflitos familiares vivenciados pelo adolescente foram as cenas de violência de seu pai contra sua mãe, que acabaram por culminar na separação dos dois. Nesse contexto, a fala de Gilberto ilustra a relação com seu pai de modo ambíguo: se por um lado diz que “gosta muito” do pai, por outro, diante da violência presenciada aos 6 anos de idade e da relação entre ele e o pai pautada na autoridade, frieza e violência verbal, o adolescente construiu um afastamento afetivo de sua figura. Assim, é a figura materna que aparece como única figura confiável de cuidado, presença e suporte.

Eu lembro, depois que eu fiz sete anos, ou seis... Seis. Sim, quando eu morava [em] Taquaril, agora eu moro aqui no Granja. Eu vi, eu ficava, a gente morava numa casa de aluguel que tinha lá. E eu acho que era, eu achava muito bom, porque ali eu vi coisa que eu não queria, né? Que era meu pai fazendo coisa que não podia, batendo na minha mãe, tal. Depois que ele foi embora, eu senti um pouco de saudade. Hoje em dia, eu sinto também, mas não como antes, mas se deixar eu nem, nem mando mensagem, não corro atrás, não falo nada. E quando ele fala comigo, eu nem falo nada, eu fico o tempo todo calado do lado dele. Mas respeito e tal. [...] Ah, meu pai, tipo assim, eu gosto dele demais. Acho que ele, já presenciei ele batendo na minha mãe. Aí, quando eu fiz sete anos, ele foi embora de casa. Aí, eu queria ir embora com ele, mas minha mãe não quis deixar. Aí eu fiquei um tempo indo lá visitar ele, lá na minha vó, mas ele nunca foi chegado em mim, né? Igual eu falei. Ele foi mais na Bruna, até por tanto ele, ela já chegou a morar na casa da minha vó, porque ele tava lá. Aí foi. Aí passou um tempo. Aí, eu fui na casa da minha vó, um dia, aí ele tava lá. Aí eu fui brincar, eu trinquiei a perna, ele me xingou horrores. Aí ele ficou, levou pro hospital me xingando, me levou embora xingando. Aí, eu fui, eu falei, ah, fui me afastando um pouco, mas, tipo assim, sei lá, né? Sabe? Um carinho assim, mas ele nunca me deu carinho de chegar, abraçar, conversar, brincar. Sempre foi xingo, beliscão e tal. Mas eu gosto dele. E, hoje em dia, eu prefiro, às vezes, eu preciso dele, mas não pode contar com ele, porque ele tá sempre trabalhando, então, eu nem, nem, nem falo assim: “Ah, pai, preciso ir em tal lugar e preciso do senhor”. Eu nem falo isso não. Eu prefiro ficar enchendo o saco da minha mãe, que eu sei que ela vai fazer isso, me levar lá, do que ele.

Do mesmo modo, a relação de Gilberto com o irmão também é atravessada pela marca do conflito e da ambiguidade. Em sua fala, o adolescente relata situações em que o irmão utiliza a violência como forma de vigilância sobre seu corpo e forma de expressão, especialmente no que se refere a gestos associados à feminilidade, como a dança. Assim, o irmão busca disciplinar o corpo do adolescente a partir de um ideal de masculinidade hegemônica (não dançar, não fazer abertura) (Barros, 2024). Entretanto, a ambiguidade desse laço se revela no reconhecimento ou na tentativa de ressignificação da violência perpetrada pelo irmão como tendo também um caráter pedagógico. É igualmente interessante apontar que Gilberto narra ainda o processo de reaproximação recente com seu irmão que, na época da entrevista, havia migrado para Portugal em busca de melhores oportunidades para sua recém-constituída família. Apesar da distância física, o irmão busca se tornar uma fonte de apoio para o adolescente na fase de transição para a vida adulta.

Então, meu irmão me espancava demais, né? Ele batia por tudo que eu fazia. Se eu dançava, eu apanhava. Se eu, porque, naquela época, minha perna era muito flexível, então eu conseguia fazer abertura. Aí, teve um dia, né, que os amigos deles, muito criança, foi e pediu para eu fazer. Eu fui na inocência, fiz abertura, aí ele foi e pegou pelo pescoço, me xingou todo, me bateu. Aí, eu fiquei, eu fiquei chorando, né, como sempre, eu sempre choro. Aí, depois disso, nunca mais eu fiz abertura por conta disso. [...] Ele cuidava também de mim, comprava algumas coisinhas pra mim, me dava algumas coisas, mas a maioria do tempo era ele me batendo. Mas, tipo assim, hoje eu vejo pelo lado bom, porque se ele, se ele não tivesse feito o que ele fez comigo, eu acho que o certo não devia bater, né, conversar. Fez comigo, eu acho que eu não me tornaria uma pessoa tão, tão, como é que fala? Esqueci. Responsabilidosa, igual eu sou hoje. Tipo assim, ah, se eu tenho que tá no horário tal, eu tô no lugar tal horário. Eu não falo coisa sem, sem pensar duas vezes. Igual, antigamente, eu falava muita merda. Hoje em dia, eu tô sofrendo por isso, porque eu não sei ficar com a língua dentro da boca. Eu falo coisa que eu não devo. [...] Hoje em dia, eu sinto, porque agora que a gente foi ter conexão, né, depois que eu fiz 17 anos que ele vem me dar conselho, que eu tive uma aproximação, porque, antigamente, mal ele olhava na minha cara. Era só pro bater mesmo. Acho que só. Aí, a gente foi, tá tendo uma conexão, aí ele me pergunta sobre o que eu tô fazendo, me dá conselho de curso que eu tenho que fazer, coisas que eu tenho que fazer, pra não ter que, na frente, procurar alguma coisa para fazer, pensar demais pra fazer. Ele conversa comigo, às vezes. Quando eu chamo ele, ou ele me passa algum filme para eu ver, pergunta se eu tô bem, fala pra eu não ficar assim. Se ele puder me ajudar financeiramente, ele me ajuda, se não, também ele tenta me ajudar de qualquer forma.

Diante dos conflitos vivenciados no ambiente de sua família nuclear, a casa da avó aparece na narrativa de Gilberto como um espaço de refúgio. Isso revela a importância da

família ampliada como rede de suporte e também coloca a questão da moradia não como algo fixo, mas relacional e negociada, na qual os laços afetivos orientam as migrações dentro e até mesmo além dos núcleos familiares. A nova gravidez da mãe, quando Gilberto tinha por volta de 11 anos, aparece, assim, como um evento crítico de ruptura afetiva. A partir de sua fala, é possível perceber que a gravidez da mãe colocou sentimentos como deslocamento e perda de protagonismo no laço afetivo existente com a mãe. Assim, a casa da avó aparece, novamente, como um espaço de acolhimento, no qual o adolescente viveu entre os 11 e os 17 anos. O adolescente relatou que voltou a morar com a mãe após uma discussão com uma prima, que também vivia na casa da avó. O conflito teria ocorrido por conta da forma como a prima tratava a avó, o que o incomodou profundamente. Diante da tensão gerada pela convivência, optou por deixar a casa da avó e retornar ao convívio com a mãe.

Na verdade, eu sempre morei com a minha mãe. Mas aí, quando minha mãe tava pegando no meu pé, aí eu falei assim: “Ah, não, nossa, pra eu não me estressar todo dia, toda hora”, aí eu falei assim: “Ah, vou ficar um pouquinho na casa da minha vó”. Aí, eu sempre chegava: “Vó, posso dormir aqui?”. Ela: “Pode. Por quê?”. Falei assim: “Ah, não, minha mãe tá me xingando à toa”. E ela sempre fez isso com o nosso outro irmão, que tá em Portugal, hoje em dia. “Ah, não, porque minha mãe tá enchendo meu saco”. Aí, meu irmão morava lá também. Aí, ele falou assim: “Ah, não, fica aqui”. Aí, nós conversava lá, ele me batia, né, toda hora. Porque eu fazia coisa errada. Aí, beleza, aí eu fui, fiquei na minha vó. Fiquei lá na minha vó um bom tempo. Aí, eu descí pro Granja. Aí foi e minha mãe ficou grávida. Eu não aceitei a gravidez da minha mãe, eu não aceitei que eu teria outro irmão, eu fui e fiquei na minha vó. Aí, quando eu fiquei na minha vó, eu fiquei na minha vó até a gravidez da minha mãe acabar. Aí a gravidez da minha mãe acabou, eu descí, mas eu voltei pra casa da minha vó de novo, porque eu não tava gostando. Aí eu fui, fiquei na minha vó. Aí, eu fiquei na minha vó, acho que eu fiquei na casa da minha vó, quando minha mãe tava grávida, foi que demorou um ano, né? Quase um ano pra neném nascer. Nove meses. Eu fiquei na minha vó. Nove meses. Aí eu voltei, fiquei um mês na casa da minha mãe, com a minha irmã novinha. Aí depois, eu voltei pra casa da minha vó, de novo. Aí, desse eu voltar pra casa da minha vó de novo, aí eu fiquei lá cinco, cinco meses, voltei pra casa da minha mãe, aí não quis ficar na casa da minha mãe, eu fui pra casa da minha vó, eu fiquei dois anos direto, seguido. Que aí, eu fui, fiz 11, não, pera. Não, aí quando, quando eu tinha 11, minha irmã tinha acabado de nascer. Aí, eu fiquei lá na minha vó. Aí depois eu saí de lá foi o quê? Ano passado.

Quando a entrevista foi realizada, o adolescente morava com sua mãe e sua irmã. Sua mãe estava com um problema de saúde, o que exigia a colaboração de seus filhos. No entanto, mais uma vez, o que se destaca na narrativa de Gilberto são os conflitos. Na sua fala, é possível observar que a comunicação com sua mãe é reduzida ao mínimo

necessário, o que revela sua estratégia para reduzir o desgaste emocional, ao mesmo tempo demonstra um estado de exaustão emocional por parte do adolescente. Apesar de reconhecer as qualidades de sua mãe, retratada como “trabalhadora” e “guerreira”, o adolescente expressa que ela invade os seus limites, o que gera desgastes e evidencia o esgarçamento dos laços familiares de Gilberto. Nesse registro, o adolescente criticou a lógica dessa relação e expressou uma posição idealizada de família como um espaço de apoio mútuo incondicional. Assim, um dos planos expressos por Gilberto, é o desejo de ir morar sozinho, sendo essa uma forma de adquirir maior autonomia, apesar das responsabilidades.

Tipo assim, com a minha mãe, eu só falo “oi”, com a minha mãe, porque minha mãe, agora no momento, minha mãe tá precisando, mas se minha mãe um dia não precisar mais, eu só vou chegar em casa, tomar o meu banho e dormir. Só isso que eu quero fazer ultimamente, tipo assim, não tô tendo ânimo de, tipo assim, acordar e ficar lá. Se eu não tiver, tipo assim, eu acordo no horário de sair pro serviço, porque, se não, se eu acordar antes, eu me estresso muito rápido. Aí, beleza. Aí, ela sempre faz isso, tipo assim, ela tá fazendo esse negócio pra minha mãe, aí ela vai, minha mãe pede a ela um trem, aí minha mãe, minha mãe, às vezes, ela é, tipo assim, ela é gente boa, tal, gosto muito dela, trabalhadora, guerreira, mas às vezes ela extrapola o limite. Você dá o pé, ela quer o corpo inteiro. Aí, minha mãe falou assim: “Ah não, tá pouco, você tem que fazer mais e tal”, ela fala. “Não, não vou fazer mais, não”. Aí fica: “Eu fiz tal coisa pra você”, tum, joga na cara. Aí, eu acho que, pra mim, no meu ponto de vista, como é uma família, eu acho, mesmo que faça e com o seu esforço, com o seu dinheiro, mas é uma família, né? Então, tipo assim, todo mundo tem que tá reunido. Não é, tipo assim, “ah, vou fazer, mas quando ele precisar de mim, eu vou jogar na cara”. Não é assim não que funciona, não. [...] Queria ter uma casa, tipo assim, morar num lugar eu e eu. Sei que às vezes é muito ruim você morar sozinho, porque você não tem ninguém pra conversar, você não tem ninguém pra, pra falar, mas quando você mora sozinho, acho que você tem mais liberdade, você tem mais, mais responsabilidade. E assim vai, sabe?

Apesar das extensas narrativas sobre os conflitos familiares, o caso de Gilberto é especialmente interessante, pelos espaços fora da família que o adolescente encontrou para construir sua identidade, criar laços, e como eles ajudam a compreender sua trajetória. Nesse sentido, a dança e o jiu-jitsu aparecem em sua fala como desejos próprios, embasados tanto no seu gosto pessoal como no histórico de sua família, e o que o adolescente busca ativamente. Assim, é essencial apontar que Gilberto revela o conhecimento e a valorização das redes e instituições que oferecem oportunidades relacionadas às práticas esportivas e culturais existentes em seu território. O fato de o adolescente ativar essas redes, revela a existência de um capital social que pode ser visto

como um fator protetivo frente às adversidades que enfrenta (Portes, 2000). Nesse enquadramento, a prática do jiu-jitsu, mais do que uma atividade física, aparece na fala de Gilberto como um espaço de reconhecimento, protagonismo e validação de sua identidade.

Aula de dança apareceu porque eu tava muito a fim de fazer dança. Porque a família toda já fez aula de dança também. Aí, eu falei assim: “Ah não”. Eu sempre fui de dançar muito. Aí eu fui, pedi pra minha mãe pra me colocar numa aula de dança. Eu falei assim: “Oh, mãe, escolhe, ó, escolhe duas coisa. Eu quero fazer, eu quero fazer luta e eu quero dançar. Qual que a senhora deixa eu fazer? Porque a aula de dança tem que pagar e a luta também”. Aí, a aula de dança tava mais barato do que a luta. Mas aí acabou que não precisou pagar, foi tipo um período de quatro meses sem pagar. [...] Aí, eu aproveitei a oportunidade e fui, comecei a dançar. Mas aí, desde a escola, tem escola aqui tem integrada, né? Aí, então, tipo assim, tinha aula de dança e tal, aí eu dançava lá. Mas só que acabou lá, eu procurei por fora. Aí foi. Na hora que passou esses quatro meses, na hora que eu ia entrar realmente pro grupo, aí o grupo acabou. Aí, no que o grupo acabou, eu fui e comecei a fazer jiu-jitsu. Que aí agora eu tô, tô aí, mas tô um pouquinho parado. Já lutei acho que cinco campeonatos, ganhei três, acho que foi cinco ou quatro? Não, foi quatro. Dois em primeiro e dois em segundo.

Que chique. E você faz jiu-jitsu onde?

Lá no Taquaril, no final do 9412, Casa Hip Hop, não sei se você sabe onde é. [...] É de lá o jiu-jitsu. Eu aproveito tudo que tem na periferia de graça, eu sempre vou aproveitar. Aí, eu tento aproveitar o máximo. [...] Aí quando eu fiz sete, nós continuou morando lá ainda. Aí, quando eu fiz oito, eu comecei a fazer jiu-jitsu. Aí hoje em dia, eu faço jiu-jitsu ainda, mas eu tô na faixa verde. Gosto demais, só não agora que eu tô um pouco parado, porque eu tô fazendo, tô estudando, trabalhando, estudando, tenho a mediunidade também, aí vou ver se eu volto no... nos treinos de sábado.

É nesse aspecto da validação da identidade que podemos compreender a possível raiz de alguns conflitos familiares narrados pelo jovem e também o papel protetivo dos vínculos comunitários e institucionais, que muitas vezes oferecem suporte, escuta e formas de reconhecimento indisponíveis em outras instâncias da vida. Nesse registro, Gilberto relatou que se sentia pressionado para atender expectativas de gênero e sexualidade heteronormativas, especialmente pela figura materna. O sofrimento gerado por essa situação culminou em um ato extremo: uma autolesão que o adolescente nomeia como uma “tentativa de suicídio”. É possível compreender esse ato como uma forma de inscrever no corpo uma dor que não pode ser expressa pela via das palavras e que não encontra acolhimento ou escuta no outro (Guerra *et al.*, 2023). Assim, o mestre de artes marciais aparece como uma figura central que, ao perceber a situação do jovem, busca

acolhê-lo e reafirmar seu valor. Esse evento acaba por reforçar o laço de confiança entre Gilberto e seu mestre, ao mesmo tempo em que representa uma reorganização subjetiva sobre como o adolescente passa a encarar sua própria sexualidade (Rosenthal, 2017).

Eu converso com o pessoal, mas, tipo assim, meu professor, ele é amigão demais. Quando eu tentei fazer uma coisa que não devia, ele foi o único que sentou perto de mim e conversou. [...] É, eu tentei fazer, eu tentei suicidar, porque... por conta de eu ser, não vou falar homossexual porque eu tô me descobrindo ainda. Aí, minha mãe foi, não tava aceitando, aí eu queria ser normal como todas as pessoas são. Mas esse normal meu, que eu tô falando assim, é ser hétero e dar aquele prazer pra mãe e tal, de ter neto e tal. Aí foi, eu tentei me suicidar, aí no treino, tá as marcas até hoje, ó. Aí no treino, eu tava treinando, né? Mas só que tava recente. Aí, meu quimono sujou todo assim de sangue. Aí ele falou assim: “O que aconteceu?”. Eu falei assim: “Nada não, é coisa boba. Eu acho que o braço que eu arrastei tava sangrando”. Aí, quando eu fui no banheiro me limpar, eu esqueci a porta um pouquinho assim aberta. Aí ele foi e olhou. Aí ele viu que tava sangrando, ele foi, me xingou, começou a conversar comigo, aí eu comecei a chorar, ele foi, foi quem me apoiava, foi isso. É, porque, tipo assim, eles, eles falam assim que quando eu tô no lugar, o lugar não fica triste, ele fica alegre, porque eu sou muito palhaço. Aí, por conta disso, ele me ajudou também, ele falou assim que eu sou muito importante pra eles também, não é pensar assim, não que eu tava sendo egoísta de uma parte minha, que não é só fazer isso e pronto, tá certo, a dor foi embora. Não, aí eu fui, conversei com ele também, aí eu falei algumas coisas que eu tava precisando falar, né? Ele foi, me ajudou, ele foi e falou assim que se eu precisasse ele taria lá. Aí, até então, de lá, ele é a única pessoa que eu posso confiar, sabe?

Para além da dança e do jiu-jitsu, Gilberto contou ainda que estava fazendo um curso de teatro, iniciado por incentivo de uma tia, que já foi integrante da corte momesca de Belo Horizonte. Ao validar a performance do adolescente, a tia despertou um desejo concreto no adolescente, que se movimentou no sentido de acessar a oportunidade que lhe havia sido oferecida. Assim, além da ampliação do repertório cultural, o teatro surge como mais um espaço de acolhimento, afirmação da identidade e protagonismo para o adolescente, sendo este altamente comprometido com o processo de formação artística que vem trilhando.

Teatro foi assim, nós tava no sítio de família. Sítio de família, que eu falo assim, que a gente aluga e vai. Aí, minha tia, ela fez teatro [...] Aí ela tava fazendo gracinha lá na piscina, eu comecei a imitar ela. Aí, no que eu comecei a imitar ela, aí eles falou assim: “Faz de novo, Giberto”. Eu falei assim: “Eu não, que horror”. Aí eles falou assim: “Não, faz de novo, ficou legal”. Aí eu fui, imitei ela. Aí foi e eles falou assim: “Oh, você tem carreira, hein, pra teatro”. Aí eu falei assim: “Ah, será? Acho que não”. Aí ela foi e falou assim: “Não, Gilberto, você tem sim. Me chama no WhatsApp que eu te passo o endereço, você vai e eu falo com eles que você tá indo”. Aí eu fui, falei assim: “Ah, tá bom, eu vou

pensar”. Aí eu pensei um... Aí quando deu início do ano passado, 2022, eu fui e falei com ela. Aí foi e comecei a fazer teatro. Na verdade, eu fiquei azucrinando a vida dela o tempo todo, né? Toda oportunidade que eu tinha de mandar mensagem, eu mandava mensagem pra ela. Ela foi, me mandou pra lá. [...] Aí eu fui, fiz a aula de teatro, gostei de todo mundo. Na verdade, eu nunca tenho problema de gostar de alguém. [...] Aí eu fui, fiz, aí teve minha primeira peça, que era só pessoal das escolas. Aí eu fiz a primeira, depois fui pro público, que eu quase tive um treco no palco, mas deu tudo certo. Aí eu fui, fiz essa apresentação. [...] Aí agora, eu tô fazendo só os trágicos, aí eu fiz cordel. [...] Falta duas montagens para eu terminar o curso.

Outra dimensão que atravessa a história de Gilberto é o mundo do trabalho. O adolescente conta que começou a trabalhar em uma hamburgueria em um bairro da região Leste de Belo Horizonte, quando tinha entre 14 e 15 anos. Permaneceu nesse emprego informal por cerca de um ano. Mantinha boas relações com seu chefe, mas saiu por conta de conflitos com a esposa dele. No momento da entrevista, estava inserido em um programa de iniciação profissional em um posto de trabalho da Prefeitura de Belo Horizonte. Ao narrar sua experiência, Gilberto revelou uma relação funcional e pragmática com a atividade que desempenhava. Mesmo que esta não seja retratada como algo estimulante, o adolescente demonstra que valoriza aspectos como a leveza e a estruturação da rotina que o trabalho representa. No entanto, ao se definir como um “faz tudo”, o adolescente também revela a ausência de um percurso formativo claro, que se desdobra em atividades fragmentadas e que, muitas vezes, são vistas pelo adolescente como sem sentido. Gilberto destaca ainda os pequenos aprendizados adquiridos na prática, o que indica que sua iniciação profissional está sendo construída muito mais pela experiência direta do que por iniciativas formais oferecidas pelo programa de iniciação profissional. Dessa maneira, essa experiência aparece na fala de Gilberto como mais um espaço de socialização e de fortalecimento da sua responsabilidade e autonomia.

Você gosta do que você faz?

Gosto, não é tão pesado assim não. Até por tanto, eu fico mais sentado no computador. Porque agora eu tô fazendo praticamente fazendo nada, tipo assim, amanhã eu vou ir, vou ficar o dia inteiro sem fazer nada. [...] Eu sou, como é que eu vou te dizer? Ah, um faz tudo. Pra não falar escravo, um faz tudo. Mas não é pesado não. Eu só vou lá no almoxarifado, porque são dois almoxarifado. Tem um pequenininho, é ali no ponto do Sagrada Família? De esterilização, eu fico naquela área. Tem uma área pequena que todo mundo trabalha. Aí, aí eu fico encarregado de pegar as coisas lá em cima no almoxarifado grande, descer pros pequeno. Aí quando não tiver isso para fazer, cortar grau. Quando não tiver grau para cortar, digitar as coisas no computador. E quando tiver nada no computador pra fazer, aí se eu quiser levar minhas coisas da escola para estudar, eu posso. E só.

Você sente que você tá aprendendo alguma coisa?

Sim, tô. Porque eu não sabia mexer nada com o computador. Não, sabia, né? Porque antes de eu ir para lá, eu já passei pelo curso do ASSPROM. Aquele de 20 dias. Foi a pior coisa da minha vida. [...] Porque, literalmente, eu quase não aprendi nada, porque era online, eu não consegui aprender nada que é online. Se não for presencial, eu não consigo aprender. E porque falou que depois de cinco meses ia me chamar. Tô até agora aí, sem me chamar.

E lá você conseguiu aprender alguma coisa de computador? No seu estágio?

Tipo, anotar as coisas na planilha, mexer com Excel. Esses negócios assim. O básico mesmo, sabe? Acho que só.

Diante desse contexto, quando perguntado sobre os adolescentes que se envolvem no tráfico de drogas, Gilberto elabora uma reflexão moral a partir do que observa a sua volta. Segundo ele, alguns adolescentes se envolvem em busca de prestígio e reconhecimento, sendo o tráfico um espaço para a construção de um tipo de masculinidade baseada no medo e na visibilidade, o que Gilberto define como “palhaçada”. Por outro lado, ele reconhece que a falta de apoio e o julgamento da família podem ter um papel na inserção de adolescentes no tráfico. Apesar disso, apresenta um discurso de clara valorização do esforço pessoal, no qual o “dinheiro limpo” do trabalho honesto, e as conquistas legítimas que esse dinheiro proporciona, se contrapõe ao “dinheiro sujo” do tráfico e seus ganhos efêmeros (Anderson, 2000). Gilberto ainda articula ideia de que o envolvimento no tráfico compromete o futuro daqueles que se envolvem, sendo um dos riscos o arrependimento. Assim, a partir do lugar em que se situa e de suas experiências, Gilberto rejeita a via infracional.

No meu modo de pensar e no meu modo de ver, eu acho que esses meninos só entra pra esses negócio pra falar que pode fazer as coisas. Porque, tipo assim, eu acho que se a pessoa tivesse, tivesse, deixa eu ver, como é que eu vou te falar? Tivesse ânimo de procurar as coisas, mesmo que sabendo que você sempre tem não, mas às vezes você pode conseguir um sim. Tipo assim, eles não estariam onde que eles tá, tipo assim, eu acho que eles tão porque eles querem, não, muitos outros é porque é revoltado e tal, mas tá lá porque querem. Se parasse pra pensar, igual eu falei da última vez, mas também tem que ter o apoio da família, porque às vezes a família não apoia, a pessoa tá precisando, não chega para conversar, só sabe julgar. Então, tem muita gente que tá lá porque ou é esse caso ou muito aqueles que adora aparecer. Sério. Porque lá onde que eu estudava, um tanto era assim. Só entrava pra falar assim: “Ah, eu vou te matar” e tal. E acha que é bonito falar isso. Eu acho que, para mim, é uma palhaçada, mas deve ter os seus outros motivos. Tipo assim, olhando pra agora, porque tipo assim, de antes para agora, minha mente deu uma boa mudada. Mas eu acho que é uma perda de tempo ficar, sabe, indo lá, vender esses trem. Eu sei que alguns precisam, mas eu acho que se parasse para pensar,

você teria uma certa idade pra você começar a trabalhar e você olhava certinho se era isso mesmo que você queria. Porque lá na frente pode se arrepender, né? Tem muita gente, hoje em dia, se arrepende de ter feito o que faz, do que fez. Acho que só.

Você acha que esse pessoal que, né, que faz esse, assim, porque a gente tava escutando, conversando aqui aquele dia, que o pessoal fala de dinheiro, né, essas coisas. Você acha que o pessoal consegue essas coisas ou é só ilusão? O que você vê? Pelo que você vê, né? Não só o que você acha.

Ah, conseguir consegue, óbvio, né, porque tá trabalhando lá, é um dinheiro que vem, você piscou, já tá na sua mão. Mas, tipo assim, um dinheiro que você piscou, tá na sua mão, se a polícia bater na sua porta, aquilo que você conquistou vai embora, você piscando. Então, tipo assim, se você trabalhar, se você for todo dia mesmo, todo dia, acordando cedo, indo lá, buscar seus negocinhos, fazer o que você tem que fazer na sua empresa e tal, e do jeito que é, eu acho que mesmo que você trabalha meses e um dinheiro vai embora em segundos, mas eu acho que você vai ter muito mais, nossa, batalhei pra ter aquilo que eu tenho. Então, tipo assim, se a polícia chegar a um caso de chegar na sua casa, igual muito caso tem hoje em dia, vai ver que você é uma pessoa trabalhadora, que você não tá em qualquer boca vendendo qualquer coisa, você não tá, você tá trabalhando e, se tem aquilo ali que você tem, porque você trabalhou. E não porque você vendeu droga e conseguiu facilmente. Eu acho que é assim.

Dessa maneira, o que Gilberto almeja para seu futuro se relaciona intimamente com sua formação artística e sua busca por reconhecimento e protagonismo. Consciente das barreiras e dificuldades existentes para o ingresso em uma trajetória profissional no mundo das artes, o adolescente projeta uma perspectiva de futuro baseada na preparação para buscar esse desejo. Assim, sua estratégia envolve fazer uma faculdade e mobilizar a sua rede como forma de viabilizar seu sonho.

Ah, tipo assim, na verdade, o meu sonho mesmo era fazer Malhação. Sonho de todo mundo que entra no teatro. Mas como agora não tá tendo Malhação, pra... se inscrever em alguma coisa da Globo, é muito mais difícil do que oportunidade que tem aqui em BH. Então, pra eu ter oportunidade no Rio, eu teria que mudar para lá. Mas eu conheço gente que mora lá, então, fica mais fácil para eu me inscrever, mas eu acho que vou ter que fazer faculdade primeiro, pra depois eu ir.

A trajetória de Gilberto revela os efeitos das múltiplas vulnerabilidades acumuladas ao longo de seu curso de vida – marcado por conflitos familiares, ausência da figura paterna, rejeições e desafios no campo da identidade e da sexualidade. Ao mesmo tempo, sua história também ilustra como, mesmo em contextos vulneráveis, é possível construir caminhos de resistência, pertencimento e ressignificação. A inserção em espaços como a Umbanda, o jiu-jitsu, a dança, o teatro e o mundo do trabalho, embora

atravessada por desafios, constitui verdadeira rede de suporte emocional, fortalecimento da autoestima e construção de identidade. Seu relato expressa com clareza que, apesar dos limites impostos pela família e pelo território, a busca por autonomia, reconhecimento e empoderamento se torna um eixo central de sua vida. Assim, Gilberto se afirma enquanto sujeito ativo na construção de seu próprio percurso, encontrando nas práticas culturais, religiosas e comunitárias uma alternativa concreta frente aos riscos representados pela reprodução das violências e exclusões que permeiam o seu contexto.

6.1.4 Carlos: No fio da navalha

Entre outros significados, a expressão “No fio da navalha” descreve um contexto em que um indivíduo encontra-se em uma situação muito delicada e instável, sendo o resultado dessa situação um final incerto e, provavelmente, negativo. Dessa maneira, este tipo ideal, em contraste com os demais trabalhados até aqui, é caracterizado pela fragilidade ou mesmo pelo rompimento dos vínculos familiares e pela não identificação e pelo não engajamento dos adolescentes com o espaço escolar ou com o mundo do trabalho. Assim, esses adolescentes resistem ou enfrentam dificuldades em adaptarem-se a figuras ou ambientes responsáveis por exercer algum tipo de controle social, seja em nível primário ou secundário (Hunter, 1985; Le Blanc, 1997). Tal situação produz uma sensação de desencaixe, de modo que, ainda que não tenham se envolvido com o tráfico de drogas, os adolescentes podem cogitar o ingresso em uma trajetória infracional como forma de adquirir autoestima, pertencimento e autonomia (Lyra, 2013).

A elaboração deste tipo ideal foi quase que exclusivamente feita com base no relato de Carlos. Ao longo da vida, Carlos transitou entre diferentes arranjos domiciliares – ora na casa da mãe, ora da avó, da bisavó ou de um “tio” –, revelando a fragilidade das redes de cuidado em que esteve inserido. Sua relação com a família nuclear é atravessada por conflitos recorrentes, sentimento de rejeição materna e desentendimentos com os irmãos, o que contribui para um quadro de ruptura afetiva e distanciamento. É nesse contexto de desproteção que o adolescente se aproxima das sociabilidades das ruas e experimenta uma relação ambígua com os espaços institucionais, como a escola e o trabalho. Ao mesmo tempo em que tenta construir rotinas, a partir do ingresso no programa de iniciação profissional, enfrenta enormes dificuldades de adaptação e

mantém, de forma latente, a possibilidade de adesão ao tráfico como uma alternativa concreta, embora carregada de riscos e contradições.

Quando a entrevista foi realizada, Carlos era um adolescente de 15 anos e estava inserido no EJA de uma das escolas da L4. Convidado a narrar sua história, inicialmente, preferiu ser perguntado. No entanto, começou a elaborar sobre sua família e contou, então, que tinha cinco irmãos e que sua história é marcada pelo deslizamento entre a casa da avó, da bisavó e de uma pessoa que chama de “tio”. O grande número de irmãos, o deslizamento entre diversas configurações familiares e a decisão de sua mãe de ir morar longe de sua avó sugere de saída a fragilidade das redes de cuidado em que o jovem está inserido (Hunter, 1985).

Nasci aqui memo, no Alto Vera Cruz, ali no Hospital das Clínica. É... Eu tenho seis irmãos, né? Um chama [nome do irmão]. E eu sou o segundo mais novo, que é o [nome do irmão]. Aí, [nome da irmã]. A [nome da irmã], o [nome do irmão] e o [nome do irmão]. Nós somos um total de seis. Aí, hoje em dia, eu tô morando... Eu morava com minha bisavó. Agora, eu não moro com ela mais. Eu tava morando com minha vó de parte de mãe, não moro com ela mais, agora tô morando com meu tio, agora. Mas lá em casa também eu tenho ainda, lá em casa ainda. Porque minha mãe tinha a casa, tem a casa dela ainda, só que ela saiu lá de casa e tá morando de aluguel, porque ela queria, tipo, ficar ela, ter mais liberdade. Porque lá em casa tem duas casas, a casa dela, em cima, a casa da minha vó, embaixo. Mas ela não tinha muito liberdade, aí...

Nesse contexto, o adolescente expressa a percepção de que sua mãe tem uma preferência por seu irmão mais velho, o que gera um sentimento de injustiça e exclusão dentro de sua própria família. O fato de sua avó e sua tia observarem o mesmo acaba por legitimar esse sentimento. Dessa maneira, Carlos retrata a relação com sua mãe a partir de uma lógica de distanciamento, o que pode ser interpretado como uma estratégia de autoproteção emocional. Ressalta-se, ainda, na fala do jovem, a relação que ele estabelece entre a deterioração da qualidade dos vínculos de sua família nuclear à ampliação desses. A chegada de mais irmãos representa, assim, a perda de um lugar simbólico e também sugere a incapacidade de sua mãe de atender às demandas financeiras e afetivas dos filhos de maneira equilibrada.

Nóis conversava, assim, no bate, fessô, porque eu nunca fui de ficar próximo com meus irmãos, porque eu sempre via, tipo assim, não é, é, eu posso tá enganado, mas eu não tô enganado, porque minha mãe dava mais atenção pra ele do que pra mim. Isso aí, tipo, minha vó observava, minha vó sabia disso, minha tia que é, minha tia, irmã, tudo que ela é pra mim, ela também sabia disso, tipo assim, fessô, foi tipo, né, foi machucando um pouquinho, porque a mãe fazia de tudo pra um, e por outro ela não faz. Se ela tem 6, ela tem que fazer pros 6, não é pra um que ela tem que fazer. Tipo assim, se ele pedir pra ela assim: “Oh, mãe, eu quero 50 reais agora”, se ela não tinha, ela se virava. Agora, se eu falo assim: “Eu tô precisando de cortar um cabelo”, “Ah, quando eu receber”. Tipo, não é que minha mãe morreu pra mim, minha mãe é minha mãe, tenho muito respeito com ela até hoje, dependendo dessas coisas, é mãe, não vou deixar, mas, tipo assim, afastei um pouco, porque se ela dá prioridade pra ele, então, quando tem que morar com ele [...] Bom, aí era só eu e ele, aí se dava bem. Aí de... Tudo que minha mãe comprava pra um, comprava pra outro, mesma roupa, mesmo tênis, mesma meia, dava essas coisas. Até que minha mãe foi, teve a Carla, aí, tava de boa, aí foi começando a ter a Catarina, teve o Bruno, mais não sei o quê... Aí, virou bagunça.

Ao descrever a mãe, Carlos demonstra que a valoriza enquanto “trabalhadora”, alguém que está em busca de ser produtiva. Entretanto, o adolescente contrapõe essa percepção a uma crítica sobre os vínculos amorosos que sua mãe estabelece. Conta que seu pai faleceu poucos dias antes dele nascer, que não foi registrado, e que, na sua visão, os parceiros da mãe, desde então, são responsáveis pela desorganização dos vínculos familiares. Isso faz com que o adolescente se coloque em um lugar de “homem da casa”, ao avaliar e escolher quem pode se relacionar com sua genitora.

Ah, tipo assim, fessô, minha mãe era muito trabalhadeira, mas só que ela arrumava uns padrasto vagabundo, vou te contar procê; desandava ela, todo eles bebiam. Aí, quando eu fui crescendo mais, eu já sabendo, aí eu que escolhia meu padrasto, se eu não gostei... Por exemplo, você vai namorar minha mãe, se eu não gostei de você, você não entra lá não, não entra não, quando eu ficar lá com a minha mãe, não entra, não entra, e não entrava, minha mãe terminava com ele.

Seus irmão apoiava também?

Apoiava, ai se não apoiasse. Aí, a minha mãe, até hoje, minha mãe é só ela começar a combinar, que minha mãe fala: “Quem escolhe meus namorados é o Carlos”. É eu que escolho memo, se eu não vou com sua cara, não é que eu não vou com sua cara, o padrasto não é, tipo assim, pai, mas ele tem que ajudar. Pega um padrasto vagabundo, que gosta de beber, ah... Minha mãe já gosta de tomar uns goró, mas só que minha mãe, ela trabalha, ela é, tipo assim, organizada com as conta dela.

Ela é o quê?

A minha mãe, agora, ela vai fichar ali no Hospital das Clínicas, ali, agora, não com o que ela trabalha no dia não, não sei, porque ela fichou pouco tempo agora, pouco tempo, é, tem uns 3 dias atrás, uns 2 dias, sei lá, que a empresa dela faliu, aí, todo mundo foi embora. Aí, ela mandou o currículo pra lá, que minha tia mandou, deu ela, que minha tia já trabalha lá, já, a Luana, que é

minha tia amiga, irmã, ela trabalha lá, levou o currículo pra minha mãe e chamou ela, que a empresa tava falindo, aí, eu não sei de que que ela vai trabalhar não, fessô, é, porque minha mãe sempre gosta de trabalhar, minha mãe nunca fica à toa, se ela sai de serviço hoje, amanhã ela já tá caçando serviço. O bom dela é esse.

Diante da fragilidade dos vínculos familiares, Carlos relata sua aproximação com o universo das ruas e das sociabilidades desviantes. Passou a frequentar uma das praças do bairro e a estabelecer relações com pares que funcionavam como um espaço de refúgio e pertencimento e locus de socialização em algumas práticas desviantes (Catalano; Hawkins, 1996). O adolescente contou que sua mãe buscou exercer algum controle, mas que diante de tentativas infrutíferas foi desistindo progressivamente, até o ponto de “lavar suas mãos”. Esse ato de ruptura da mãe ecoa o sentimento de abandono expressado pelo jovem em sua narrativa. Apesar de contar que o fato de ter arrumado um trabalho interrompeu essa rotina, como expressado mais adiante, o que se desenha na trajetória de Carlos tem contornos ainda mais complexos.

Ah, fessô, tipo assim, ó, eu... Eu ficava com os menino ali na esquina, ali na... Sai da escola aqui, não tem um supermercado ali? Então, eu ficava ali com os menino, ali na esquina, ali, fazia umas coisas erradas, né? Que eu fumava uns, aí... Foi bom que eu arrumei um serviço, né? Aí, eu parei de [...] Aham, mas era todo dia né, fessô. Antes de eu ficar com esses meninos, eu ficava na pracinha ali. Onde vocês foram ali, agora. Então, eu ficava ali até umas duas horas da manhã, aí, todo dia minha mãe vinha buscar eu, mas eu já fumava, já. Só que ela nunca viu, né? Aí, uma vez que ela viu, foi lá em casa, que tava numa resenha, ela chegou lá e viu. Aí, né, tipo, ela não falou nada, mas no outro dia ela conversou, que não sei o que, falou como é ruim. Eu ficava muito na pracinha, era todos os dias, que eu gostava muito de ficar lá, fumando lá, jogando truco, conversando de boa, que... Né? Aí depois, eu vim pra cá, com os meninos, fiquei com os meninos um tempaço também, com eles. [...] É. Aí, que eu moro ali, todo dia minha mãe vinha atrás de mim, ela não falava nada, era só... Aí, deu até que uma vez, aí, não sei o que deu nela, que ela falou, deve que ela pensou com ela memo: “Ah, vou lavar minhas mãos, né?”. Até que ela parou de vir atrás de mim, aí, hoje em dia, tipo assim, nem... As coisas que eu falo, eu falo pra ela mais não. Ela, tipo assim, não liga muito, assim, mais não.

A ruptura mais significativa dos vínculos com sua família nuclear se deu quando o adolescente tinha 13 anos, a partir de um conflito com o irmão que o acusou injustamente de roubar seu dinheiro, mesmo sabendo que a irmã era a verdadeira responsável. Em face da quebra da confiança, o adolescente resiste à tentativa de reconciliação feita pelo irmão, buscando refúgio na única figura familiar na qual confia: sua tia, irmã de sua mãe.

É, rola muita briga. Aí, tipo assim... Desde o dia que o meu irmão acusou eu de eu ter roubado o dinheiro dele lá. Aí, nunca mais, pra mim, ele foi o mesmo. Aí, ele sabia que foi... Ele sabia que era minha irmã. Porque minha irmã tem esse costume dela. Mas só que hoje no dia, graças a Deus, ela parou com esse costume dela. Ela pegava o dinheiro memo escondido. Aí, ele sabia que era ela. Mas só que, como que os dois não tava conversando comigo, aí, os dois jogou junto. Mas aí eu tenho uma tia que ela é minha tia, irmã, minha amiga, ela é tudo. Eu falo tudo que eu tenho que falar com ela, eu falo com ela. Tudo que ela tem que falar, ela fala comigo. Ela é tudo pra mim. Aí, ela também joga comigo, né? Aí, ela sabia da verdade toda. Aí, deu uma briga lá em casa, lá, e cada um correu pro seu canto, aí tem mais de... Tem uns um ano e meio que eu não converso com eles. [...] Ah, fessô, tipo assim, meu irmão viu que ele tava errado. Ele até me pediu desculpa, mas só que como que eu sou muito ignorante, eu só olhei a mensagem dele, ele falou, né, ele falou por mensagem, eu só olhei, não respondi ele. E tem muito tempo que ele já mandou essa mensagem, muito tempo, tem mais de 7 meses que ele mandou essa mensagem.

Esse é o contexto em que o adolescente começou a deslizar por diferentes configurações domiciliares, até ir morar com um “tio”. Este seria tio de sangue de um conhecido de Carlos, que acolhe em sua casa outros jovens do bairro em situação semelhante. Na ocasião da entrevista, Carlos morava com esse “tio” e um outro adolescente de 12 anos, há cerca de um mês. O “tio” funciona como uma figura capaz de oferecer acolhimento, rotina e regras para esses adolescentes, exigindo que contribuam com as tarefas domésticas e cumpram com suas atividades, como ir à escola e ao trabalho. Carlos apresenta, assim, um discurso contraditório: se por um lado parece valorizar a liberdade que desfruta nessa casa e a tentativa do “tio” de ajudar no seu processo de amadurecimento, por outro lado, demonstra uma postura de rebeldia e a possibilidade de rompimento desse vínculo. Assim, o adolescente trouxe, durante sua fala, alguns questionamentos sobre a figura do “tio”. Em alguns momentos, o qualifica como “picareta”, “mentiroso” e expressa ter dúvida sobre a licitude de seu trabalho, o que demonstra a existência de fraturas e desconfiças no laço estabelecido.

Tipo assim, fessô, ele não é nosso tio de sangue, é de consideração. Oh, a gente conhece o Simão e ele é tio do Simão, Simão já é de maior, já. Aí, nós conhecemos ele, e ele, tipo assim, como é que eu posso falar? Ele, tipo assim, o Túlio também não é filho dele, não é parente dele, não é nada, só que a gente considera ele como tio e ele considera nós como sobrinho. Aí, tipo, outras pessoas também já morou com ele, já, sabe como é que é? O menino que tá ali na quadra, jogando bola, ele já ficou com ele também, sabe que ele é rígido com essas coisas, gosta de casa arrumada, essas coisas, vasilha lavada. Aí, tipo assim, ele considera nós como sobrinhos, nós considera ele como tio, aí, nós mora com ele, sabe? Nós, tipo assim, eu e ele conversa demais, nós conversa demais, fessô, tipo eu não conhecia ele, eu conhecia o sobrinho dele, através

do sobrinho dele, eu conhecia ele. [...] Meu tio é bom. Lá, eu tenho mais liberdade, lá tem, tipo, um quarto pra cada. Lá fica o três, eu, ele... Então tá, já tenho um quarto pra cada, mas brinca, nós zoa, porque lá em casa, tipo assim, era tipo assim... Não dá pra falar que ela era ruim, ruim, mas era ruim, quando, tipo assim... Meu tio tem quarenta e cinco, aí, eu fico lá com ele, de boa, lá, fico mais à vontade, lá eu tenho mais liberdade que lá em casa, por que, né? Muito irmão também, né, fessô? Não tem como fazer muitas coisas, lá eu fico mais de boa. E eu gosto de ficar muito na casa do meu tio, não pretendo sair de lá não. [...] porque ele é muito rígido com essas coisas, tem que trabalhar, esses dois meses, eu tenho pouco tempo que eu tô com ele, fessô, tem o que, faixa de um mês, um mês e meio que eu tô com ele, mas como o Túlio tá mais tempo, aí, ele pega muito no pé, faltar de escola, ele xinga memo, porque ele tá certo, né, fessô? Porque ele quer, tipo, tipo assim, nós já é homem, mas ele quer que nós sai de lá mais maduro, essas coisas, porque ele é muito assim, muito inteligente, muito estudado, mas é picaretagem que ele tem, aí, ele quer que nós sai de lá muito assim, né, maduros, essas coisas, ele é muito rígido com essas coisas, faltar de aula, ele xinga, quando eu falto serviço também, ele xinga, e eu, né, abaixo a cabeça, né, e eu, fessô, nem ninguém, ninguém lá de casa acredita que eu tô morando com ele, porque sabe do jeito que eu sou, sabe que eu não aceito isso dos outros, mas só, tipo, eu tô aceitando, porque eu tô gostando de ficar lá, então, eu tô aceitando, porque se um dia der errado também, eu mando ele tomar no cu dele e volto lá pra casa, eu tenho meu quarto, minhas coisas lá de boa também.

De toda maneira, ir morar com esse “tio” parece um evento que integra um quadro maior, no qual o adolescente busca recuperar ou criar vínculos normativos. Nesse registro, o adolescente conta sobre sua relação instável com a escola. Apesar do esforço materno em mantê-lo na escola, Carlos expressa o seu desinteresse pelo espaço escolar, que levou à sua reprovação por infrequência e ao cancelamento de sua matrícula por diversas vezes.

É, agora, tô trabalhando, agora, tô de boa, parei de fumar também, aí, tô de boa, fessô. Agora... Tem vez que eu venho na aula, tem vez que eu não venho, muito difícil eu vim na aula, mas agora tô começando a vim de novo. [...] Não. Estudava de manhã ainda, aí que eu não vinha memo. [...] Eu tomei bomba de falta, aí eu fiquei um tempasso sem estudar. Só esse ano, minha mãe já renovou cinco matrículas minha aqui, ó. Ficou... Aí eu não vinha, eles cortava, eu falava que ia vim... Não vinha, eles cortava. Agora, eu tô vindo de novo. Minha mãe renovou esses dias, que tinha que renovar todo mundo, e agora tô ficando de boa. Porque eu não tenho feito as coisas erradas mais não. Preciso ficar de boa memo.

Como visto, o trabalho também aparece na fala do adolescente como mais uma dimensão associada a uma busca no sentido de transformar em seu comportamento. Apesar de enfatizar isso em vários momentos da entrevista, ao contar sobre sua experiência no programa de iniciação profissional no qual está inserido, Carlos relata diversas dificuldades em se adaptar. O adolescente conta que o programa possui uma

estrutura dual, que envolve uma formação profissional e a experiência prática. Neste contexto, a experiência da formação profissional é percebida como rígida, já que apresenta exigências desconectadas do universo simbólico periférico do qual o jovem faz parte. Essas exigências acabam por se converter em uma espécie de barreira simbólica que por sua vez pode gerar resistências por parte dos adolescentes inseridos nestes programas.

É uma semana na empresa, uma semana no Senac. Aí, no Senac, eles tipo prepara nós pra gente ir pra empresa. Só como que é isso aí. Eles preparou nós só o primeiro mês. Que foi.. Março... Foi o primeiro mês que eles preparou nós pra empresa. Agora que nós já tá acostumados lá, nós chega lá e eles tipo da... Nós cria a empresa lá. É um pouquinho chatinho, mas é bom. Nós cria a empresa da própria cabeça memo. Sabe? Eles pede pra nós criar a empresa, apresentação de trabalho, que tem que apresentar pra outra turma. Lá tá mais de boinha, é cheio dessas coisinhas chatinhas, mas é de boa. E na empresa, é uma semana lá no Senac, uma semana na empresa. [...] Tem uma professora, é igual uma sala de aula, é igual uma escola, mas só que uma escola mais rígida, mais chata, porque tem coisa que... Não pode ir de chinelo, não pode... Tipo ir de blusa assim e com a blusa do Senac, a gente toma termo, se a gente for de calça jeans a gente toma termo. O Senac é uma bosta, fessô, tipo assim, é bom, dá uma descansada, porque lá na empresa só fica em pé, mas, tô até acostumando já, mas no Senac lá tem as cadeiras assim, tem trem de escola assim, a gente senta lá, o professor conversa, tem sexta-feira, eles passam filme pra gente, toda sexta-feira passa filme, mas aí eles dão trabalho lá pra nós fazer, tem que apresentar pra outra sala, é uma dificuldadezinha, mas dá pra ir, né, dá pra seguir, né?

Assim, no que tange à experiência prática, apesar de estabelecer algumas interações positivas, o adolescente destaca especialmente as vivências que considera desrespeitosas ou autoritárias por parte dos clientes ou gestores. Na percepção do adolescente o ambiente de trabalho, que não o acolhe e o expõe a situações de humilhação e subalternização. Dessa maneira, adota estratégias de evitação e resistência como forma de agir nessas situações, demonstrando dificuldade em se adaptar a este contexto e lidar com as frustrações, ofensas e hierarquias existentes nele (Hirschi; Gottfredson, 1990; Le Blanc, 1997).

Na empresa eu é... Fico nos fatiados lá. Aí eu atendo cliente, converso com os clientes, que é muito bom, tem uns clientes que é muito ruim também.[...] Tem os clientes que é ignorante eu faço isso, vejo que é ignorante, tá tratando mal, viro as costa, vou pra lá, porque se eu ficar lá, eu sei que não aguento desaforo de ninguém, eu prefiro evitar, fessô, eu viro as costa e deixo ele falar sozinho, eu falei, pera aí que eu vou pegar um negócio pra você aqui, viro as costa e saio, deixo ele lá. Aí quando ele vê que não tem ninguém lá, ele sai também. Porque eu não aguento desaforo de ninguém então, né? A gente também é... Não é escravo dos outros, né, fessô? Não tem que aguentar tudo dos outros, eu

não aguento mais nada dos outros, ainda mais... Certas coisas aí que não dá pra aguentar memo, né? Não adianta fessô. A velha, eu tava perto do caixa, a velha comprou lá a compra dela, aquelas notinha que eles dá, comprovante que comprou, aí ela joga no lixo pra mim, eu olhei assim, eu falei assim, “você tá falando comigo?”. Isso não é folga não, fessô? Não, sua notinha você vai me dar pra mim jogar no lixo? Ah não, eu falei, “você não tá falando isso comigo não”, eu falei e sai andando. [...] É, nem aí pra nada assim, tipo assim, fazer as minhas vontades, não deixo de fazer as minhas coisas por causa de ninguém não, se eu não for, eu tô no serviço ali, mas tudo tem seu limite né fessô, não vou ficar fazendo isso toda hora. Mas tipo, igual nós, tá assim, nós exemplo, embala quente, aí eu tô embalando, aí eu vi que deu uma descansadinha, que ali deu uma descansadinha, aí começa a pegar telefone pra gravar, “a os atoa”. As menina que trabalha comigo memo. Aí do nada nós começa a dançar uma dancinha do TikTok, aí os fiscalzinho da porra lá não gosta lá, aí eles pega e fala com o nosso gestor, o gestor vem, conversa, não sei o que, todo dia eu falo com eles, mas entra aqui e sai aqui, porque nem bom dia pra nós ele dá, então quando ele quer vir só pra reclamar, então quando ele fala entra aqui e sai aqui.

Essas situações vivenciadas no ambiente de trabalho acabaram levando o jovem a uma tentativa evasão do programa de iniciação profissional. Enquanto contava sobre sua experiência no Senac, o adolescente acaba revelando que ficou dois meses sem ir às atividades do programa de iniciação profissional, o qual se vê obrigado a permanecer em função do vínculo contratual. O seu desânimo inicial se converte em uma espécie de letargia que vai se estendendo de forma indefinida, demonstrando sua falta de motivação e vínculo com o programa. O peso físico e psicológico do trabalho, a ausência de acolhimento neste espaço e a rotina urbana se apresentam como condições que na percepção do jovem contribuem para inviabilizar o trabalho como uma experiência formativa positiva. Ao invés disso, esta experiência acaba por alimentar uma visão ato depreciativa, alimentando sua baixa autoestima e o sentimento de inadequação.

Aí sai com um diplominha lá, tipo assim?

É, lá é, como é que fala, mas só que eu sei que eu não vou receber isso, porque eu sou um vagabundo, fessô, eu faltei o quê? Dois meses direto. Aí eles não manda de menor embora, né? Aí eu fui lá no RH pedir pra eles me mandarem embora, eles não quis me mandar embora, aí tanto que eu tô até devendo eles na empresa que eu tô trabalhando.[...] Aí como tá quase acabando, vai acabar em 3 de março, vai acabar, já tá quase acabando, eu vou terminar, eu não vou continuar no jovem aprendiz não fessô, porque ô, dor de cabeça, ficar acordando de manhã cedo, ah, tem gente que é chato lá também, né? Nós também não é, aquelas coisas, nós também temos a chatura, mas, né, fessô? Guenta pra lá, pra cá e guenta pra lá.

[...] Mas por que você faltou, o que que rolou?

Ah fessô, foi desânimo memo, que bateu assim, eu falei, “eu vou faltar um dia...”

Dois meses?

Aí nesse dia, foi dois meses.

Fazendo o que?

Eu fiquei à toa, dormindo até mais tarde normal como eu sempre gostei, né, aí ficou assim. Aí quando eu voltei eu voltei com a cara mais limpa, né, eles não falou nada, aí do memo jeito... Eu tô devendo eles, porque memo assim eles tava depositando passagem, eles paga INSS, essas coisa, porque a empresa paga, né, aí ficou nisso fessô, eu tô indo agora de boa, mas quando acabar eu não to caçando trabalhar não, só quando eu ficar mais de maior, eu tô querendo trabalhar? Não tô querendo trabalhar, não, vou falar com cê a verdade, porque nó, trabalhar de menor assim, cansa demais fessô... E tipo assim, não é tipo assim, é pouca coisa que nós faz, mas é pouca coisa que, tipo, cansa, é tipo, não parece que cansa as coisa que nós faz, mas cansa. [...] É, é chato, tem que ir em pé porque aquela porra de busão vai sempre lotado, é ruim fessô, mas só que tem gente que não olha o nosso lado, só quer olhar o lado deles.

Carlos se vê assim diante de uma crise de identidade profunda. Ao confrontar seu passado ao presente, o adolescente expressa ter consciência do processo que está vivenciando, apesar de não conseguir nomear sua origem, simbolizar sua dor, nem encontrar recursos subjetivos ou sociais para enfrentá-lo. Há assim, um esvaziamento de sentido e a ausência de expectativas de êxito na sua autoavaliação biográfica, de modo que o presente já não parece alinhado ao passado e o futuro está nublado (Guerra *et al.*, 2023; Rosenthal, 2017).

Tipo, nem eu sei. O fessô, o tanto que eu era focado nas minhas coisas antes. Pô, fessô, pode perguntar a Joana que ele já deu aula pra mim mais antes. Eu era o melhor aluno da sala. Hoje em dia eu sou pior aluno da sala. [...] Ah, fessô. Nem eu sei, fessô. Tipo assim, eu era aluno bom, agora eu sou aluno ruim. Eu sei o que eu tô fazendo de errado. Eu sei, tipo assim, esse é o Carlos, esse não é o Carlos. Eu sei. Quando eu sou o Carlos, quando eu não sou o Carlos. Tipo assim, igual quando eu era, eu era Carlos, verdadeiro, focado nas minhas coisas, quando ela dava a aula pra mim, eu era um Carlos, e hoje em dia eu não sou mais Carlos, eu não tenho um foco mais nas coisa. Pra mim, assim, tanto faz, tanto faz, se deu certo, deu, se não deu certo, eu não tento de novo. Deixa quieto fessô. Não sei da onde que essa desanimação veio de mim não.

Neste sentido, chama a atenção a elaboração que Carlos faz sobre as possibilidades do futuro. Se a casa do “tio” impõe rotinas, voltar para a casa que a mãe possui representa uma ruptura com este controle. Dentro do sentimento de ausência de sentido e sofrimento subjetivo, a inserção no tráfico de drogas aparece como uma possibilidade que emerge não como uma decisão racional ou forma de pertencimento e reconhecimento, mas como uma ideia que surge de um lugar nenhum. Apesar de reconhecer os riscos e contrapô-los às proteções existentes em um trabalho formal, como

o que estava inserido, a ideia de entrar para o tráfico o ronda como um fantasma e poderia servir como alternativa para recobrar o sentido, ação e reconhecimento (Lyra, 2020; Malvasi, 2012)

Mas eu tô querendo voltar lá pra casa. [...] Oh, ela tá morando na casa de aluguel, mas tem uma casa dela memo, que é a casa que mora, é a casa dela em cima, minha vó embaixo, e outra do lado. Eu tô querendo voltar pra essa casa, porque lá... Tipo lá eu to querendo voltar pra lá, quando o meu contrato acabar, porque lá no meu tio, eu vou trabalhar, que se eu ir lá pra casa, eu tenho certeza que eu não vou trabalhar um dia, e nem estudar mais, aí lá ele faz nós trabalhar, faz nós ir pra escola. [...] Ah, fessô, nó... É, eu pretendo, né, fessô? Tipo assim... Ah, nem eu sei fessô. Minha vida é toda bagunçada fessô. No memo que a vida, a gente tá boa, a gente fica ruim, memo que o nosso pensamento tá bom, o nosso pensamento fica ruim, e mais nós jovens assim, fessô, que fico tudo que é besteira nós pensa. Nós já temos uns amigo besta, aí nós tá querendo ir pras bestaiada também, ao memo que falando assim que não compensa, aí volta pra cá, aí mas tem hora que bate muitas coisas, tem hora que dá vontade até de sumir fessô. Novo assim, dá vontade de sumir, de desaparecer. Novo assim, se tiver velho então, aí que desaparece, morre pra lá, porque nó...

Você já deu vontade, então, de tramar com as bestaiada? De fazer outras coisas?

Fessô, até meu tio, mas ele não mora aqui. Ele mora ali no Jardim de Lebron. Ele mora ali no Céu Azul. Ele memo, ele é gerente, já pediu pra eu vender pra ele. Assim, igual eu não quis, eu era mais novo, agora, se ele pedir, eu vou até correndo.

[...] **Mas se seu tio chamar, você vai lá tentar?**

É. Não sei por que, tem isso na minha mente, mas antes eu não tinha essas essas ideia de besteirada na minha mente, não tinha.

Não, eu boto fé. Mas o que que cê acha, assim? É um bagulho que cê que vai ser mais fácil assim, que o (supermercado) Verde Mar. Que é mais tranquilo?

Ia ser mais fácil, mas ruim. Ia ser bom e ruim. Ó, o ruim, cê tem todos os perigos, todos os perigos memo, como que cê vai ficar na rua até de madrugada, todos os perigos. Povo te confundir, te pegar, te bater, te matar, é, nesse caso, vou vender droga, igual ele faz aí, tem todos os perigos, então, tipo assim, aí eu olho, esse lado, aí eu olho o lado bom no Verde Mar. Tenho meu salário normalzinho, de boa, não tenho quase perigo nenhum, os perigos que eu tiver lá também, por exemplo cai um trem em cima de mim lá, eles paga também, tipo assim, não tem muito perigo, não vou ter durante umas oito horas de plantão lá. Então, tipo assim, tem hora que eu penso muito nessas coisas sabe. Nem eu sei também porque essas coisas fica na minha mente, mas fica fessô. Eu não sei por que, mas fica. Aí, tem hora que eu fico pensando, paro pra pensar assim, porque eu penso essas coisas, eu também não sei por que eu penso essas coisas. Eu acho que, não tem como eu falar o que eu acho, porque eu não sei o que que é, nem eu sei. Então, é um bagulho, sei lá, parece que brotou da mente do nada, porque eu acho que eu não tenho muitos motivos para mim caçar seguir essas coisas. Tipo assim, não tenho muitos motivos, de querer vender droga, fazer essas coisas. Não tenho um motivo muitos pra eu querer fazer isso não. Então, uma coisa que brotou na minha cabeça do nada, que nem eu sei. Mas agora tristeza bate do nada memo e fica por isso memo.

A trajetória de Carlos é marcada pela fragilidade dos vínculos familiares e pela precariedade do apoio oferecido pelas redes institucionais. Sua narrativa revela um percurso marcado por conflitos, deslocamentos constantes entre diferentes arranjos familiares, experiências de sociabilidade nas ruas e tentativas, ainda que frágeis, de aderir a espaços normativos como a escola e o trabalho. Ao mesmo tempo em que reconhece os riscos associados ao tráfico e valoriza os ganhos simbólicos e materiais do trabalho formal, Carlos transita por uma zona de cinzenta, na qual o sentido de sua trajetória se encontra profundamente esvaziado. A presença do “tio” e do programa de iniciação profissional surge como uma tentativa de contenção desse processo, mas que não é suficiente para produzir estabilidade, pertencimento ou reconstrução de um projeto de futuro consistente. O sentimento de inadequação, a falta de perspectiva e a tentação constante da “bestaiada” — termo que usa para se referir ao tráfico — revelam um cenário em que o presente é vivido como um impasse e o futuro como uma incerteza.

No próximo capítulo, confrontarei os achados quantitativos da pesquisa com as tipologias construídas a partir das narrativas-entrevistas, buscando compreender em que medida os dados dialogam, convergem ou se complementam. Essa integração visa produzir uma leitura mais abrangente e crítica sobre os fatores de risco e proteção que atravessam as histórias dos adolescentes que serviram de base para este estudo.

7 INTEGRAÇÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo tem como objetivo integrar os principais resultados produzidos nas análises quantitativas e qualitativas, oferecendo uma interpretação abrangente sobre a relação entre vulnerabilidade social, dinâmicas territoriais e as trajetórias de adolescentes envolvidos — ou não — com o tráfico de drogas em Belo Horizonte. A utilização de um desenho de métodos mistos convergente paralelo permitiu compreender como os padrões territoriais de concentração da vulnerabilidade dialogam, tensionam e se materializam nas biografias juvenis.

A análise estatística mobilizou o Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ) e as variáveis que o compõe e registros oficiais de apreensões adolescentes por tráfico de drogas em Belo Horizonte entre 2014 e 2023 e buscou responder à pergunta:

Existe correlação entre a vulnerabilidade social e o fenômeno do tráfico de drogas?

O teste de associação entre as variáveis revelou o número de adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico apresenta associações estatisticamente significativas com o IVJ e quatro das variáveis que o compõe: percentual de jovens de 15 a 29 anos, renda domiciliar média, taxa de homicídio da população masculina de 15 a 29 anos, taxa de fecundidade na adolescência.

A análise da distribuição dessas variáveis pela mediana entre os diferentes territórios da malha utilizado pelo IVJ revelou interessantes correlações. Territórios que possuem um número de adolescentes apreendidos por tráfico acima da mediana, também são territórios que tendem a ser acima da mediana no indicador de vulnerabilidade (odds = 5,4) e nas seguintes das suas componentes: taxa de homicídio da população masculina jovem (odds = 9,0), percentual de população jovem (odds = 5,4), renda domiciliar média (odds = 0,18) e percentual de adolescentes ocupados (odds = 3,5). Finalmente, foram construídos modelos de regressão logística binária que indicam que a relevância da taxa de homicídios como preditor da quantidade de adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico de drogas nos Territórios de Gestão Compartilhada de Belo Horizonte. Entretanto, é razoável supor que a relação de causalidade possa operar de forma inversa ou até circular. De um lado, a dinâmica do tráfico alimenta a ocorrência de homicídios (Sapori, 2020); de outro, as mortes e prisões que dela resultam criam a necessidade de reposição de mão de obra, o que tende a ampliar a inserção de adolescentes nesse mercado e, por consequência, suas apreensões (Martins, 2020).

Portanto, as evidências reunidas em nível macro indicam no sentido da existência da correlação entre a vulnerabilidade juvenil e suas múltiplas dimensões e o fenômeno do tráfico de drogas. Esses achados não apenas confirmam empiricamente as premissas da teoria da desorganização social, como também sinalizam para os limites da capacidade dos territórios de exercer controle social eficaz — tanto em nível familiar quanto comunitário —, contribuindo para a expansão de mercados ilícitos como o tráfico. Dessa forma, a análise quantitativa realizada oferece uma leitura consistente de que a distribuição espacial das ocorrências de tráfico de drogas entre adolescentes reflete, em grande medida, a reprodução das desigualdades urbanas, das dinâmicas de segregação socioespacial e dos processos de vulnerabilização crônica que atravessam determinados territórios da cidade (Sampson, Groves, 1989; Shaw; McKay, 1942; Hunter, 1985).

Já a análise qualitativa buscou responder à seguinte questão:

Como se diferenciam as trajetórias juvenis em contextos vulneráveis?

A busca por uma resposta se deu através das narrativas-entrevistas realizadas no âmbito da pesquisa “Trabalho Infantil e Tráfico de Drogas: Entre a Proteção e a Criminalização de Jovem em Belo Horizonte” (Crisp/Psilacs, 2023) com adolescentes que estudavam em escolas municipais do território mais vulnerável para a juventude da cidade e adolescentes que cumpriam medida socioeducativa em meio fechado por atos infracionais associados ao tráfico de drogas.

A partir da análise das narrativas-entrevistas de adolescentes do sexo masculino que tinham histórico de residência em Belo Horizonte, elaborei oito tipos ideais como forma de dar conta da complexidade, heterogeneidade e dinâmica processual das trajetórias. Ao organizar a diversidade das trajetórias em tipos ideais, foi possível evidenciar que, ainda que os adolescentes compartilhem um contexto de vulnerabilidade semelhante, suas respostas, escolhas, experiências e percursos são profundamente diferenciados sendo essa variação relacionada a uma série de dimensões.

Em primeiro lugar, destacam-se aspectos associados a presença, ausência, qualidade e fragilidade dos vínculos familiares. No contexto pesquisado, foi observado que a esfera familiar dos adolescentes é atravessada por uma série de eventos como mortes, assassinatos, prisões de familiares ou pares, violência intrafamiliar, abandono parental, além de uma dinâmica de reconfigurações nos arranjos domiciliares. A depender da trama costurada com as demais dimensões de análise, a partir desses eventos os vínculos familiares podem se fortalecer e funcionar como fonte de suporte afetivo, moral e econômico atenuando o quadro mais amplo de vulnerabilidade. Por outro lado, há situações em que esses eventos contribuem para enfraquecer ou mesmo romper os vínculos familiares de forma crítica, tornando-os insuficientes e até incapazes de exercer um papel protetivo. Casos assim, terminam por vulnerabilizar ainda mais os adolescentes e contribuem para a adesão ao tráfico de drogas.

Em segundo lugar, nota-se o papel das redes comunitárias e institucionais. Em um cenário onde os vínculos familiares cumprem seu papel protetivo, estes podem se converter em um compromisso e valorização da escola e outras instituições convencionais. Em outros casos, ainda que os vínculos familiares estejam fragilizados, os

vínculos estabelecidos em nível comunitário e institucional podem funcionar como meio de construção de identidades, formas de pertencimento, acesso a oportunidades elaboração de projetos de vida, assumindo um papel protetivo que acaba por atenuar as vulnerabilidades existentes no contexto em que os adolescentes vivem. No entanto, há situações em que esses vínculos podem não ser capazes de desempenhar um papel protetivo. Isto pode ocorrer através de uma socialização comunitária atravessada pelas redes criminais, que acabam por se sobrepor e subjugar as redes convencionais. Também é possível que algumas situações coloquem em relevo aspectos relacionados a falta de preparo ou o repertório limitado das instituições para lidar com as questões trazidas por adolescentes oriundos de contextos vulneráveis, resultando no fracasso das ações e intervenções realizadas e na estigmatização e marginalização de alguns adolescentes.

A articulação destes dois pontos iniciais, ajuda a compreender a forma como os adolescentes se posicionam com relação ao mundo da escola, o mundo do trabalho e o mundo do crime. A escola é valorizada a partir de uma perspectiva pragmática, ou seja, pela aplicabilidade concreta dos conteúdos na vida cotidiana especialmente quando associada a uma perspectiva profissional. Apesar disso, experiências de fracasso escolar tendem a desmotivar os adolescentes, deslegitimando este espaço como um lugar de pertencimento e promotor de um futuro. Este quadro de ausência de sentido, propicia a interrupção e o abandono do processo de escolarização, vulnerabilizando os adolescentes e favorecendo a participação no tráfico de drogas.

Como mencionado anteriormente, o mundo do trabalho, pode aparecer como algo vinculado a um projeto de escolarização. No entanto, nos casos em que há um esvaziamento do sentido do processo de escolarização, o trabalho, ainda que precário, pode representar uma alternativa “digna”, sendo uma forma de obter autonomia frente ao contexto de precariedade material existente nas famílias e possibilitando uma adaptação frente a pressão para a construção de uma identidade através do acesso a itens de consumo. No entanto, a inserção precária no mundo do trabalho, associada a vivência de experiências de subalternização, pode contribuir para a exposição dos adolescentes a situações de risco e para o esvaziamento do sentido da trajetória laboral, aumentando a atratividade do mundo do crime.

Assim, o mundo do crime, e especificadamente o tráfico de drogas, não ocupa um papel unívoco na vida dos adolescentes. Nos casos em que os vínculos familiares,

comunitários e institucionais exerceram papéis protetivos e foram bem-sucedidos no sentido de influenciar os adolescentes em construir uma perspectiva de futuro associada à escolarização e ao trabalho “digno”, percebe-se uma recusa do tráfico como alternativa. Assim, essa recusa pode ser elaborada através de uma perspectiva de superioridade moral em relação aos pares desviantes, manifestando-se em discursos que desqualificam aqueles que escolheram o caminho do crime. Também pode surgir como uma recusa de decepcionar ou causar desgosto a figuras familiares, especialmente às mães, cujas experiências são evocadas como parâmetro de conduta e como uma espécie de freio moral. A rejeição ao tráfico também se expressa no desejo consciente de não reproduzir trajetórias familiares marcadas pela prisão, pela violência ou pela morte, mobilizando uma reflexão crítica sobre a própria dinâmica do tráfico, percebido como espaço de traições, conflitos constantes e alto risco. Além disso, essa negação do mundo do crime pode se articular com uma rejeição aos modelos de masculinidade hegemônicos nas periferias, especialmente aqueles que associam virilidade ao exercício da violência, à ostentação e ao domínio sobre os outros. Portanto, optar por trajetórias vinculadas aos estudos, ao mundo do trabalho e a uma concepção de vida “decente” passa a ser não apenas uma escolha pragmática, mas também uma afirmação de valores, de identidade e de pertencimento a outros circuitos sociais que se distanciam dos códigos do mundo do crime. Por outro lado, nas situações em que os vínculos familiares, comunitários e institucionais não funcionaram em um sentido protetivo ou mesmo acabaram por acirrar as vulnerabilidades que atravessam os cursos de vida dos adolescentes, o tráfico pode emergir como uma forma de trabalho e sustento, como espaço de pertencimento e construção de *status*; e, até mesmo, como mecanismo de sobrevivência em contextos de desfiliação total.

Tabela 5 – Comparação dos Tipos Ideais de Trajetórias Juvenis em Contextos de Vulnerabilidade

Tipo Ideal	Vínculos Familiares	Redes Comunitárias e Institucionais	Trabalho e Escola	Sentido Atribuído ao Tráfico	Dinâmica da Trajetória
1. Proteção por vínculos familiares	Presentes, ainda que atravessados por conflitos e adversidades. Família ampliada atua como suporte afetivo e moral.	Redes comunitárias e familiares atuam como barreira protetiva.	Trabalho e escola valorizados como projetos de futuro.	Recusado de forma consciente.	Trajetórias de resistência, com construção de projetos legítimos.
2. Trabalho precoce como estratégia de proteção	Presença familiar moderada. Laços afetivos existem, mas com limitações materiais.	Redes institucionais pouco presentes. A sociabilidade se dá entre pares.	Trabalho aparece como central; escola valorizada, mas tensionada pela sobrecarga.	Recusado. Trabalho é alternativa digna.	Trajetórias de esforço, construção de autonomia e distinção moral frente ao crime.
3. Mediação institucional como proteção	Fragilizados, frequentemente permeados por conflitos e rompimentos.	Instituições (escola, assistência, projetos culturais) assumem papel central.	Escola e programas institucionais são âncoras. Trabalho aparece como projeto futuro.	Recusado. As instituições oferecem suporte simbólico e material.	Trajetórias de resistência ancoradas na mediação institucional e comunitária.
4. No fio da navalha	Instáveis, intermitentes. Deslocamentos constantes entre responsáveis.	Redes comunitárias e institucionais frágeis ou inexistentes. Sociabilidade entre pares desviantes	Baixa adesão à escola e ao trabalho.	Possibilidade latente, cogitado como saída diante da precariedade e risco de desfiliação.	Trajetórias ambivalentes, de risco extremo, oscilando entre tentativas de adesão a projetos convencionais e aproximação do crime.

Fonte: Elaboração própria.

Portanto, os tipos ideais permitiram identificar que a participação ou não participação no tráfico de drogas não envolve uma única trajetória. O que existe são diferentes combinações entre fatores biográficos e dimensões associadas aos vínculos familiares, comunitários e institucionais que acabam por produzir situações que podem moldar as percepções dos adolescentes, os afastando ou aproximando do mundo crime.

Tabela 5 – Comparação dos Tipos Ideais de Trajetórias Juvenis em Contextos de Vulnerabilidade (Continuação)

Tipo Ideal	Vínculos Familiares	Redes Comunitárias e Institucionais	Trabalho e Escola	Sentido Atribuído ao Tráfico	Dinâmica da Trajetória
5. Fragilização do controle e	Fragilizados - mães sobre responsabilizadas.	Redes comunitárias dominadas pela sociabilidade do tráfico. Instituições fracassam.	Escola e trabalho aparecem como fracassos. Desvinculação precoce.	Naturalizado, integrado à dinâmica familiar e comunitária.	Trajetórias de inserção consolidada no crime, com normalização da atividade ilícita.
6. Pertencimento e construção de identidade no tráfico	Conflituosos, permeados por rejeição, abandono ou violência.	Redes comunitárias estruturadas em torno do tráfico.	Escola e trabalho fracassados como espaços de pertencimento.	Fonte de reconhecimento, status, proteção e construção de masculinidade.	Trajetórias guiadas pela busca de visibilidade, fama e prestígio no território.
7. Tráfico como sustento econômico	Fragilizados, mas ainda oferecem alguma referência afetiva.	Pouca ou nenhuma articulação com instituições.	Trabalho informal pode coexistir. Escola frequentemente abandonada.	Meio de geração de renda. Pragmático, menos simbólico.	Trajetórias oscilantes entre o tráfico e tentativas de inserção no mercado informal legal.
8. Desfiliação social e institucionalização crônica	Praticamente inexistentes. Ausência de vínculos desde a infância.	Inexistentes. Inserção recorrente em instituições (abrigo, socioeducativo, saúde mental).	Praticamente inexistente. Vivência crônica de rua e institucionalização.	Parte do modo de sobrevivência. Não é escolha, é imposição social.	Trajetórias marcadas pela extrema marginalização, institucionalização e reprodução da desfiliação social.

Fonte: Elaboração própria.

7.1 Convergências

Respondidas as perguntas de pesquisa, é possível agora contrastar os achados obtidos através da utilização de métodos quantitativos com aqueles conseguidos através dos métodos qualitativos. Cada abordagem iluminou dimensões específicas do fenômeno investigado – a relação entre vulnerabilidade social e o envolvimento juvenil no tráfico de drogas – e, quando articuladas, oferecem uma compreensão mais densa e complexa do problema. Dessa forma, essa análise final revela um quadro analítico que ressalta convergências, divergências e complementariedades.

Neste registro, os achados quantitativos e qualitativos convergem de maneira contundente na demonstração de que os contextos de vulnerabilidade social, estão diretamente associados ao risco aumentado de envolvimento de adolescentes com o tráfico de drogas. A análise estatística confirmou que variáveis como a vulnerabilidade juvenil e alguns de seus componentes como a baixa renda domiciliar, a alta fecundidade na adolescência e especialmente a alta taxa de homicídios entre jovens são fatores robustamente associados aos territórios com maior incidência de apreensões de adolescentes por tráfico de drogas. Essa evidência quantitativa dialoga de forma direta e é ilustrada com os resultados qualitativos.

Através da fala dos profissionais, gestores e adolescentes foi possível perceber que diante dos vínculos familiares frágeis, de famílias numerosas e da vivência da precariedade, os adolescentes se engajam em posições precárias no mercado de trabalho informal e no tráfico de drogas como forma “deixar de ser um peso” para os responsáveis e obter independência, autonomia e acesso ao consumo. Esse movimento representa uma quebra na moratória social dos jovens, afastando-os da escola e expondo-os de maneira precoce a eventos tipicamente associados à vida adulta (Dayrell, 2007; Cardoso, 2015). Neste cenário, destaca-se a experiência da paternidade, que é relatada somente pelos adolescentes envolvidos no tráfico. Uma das dimensões associada ao tipo ideal em que o envolvimento no tráfico de drogas se dá como forma de pertencimento e *status* é o uso da visibilidade para a conquista de parceiras sexuais como demonstração de uma performance masculina, baseada na figura do viril-provedor (Ximenes Neto *et al.*, 2007; Oliveira-Monteiro *et al.*, 2011, Garay *et al.*, 2018; Luz; Berni, 2010). No caso dos adolescentes entrevistados, a paternidade aparece com um evento a partir do qual os

adolescentes confrontam as experiências do passado, o presente vivido nas medidas socioeducativas de meio fechado e o futuro e as responsabilidades que virão com ele. Assim, os adolescentes flertam com a ideia da paternidade como uma oportunidade de reconstrução de vínculos e novos projetos de vida dissociados do mundo do crime, apesar de todo processo de acúmulo de desvantagens sociais que vivenciaram (Cunha, 2022; Lopes, 2022).

No que diz respeito à taxa de homicídios, há relatos de assassinatos de familiares e pares, especialmente dos adolescentes envolvidos no tráfico, sendo esses eventos associados a reconfigurações familiares e situações que favoreceram a fragilização dos vínculos familiares (Hunter, 1985). Além disso, o relato dos adolescentes revela um contexto permeado por uma dinâmica de violência e muitas vezes sua naturalização. Neste registro, tanto o tráfico de drogas como a polícia aparecem como vetores desse fenômeno. Enquanto mercado ilegal o tráfico de drogas recorre a violência como forma de resolução de conflitos, sendo isso evidente na fala dos adolescentes sobre as possibilidades de punição no caso de não pagamento das dívidas e nos relatos em que os adolescentes envolvidos dizem que chegaram a ter acesso a armas de fogo e trocar tiros com rivais e a polícia. Já os relatos de violência policial são comuns no território estudado, mesmo entre os adolescentes não envolvidos, apesar de serem mais graves entre os adolescentes que possuíam trajetória infracional. Esses relatos demonstram a criminalização prévia a que territórios e adolescentes periféricos sofrem das forças policiais (Misse, 2008). Além disso, através da fala dos adolescentes envolvidos é possível perceber as nuances da atuação policial nas dobras do legal e do ilegal nos episódios que envolvem relatos de extorsões, agressões e outras formas de violência. Este cenário, contribui para deslegitimação da ação policial, ao mesmo tempo em que pode acirrar disputas que culminem em letalidades que retroalimentem o ciclo.

7.2 Divergências

O exercício de enxergar as divergências entre os achados quantitativos e qualitativos também é valioso. Se os dados quantitativos evidenciam os padrões estruturais, as correlações e os efeitos territoriais, eles não dão conta, por si só, de explicar as razões pelas quais, mesmo em territórios marcados por alta vulnerabilidade, nem todos

os adolescentes trilham percursos associados ao tráfico de drogas. É justamente nesse ponto que emergem as principais tensões entre os achados.

O modelo quantitativo, ao operar no nível das regularidades e dos agregados territoriais, sugere uma associação robusta entre vulnerabilidade e tráfico. Contudo, a análise qualitativa mostra o fenômeno da vulnerabilidade é muito mais nuançado e que essa associação não é mecânica, nem determinista. Os relatos evidenciam que, mesmo em um território com altos níveis de vulnerabilidade, há adolescentes que constroem trajetórias de resiliência, ancoradas em redes familiares protetivas, na centralidade do trabalho, na mediação institucional ou na participação em projetos culturais e comunitários. Contudo, gestores e profissionais entrevistados ressaltam que muitos projetos sociais e parcerias existentes têm curta duração e produzem impactos limitados sobre a realidade local.

Os dados qualitativos também revelam que, para parte dos adolescentes, o ingresso no tráfico não está necessariamente vinculado apenas à precariedade econômica, mas também à busca por status, reconhecimento, visibilidade e pertencimento simbólico, elementos que não podem ser diretamente capturados nas variáveis quantitativas. Assim, as trajetórias não são diretamente, nem simplesmente, produzidas pela condição estrutural, mas são moduladas por dinâmicas relacionais, experiências biográficas e pela agência dos próprios adolescentes. Nesta divergência reside a força da utilização de um desenho de pesquisa de métodos mistos. Retornaremos a este ponto adiante.

Um outro ponto de divergência se dá no nível dos resultados. Na análise quantitativa, não foi encontrada correlação entre o número de apreensões de adolescentes por tráfico de drogas e as taxas de distorção idade série no Ensino Médio e a taxa de abandono escolar no Ensino Médio, o que poderia sugerir para uma desimportância do mundo da escola como fator explicativo. No entanto, os dados qualitativos revelam que a relação com a escola aparece como uma marca que distingue adolescentes participantes e não participantes do tráfico. Na fala dos adolescentes, a escola emerge como um fator protetivo, especialmente quando, mesmo diante de contextos familiares vulneráveis, eles conseguem atribuir algum sentido à sua permanência no espaço escolar, seja na construção de vínculos sociais, seja na percepção de que ali encontram oportunidades para projetar um futuro. No entanto, experiências de fracasso escolar, a percepção de que a escola é desinteressante e de que seus conteúdos não são aplicáveis no dia a dia

aparecem de forma recorrente na trajetória dos adolescentes. Para aqueles que possuíam trajetória infracional, a experiência escolar é marcada por evasão, reprovação e conflitos, produzindo um sentimento de desconexão em relação à escola. Assim, própria inserção no tráfico de drogas atua como um elemento que desestabiliza e compromete a trajetória escolar ainda no nível fundamental de ensino, já que a rotina imposta pelo trabalho na economia das drogas dificulta a frequência, gera cansaço, desorganiza os horários e, muitas vezes, culmina no abandono definitivo da escola. Dessa forma, o afastamento da escola e o aprofundamento no mundo do crime tornam-se processos que se retroalimentam, reduzindo significativamente as possibilidades de construção de projetos de vida fora da economia ilícita.

Além disso, é importante destacar que, na fala dos profissionais e gestores entrevistados, as escolas aparecem como uma caixa de ressonância dos problemas do território e atuam no sentido de articular soluções junto a outros equipamentos públicos existentes no território. Ressaltam, ainda, que a ausência de uma escola de nível médio no território estudado fragiliza os vínculos dos adolescentes com o espaço escolar.

7.3 Complementaridades

Como afirmado anteriormente, é justamente na articulação das convergências e divergências que reside a potência da estratégia de métodos mistos. Os dados quantitativos oferecem a compreensão dos macroprocessos que impactam na distribuição espacial dos adolescentes apreendidos por tráfico de drogas, demonstrando que há, efetivamente, uma relação estrutural entre vulnerabilidade social e este fenômeno. Por sua vez, os dados qualitativos permitem acessar os microprocessos, mostrando como essa vulnerabilidade pode se traduzir ou não em trajetórias criminais. A construção dos tipos ideais oferece uma chave interpretativa que revela como a combinação entre vínculos familiares, redes comunitárias e experiências institucionais molda percursos diferenciados, mesmo sob condições estruturais muito semelhantes.

Portanto, os resultados se complementam na medida em que a análise quantitativa explica o contexto, evitando a armadilha da “ilusão biográfica”, enquanto a qualitativa esclarece os processos que permitem a constituição de diferentes trajetórias em um mesmo contexto, prevenindo a armadilha da “falácia ecológica”. Juntas, elas permitem compreender que:

A vulnerabilidade e o seus componentes fragilizam os territórios aumentando os riscos, mas não definem de forma isolada as trajetórias juvenis. Estas trajetórias dependem da interação entre a estrutura, a relações sociais e agência, além das experiências e valores acumulados ao longo do curso de vida. Assim, a adesão ou não adesão ao tráfico de drogas é um fenômeno que pode surgir na trajetória dos adolescentes a depender da qualidade dos vínculos familiares, das redes comunitárias e institucionais, das percepções elaboradas pelos jovens sobre o mundo da escola, do trabalho e do crime.

Em síntese, a convergência dos resultados reafirma a centralidade das condições estruturais na produção do risco social, enquanto as divergências e as complementaridades revelam que, mesmo sob contextos de adversidade extrema, há margens para a construção de trajetórias alternativas, ainda que frequentemente frágeis e tensionadas.

A Tabela 6 traz o resumo dos achados desta pesquisa divididos em nível macro, meso e micro, acompanhados dos mecanismos teóricos correspondentes.

Tabela 6 – Resumo dos Achados da pesquisa

Achados Macro (padrões estruturais)	Achado Meso (território/instituições)	Achados Micro (narrativas/trajetórias)	Mecanismo teórico
<p>Percentual da população jovem de 15 a 29 anos - Está positivamente correlacionado com a quantidade de adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico de drogas. Territórios que possuem um percentual de população jovem acima da mediana possuem 5,44 mais chances de apresentarem uma quantidade de adolescentes acima da mediana envolvidos no tráfico de drogas</p>	<p>Projetos sociais e parcerias de curta duração com impactos limitados sobre a realidade local. Iniciativas comunitárias no sentido de oferecer oportunidades de lazer, esporte e cultura aos jovens do território</p>	<p>No caso dos adolescentes não envolvidos há em alguns casos certa desconfiança com relação aos pares e assédio para o ingresso no tráfico. Adolescentes envolvidos estreitam vínculos com pares envolvidos, mas também há a desconfiança com relação a estes pares, que podem representar perigo em função da disputa por posições na estrutura deste mercado ilícito.</p>	<p>Controle Social (Hunter, 1985), Associação diferencial e aprendizado (Catalano; Hawkins, 1996)</p>
<p>Renda Domiciliar média - Está negativamente correlacionada com a quantidade de adolescentes envolvidos no tráfico. Territórios que possuem renda domiciliar média abaixo da mediana tem 18% mais chances de apresentarem uma quantidade de adolescentes envolvidos em ocorrências de tráfico de drogas acima da mediana.</p>	<p>Chefes de família inseridos no mercado de trabalho por meio de vínculos informais e ocupações precárias. Precariedade material tem efeitos deletérios sobre o controle social primário</p>	<p>Adolescentes com famílias numerosas, cujos familiares possuem inserções precárias no mercado de trabalho informal. O ambiente familiar é marcado por conflitos e constantes reconfigurações</p>	<p>Tensão (Merton, 1966)</p>
<p>Percentual de crianças de 10 a 14 que trabalham - Não está correlacionado com a quantidade de adolescentes envolvidos com tráfico de drogas</p>	<p>Adolescentes precocemente inseridos em ocupações informais e no tráfico em função da precariedade material vivenciada por suas famílias e pela pressão para se acessar o consumo</p>	<p>Inserções em formas de trabalho infantil. Trabalho protegido pode aparecer como oportunidade para a construção de projetos de vida, mas também como dimensão conflitiva, incapaz de gerar vínculos e aprendizados. A inserção no tráfico de drogas aparece como forma de obter renda, <i>status</i> e acessar o consumo. Cursos profissionalizantes oferecidos no contexto da MSE são mobilizados, ao mesmo tempo, na construção de um projeto de desistência da trajetória infracional e usados de forma pragmática como estratégia para encurtar o tempo de institucionalização</p>	<p>Tensão (Merton, 1966), Ausência de moratória social (Dayrell, 2007; Cardoso, 2015)</p>

Achados Macro (padrões estruturais)	Achado Meso (território/instituições)	Achados Micro (narrativas/trajetórias)	Mecanismo teórico
Taxa de abandono escolar no Ensino Médio - Não está correlacionada com a quantidade de adolescentes envolvidos no tráfico.	Escolas atuam como caixa de ressonância de problemas do território e buscam encaminhar casos através de articulação com outros equipamentos públicos existentes no território. A ausência de uma escola de nível médio no território é um fator que fragiliza os vínculos dos adolescentes com o espaço escolar.	Escola emerge como fator protetivo na medida em que os adolescentes conseguem atribuir algum sentido à sua permanência (sociabilidade, projeto de futuro). Por outro lado, experiências de fracasso escolar e a percepção de desconexão com os conteúdos ensinados são frequentes. Os adolescentes envolvidos com o tráfico a experiência escolar marcada por reprovações, conflitos e evasões ainda no ensino fundamental. Além disso, a própria inserção no tráfico fragiliza os vínculos com o espaço escolar.	Ausência de moratória social e socialização pelo trabalho (Dayrell, 2007; Cardoso, 2015)
Taxa de distorção idade/série no Ensino Médio - Não está correlacionada com a quantidade de adolescentes envolvidos no tráfico.			
Taxa média de homicídio da população masculina jovem - Está positivamente correlacionado com a quantidade de adolescentes no tráfico. Territórios que possuem uma taxa média de homicídios da população masculina jovem acima da mediana possuem 9 vezes mais chances de estarem acima da mediana na quantidade de adolescentes no tráfico. A regressão logística binária destaca essa variável como principal preditora da concentração de adolescentes envolvidos no tráfico.	Técnicos e gestores entrevistados percebem prevalência de famílias monoparentais femininas no território.	Envolvimento no tráfico dá visibilidade para a conquista de parceiras sexuais. No caso de adolescentes envolvidos, a paternidade aparece com um evento que traz reflexões ligam o passado, o presente e as responsabilidades futuras.	Parentalidade como afirmação identitária e social (Ximenes Neto et al., 2007; Oliveira-Monteiro et al., 2011, Garay et al., 2018; Luz; Berni, 2010), Parentalidade como ponto de virada para desistência da trajetória infracional (Cunha, 2022; Lopes, 2022)
Índice de Vulnerabilidade Juvenil - Está positivamente correlacionado com a quantidade de adolescentes no tráfico. Territórios que estão acima da mediana no IVJ tem 5,44 mais chances de estarem acima da mediana na quantidade de adolescentes no tráfico	Complexa trama de vulnerabilidades.	Trajetórias dependem da interação entre a estrutura, as relações sociais e agência, além das experiências e valores acumulados ao longo do curso de vida. Assim, a adesão ou não adesão ao tráfico de drogas é um fenômeno que pode surgir na trajetória dos adolescentes a depender da qualidade dos vínculos familiares, das redes comunitárias e institucionais, das percepções elaboradas pelos jovens sobre o mundo da escola, do trabalho e do crime.	Acúmulo de desvantagens sociais (Sampson; Laub, 2007) Dificuldade de acesso a oportunidades sociais, econômicas e culturais (Katzman, 2001)

Fonte: Elaboração própria.

7.4 Limitações

Este trabalho, embora apresente contribuições relevantes para a compreensão das relações entre vulnerabilidade social, desorganização comunitária e envolvimento juvenil no tráfico de drogas, possui limitações que precisam ser reconhecidas. No que se refere à análise quantitativa, uma limitação importante decorre da própria fonte de alguns dados utilizados na composição do Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ), que são baseados no Censo Demográfico de 2010, uma vez que, até o momento da realização da pesquisa, os dados do Censo de 2022 desagregados por setores censitários ainda não estavam disponíveis. Isso implica que os indicadores territoriais de vulnerabilidade podem não refletir integralmente as transformações sociodemográficas ocorridas na última década em Belo Horizonte. Além disso, os dados sobre apreensões de adolescentes por tráfico de drogas, provêm de registros oficiais. Desse modo, podem refletir mais as práticas seletivas dos aparatos de controle, especialmente da polícia, o que significa que não capturam a totalidade dos adolescentes envolvidos no tráfico, mas apenas aqueles mais visíveis e vulneráveis à repressão. A opção pelo uso de dados agregados em nível territorial também limita a possibilidade de acessar dinâmicas internas mais complexas dentro dos próprios bairros ou territórios.

No campo qualitativo, embora a análise das narrativas de vida tenha permitido construir uma tipologia robusta e analiticamente consistente sobre as trajetórias juvenis em contextos de vulnerabilidade, também há limitações importantes. As trajetórias foram reconstruídas a partir de relatos situados no presente da entrevista e, portanto, são atravessadas por filtros da memória, por silêncios, ressignificações e estratégias narrativas próprias de quem conta sua própria história. Além disso, o grupo de adolescentes entrevistados — composto por estudantes de escolas localizadas em um território vulnerável e jovens em cumprimento de medida socioeducativa — não representa a totalidade das experiências juvenis nesses contextos. Trata-se de um recorte empírico específico (adolescentes do sexo masculino, moradores de Belo Horizonte), que reflete tanto as condições de acesso ao campo quanto os critérios metodológicos e analíticos adotados, o que impede generalizações absolutas para o conjunto da população juvenil da cidade.

Recuperando um dos textos que serve de epígrafe a esta tese, este trabalho não pretendeu se apresentar com um mapa em escala real de todas as questões que atravessam o curso de vida de jovens em contextos vulneráveis. O percurso trilhado até aqui buscou essencialmente, oferecer uma imagem que ainda que incompleta, permita tangenciar a complexidade existente em torno das questões colocadas.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seria impossível finalizar este trabalho sem antes refletir sobre suas possíveis implicações presentes e futuras para as políticas públicas de prevenção à criminalidade e a violência. Para tanto, parto do seguinte argumento:

A vulnerabilidade e o seus componentes fragilizam os territórios aumentando os riscos, mas não definem de forma isolada as trajetórias juvenis. Estas trajetórias dependem da interação entre a estrutura, a relações sociais e agência, além das experiências e valores acumulados ao longo do curso de vida. Assim, a adesão ou não adesão ao tráfico de drogas é um fenômeno que pode surgir nas trajetórias dos adolescentes a depender da combinação de dimensões como qualidade dos vínculos familiares, das redes comunitárias e institucionais, das percepções elaboradas pelos jovens sobre o mundo da escola, do trabalho e do crime.

Essa tese reforça a necessidade de políticas públicas orientadas pela noção de desenvolvimento humano e com ações focadas no fortalecimento das redes familiares, comunitárias e institucionais e investimentos em projetos e programas que ampliem efetivamente as chances na vida de crianças e adolescentes periféricos (Sen, 2000). Assim, é necessário reconhecer que a violência e a criminalidade são fenômenos de natureza complexa, atravessados por determinantes sociais, econômicos, territoriais e culturais, que impactam de forma direta as condições de vida e as oportunidades de desenvolvimento dos indivíduos, seja no âmbito pessoal, familiar ou comunitário. Sob essa perspectiva, o enfrentamento da violência não pode se limitar à dimensão repressiva, tradicionalmente associada aos órgãos de segurança pública, mas exige a adoção de estratégias de prevenção que operam fora do Sistema de Justiça Criminal e se buscam ao mesmo tempo impactar resultados em outras dimensões do curso de vida.

Embora as respostas punitivas tenham sido historicamente hegemônicas nas políticas criminais dos países ocidentais, o conjunto de evidências disponíveis demonstra que a prevenção do crime desde a infância é mais eficaz e economicamente vantajosa do que a institucionalização e o encarceramento, além de produzir benefícios sociais mais amplos (Welsh, 2024). Dessa maneira, mudar a orientação da punição para a prevenção

é algo necessário não só para reduzir o crime, mas também promover maior justiça social e eficiência no uso dos recursos públicos.

Nesse contexto, destaca-se o papel central dos municípios na capacidade de mobilizar, coordenar e articular diferentes atores governamentais, organizações da sociedade civil e a própria comunidade, assumindo, portanto, um protagonismo na agenda de prevenção e na promoção do desenvolvimento humano

Dessa forma, Welsh (2024) destaca a importância de políticas e programas capazes de realizar intervenções precoces e melhorar as chances de vida das crianças como forma de prevenir que elas desenvolvam trajetórias infracionais. Essa capacidade se baseia no conhecimento acumulado sobre os fatores de risco associados à delinquência e também um grande corpo de conhecimento sobre a assertividade das intervenções desenhadas segundo a perspectiva do curso de vida e os fatores de risco para o desenvolvimento de trajetórias infracionais. São exemplos de intervenções eficazes realizadas em nível internacional, o fortalecimento da educação infantil, o treinamento de habilidades sociais, treinamentos comportamentais para pais e programas de orientação parental realizados por meio de visitas domiciliares. Políticas como essas podem e devem ser gestadas em âmbito municipal. Neste sentido, é desejável que intervenções como estas sejam construídas ou replicadas em contexto local através da articulação entre escolas, equipamentos da assistência social e da saúde.

Essas intervenções também devem levar em conta que a mudança ao longo do curso de vida cumpre um papel central no desenho de uma prevenção que seja desenvolvimental. Estratégias desenhadas para prevenir o envolvimento de crianças com o tráfico, dificilmente seriam adequadas para prevenir o envolvimento na adolescência. Desta forma, diferentes estágios do desenvolvimento humano necessitam de diferentes formas de intervenção. No caso de adolescentes já envolvidos do tráfico de drogas, a política pública poderia ser beneficiada com a elaboração de estratégias que levassem em conta as motivações e percepções destes em relação ao mundo do crime. É provável que uma intervenção mais voltada para a profissionalização seja mais eficaz entre adolescentes que apresentam a questão econômica como principal motivação para o envolvimento. Da mesma maneira, intervenções voltadas para o fortalecimento de vínculos familiares e construção de novos vínculos podem ser mais eficazes para adolescentes motivados pela dimensão do pertencimento. Esses exemplos, reforçam a

ideia de que as políticas públicas devem se articular tendo como base tipos específicos de trajetórias, especialmente aqueles mais vulneráveis.

Também é de extrema importância frisar que as políticas de prevenção só existem graças aos profissionais que as executam. O trabalho dessas pessoas vai muito além de desenvolver, implementar e conduzir programas, mas acaba por incluir tudo o que for necessário: buscar financiamento, contratar e capacitar equipes, manter o apoio político e comunitário, e garantir a sustentabilidade das ações. Desse modo, é fundamental que a comunidade acadêmica ofereça apoio efetivo a estes profissionais, desenvolvendo melhores canais de comunicação e apoiando ações no sentido de valorização (salários, condições de trabalho e saúde mental) e capacitação destes profissionais.

Nesse sentido, a experiência da presente pesquisa se mostrou exitosa, já que até o momento houve várias oportunidades nas quais pude participar de seminários, grupos de trabalho, oficinas e palestras e apresentar os resultados da pesquisa que originou esta tese e fazer importantes debates com profissionais que possuem sua atuação vinculada à área da prevenção à criminalidade. Isso demonstra a importância do engajamento dos pesquisadores no esforço de traduzir os achados de suas pesquisas para formuladores de políticas públicas e para a sociedade em geral como forma de superar a repercussão desses achados apenas nos ciclos acadêmicos. Desse modo, modelos de parceria, como o que possibilitou esta pesquisa, nos quais os pesquisadores estabelecem uma interação contínua com membros do sistema político e da comunidade de profissionais funcionam como uma mão dupla. Nestes, os pesquisadores podem acessar e compreender melhor as necessidades e contextos locais, enquanto os tomadores de decisão e profissionais podem ter uma compreensão mais clara dos processos de pesquisa, do seu próprio papel na produção do conhecimento científico e das implicações deste conhecimento para sua prática cotidiana.

As parcerias entre a comunidade acadêmica e as políticas e profissionais dedicados à prevenção da criminalidade e violência se beneficiariam muito da adoção de um agenda baseada em premissas desenvolvimentais (Welsh, 2024). Assim, um dos primeiros itens desta agenda deveria ser o comprometimento com um programa de replicação de experimentos já realizados em outros contextos. Isso seria de grande importância para que alcancemos uma compreensão sobre até que ponto os efeitos de uma intervenção são generalizáveis ou replicáveis em outros contextos ou sob condições diferentes, como populações distintas ou novos desfechos.

Outro ponto relevante desta agenda trata do esforço de compreender de forma mais adequada os processos de implementações e programas. A gestão e implementação de políticas públicas dentro desta agenda exige um alto grau de articulação e integração entre diferentes setores e áreas do conhecimento para alcançar seus objetivos, o que pode representar um grande desafio institucional. Assim, é preciso fortalecer as redes institucionais que atuam no campo da prevenção à criminalidade e violência e além dele, para que seja possível a definição de prioridades comuns que possibilitem a cooperação. Segundo Welsh (2024) a qualidade da implementação é fundamental não só para a eficácia dos programas, mas também para a prestação de contas dos recursos públicos. Dessa forma, avanços na implementação podem viabilizar a expansão de programas baseados em evidências e a obtenção de impactos em nível populacional.

Finalmente, acredito que o ponto mais relevante desta agenda seja que as intervenções sejam acompanhadas da condução de acompanhamentos (*follow ups*) de longa duração. O avanço da prevenção desenvolvimental depende da avaliação das políticas e programas Assim, é preciso compreender se os efeitos iniciais das intervenções persistem, se dissipam ou mesmo se intensificam ao longo do curso de vida e qual a relação estabelecida entre os custos e os benefícios dessas iniciativas.

Embora seja desejável que a construção de estudos longitudinais de base populacional, acompanhando crianças desde a entrada na educação infantil – o que certamente traria subsídios valiosos para a formulação de políticas de prevenção ao longo do ciclo de vida no Brasil –, considero que, no curto prazo, uma estratégia mais factível e urgente seria a realização de um follow-up com adolescentes que passaram por instituições de acolhimento, que cumpriram ou cumprem medidas socioeducativas em meio aberto ou fechado e aqueles que participaram de programas de iniciação profissional. A escolha por esse recorte se justifica pois se trata de um público já conhecido e acompanhado, ainda que de forma fragmentada, pelas políticas públicas locais, o que facilitaria a operacionalização logística e ética de um estudo de acompanhamento. Ao realizar o *follow-up* desses adolescentes, seria possível produzir evidências mais imediatas e aplicáveis sobre os fatores de risco e proteção que influenciam a continuidade ou a desistência de trajetórias infracionais, permitindo ajustar e qualificar as políticas de prevenção.

Além disso, tais estudos poderiam gerar conhecimentos estratégicos para aprimorar os fluxos entre as políticas de assistência social, saúde, educação e segurança pública, avançando na direção de uma resposta mais integrada, proativa e baseada em evidências.

Assim, mais relevante do que repetir constantemente a necessidade de financiamento para viabilizar esta agenda é necessário refletir sobre como pensamos a escassez. O argumento que há um volume finito de recursos financeiros disponíveis aos governos para atender às necessidades dos cidadãos é justificativa comum para limitar ou restringir a expansão de programas eficazes, valiosos e até humanitários. No entanto, o que existe de fato é uma socialização para aceitar a escassez particularmente quando se trata de atender as necessidades das populações mais vulneráveis como crianças e adolescentes negros e periféricos. Trata-se de uma escassez que não é técnica nem inevitável, mas socialmente produzida e politicamente sustentada. Há um vasto acúmulo de evidências sobre os fatores de risco associados às trajetórias de vulnerabilidade, bem como sobre as intervenções que são eficazes na prevenção da violência, na promoção do desenvolvimento e na construção de oportunidades reais. Portanto, não se trata de desconhecimento, mas de uma escolha estrutural pela manutenção de um modelo que opera na gestão da escassez, priorizando respostas emergenciais, punitivas e fragmentadas, em detrimento de políticas robustas de cuidado, proteção e desenvolvimento social.

Este cenário, transfere para as gerações presentes e futuras os custos da negligência social, da ausência de investimento em políticas públicas e do fracasso na proteção dos direitos fundamentais. Crianças e adolescentes que hoje transitam entre a rua e as instituições de acolhimento, que vivem em condições de precariedade extrema, ou que experimentam sucessivos rompimentos de vínculos são impactados diretamente por essa lógica. A cada ciclo de omissão, são reforçados os processos que perpetuam a desigualdade, a criminalização da pobreza e a reprodução intergeracional da violência e da exclusão. Dessa maneira, romper com esse paradigma exige reconhecer que as decisões tomadas – ou negligenciadas – no presente possuem efeitos acumulativos, que não se restringem ao agora, mas moldam as oportunidades, os percursos de vida e as condições de existência das próximas gerações. Portanto, enfrentar a escassez como projeto social passa a ser uma exigência ética, política e civilizatória, que demanda abandonar definitivamente a lógica da gestão do dano para assumir, de forma inadiável,

o compromisso com a construção de políticas integradas, sustentáveis e baseadas em evidências, capazes de garantir às infâncias e juventudes, especialmente as periféricas, um futuro digno, protegido e pleno de possibilidades.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Bruna Gisi Martins de. **Racionalidade prática do isolamento institucional**: um estudo da execução da medida socioeducativa de internação em São Paulo. 2016. 241 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2016.
- ANDERSON, Elijah. **Code of the street**: decency, violence, and the moral life of the inner city. W. W. Norton & Company, 2000.
- ANDRADE, Luciana Teixeira de; VELOSO, Clarissa dos Santos. Pesquisas urbanas em Belo Horizonte: um panorama da produção de teses e dissertações nas três últimas décadas (1991-2020). **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre/RS, v. 12, 2024.
- ARIAS, Enrique Desmond; MONTT, Ximena Tocornal. Social disorganisation and neighbourhood effects in Latin America: insights and limitations. *In*: SALAHUB, Jennifer Erin; GOTTSBACHER, Markus; BOER, John de (Eds.). **Social Theories of Urban Violence in the Global South**. Routledge, 2018, p. 121-138.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. v. 2. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BANDURA, Albert. Self-efficacy: toward a unifying theory of behavioral change. **Psychological Review**, v. 84, n. 2, p. 191-215, 1977.
- BARBOSA, Antonio Rafael. O baile e a prisão: onde se juntam as pontas dos segmentos locais que respondem pela dinâmica do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. **Especiaria**: Cadernos de Ciências Humanas, Ilhéus/BA, v. 9, n. 15, p. 119-135, 2006.
- BARROS, Betina Warmling. **Masculinidades à margem**: tornar-se homem na periferia brasileira. 2024. 353 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2024.
- BARROS, Betina; CARVALHO, Thais. A queda das internações de adolescentes a quem se atribui ato infracional. *In*: FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. São Paulo: FBSP, ano 16, 2022. ISSN 1983-7364.

BATITUCCI, Eduardo Cerqueira. As limitações da contabilidade oficial de crimes no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo/SP, v. 21, n. 1, p. 7-18, 2007.

BEATO, Cláudio; ZILLI, Luís Felipe. A estruturação de atividades criminosas: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo/SP, v. 27, n. 80, p. 71-88, 2012.

BECKER, Howard Saul. A história de vida e o mosaico científico. *In*: BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993, p. 101-116.

BECKER, Howard Saul. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BENSON, Michael. **Crime and life course: an introduction**. 2. ed. New York; London: Routledge, 2012.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BERTAUX, Daniel. A vingança do curso de ação contra a ilusão cientificista. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre/RS, v. 14, n. 2, p. 250-271, 2014.

BITTAR, Mariana. Trajetórias educacionais de jovens residentes em um distrito da periferia de São Paulo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo/SP, v. 30, n. 89, p. 47-61, 2015.

BLANCO, Mercedes. El enfoque del curso de vida: orígenes y desarrollo. **Revista Latinoamericana de Población**, Buenos Aires, v. 5, n. 8, p. 5-31, 2011.

BORTOLOZZI, Remom Matheus. **O sentido do trabalho para jovens trabalhadores da economia da droga: exame retrospectivo**. 2014. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2014.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína; PORTELLI, Alessandro (Eds.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006, p. 183-191.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Levantamento Nacional de dados do SINASE – 2023**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Coordenação-Geral de Políticas Públicas Socioeducativas, 2023.

BURGESS, Ernest. The growth of the city: an introduction to a research project. *In*: BURGESS, Ernest; MCKENZIE, Roderick; PARK, Robert (Orgs.). **The City**. Chicago: University of Chicago Press, 1967, p. 47-62.

BURGESS, Ernest; MCKENZIE, Roderick; PARK, Robert. **The City**. Chicago: University of Chicago Press, 1967.

BURKE, Peter. A nova história, seu passado e seu futuro. *In*: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 1992, p. 7-38.

CARDOSO, Adalberto. Metamorfoses da questão geracional: o problema da incorporação dos jovens na dinâmica social. **Dados**: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro/RJ, v. 58, n. 4, p. 873-912, 2015.

CARRINGTON, Kerry; HOGG, Russell; SOZZO, Máximo. Criminologia do Sul (Southern Criminology). **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro/RJ, v. 9, n. 3, p. 1932-1961, 2018.

CARVALHO, Vilson Sérgio de. **Raízes da ecologia social: o percurso interdisciplinar de uma ciência em construção**. 2005. 380 f. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2005.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Decolonizar la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes. *In*: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (Eds.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007, p. 79-91.

CATALANO, Richard; HAWKINS, David. The social development model: a theory of antisocial behavior. *In*: HAWKIND, David (Ed.). **Delinquency and Crime: current theories**. Cambridge University Press, 1996, p. 149-197.

CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir. Determinantes da criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos. **Dados**, Rio de Janeiro/RJ, v. 47, n. 2, 2004.

CICOUREL, Aaron. **The social organization of juvenile justice**. New York: John Wiley & Sons, Inc., 1968.

CNJ – Conselho Nacional e Justiça; INSTITUTO CÍCLICA; OBSERVATÓRIO DE SOCIOEDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Redução de adolescentes em medidas socioeducativas no Brasil (2013-2022):**

condicionantes e percepções: sumário executivo. Brasília: CNJ, 2024. 34 p. (Série Justiça Pesquisa, v. 6). ISBN: 978-65-5972-162-7.

CORSEUIL, Carlos Henrique Leite; POLOPONSKY, Katcha; FRANCA, Maíra Albuquerque Penna. **Diagnóstico da inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho em um contexto de crise e maior flexibilização**. Brasil: Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; OIT – Organização Internacional do Trabalho, 2020. 37 p.

COSTA, Ana Paula Motta; BARROS, Betina Warmling. “Traficante não é vagabundo”: trabalho e tráfico de drogas na perspectiva de adolescentes internados. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro/RJ, v. 10, n. 4, p. 2399-2427, 2019.

CRESWELL, John; PLANO CLARK, Vicki. **Pesquisa de Métodos Mistos**. 2. ed. São Paulo: Penso, 2013.

CRISP – Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública; PSILACS – Núcleo de Psicanálise e Laço Social no Contemporâneo. **Trabalho infantil e tráfico de drogas: entre a proteção e a criminalização de jovens em Belo Horizonte: relatório final**. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção, Diretoria de Prevenção à Criminalidade, 2024.

CUNHA, Eliseu de Oliveira. **A desistência do crime entre egressos do sistema socioeducativo: uma leitura semiótico-cultural**. 2022. 306 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, 2022.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. **Anthropology in the margins of the state**. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**, Campinas/SP, v. 28, n. 100, esp., p. 1105-1128, 2007.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. Ocupando as brechas do direito formal: o PCC como instância alternativa de resolução de conflitos. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 83-105, abr./jun. 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=563865527003>. Acesso em: 19 set. 2025.

DUQUE, Duque; FRANÇA, Michael; SANTOS, Alisson. **50 shades of guilt: exploring the role of race in drug trafficking indictment in Brazil**. 2024. DOI: <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.4861741>.

ELDER JR., Glen. Perspectives on life course. *In*: ELDER JR., Glen (Ed.). **Life course dynamics**. Cornell University Press, 1985, p. 23-49.

ELDER JR., Glen; ROCKWELL, Richard. The life-course and human development: an ecological perspective. **International Journal of Behavioral Development**, v. 2, n. 1, p. 1-21, 1979.

ELDER JR., Glen; JOHNSON, Monica Kirkpatrick; CROSNOE, Robert. The emergence and development of life course theory. *In*: SHANAHAN, Michael; MORTIMER, Jeylan; JOHNSON, Monica Kirkpatrick (Eds.). **Handbook of the life course**. Kluwer Academic; Plenum Publishers, 2003, p. 3-19.

ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Rio de Janeiro: Edições 70, 2008.

FARRINGTON, David. Explaining the beginning, progress, and ending of antisocial behavior from birth to adulthood. *In*: MCCORD, Joan (Ed.). **Facts, frameworks and forecasts: advances in criminological theory**. v. 3. New York: Routledge, 1992.

FARRINGTON, David. Childhood origins of antisocial behavior. **Clinical Psychology & Psychotherapy: an International Journal of Theory & Practice**, v. 12, n. 3, p. 177-190, 2005.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024.

FELTRAN, Gabriel de Santis. O legítimo em disputa: as fronteiras do “mundo do crime” nas periferias de São Paulo. **Dilemas**, Rio de Janeiro/RJ, v. 1, n. 1, p. 93-126, 2008.

FREITAS, Alexandre Mário de. **Caminhos trilhados: uma análise da trajetória dos jovens egressos do sistema socioeducativo**. 2023. 119 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2023.

GALDEANO, Ana Paula; ALMEIDA, Ronaldo (coord.). **Tráfico de drogas entre as piores formas de trabalho infantil: mercados, famílias e rede de proteção social**. São Paulo: CEBRAP, 2018

GLASER, Barney; STRAUSS, Anselm. **Discovery of grounded theory: strategies for qualitative research**. Routledge, 1967.

GLUECK, Sheldon; GLUECK, Eleanor. **Unraveling juvenile delinquency**. New York: Commonwealth Fund., 1950.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

GOTTFREDSON, Michael; HIRSCHI, Travis. **A general theory of crime**. Stanford University Press, 1990.

GRANOVETTER, Mark. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.

GRILLO, Carolina Christoph. Frontières tacites: confrontations et accords dans les favelas de Rio de Janeiro. **Confins – Revue Franco-Brésilienne de Géographie/Revista Franco-Brasileira de Geografia**, n. 28, 2016.

GROPPO, Luís Antonio. **Juventudes: sociologia, cultura e movimentos**. Clube de Autores, 2016.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, Brasília/DF, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.

GÜELMAN, Martín. El método biográfico en las ciencias sociales: Acerca del carácter social y el estatuto de verdad de las experiencias de vida. **Empiria: Revista de Metodología de Ciencias Sociales**, n. 60, p. 95-116, 2024.

GUERRA, Andréa Máris Campos; MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; RODRIGUES, Bianca Ferreira. Sobre o estatuto psicanalítico da escrita de si nas narrativas memorialísticas. In: MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; GUERRA, Andréa Máris Campos (Orgs.). **Narrativas memorialísticas: metodologia de pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais complexos** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: ediPUCRS, 2023, p. 109-126.

GUERRA, Andréa Maris Campos; MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; SILVA, Ana Carolina Dias. Narrativas memorialísticas e arte na cena da pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais. **Psicologia em Estudo**, Maringá/PR, v. 27, e47143, 2022.

HERNÁNDEZ, Jimena de Garay; UZIEL, Anna Paula; NASCIMENTO, Marcos Antonio Ferreira do; PINHO, Gabriela Salomão Alves. Sentidos e práticas de

paternidade: vozes de homens jovens em privação de liberdade. **Polis**, Santiago, v. 17, n. 50, p. 69-90, 2018.

HIRATA, Daniel Veloso. **Sobreviver na adversidade**: entre o mercado e a vida. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2010.

HIRSCHI, Travis; STARK, Rodney. Hellfire and delinquency. **Social Problems**, v. 17, n. 2, p. 202-213, 1969.

HITLIN, Steven; KIRKPATRICK, Monica Johnson. Reconceptualizing agency within the life course: the power of looking ahead. **American Journal of Sociology**, v. 120, n. 5, p. 1429-1472, 2015.

HUNTER, Albert. Private, parochial and public social orders: the problem of crime and incivility in urban communities. *In*: SUTTLES, Gerald; ZALD, Mayer (Eds.). **The challenge of social control**: institution building and systemic constraint. 1985, p. 230-242.

HUTZ, Claudio Simon; KOLLER, Sílvia Helena. Questões sobre o desenvolvimento de crianças em situação de rua. **Estudos de Psicologia**, Natal/RN, v. 2, n. 1, p. 175-197, 1997.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**: resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua**: resultados do terceiro trimestre de 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

KATZMAN, Rubén. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. **Revista de la CEPAL**, v. 75, p. 171-189, 2001.

Komatsu, A. V., & Kuehn, S. The effect of the physical environment on adolescents' sense of justice. **Journal of Environmental Psychology**, 103, 102582, 2025.

LAHIRE, Bernard. **Homem plural**: os determinantes da ação. Petrópolis: Vozes, 2002.

LAKATOS, Imre. Falsification and the methodology of scientific research programmes. *In*: LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan (Eds.). **Criticism and the growth of knowledge**: proceedings of the international colloquium in the philosophy of science, v. 4, n. 91, p. 196-210. 1970.

LEBLANC, Marc. A generic control theory of the criminal phenomenon: the structural and dynamic statements of an integrative multilayered control theory. *In*: THORNBERRY, Terence (Ed.). **Developmental theories of crime and delinquency**. New York: Routledge, 1997, p. 215-285.

LIMA, Rodrigo Goes e; WERMELINGER, Claudia; OLIVEIRA, Lucas Caetano Pereira de; SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da. Trajetórias e narrativas de adolescentes envolvidos com a criminalidade: os objetos e suas formas de aproximação em transdisciplinaridade. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte/MG, v. 25, n. 1, 2019.

LOPES, Ana Paula Neves. **Construindo o (im)provável**: a resignificação das trajetórias e dos projetos de vida de jovens egressos do sistema socioeducativo do Ceará. 2022. 349 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2022.

LUZ, Ana Maria Hecker; BERNI, Neiva Iolanda de Oliveira. Processo da paternidade na adolescência. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília/DF, v. 63, n. 1, p. 43-50, 2010.

LYRA, Diogo. **A república dos meninos**: juventude, tráfico e virtude. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2013.

LYRA, Diogo. Operários da firma: mundo do trabalho no mundo do crime. **Antropolítica** – Revista Contemporânea de Antropologia, Niterói/RJ, v. 50, n. 50, 2020.

MALTA, Amanda Lessa; GUERRA, Andréa Maris Campo; MOREIRA, Jacqueline de Oliveira. As narrativas memorialísticas como estratégia de pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais complexos. *In*: GUERRA, Andréa Maris Campo; MOREIRA, Jacqueline de Oliveira (Orgs.). **Adolescências e narrativas memorialísticas**: escutando apostas inconscientes. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2020, p. 15-24.

MALVASI, Paulo Artur. **Interfaces da vida loka**: um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo. 2012. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2012.

MANNHEIM, Karl. The sociological problem of generations. *In*: MANNHEIM, Karl. **Essays on the sociology of knowledge**. London: Routledge and Kegan Paul, 1970, p. 163-195.

MARQUES, Eduardo. **Redes sociais**: segregação e pobreza. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

MARTINS, Aiezha Flávia Pinto. Crianças e adolescentes em trabalho infantil no tráfico de drogas: visibilizar para proteger. **SCIAS: Direitos Humanos e Educação**, Belo Horizonte/MG, v. 3, n. 2, p. 111-130, 2020.

MARX, Karl. **O dezoito de Brumário de Luís Bonaparte**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

MCNEILL, Fergus. Four forms of “offender” rehabilitation: towards an interdisciplinary perspective. **Legal and Criminological Psychology**, v. 17, n. 1, p. 18-36, 2012. DOI: 10.1111/j.2044-8333.2011.02039.x.

MERTON, Robert King. **Social theory and social structure**. The Free Press, 1966.

MISSE, Michel. **Acusados e acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações**. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

MOFFITT, Terrie Edith. Adolescent-limited and life-course-persistent antisocial behavior: a developmental taxonomy. **Psychological Review**, v. 100, n. 4, p. 674-701, 1993.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; RENA, Ana Cláudia Castello Branco; BOLANOS, Diego Fernando; OLIVEIRA, Lucas Caetano Pereira de. Teoria crítica e transdisciplinaridade: uma aposta no projeto emancipatório. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte/MG, v. 25, n. 1, p. 330-347, 2019.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; GUERRA, Andréa Maris Campos; MARINHO, Frederico Couto; SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da; RODRIGUES, Bianca Ferreira; SILVA, Ana Carolina Dias; OLIVEIRA, Lucas Caetano Pereira de. Trajetórias adolescentes e infração: José, entre a morte e a aposta. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília/DF, v. 42, e231908, p. 1-17, 2022.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução: Eliane Lisboa. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

NABUCO, Ana Luiza; FERREIRA, Rodrigo Nunes; ALMEIDA, Maria Cristina de Mattos. Territórios de Gestão Compartilhada na cidade de Belo Horizonte: descrição da metodologia utilizada e perspectivas de uso da nova regionalização. *In: Anais do XV Seminário Sobre a Economia Mineira, Diamantina, Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2012.*

O'BRIEN, Robert. A caution regarding rules of thumb for variance inflation factors. **Quality & Quantity**, v. 41, p. 673-690, 2007.

OLIVEIRA, Eliane de Souza; SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da; SAPORI, Flavio Luiz; CARDOSO, Gabriela Gomes. Homicide and drug trafficking in impoverished communities in Brazil. **International Journal of Law and Public Administration**, v. 3, n. 2, 2020.

OLIVEIRA, Lucas Caetano Pereira de. **Trajetórias Infracionais na Adolescência**. 2020. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2020.

OLIVEIRA, Lucas Caetano Pereira de; CARDOSO, Gabriela Gomes; SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da. Entre a suspeição e a empatia: desafios e limites da pesquisa sobre o curso de vida de adolescentes autores de atos infracionais. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, São Paulo/SP, v. 7, n. 2, p. 88-107, 2020.

OLIVEIRA, Lucas Caetano Pereira de; CARDOSO, Christiane Odete de Matozinho; MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; SENA, Camila Luiza de. Mapas, metodologia e a pesquisa trajetória e narrativa. *In*: GUERRA, Andréa Maris Campos; SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da; MARINHO, Frederico Couto; MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; PEREIRA, Marcelo Ricardo (Orgs.). **Trajetórias adolescentes: contribuições da psicanálise e sociologia**. Curitiba: CRV, 2020a, p. 87-132.

OLIVEIRA, Lucas Caetano Pereira de; SILVA, Ana Carolina Dias; COSTA, Júlia Dainez da; MOREIRA, Jacqueline de Oliveira. “Mas... aqui minha vida é essa mesmo”: o caso H e a permanência na criminalidade. *In*: GUERRA, Andréa Maris Campos; SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da; MARINHO, Frederico Couto; MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; PEREIRA, Marcelo Ricardo (Orgs.). **Trajetórias adolescentes: contribuições da psicanálise e sociologia**. Curitiba: CRV, 2020b, p. 191-226.

OLIVEIRA, Lucas Caetano Pereira de; MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da; MARINHO, Frederico Couto; SOUZA, Juliana Marcondes Pedrosa de. Curso de vida, adolescentes e criminalidade: uma leitura a partir do PIA. **Psicologia & Sociedade**, Recife/PE, v. 31, e210441, p. 1-18, 2019.

OLIVEIRA, Valéria Cristina de. **Sobre desorganização social e vitimização no Brasil: investigando eficácia coletiva com uso da primeira Pesquisa Nacional de Vitimização**. 2016. 181 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2016.

OLIVEIRA-MONTEIRO, Nancy Ramacciotti de; NEGRI, Mariana; FERNANDES, Amanda Oliveira; NASCIMENTO, Juliana Olivetti Guimarães; MONTESANO, Fábio Tadeu. Gravidez e maternidade de adolescentes: fatores de risco e de proteção. **Journal of Human Growth and Development**, v. 21, n. 2, p. 198-209, 2011.

PARK, Robert Ezra (1925). The city: suggestions for the investigation of human behavior in the urban environment. *In*: PARK, Robert Ezra; BURGESS, Ernest; MCKENZIE, Roderick (Orgs.). **The City**. Chicago: University of Chicago Press, 1967, p. 1-46.

PARK, Robert Ezra. Urbanization as measured by newspaper circulation. **American Journal of Sociology**, v. 35, n. 1, p. 60-79, 1929.

PAZ, Mariana Ingrid de Oliveira Pereira. **Onde foi que eu errei?** Reflexões sobre a culpa e a culpabilização das mães de jovens em situação de cumprimento de medida socioeducativa de internação. 2022. 293 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

PEREIRA, Josemeire Alves. A eloquência dos silêncios: racismo e produção de esquecimento sobre a população negra em narrativas das cidades. **Revista da ABNP**, Curitiba/PR, v. 12, n. 34, p. 439-462, 2020.

PEREIRA, Marcelo Ricardo. A orientação clínica como questão de método à psicologia, psicanálise e educação. *In*: PEREIRA, Marcelo Ricardo (Ed.). **A psicanálise escuta a educação 10 anos depois**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

PIQUERO, Alex. “We study the past to understand the present; we understand the present to guide the future”: the time capsule of developmental and life-course criminology. **Journal of Criminal Justice**, v. 85, n. 3, 101932, 2022.

PORTES, Alejandro. Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 33, p. 133-158, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **Índice de Vulnerabilidade Juvenil de Belo Horizonte (IVJ-BH)**. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2016. 30 p.

RABÊLO, José Maria. **Belo Horizonte, do arraial à metrópole: 300 anos de história**. LeGraphar, 2013.

ROCHA, Rafael Lacerda Silveira. **Vinganças, guerras e retaliações: um estudo sobre o conteúdo moral dos homicídios de caráter retaliatório nas periferias de Belo Horizonte**. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais], Belo Horizonte/MG, 2017.

RODRIGUES, Bianca Ferreira; MORGANTI, Juliana; SILVA, Ana Carolina Dias; OLIVEIRA, Lucas Caetano Pereira de; MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; GUERRA,

Andréa Maris Campos. Pensando os efeitos subjetivos das medidas socioeducativas: indiferença, crítica e ressignificação. **Psico**, Porto Alegre/RS, v. 54, n. 2, e40859, 2023.

ROLIM, Marcos. Desistência do crime. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 33, n. 3, p. 829-860, set./dez. 2018. DOI: 10.1590/s0102-6992-201833030008.

ROSENTHAL, Gabriele. **História de vida vivenciada e história de vida narrada: Gestalt e estrutura de autoapresentações biográficas**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2017.

SALGADO, Nayara de Amorim. **Trajetórias juvenis delinquentes em uma cidade periférica (Ribeirão das Neves, Minas Gerais, Brasil)**. 2023. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2023.

SAMPSON, Robert. **Great American City: Chicago and the enduring neighborhood effect**. University of Chicago Press, 2012.

SAMPSON, Robert; GROVES, Byron. Community structure and crime: testing social-disorganization theory. **American Journal of Sociology**, v. 94, n. 4, p. 774-802, 1989.

SAMPSON, Robert; LAUB, John. A life course theory of cumulative disadvantage and stability of delinquency. *In*: THORNBERRY, Terence (Ed.). **Developmental theories of crime and delinquency**. New York: Routledge, 1997.

SAMPSON, Robert; LAUB, John. A life-course view of the development of crime. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, n. 602, p. 12-45, 2005.

SAMPSON, Robert; LAUB, John. **Crime in the making: pathways and turning points through life**. Harvard University Press, 1993.

SAMPSON, Robert; RAUDENBUSH, Stephen; EARLS, Felton. Neighborhoods and violent crime: a multilevel study of collective efficacy. **Science**, v. 277, n. 5328, p. 918-924, 1997.

SANTOS, Hermilio; OLIVEIRA, Patricia; SUSIN, Priscila. Narrativas e pesquisa biográfica na sociologia brasileira: revisão e perspectivas. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre/RS, v. 14, n. 2, p. 359-382, 2014.

SAPORI, Luís Flávio. Mercado das drogas ilícitas e homicídios no Brasil: um estudo comparativo das cidades de Belo Horizonte (MG) e Maceió (AL). **Dados**, Rio de Janeiro/RJ, v. 63, n. 4, e20180191, 2020.

SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SCOTT, Juliano Beck; PROLA, Caroline de Abreu; SIQUEIRA, Aline Cardoso; PEREIRA, Caroline Rubin Rossato. O conceito de vulnerabilidade social no âmbito da psicologia no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte/MG, v. 24, n. 2, p. 600-615, 2018.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SHAW, Clliford. **The jack-roller: a delinquent boy's own story**. University of Chicago Press, 2013 [1930].

SHAW, Clliford; MCKAY, Henry. **Juvenile delinquency and urban areas**. University of Chicago Press, 1942.

SHERMAN, Lawrence William; NEYROUD, Peter; NEYROUD, Eleanor. The Cambridge crime harm index: easuring total harm from crime based on sentencing guidelines. **Policing: a Journal of Policy and Practice**, v. 10, n. 3, p. 171-183, 2016.

SILVA, Ana Carolina Dias; GUERRA, Andréa Máris Campos; MOREIRA, Jacqueline de Oliveira. Narrativas memorialísticas e arte na cena da pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais. In: MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; GUERRA, Andréa Máris Campos (Orgs.). **Narrativas memorialísticas: metodologia de pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais complexos** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: ediPUCRS, 2023, p. 43-64.

SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da. **Desorganização, oportunidade e crime: uma análise “ecológica” dos homicídios em Belo Horizonte**. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2012.

SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da. Social disorganization and crime: searching for the determinants of crime at community level. **Latin American Research Review**, v. 49, p. 218-230, 2014.

SILVA, Bráulio Figueiredo Alves; MIRO-LLINARES, Fernando. Digital life and crime trends in the global south: on the impact of increased Internet use on opportunities for crime. **Revista Española De Investigación Criminológica**, v. 22, n. 2, e863, 2024. DOI: <https://doi.org/10.46381/reic.v22i2.863>.

SILVEIRA, Andréa. A prevenção de homicídios: a experiência do Programa Fica Vivo no Morro das Pedras. **Educação e Realidade**, Porto Alegre/RS, v. 33, n. 2, p. 163-176, 2008.

SIMÃO, Fábio Luiz. **A capital do trabalho**: disciplina, policiamento e construção de Belo Horizonte. 1. ed. São Paulo: Prismas, 2018.

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. **Levantamento anual do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**. 2023.

SOARES, José Francisco; ALVES, Maria Teresa Gonzaga; FONSECA, José Aguinaldo. Trajetórias educacionais como evidência da qualidade da educação básica brasileira. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro/RJ, v. 38, e0167, p. 1-21, 2021.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

STAPLEY, Emily; O'KEEFFE, Sally; MIDGLEY, Nick. Developing typologies in qualitative research: the use of ideal-type analysis. **International Journal of Qualitative Methods**, n. 21, 2022. DOI: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/16094069221100633>.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Basics of qualitative research**. v. 15. Newbury Park, CA: Sage, 1990.

SUTHERLAND, Edwin. White-collar criminality. **American Sociological Review**, v. 5, n. 1, 1940.

TELLES, Vera da Silva. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TJMG – Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Vara Infracional da Infância e da Juventude de Belo Horizonte. **Relatório estatístico da Vara Infracional da Infância e da Juventude de Belo Horizonte 2023**. Belo Horizonte: TJMG, 2023.

URRY, John. **Sociology beyond societies**: mobilities for the twenty-first century. Routledge, 2012.

- VILLARREAL, Andres; SILVA, Bráulio Figueiredo Alves da. Social cohesion, criminal victimization and perceived risk of crime in Brazilian neighborhoods. **Social Forces**, v. 84, n. 3, p. 1725-1753, 2006.
- WACQUANT, Loïc. O lugar da prisão na nova administração da pobreza. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo/SP, v. 80, 2008.
- WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. Organização e Introdução: Francisco de Oliveira e Gabriel Cohn. São Paulo: Cortez, 1991.
- WELSH, Brandon. Developmental Crime Prevention Manifesto – or “Saving Children from a Life of Crime” 2.0: the 2024 David P. Farrington Lecture. **Journal of Developmental and Life-Course Criminology**, v. 10, n. 4, p. 457-476, 2024.
- XIMENES NETO, Francisco Rosemiro Guimarães; DIAS, Maria do Socorro de Araújo; ROCHA, José; CUNHA, Isabel Cristina Kowal Olm. Gravidez na adolescência: motivos e percepções de adolescentes. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília/DF, v. 60, n. 3, p. 279-285, 2007.
- ZALUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: Editora, 2004.
- ZALUAR, Alba; RIBEIRO, Ana Paula Alves. Teoria da eficácia coletiva e violência: o paradoxo do subúrbio carioca. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo/SP, v. 84, p. 175-196, 2009.
- ZILLI, Luis Felipe. O “mundo do crime” e a “lei da favela”: aspectos simbólicos da violência de gangues na região metropolitana de Belo Horizonte. **Etnográfica**, Lisboa/Portugal, v. 19, n. 3, p. 463-487, 2015.
- ZNANIECKI, Florian; THOMAS, William. **The Polish peasant in Europe and America: a classic work in immigration history**. University of Illinois Press, 1918.

ANEXO A – Roteiro de escuta e condução dos grupos e entrevistas narrativas

Eixo 1: Trabalho

1. O que é trabalho?
2. Criança trabalha?
3. Adolescente trabalha?
4. Como é ser um adolescente que trabalha?
5. Como conseguiu o trabalho?
6. Quais as funções desempenhadas?
7. Quais os riscos desse trabalho?
8. Quais os ganhos desse trabalho?
9. Quais as suas intenções nesse trabalho?

Eixo 2: Trabalho e Família

1. Quem mora com você?
2. Com o que as pessoas que moram com você trabalham?
3. O que você acha do trabalho delas?
4. O que elas pensam do seu trabalho?
5. Como é feito o sustento da casa? Recebem algum benefício do governo?
6. Você contribui financeiramente em casa?
7. Em relação às tarefas domésticas e aos cuidados com crianças/idosos, como é a divisão?
8. Quem foi/é responsável pelo seu cuidado? Como foi realizado esse cuidado?

Eixo 3: Território e Cidade

1. Você sempre foi desse território?
2. O que há em comum entre você e as pessoas que moram aqui?
3. Com o que as pessoas que convivem trabalham?

4. Quais são os pontos desse espaço que você frequenta?
5. Como você circula pelo território?
6. Há rivalidades dentro desse território?
7. O que divide os grupos aqui dentro?
8. Você tem ou já teve limitações de circulação? Por quê?
9. Quais as suas relações com as pessoas desse território?
10. Você circula pela cidade?
11. Como você se sente fora do seu território?
12. Em relação à segurança, você se sente mais seguro dentro ou fora do território? Por quê?

Eixo 4: Trabalho, Corpo e Virilidade

1. Quais os riscos do seu trabalho para o seu corpo?
2. Como seu trabalho afeta seu corpo?
3. O trabalho já deixou alguma marca no seu corpo?
4. Você vê alguma diferença no trabalho realizado por meninos e meninas?
5. Trabalhar atrai a atenção das pessoas? Como?
6. Como o trabalho afeta suas relações sexuais, amorosas e afetivas?
7. Você se sente mais respeitado trabalhando? Por quê?
8. Como você se vê antes e depois de começar a trabalhar?
9. Como se dá a relação com o patrão? O que essa figura representa?

Eixo 5: Trabalho, Juventude e Raça

1. Você se considera um adolescente?
2. O que é ser adolescente?
3. Quando você acha que deixou de ser criança?
4. Quando você acha que será adulto?
5. Como você define sua raça? O que esse pertencimento racial representa para você?

6. Na sua percepção, qual a relação entre trabalho e raça? Por que você acha que isso acontece?

7. Você acha que sua raça afetou sua entrada no mercado de trabalho?

Eixo 6: Trabalho e Escola

1. De maneira geral, o que você acha da escola?

2. Para vocês, quais são as dificuldades de se estudar e trabalhar?

3. Qual a importância da escola para sua vida?

4. Quais foram os espaços nos quais você mais aprendeu? Com quem?

Eixo 7: Tráfico e Trabalho

1. Tráfico é trabalho?

2. Você considera tráfico um crime?

3. Qual a diferença do tráfico em relação a outros trabalhos?

4. Há outras pessoas da sua família que eram/são envolvidas com o tráfico?

5. Quais funções você desempenhou no tráfico?

6. Você vê alguma diferença entre as funções desempenhadas pelos meninos e pelas meninas no tráfico?

7. Como o tráfico afeta o seu território?

8. Quando você foi apreendido, ocorreu dentro ou fora do território?

9. Você já passou por alguma situação em que teve que utilizar da violência?

10. Você já correu algum risco de morte? Como foi isso? Qual a sensação?

11. Você já foi alvo de abordagens policiais? Como elas ocorreram?

12. Você já foi apreendido? Foi por tráfico? Quantas vezes?

13. O que aconteceu depois que você foi apreendido?

14. Qual/Quais medida(s) socioeducativa(s) você pegou?

15. O que achou dela(s)?

16. Você acha que a medida socioeducativa mudou sua relação com o tráfico?

17. Você já pensou em trabalhar em algo fora do tráfico?

18. Você tem vontade de continuar no tráfico? Se não tiver, o que você acha que seria necessário para que isso ocorresse?

EIXO 8: Perspectivas de Futuro

1. Se você pudesse escolher qualquer coisa, com o que gostaria de trabalhar?
2. Como você se enxerga em 5 anos? E em 10?

ANEXO B – Roteiro de entrevista com gestores e lideranças

1. Nome, função e tempo na função.
2. Quando menciono “trabalho infantil” qual a primeira ideia que vem na sua cabeça?
3. Na sua percepção, quais seriam as piores formas de trabalho que crianças e adolescentes podem desempenhar?
4. A escola/instituição possui alguma parceria com instituições que promovem iniciação profissional? (ASSPROM) Se sim, como funciona? Se não, por que não?
5. A escola possui alguma forma de monitorar os alunos que estão inseridos em atividades laborais? Como isso é feito?
6. Entre os alunos que exercem atividades laborais, quais são os tipos de atividades mais frequentes?
7. Na sua visão, qual o papel desempenhado pela escola/instituição no combate ao trabalho infantil?
8. Na sua visão, qual o papel da escola/instituição na promoção de formas de inserção no mercado de trabalho condizentes com o ECA?
9. Na sua visão, quais são os maiores desafios para se promover uma inserção virtuosa de jovens no mercado de trabalho?
10. Na sua percepção, o tráfico de drogas pode ser considerado um trabalho?
11. Por que alguns jovens ingressam no tráfico de drogas e outros não?

ANEXO C – Imagens utilizadas como disparadoras das conversações psicanalíticas





